O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena Editora
Ano 2020

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena Editora
Ano 2020

Editora Chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
Shutterstock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

2020 *by Atena Editora*
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Atena Editora
Ano 2020

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Atena Editora
Ano 2020

Ciências Biológicas e da Saúde
Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias
Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Atena Editora
Ano 2020

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes
Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico
Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Atena Editora
Ano 2020

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do ParanáProf. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Atena Editora
Ano 2020

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Atena Editora
Ano 2020

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

O serviço social e a superação das desigualdades sociais 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanoel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 O serviço social e a superação das desigualdades sociais 2 / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-665-2
DOI 10.22533/at.ed.652201512

1. Serviço Social. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de (Organizadora). II. Título.

CDD 361.3

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2020

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, o volume 2 do livro “O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais” dá continuidade a discussão acerca do Serviço Social e políticas públicas. E neste volume ainda são expostas três experiências internacionais. Ao todo são 21 artigos, que apresentam diferentes objetos, análises críticas e abordagens metodológicas.

Novamente optamos por dividir os artigos em eixos centrais. O primeiro eixo versa sobre “questão social”, trabalho, formação profissional, pesquisa e extensão em Serviço Social. Já o segundo eixo identifica estudos de diferentes áreas da Política Pública de Saúde; é um eixo plural e contempla diferentes lócus e espaços socioocupacionais. Aborda aspectos relacionados à saúde pública e efetivação dos direitos, dos usuários com doenças graves e respectivos acompanhamentos na alta complexidade, violência contra mulheres e ainda expõe a vivência do processo de trabalho junto à população surda.

O terceiro eixo trata-se da Política Pública Assistência Social. Os autores trabalham aspectos inerentes a atual conjuntura brasileira e analisam experiências locais. As contribuições tratam da política pública diante da política da austeridade, sobre o sofrimento dos profissionais no âmbito do SUAS, da participação da sociedade civil (inclusive trabalhando narrativa das mulheres negras acompanhadas por um CRAS), e finalizando, a discussão deste eixo, há um estudo sobre o reordenamento das entidades socioassistenciais na relação público x privado.

No quarto eixo é possível localizar a perspectiva da contrarreforma do Estado e a política de Educação no Brasil, sobre a institucionalização dos adolescentes e sobre o sistema prisional no Brasil, mas precisamente a efetividade das políticas educacionais. O quinto, e último eixo, apresenta a experiência internacional do Serviço Social, ou também conhecido e abordado nos países da América Latina, como: Trabalho Social ou “Trabajo Social”. A discussão apresenta elementos sobre a formação profissional, a atualização curricular e sobre o processo de intervenção profissional.

Como foi possível perceber esta coletânea realiza uma discussão plural e contemporânea. Com isso, torna-se uma leitura essencial, que visa contribuir ao alunado e aos profissionais que compõe o Serviço Social. Meus caros, como apontado no primeiro volume deste livro, estamos vivendo em tempos adversos, que tem refletido no desenvolvimento do processo de trabalho do Assistente Social e no desenvolvimento das políticas públicas brasileiras. Logo, proporcionar a visibilidade dessa discussão ratifica a importância de caminharmos para a efetivação das garantias legais já alcançadas - sem retroceder, bem como no desenvolvimento de outras.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....1

TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Dayane Karoline Souza de Almeida
Ellen Kelly Ferreira
Ingrid Gomes de Araújo
Marcela da Silva Alves Gomes

DOI 10.22533/at.ed.6522015121

CAPÍTULO 2.....6

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, SIGNIFICADO SOCIAL E IDEOPOLÍTICO

Caroline Ramos do Carmo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.6522015122

CAPÍTULO 3.....19

FORMAÇÃO E TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ÉTICO-POLÍTICOS

Verônica Gonçalves Azeredo
Pollyanna de Souza Carvalho
Letícia Machado de Araujo

DOI 10.22533/at.ed.6522015123

CAPÍTULO 4.....31

O CIPÓSS E AS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: QUADRIÊNIO 2017-2020

Heleni Duarte Dantas de Ávila
Jucileide Ferreira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.6522015124

CAPÍTULO 5.....42

SERVIÇO SOCIAL E A MULTIPROFISSIONALIDADE NA ALTA COMPLEXIDADE: DESVENDANDO CAMINHOS DE GARANTIA A INTEGRALIDADE E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Amanda Caroline da Fé Pereira

DOI 10.22533/at.ed.6522015125

CAPÍTULO 6.....52

A POLÍTICA ASSISTENCIAL EM SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO DOS PACIENTES COM INDICAÇÃO AO TRANSPLANTE

Josiane da Costa Sena

DOI 10.22533/at.ed.6522015126

CAPÍTULO 7.....64

COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS

Aline Baptista Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.6522015127

CAPÍTULO 8.....76

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: A REALIDADE DE IDOSAS DO SUL DA ILHA FLORIANÓPOLIS/SC

Jozadake Petry Fausto Vitorino
Maria Regina de Avila Moreira

DOI 10.22533/at.ed.6522015128

CAPÍTULO 9.....89

ATENÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO SURDA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Xênia Maria Tamborena Barros
Luiz Fernando Calage Alvarenga

DOI 10.22533/at.ed.6522015129

CAPÍTULO 10.....97

VOCÊ CONSEGUE ESCUTAR O SILÊNCIO? ATENDIMENTO AO PACIENTE SURDO NO ÂMBITO HOSPITALAR E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO

Geneviève Lopes Pedebos
Xenia Maria Tamborena Barros

DOI 10.22533/at.ed.65220151210

CAPÍTULO 11.....104

ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE AUSTERIDADE: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Ariane Rego de Paiva
João Vitor Bitencourt
Ana Gabriela de Paiva Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.65220151211

CAPÍTULO 12.....120

O SOFRIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS MODALIDADES DE PESQUISA: PESQUISA TEÓRICA

Regina Celia de Souza Beretta
Thércius Oliveira Tasso

DOI 10.22533/at.ed.65220151212

CAPÍTULO 13.....130

SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fabiana Luiza Negri

DOI 10.22533/at.ed.65220151213

CAPÍTULO 14.....142

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA-CE: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS USUÁRIAS DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Graziela de Oliveira Almeida

Leila Maria Passos de Souza Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.65220151214

CAPÍTULO 15.....156

O REORDENAMENTO DAS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS NA RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

Ketnen Rose Medeiros Barreto

DOI 10.22533/at.ed.65220151215

CAPÍTULO 16.....167

UMA ANÁLISE DAS INTERCONEXÕES ENTRE A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Raquel Cristina Lucas Mota

DOI 10.22533/at.ed.65220151216

CAPÍTULO 17.....179

PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE

Ana Camila Ribeiro de Paula

Leila Maria Passos de Souza Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.65220151217

CAPÍTULO 18.....194

A IMPLEMENTAÇÃO E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Roberta Gomes Leite Baptista

DOI 10.22533/at.ed.65220151218

CAPÍTULO 19.....209

ACREDITACIÓN DE CARRERAS: OPORTUNIDAD PARA LA ACTUALIZACIÓN CURRICULAR Y MEJORA CONTINUA DE LA FORMACIÓN EN TRABAJO SOCIAL

Paula Leiva Sandova

DOI 10.22533/at.ed.65220151219

CAPÍTULO 20.....220

LA EDUCACIÓN DESCOLONIZADORA, COMUNITARIA Y PRODUCTIVA PARA LA FORMACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL

Natalia Rosario Araníbar Escarcha

DOI 10.22533/at.ed.65220151220

CAPÍTULO 21 ..... **232**

TALLER REFLEXIVO SOBRE FOTOINTERVENCIÓN. UNA TÉCNICA DE INVESTIGACIÓN SOCIAL CRÍTICA

María Rocío Menanteux Suazo

DOI 10.22533/at.ed.65220151221

SOBRE A ORGANIZADORA **240**

ÍNDICE REMISSIVO **241**

CAPÍTULO 1

TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE

Data de aceite: 01/12/2020

Dayane Karoline Souza de Almeida
Centro universitário Maurício de Nassau
Recife – PE
Ozias Pinto de Almeida e Maria Joselita Souza de Almeida
http://lattes.cnpq.br/0294212174364636

Ellen Kelly Ferreira
Centro universitário Maurício de Nassau
Recife – PE
Edivania José de Jesus ferreira e Elias Leandro Ferreira
http://lattes.cnpq.br/0090883416893625

Ingrid Gomes de Araújo
Centro universitário Maurício de Nassau
Recife – PE
Edna Gomes de Almeida e José Luiz Dias de Araujo
http://lattes.cnpq.br/2810615162594521

Marcela da Silva Alves Gomes
Centro universitário Maurício de Nassau
Recife – PE
Marinalva Josefa da Silva e Marcelo Alves Gomes
http://lattes.cnpq.br/4316672531442237

RESUMO: Este artigo objetiva discutir as categorias Trabalho, Questão Social e o Serviço Social, construindo uma análise sobre a realidade brasileira a partir do desmonte das políticas públicas em decorrência do avanço neoliberal. A relevância de tal debate para o Serviço Social está no fato de ser uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho para responder às múltiplas expressões da Questão Social, tendo como um dos principais campos de atuação as políticas públicas que buscam amenizar tais expressões no contexto brasileiro. O trabalho será construído considerando a perspectiva dialética que subsidia o debate acerca da construção e desenvolvimento da profissão através das tensões entre classes sociais, as quais são oriundas dos interesses antagônicos entre as mesmas quando da emergência, crise e reestruturação produtiva do Modo de Produção Capitalista. Neste contexto, a categoria trabalho se apresenta como eixo fundante para a compreensão do objeto de intervenção do exercício profissional. É a partir de tal concepção que se compreende a importância das/dos assistentes sociais desenvolverem sua prática atualizados frente aos processos sociais, a fim de viabilizar o acesso aos direitos dos usuários. Para a construção do trabalho serão realizadas revisão bibliográfica e análise a fonte de dados secundárias para se verificar e debater o processo de desmonte das políticas públicas brasileiras nos últimos três anos, considerando o golpe jurídico-institucional vivenciado pelo país, o qual assinalou a intensificação do projeto neoliberal no Brasil. O desafio que se apresenta é construir alternativas possíveis para consolidação dos direitos sociais em uma sociedade que prioriza o capital. Nessa esfera, se deve localizar o significado da prática profissional nos diversos espaços sócio ocupacionais, na construção de um projeto societário alternativo ao vigente, que perpassa espaços privados,

desresponsabilizando o Estado do seu papel na viabilização de recursos e política públicas para a população.
PALAVRAS - CHAVE: Questão Social, Políticas Sociais, Neoliberalismo.

WORK, SOCIAL ISSUE, SOCIAL SERVICE AND THEIR DEVELOPMENTS IN CONTEMPORANEITY

ABSTRACT This article aims to discuss the categories of Work, Social Issues and Social Work, building an analysis of the Brazilian reality from the dismantling of public policies as a result of the neoliberal advance. Such an independent debate for Social Work is in the fact that it is a profession inserted in the social and technical division of labor to respond to the multiple expressions of the Social Question, having as one of the main fields of action as public policies that seek to mitigate such expressions in the Brazilian context. The work will be constructed considering a dialectical perspective that supports the debate about the construction and development of the profession through the tensions between social classes, which stem from the antagonistic interests between them when the emergence, crisis and responsible person of the Capitalist Production Mode. In this context, a category of work presents itself as a founding axis for understanding the object of intervention in professional practice. It is from this conception that the importance of / of social workers to develop their practice in the face of social processes is understood, in order to facilitate access to users' rights. For the construction of the work, a bibliographic review and analysis of the secondary data source will be carried out to verify and debate the process of dismantling Brazilian public policies in the last three years, considering the legal-institutional blow experienced by the country, which marked the intensification of the neoliberal project in Brazil. The challenge is to build possible alternatives for the consolidation of social rights in a society that prioritizes capital. In this sphere, the meaning of professional practice must be found in the various occupational social spaces, in the construction of an alternative corporate project to the current one, which permeates private spaces, making the State not responsible for its role in enabling resources and public policy for a population.
KEYWORDS: Social Issues, Social Policies, Neoliberalism.

1 | INTRODUÇÃO

Na sua gênese, o Serviço social se insere como profissão através da igreja católica, realizando o trabalho filantrópico e numa perspectiva de ajustamento com a finalidade de realizar um paliativo junto a classe trabalhadora, a serviço da classe dominante, por não ser um profissional que não produz mais valia, ela se caracteriza por ser uma profissão liberal, socialmente necessária na organização das relações sociais. O modo de produção capitalista a partir do seu surgimento, crises e reestruturação, vem construindo múltiplas transformações nas relações sociais na medida em que cerceia a liberdade do ser social e o transforma também em mercadoria. A experiência cotidiana de compra e venda submete os indivíduos a um fenômeno que se apresenta como a forma mais simples e natural das relações humanas, o acúmulo de riquezas, oriundo do sistema capitalista,

por isso, faz-se necessário analisar alguns elementos teóricos e históricos para desvelar o que historicamente vem sendo naturalizado. As determinações da sociabilidade que contribuíram para o surgimento do Serviço Social conduzem para a análise da conjuntura que demanda o profissional assistente social na contemporaneidade, reconhecendo que esse trabalhador também está inserido na divisão sociotécnica do trabalho.

2 | QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL

O capital como relação social, de acordo com Iamamoto, (2013), tende a se expandir através do trabalho não pago dos trabalhadores. “Seu ciclo expansionista realiza-se por meio da ampliação da parcela do capital investida em meios de produção capital constante aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo relativamente aquela investida em força de trabalho – capital variável.”

Outro resultado desse processo é o aumento da superpopulação relativa para manter as necessidades do capital ampliando o desemprego e as condições precárias de trabalho.

As relações contraditórias deste modo de produção ampliam as múltiplas desigualdades, ”mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (IAMAMOTO, p. 330, 2013). Com isso, a reprodução das

relações sociais se dá em todo o cenário da vida cotidiana do ser humano, para além do trabalho e dos meios de produção.

Através das manifestações dessas relações sociais se caracteriza a questão social, no que diz respeito às contradições entre o capital e trabalho e vai se expressar em todas as esferas da vida social. Sendo assim, “O serviço social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana”. (IAMAMOTO, 2014, pág. 83). Diante do aumento significativo das expressões da questão social, as práticas caritativas não estavam dando as respostas que o Estado e a sociedade necessitavam, surge então no século XX a emergência do Serviço Social enquanto profissão para intervir frente às expressões da questão social, com caráter conservador até a ruptura que, em seu embasamento, teórico ocorreu em 1990 com o Projeto Ético Político da profissão.

No que concerne as políticas sociais das primeiras décadas doo século XXI, mais especificamente nos governos Lula e Dilma, foram compensatórias e cumpriram um importante papel político ideológico e material-concreto de legitimação do governo mediante a população mais empobrecida, contribuindo para a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. O apoio obtido por parte das frações mais miseráveis, bem como do grande capital financeiro e das principais organizações dos trabalhadores permitiu ao PT a construção

de um pacto social fundado em um desarme das condições políticas e organizativas da consciência de classe, o que lhe garantiu um longo período de estabilidade política. Através deste pacto social, que promoveu a conciliação de interesses contraditórios, o PT conseguiu articular um jogo político inédito na história do país, garantindo o lucro dos empresários e banqueiros, 12 aumentando o emprego e a capacidade de consumo e melhorando a condição material de vida dos indivíduos mais pauperizados.

É neste contexto que a situação político-institucional fica fragilizada a ponto de o país sofrer um golpe de Estado, que tem acarretado significativas transformações no sentido da restrição do Estado para com as Políticas Sociais e voltada de modo mais intenso para o econômico, onde se ver o retorno do modelo liberal. A partir do golpe, Michel Temer assume a presidência, período onde se vivenciou o aprofundamento dos desmontes dos direitos iniciado na fase neoliberal dos Governos Collor, Itamar e FHC, freado pelo neodesenvolvimentismo e que se retornou agora fortemente, tentando esmagar a classe trabalhadora a pressões do mercado e de seus agentes, que defende os privilégios das elites brasileiras que utilizam do velho argumento de que as desigualdades sociais e as injustiças se resolvem unicamente pelo crescimento econômico, que a solução para os problemas sociais é a criação de novos postos de trabalhos, como se o desemprego não fosse estrutural à lógica do sistema capitalista. Em meio a tantos retrocessos, verifica-se que as estratégias de resistência da força de trabalho estão fragilizadas.

Atualmente com o governo Bolsonaro que está claramente a serviço do capital, vem utilizando os poderes e o orçamento do Estado contra seus supostos "inimigos", dentre suas pautas de atuação está a perseguição aos direitos e às instituições de defesa dos assalariados e dos beneficiários da seguridade social, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06/2019, têm o propósito de retirar direitos ou prejudicar os mais vulneráveis. A PEC trata da reforma da Previdência e as MPs cuidam, respectivamente: da reestrutura dos ministérios, com a extinção do Ministério do Trabalho; do cerceamento ao acesso a benefícios previdenciários, especialmente auxílio-doença, auxílio-reclusão e aposentadoria rural; e da asfixia financeira dos sindicatos de trabalhadores e servidores, proibindo, inclusive, o desconto em folha da mensalidade associativa.

As primeiras medidas governamentais, bem como da ideia de propor a desvinculação e retirar o caráter obrigatório das despesas previstas no orçamento da União, como saúde, educação, pessoal, previdência, assistência e outras, está em curso uma verdadeira operação desmonte, representada, de um lado, pelo desmantelamento do aparelho de Estado e venda do patrimônio público, e, de outro, pela redução ou eliminação de direitos, que inclui também acabar com as instituições, públicas e privadas, encarregadas da defesa dos interesses dos mais vulneráveis. É preciso denunciar e resistir ao desmonte.

3 | CONCLUSÃO

Por meio de transformações societárias, surgem novas expressões da Questão Social através da reestruturação do modelo de desenvolvimento capitalista. Diante disto verifica-se a necessidade do/a Assistente social desenvolver sua prática através de um viés crítico, de acordo com a Lei de Regulamentação do Serviço Social e pelo Código de ética. É necessário também que o profissional esteja sempre atualizando-se e aprimorando cada vez a sua dimensão Teórico – metodológico, Ético-político e Técnico-operativo. Segundo Iamamoto (2015), exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica: não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentando por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. Um dos principais desafios da profissão é o profissional manter-se sempre afinado, buscando estar em estudo contínuo frente aos processos sociais, e atuando de maneira propositiva e criativa, entendendo o indivíduo e as novas expressões da Questão Social a fim de viabilizar o acesso aos direitos aos indivíduos e "(...) contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história." (IAMAMOTO, p.49, 2015).

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26.ed. São Paulo, Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda Villela Iamamoto, Raúl de Carvalho. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **ECONOMIA POLÍTICA**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

CAPÍTULO 2

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, SIGNIFICADO SOCIAL E IDEOPOLÍTICO

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 06/10/2020

Caroline Ramos do Carmo de Souza
Universidade Católica do Salvador, Escola de Serviço Social
Salvador-Bahia
http://lattes.cnpq.br/3764901343563790

RESUMO: Este artigo analisa os desafios postos na cena contemporânea ao Serviço Social brasileiro, especialmente os impactos decorrentes da expansão vivenciada pela profissão no âmbito da formação na entrada dos anos 2000. Abordam-se as repercussões que a conjuntura brasileira contemporânea apresentará ao Serviço Social bem como suas implicações, no que tange ao significado social e ideopolítico. Objetiva ainda, discutir como as/os assistentes sociais têm se posicionado na tentativa de enfrentar essa realidade, defender ou reconstruir os seus valores assentados no projeto ético e político-profissional, frente às exigências impostas pela sociabilidade capitalista na atualidade. Assim, realiza um retrospecto aos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão no Brasil. As interpretações aqui contidas sinalizam para o fato de que o Serviço Social no Brasil é uma profissão amadurecida, com demarcações precisas no que tange à afirmação de um projeto profissional comprometido com a construção de uma nova sociabilidade, mas com vários desafios na atualidade, demarcado por um cenário de neoliberalismo ultraconservador.
PALAVRAS - CHAVE: Serviço Social; Formação Profissional; Projetos Profissionais

CONTEMPORARY CHALLENGES OF BRAZILIAN SOCIAL WORK: IMPACTS ON PROFESSIONAL QUALIFICATION, SOCIAL AND IDEOPOLITICAL MEANING

ABSTRACT: This article analyzes the challenges posed in the contemporary scene to the Brasilian Social Work, especially the impacts resulting from the expansion experienced by the profession in the context of training in the early 2000s. as its implications, regarding the social and ideopolitical meaning. It also aims to discuss how social workers have positioned themselves in an attempt to face this reality, defend or reconstruct their values based on the ethical and political-professional project, in the face of the demands imposed by capitalist sociability today. Thus, it makes a retrospective to the historical and theoretical-methodological foundations of the profession in Brazil. The interpretations contained here signal the fact that Social Work in Brazil is a mature profession, with precise demarcations with regard to the affirmation of a professional project committed to the construction of a new sociability, but with several challenges today, demarcated by a scenario of ultraconservative neoliberalism.
KEYWORDS:Social Work; Professional qualification; Professional Projects

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo discute as inflexões do contexto atual no campo do Serviço Social brasileiro a partir da entrada dos anos 2000. O recorte temporal escolhido neste momento foi delimitado em virtude das alterações vivenciadas pela profissão com a expansão aligeirada das instituições universitárias. Segundo Pereira (2018), os anos 2000 foram responsáveis por uma acelerada expansão dos cursos e, que trouxe diversos desafios para a formação profissional.

A partir dessa década conviveu-se com uma desmensurada ampliação das matrículas em unidades de formação acadêmica não universitárias, precarização nas formas de contratação docente, dificuldades para a garantia do ensino, pesquisa e extensão, sobrecarga de trabalho nas universidades públicas, inserção de novas modalidades de ensino, como o Ensino à Distância – EAD, conforme pode-se constatar na base de dados do Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior (2020).

Importante sinalizar que a discussão desse artigo tem vinculação direta com as defesas expressas nas Diretrizes Curriculares defendidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social no Brasil – ABEPSS que, orientam a formação de novas/os assistentes sociais no país, desde 1996.

Portanto, aqui, considero que entender este fato auxilia na compreensão dos compromissos éticos e políticos que a categoria construiu, constrói e construirá para os próximos anos na realidade brasileira. Para tanto, faz-se necessário realizar uma retrospectiva histórica na tentativa de compreender de que forma, a perspectiva crítica sustentada no materialismo histórico dialético, assumiu hegemonia no Serviço Social, e como será questionada na atualidade, por outras perspectivas teóricas. Vamos ao debate!

2 | O PASSADO COMO MOLA PARA FORTALECIMENTO DO FUTURO

A profissão de Serviço Social tem a sua gênese vinculada à reprodução da sociabilidade capitalista, com uma intervenção voltada para a manutenção da ordem e das normas impostas por esta sociedade. Na realidade brasileira, é possível perceber este momento acontece por volta da década de 1930 quando mulheres religiosas, adeptas de uma cultura cristã católica, foram acionadas pelo empresariado, Igreja e Estado, para amenizar as inquietações da classe trabalhadora que reivindicava a garantia dos direitos.

As manifestações da questão social não eram, no entanto, percebidas como produto das determinações políticas e econômicas da sociedade, seu trato era percebido no campo dos “problemas particulares e individuais” das pessoas e suas famílias, cabendo às assistentes sociais a ajuda psicossocial aos sujeitos que “disfuncionavam” o meio, conforme sinaliza Abreu (2016), ao discutir o perfil pedagógico a ser implementado pelas assistentes sociais na época. Nesse sentido, Cisne (2012, p. 55-56) reforça que,

> [...], as primeiras assistentes sociais, advindas das classes dominantes, vão se tornando importantes para a defesa dos interesses ideopolíticos de sua classe.[...].É, pois na relação com a 'questão social' que se percebe a dimensão de gênero intercruzada com a gênesedo Serviço Social.[...].

As décadas seguintes serão responsáveis pela manutenção do perfil reforçado anteriormente pelas assistentes sociais, até meados da década de1960, quando há o início do repensar teórico-metodológico e ético-político profissional. Sinalizamos aí o Movimento de Reconceituação que representou para o Serviço Social uma fase ímpar em que esta profissão parou para discutir seus rumos e objetivou a construção de um novo projeto, centrado na compreensão das/os profissionais como pertencentes à classe trabalhadora.

Importante lembrar que este momento não se traduziu de forma uníssona, contrário a isto, a única certeza inerente às profissionais da época, era a necessidade de repensar a profissão em virtude das mudanças conjunturais que emergiam, exigindo das profissionais uma nova postura.

> Os desdobramentos desse cenário aprofundaram e metamorfosearam a 'questão social', causando uma crise irreversível do modelo doutrinário-operativo – com retoques científicos – que vinha sustentando a profissão, impondo a necessidade de uma profunda revisão do 'Serviço Social tradicional' e da relação que ele estabelecia com as demandas que, naquele momento histórico, o próprio mercado de trabalho exigia. Isso, inevitavelmente, tinha repercussões no campo da formação e da intervenção profissional. O ápice dessa crise teve como síntese o sincrético e multifacetado processo de reconceituação que, no seu interior, manifestou diversas tendências. (SILVA, 2013, p.88).

Afirma-se, portanto que esse repensar caminhou de forma diferenciada nos diversos núcleos e espaços profissionais, sustentando-se em correntes teóricas diversas. Neste aspecto é importante referir ainda, que os fóruns mais expressivos estavam localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, nos encontros de teorização do Serviço Social que buscavam renovar a profissão para sustentar a modernização burguesa como: o Seminário de Araxá em Minas Gerais realizado em março de 1967; Seminário de Teresópolis no Rio de Janeiro, realizado em janeiro de 1970; Seminário de Sumaré também no Rio de Janeiro, realizado em janeiro de 1978 e o Seminário de Alto da Boa vista em 1984.

Tais seminários estiveram pautados nas correntes filosóficas positivista, funcionalista e fenomenológica, que no Serviço Social foram responsáveis pela ênfase da tecnificação profissional e da compreensão do sujeito e suas vivências, distanciadas da sua inserção na realidade social, respectivamente.

> O conservadorismo na profissão também se apresentará fortemente no processo de reconceituação, sobretudo por meio de duas tendências: a 'perspectiva modernizadora' e a 'reatualização do conservadorismo'. Ainda que ambas claramente finquem suas bandeiras no campo do conservadorismo, os caminhos adotados por elas são diferentes e as colocam, em determinados

> momentos, em oposição. Todavia, estas duas tendências se encontram em um ponto fundamental: não tecerem quaisquer críticas de ordem estrutural ou de qualquer espécie, direta ou indiretamente, à ordem monopólica e sua face totalitária no Brasil. Ao contrário: afirmaram- na por caminhos diferentes. (SILVA, 2013, p. 91).

Ainda durante o Movimento de Reconceituação, foi a Escola de Serviço Social de Belo Horizonte que protagonizou um processo de busca em referenciais latino americanos que auxiliassem na constituição de um Serviço Social crítico.

> Os documentos produzidos pelo grupo chileno que encabeçava o movimento eram sistematicamente estudados, discutidos e tidos como novas fontes teóricas. [...]. Nessa reorganização estava, também, a semente que iria produzir o Método BH. E o contexto da Escola se modificava na mesma medida em que avançava a implantação da nova estrutura curricular. A estrutura curricular que passava a vigorar então, fundamentada nos princípios e diretrizes do movimento de reconceituação, conduzia o ensino para a formação de profissionais comprometidos com uma única opção político-ideológica: aquela que levaria os novos assistentes sociais a assumirem um compromisso com o processo de educação política das classes populares e a transformação da sociedade. (BARBOSA,1997,p.30).

Considera-se que entre as décadas de 1960 e 1980, a profissão vivenciou um processo de renovação profissional, cuja revisão culminou na adoção de uma teoria social crítica para a construção do projeto ético político profissional, seja nas formulações teóricas ou na intervenção profissional cotidiana. O resultado dessas duas décadas pôde ser atestado na década de (1990) com a promulgação de normas profissionais, que regulamentam o compromisso com a construção de uma nova ordem societária, a partir da sua compreensão enquanto classe trabalhadora e submissão à relação de assalariamento.

Do ponto de vista ético-político, entidades representativas da categoria, como os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Serviço Social, avançaram de meros fornecedores de registros profissionais, para articuladores na construção das políticas, articulação com os movimentos sociais e questionamentos ao Estado.

A entrada dos anos 2000, acentuou alguns questionamentos ao projeto, ainda hegemônico mas em risco, pois as/os profissionais passaram a construir novas articulações ético-políticas no âmbito da formação profissional como: a defesa de uma formação com foco empreendedor; investimento nas potencialidades individuais; ênfase na prática profissional e na formação de intelectuais operacionais (CHAUÍ, 2003) ou colaboracionistas (PEREIRA, 2008), “adestradas/os” para o mercado de trabalho, contrário à produção científica e articulação da investigação x intervenção; retorno à práticas assistencialistas, distantes de uma perspectiva da garantia dos direitos sociais e psicologizantes, entre outros.

Muitos questionamentos estão postos nesse cenário: Qual o significado está sendo construído para a profissão? A formação profissional em Serviço Social tem auxiliado na inserção de profissionais que realizem uma crítica radical a esta sociedade de exploração,

opressão e dominação de classes, gênero, raça/etnia e geração, que impulsione ações voltadas para mudanças significativas na realidade social? As/os assistentes sociais compreendem o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro? Qual será o nosso devir?

Certamente não será possível responder, nas linhas desse artigo, todos os questionamentos acima referidos, mas esse se revestirá em mais um espaço de problematização a serviço de uma formação crítica e eticamente comprometida com uma nova sociabilidade.

3 | SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS 2000: AVANÇOS E DESAFIOS

A expansão das vagas nos cursos de nível universitário na realidade brasileira, poderia ser alvo de comemoração, pois, numa perspectiva imediata representaria a democratização do ensino universitário, mas, ao contrário disso, será alvo de diversas preocupações. Aqui, reitera-se novamente uma concordância com outras/os estudiosas/os, como, Chauí (2003), Pereira (2008) e Santos (2005), pois a "democratização" do ensino caminhou com a precarização da formação profissional e, este não foi um traço específico do Serviço Social, mas sim de um contexto maior.

Trata-se de uma defesa de formação profissional no Brasil, cujo maior objetivo sempre foi de alcançar metas estabelecidas por organismos internacionais para os países de capitalismo periférico, com ampliação dos índices de admissão de pessoas no ensino superior.

A ampliação das unidades de formação acadêmica, caminhou com a despreocupação estatal na regulamentação dos princípios que garantissem a criticidade e a composição de sujeitas/os questionadoras/es da ordem estabelecida e da dita "normalidade" ou "naturalidade social". Neste sentido, o processo de expansão da educação superior que chega ao Serviço Social fará um reforço à formação de profissionais técnicas colaboracionistas aptas para inserção no mercado de trabalho com ações eminentemente restritas à intervenção dicotomizada da crítica radical à esta realidade social.

Considera-se assim, que este contexto irá interferir diretamente na conduta adotada na formação de novas assistentes sociais. Diante do exposto, a difusão do projeto ético-político da profissão, é também posto em risco, em virtude de um reforço às práticas acríticas, fundadas em perspectivas individualizadas como:

1 - A defesa do Serviço Social Clínico, que conforme o Conselho Federal de Serviço Social, tem como "objeto do trabalho profissional [...] a reintegração social, a ação com indivíduos, grupos, famílias em situações de crise" (CFESS,2008). Portanto, individualiza a questão social e reafirma a integração dos sujeitos nesta sociedade e não a defesa de construção de uma outra sociabilidade.

2 - A cultura do empreendedorismo, comum ao Serviço Social Libertário, cujas defesas podem ser visualizadas em Oliveira (2017), o qual expõe 23 teses, que julga

necessário para a reforma no Serviço Social brasileiro.

Ambas concepções estão distanciadas de uma formação, cuja ação idealize a construção de uma nova sociabilidade, contrária ao sistema de exploração/dominação de classe, gênero, raça/etnia, geração, sexualidade e etc. Entre as décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social conseguiu construir um projeto profissional que se afirmou como hegemônico na categoria, mas não exclusivo, pois diversas tendências ainda convivem entre estas/es trabalhadoras/es e, inclusive na implementação dos currículos e do ensino do Serviço Social.

Ainda assim, é inegável o avanço social e ideopolítico que esta categoria profissional alcançou em 80 anos de profissonalização e apoximadamente 60 anos de Regulamentação. Da filantropia à defesa e garantia dos direitos sociais; da defesa da moral e bons costumes à militância política e reconhecimento dos sujeitos como atores sociais e protagonistas da sua realidade; da manutenção e defesa da ordem social à defesa da justiça, equidade e transformação societária.

Nessa construção histórica a década de 1980, sinalizou novos tempos para o Serviço Social brasileiro, com a certeza da articulação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa na construção do trabalho profissional. Sobre esta questão Yasbek (2009, p.155) afirma que:

> É, sobretudo com Iamamoto (1982) no início dos anos 80 que a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. Como matriz teórico-metodológica esta teoria apreende o ser social a partir de mediações. Ou seja, parte da posição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediaticidade.

Demarca-se aí uma aproximação mais consistente com a teoria marxiana e a possibilidade de apreensão dialética da realidade, que permitirá a profissão, uma compreensão do seu significado social, mas também o reforço aos compromissos ideopolíticos que serão defendidos nesta sociedade. As décadas de 1980 e 1990 trarão, portanto, outros suportes teóricos que irão embasar os fundamentos no âmbito da profissão.

> Nesta tradição o Serviço Social vai apropriar-se a partir dos anos 80 do pensamento de Antonio Gramsci e particularmente de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas. Vai chegar a Agnes Heller e à sua problematização do cotidiano, à Georg Lukács e à sua ontologia do ser social fundada no trabalho, à E.P. Thompson e à sua concepção acerca das 'experiências humanas', à Eric Hobsbawm um dos mais importantes historiadores marxistas da contemporaneidade e a tantos outros cujos pensamentos começam a permear nossas produções teóricas, nossas reflexões e posicionamentos ideopolíticos. (YASBEK, 2009,p.157)

A teoria social crítica servirá de suporte inclusive para a construção das produções teóricas e a aproximação crescente com o debate intelectual no campo das ciências sociais,

auxiliando, inclusive na ampliação dos cursos de pós graduação em Serviço Social, cujos debates irão colaborar para a compreensão da realidade.

É a partir desta década também, que as assistentes sociais irão encampar importantes discussões no cenário nacional, protagonizando a luta pela concretização de políticas sociais, como a Seguridade Social (fundada no tripé – Saúde – Assistência Social e Previdência Social), que desde 1988 passou a ser constitucionalmente reconhecida.

A trajetória social e ideopolítica da formação em Serviço Social a partir daí esteve articulada com a defesa dos direitos sociais e a construção de um novo projeto societário, que irá culminar inclusive na reformulação da dimensão normativa desta categoria profissional, tanto na promulgação de dois Códigos de Ética a partir da década de 1980, sendo um em 1986, posteriormenteamadurecido 1993 (Resolução CFESS nº 273), quanto na Lei de Regulamentação – 8.662/1993 e nas Diretrizes Curriculares em 1996.

Estas alterações coadunaram na construção de um Projeto ético-político profissional sustentado na teoria social crítica marxista, vinculado à construção de uma nova ordem societária sem dominação/exploração de classe, gênero, etnia, geração, identidade ou orientação sexual, com a recusa do arbítrio e do autoritarismo, afirma ainda o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a partir da possibilidade de escolha entre alternativas concretas, reforça o compromisso com a autonomia e plena expansão dos sujeitos e a defesa intransigente dos direitos humanos na ruptura com a filantropia e a perspectiva doutrinária cristã. Contudo, esta mudança não representou uma ruptura total com o conservadorismo no âmbito da profissão.

Dessa forma, como sinaliza Iamamoo (2007, p.185) “os rumos assumidos pelo amplo debate na década de 1980 apontaram, ainda, para o privilégio – ainda que a não exclusividade – de uma teoria social crítica, desveladora dos fundamentos da produção e reprodução da questão social”. Contudo a adoção dessa teoria não supôs o extermínio de práticas conservadoras no cenário da profissão, pois, como já mencionado, falamos de um projeto hegemônico e não exclusivo, mas sem dúvidas a entrada na década de 1990 foi propulsora de um Serviço Social amadurecido tanto do ponto de vista teórico-metodológico, quanto ético-político.

Apesar da maturidade profissional e da conquista da hegemonia de um novo projeto ético-político para o Serviço Social, o repensar profissional foi instituído em um contexto de contrarreforma, conforme sinaliza Behring (2008), desfavorável, com a chegada aqui do projeto neoliberal e a individualização das garantias sociais. É verdade que na realidade brasileira, sequer tivemos um verdadeiro *Welfare State*, passamos por um desenvolvimentismo, sem muitos ganhos para a maioria da população e sucumbimos ao Neoliberalismo, com a retração dos direitos constitucionalmente adquiridos. Chegamos aos anos 2000, com um contexto extremamente adverso à garantia destes direitos, sustentados no perverso tripé (Neoliberalismo – Neodesenvolvimentismo -Neoconservadorismo).

Para melhor compreensão, afirma-se que a realidade brasileira conviveu na entrada

dos anos 2000 até por vol de 2016 com um neodesenvolvimentismo reforçado por Sampaio Júnior (2012), que acabou sustentando por um tempo os governos Lula e Dilma, com a verificação de algumas mudanças imediatas, principalmente na primeira gestão do Governo Lula (2003 - 2006), e apoio a redução dos índices de "desumanidades" a que estavam submetidas grande parte da população brasileira.

Entretanto, estes índices foram pactuados interna e externamente e trouxeram consequências danosas para o governo e toda a população. No campo externo ou internacional, podemos sinalizar, por exemplo, os acordos com o Banco Mundial, por meio do BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, para investimentos na educação que auxiliaram no processo de ampliação do ensino superior, mas também de precarização da formação profissional, inclusive no Serviço Social.

No campo interno ou nacional houve alianças preocupantes do Partido dos Trabalhadores com outros partidos, historicamente comprometidos com a permanência dos privilégios, como o antigo PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Essas alianças puderam ser constatadas inclusive, no processo que culminou com o *impeachment* da presidenta Dilma, cujos sujeitos mais ativos em favor da sua saída, foram os parlamentares do PMDB.

O outro braço desse tripé é o Neoliberalismo, também perverso e que fortalece as privatizações e a redução da intervenção estatal. Basta pensarmos novamente nos cursos de Serviço Social que aumentaram, pós anos 2000. Hoje, convive-se com os cursos oferecidos em sua maioria por instituições privadas, muitas em modalidades de ensino à distância - EAD, já as públicas federais, grande parte delas, são resultado do REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

O principal objetivo de tal reestruturação consistia na ampliação das vagas nas universidades federais, e isso, de fato aconteceu, porém, a manutenção do ensino, pesquisa e extensão, na modalidade pública, gratuita e com a qualidade desejável, vai aparecer muito mais a partir dos compromissos de cada docente, do que em virtude do incentivo estatal. Até por que nossas pesquisas são críticas.

Tem-se ainda o Neoconservadorismo que tecerá críticas inclusive à organização da classe trabalhadora, como se as formas de referências coletivas de classe não coubessem mais na contemporaneidade, como discute a professora Ribeiro (2014). Este neo conservadorismo, hoje, ultraconservadorimso, pode ser exemplificado com o Parlamento brasileiro BBB – Boi, Bala e Bíblia, que é umaexpressão utilizada no contexto brasileiro atual como umareferência aos parlamentares vinculados respectivamente à (bancada do Boi) – Defendem o agronegócio, contrárioàs iniciativas da agricultura familiar; bancada da Bala – Defendem a militarização do Estado e ampliação do poder coercitivo do mesmo; bancada da Bíblia – Defendem um Estado cristão, contrário ao Estado laico e, criminalizam outros sujeitos, sustentados em um discurso de ódio em nome de Deus.

Com essa recente construção histórica, é possível afirmar que a profissão de

Serviço Social convive hoje com uma maturidade profissional, mas também um grande desafio. Maturidade reafirmada em um projeto discutido incessantemente desde a década de 1960 nos diversos fóruns e seminários da categoria, mas é também um cenário prenhe de desafios pois, desde início dos anos 2000 este projeto hegemonicamente reconhecido e legitimado pela categoria vem sendo colocado em questão, sobretudo após a exacerbada expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil, situação que foi prospectada por Paulo Netto (1996), quando o mesmo afirmou que, sem a devida atenção e intransigência aos princípios éticos e políticos profissionais construídos pela categoria, haveria diversos riscos para a concretização do projeto defendido pelo Serviço Social, que na atualidade, nos faz afirmar sobre a existência de projetos em disputa.

4 | E NA CONTEMPORANEIDADE? PROJETOS EM DISPUTA!

Os desafios contemporâneos, enunciam que este contexto irá inflexionar o Serviço Social, com sérios riscos à efetivação do projeto ético-político profissional numa perspectiva emancipatória e crítica. Se no movimento de reconceituação algumas vertentes estiveram presentes, nas duas primeiras décadas dos anos 2000 percebemos uma retomada dessas vertentes, a partir de denominações reafirmadas pelos próprios grupos de assistentes sociais, quais sejam: Serviço Social Libertário, Serviço Social Clínico e Serviço Social Crítico.

Serviço Social Libertário – Amparadas nas noções de individualismo, auto sustentação e defesa do capitalismo *laissez faire* de Ayn Rand (1967) com seu sistema filosófico de objetivismo, ou a compreensão da realidade independentes das interferências humanas. As adeptas desta corrente, defendem a revisão da formação profissional voltada para a lógica do mercado, como recompensa, reconhecem o capitalismo como o modo de produção que, mesmo baseado na ganância conseguiu elevar os níveis de vida da população.

Ainda que não encontremos muitas produções teóricas que discutam esta perspectiva, já há diversas comunidades nas redes sociais, inclusive de docentes que realizam críticas à ampliação do Estado, defendem a responsabilização individual, como forma de não comprometer a produção, o investimento e o consumo, sendo contrárias à um projeto de transformação social. Mas, recentemente Oliveira (2017), apresentou um texto com 23 teses em prol de uma reforma do Serviço Social brasileiro, dentre outras questões o referido professor afirma a necessidade de uma identidade e cultura profissionalizante, e a necessidade de falar em projetos ético-políticos profissionais e não um único projeto ético-político que oriente a formação e o trabalho de assistentes sociais.

Serviço Social Clínico – Com uma série de discussões e produções teóricas, adeptas desta vertente enfatizam a necessidade de práticas terapêuticas que centrem a ação das/os profissionais nos indivíduos e/ou famílias, que possuem “resistência” à inclusão

social. Sustentados em autores como Sigmund Freud; JacquesLacan; Donald Winnicott; Melanie Klein; Sándor Ferenczi; Françoise Dolto, adotam princípios da psicanalise para a condução do trabalho.

No âmbito da formação profissional em Serviço Social, encontram em Vicente Faleiros, conforme publicação do CRESS 7ª Região (2009), uma das referências no Serviço Social.

O Conselho Federal de Serviço Social manifestou-se contrário à terminologia, considerando que a formação em Serviço Social está direcionada para a garantia dos direitos sociais e que a realização de terapias não possuem relação com a formação profissional estabelecida nas diretrizes curriculares do curso. Tal posicionamento está expresso na Resolução CFESS nº 569/2010 que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistentesocial.

Serviço Social Crítico – Sustentado na teoria social crítica marxista, amplamente discutida por Paulo Netto (2009 e 2015), apoia-se na análise da inerente desigualdade presente na sociedade capitalista e suas contradições para compreender a inserção do Serviço Social, bem como o seu significado social e histórico neste contexto. Realiza a crítica ao modo de produção capitalista, e seu projeto político de sustentação atual, o neoliberalismo. Defende a distribuição da riqueza socialmente produzida, bem como a construção de uma nova sociabilidade amparando-se em clássicos como Karl Marx, Gramsci, Lukács, AgnesHeller.

A teoria social crítica continua sustentando o projeto hegemônico do Serviço Social brasileiro na entrada dos anos 2000, com uma vasta produção no âmbito do Serviço Social e da formação profissional, como: Marilda Iamamoto, Paulo Netto, Carmelita Yazbek, Yolanda Guerra, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Joseane Soares, Mirla Cisne, entro outros. Alguns vêm desde as décadas de 1980 apreendendo a importância da teoria marxista no Serviço Social, outras mais recentemente vêm empreendendo esforços para discutir a questão, considerando as contradições presentes nessa realidade e suas inflexões no cotidiano da profissão, das políticas sociais e dos brasileiros.

As perspectivas aqui mencionadas, representam parte das discussões que vigoram hoje no campo do Serviço Social, mas não se esgotam nelas. São projetos em disputa, portanto, urge a necessidade de aprofundar essas discussões tendo como principal intenção, o questionamento ao ultraconservadorismo que nas palavras de Marilda Iamamoto (2007, p. 23), “reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista”. Portanto, reafirmo aqui a necessidade de manutenção de um aousadia própria das/os assistentes sociais, para continuar protagonizando a afirmação de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração e opressão, como afirmado pelo projeto ético político profissional do Serviço Social brasileiro.

5 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A apreensão dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social é importante para compreender as circunstâncias sob a qual a profissão foi forjada, assim como compreender as questões atuais que têm impactado no exercício e na formação profissional é, projetar o seu devir. Nessa perspectiva, é importante pontar que o atual contexto de crise do capital, foi propulsor de uma expansão de cursos de Serviço Social no Brasil e, atribuímos essa ampliação à construção de uma moralidade histórica que ainda cerceia a profissão no contexto brasileiro, percebendo assistentes sociais como apoiadoras/es da reprodução acrítica e despolitizada das demandas do capital.

Assim, a construção histórica que apontou para um projeto ético e político profissional comprometido com a construção de uma nova sociabilidade, será alvo de diversos questionamentos quanto a sua viabilidade de concretização após a década de 1990 e passará por diversos questionamentos na entrada dos anos 2000. Os desafios contemporâneos, que foram aqui enunciados, tais como: neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, ultraconservadorismo e suas diversas precarizações junto à classe que vive do trabalho, trará impactos no Serviço Social com sérios riscos à efetivação do projeto profissional, sustentado em uma perspectiva emancipatória e crítica, cujo conteúdo filosófico ampara-se na teoria marxista.

A diversidade de instituições emergentes nesse contexto, resultará também em uma diversidade de profissionais, e, se entre as décadas de 1970 e 1980, no movimento de reconceituação algumas vertentes estiveram presentes, nas duas primeiras décadas dos anos 2000, percebemos uma retomada destas vertentes, a partir de denominações reafirmadas pelos próprios grupos de assistentes sociais, quais sejam: Serviço Social Libertário, Serviço Social Clínico e Serviço Social Crítico. Resguardaremos aqui as denominações que vêm sendo apresentadas pela própria categoria para tecer as considerações.

Compreende-se que a proposta do Serviço Social Libertário, coaduna-se com a Perspectiva Modernizadora, que sustentada em aportes filosóficos próprios do funcionalismo ou positivismo, sustentaram a proposta de reconstrução do Serviço Social, durante a reconceituação. No Serviço Social Libertário, há um retorno à necessidade de rever a concepção filosófica da profissão,compreendendo o cenário como prenhe de possibilidades, em virtude dos avanços da sociedade, que necessitaram de uma “adequação profissional” às novas demandas advindas do contexto de capitalismo neoliberal.

Quanto à perspectiva do Serviço Social Clínico, na nossa análise aproxima-se da Reatualização do Conservadorismo, centrado em uma base filosófica fenomenológica, mas também pós moderna, de individualização e psicologização das manifestações da questão social. Ainda que de maneira dialética, aqui as demandas sociais assumem eminentemente um cunho patologizante, a ser “tratado” em seu caráter individual.

Já o Serviço Social Crítico, guarda estreita aproximação com a vertente que ficou conhecida como Intenção de Ruptura durante o Movimento de Reconceituação. Aqui a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos são indissociáveis e guardam estreita aproximação com a construção de uma nova ordem social, verdadeiramente comprometida com interesses da classe trabalhadora. Nessa perspectiva a apropriação da concepção materialista histórica e dialética é condição *sinequanon* para compreensão dos aspectos que se concretizam narealidade.

Os anos 2000, apontam então para a certeza de que há uma unicidade no Serviço Social brasileiro quando, nos referimos a necessidade de compreender as adversidades do contexto atual. Quanto à divergência se apresentará na maneira como essa adversidade será abordada, tanto do ponto de vista da leitura da realidade, quanto do ponto de vista da intervenção profissional. Dito, isso, compreendemos a necessidade de retomar algumas discussões no âmbito da profissão, no sentido de fortalecer-se enquanto classe trabalhadora, encarando a diversidade expressa por esse contexto de expansão do ensino superior brasileiro e crescimento exponencial de matrículas em cursos de Serviço Social, como a possibilidade de ampliar horizontes, construir e reconstruir intransigências, que caminhem na perspectiva coletiva de real acesso e democratização da educação superior com qualidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura - perfis pedagógicos da prática profissiona**l. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2016

BARBOSA, Maria Margarida. Serviço Social Utopia e Realidade: Uma Visão da História. In: **Cadernos Serviço Social**: Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 25-71, out. 1997

BEHRING, Elaine R.**Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado eperda de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez,2008

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Práticas Terapêuticas no âmbito do Serviço Social: Subsídios para aprofundamento do estudo**, 2008. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/praticasterapeuticas.pdf>. Acesso 10 mai 2017

CISNE, Mirla. Gênero. **Divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo Outras expressões, 2012

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**: Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003.

CRESS/RJ. CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª Região Rio Janeiro. **Em foco**: Serviço Social Clínico. n 6, out 2009

E-MEC. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/ >. Acesso 14 mai 2020

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982

_____.**O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2007

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 Teses pela reforma do serviço social brasileiro**: Pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Toledo- Paraná, 2017. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view>. Acesso em 30 mai 2018

PAULO NETTO. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996

.Introdução ao método na teoria social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS. CEAD/UNB: Brasília, 2009,p. 667-699

.**Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: Do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008

. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. In: **Revista Katálises**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 189-199, jan./abr. 2018.

RIBEIRO, Sâmbara P. F. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós modernos e os imperativos da classe trabalhadora. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos Sociais e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 102-118

SAMPAIO Júnior Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo**: tragédia e farsa. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2ed. São Paulo: Cortez,2005

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social**: resistência e emancipação?

São Paulo: Cortez, 2013

YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS. CEAD/UNB: Brasília, 2009b, p. 143-163

RAND, Ayn. **Introduction to Objectivist Epistemology**. New York: A Meridian Book, 1967

CAPÍTULO 3

FORMAÇÃO E TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ÉTICO-POLÍTICOS

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 07/10/2020

Verônica Gonçalves Azeredo
(UFF/Niterói)
(UFF/Campos-RJ).
Campos dos Goytacazes/RJ.
http://lattes.cnpq.br/5752123675495665

Pollyanna de Souza Carvalho
(ESS/UFRJ)
(UFF/Campos-RJ).
Campos dos Goytacazes/RJ.
http://lattes.cnpq.br/4621235022753961

Letícia Machado de Araujo
(UFF/Campos-RJ).
Campos dos Goytacazes/RJ.
http://lattes.cnpq.br/7702367963184964

RESUMO: O objetivo é tecer considerações sobre a formação e o trabalho dos assistentes sociais num contexto onde o neoconservadorismo incide sobre a perspectiva de princípios religiosos e ético-políticos. Para tal, foram exploradas fontes de pesquisas realizadas em diversos estados do país, recortadas pelo eixo religião e serviço social, cujos sujeitos investigados, foram estudantes ou profissionais da área. A aproximação com o referido tema aponta para as experiências religiosas e o modo como estas impactam as diferentes esferas de atuação profissional e o quanto tais experiências tendem a corroborar para a manutenção de posturas e práticas conservadoras.

PALAVRAS - CHAVE: Assistente social; trabalho; projeto ético-político; neoconservadorismo; religião.

FORMATION AND WORK OF SOCIAL WORKERS IN THE PERSPECTIVE OF RELIGIOUS AND ETHICAL-POLITICAL PRINCIPLES

ABSTRACT: The objective is to make considerations about the formation and work of social workers in a context where neoconservatism focuses on the perspective of religious and ethical-political principles. To this end, sources of research carried out in several states of the country were explored, cut by the religion and social service axis, whose investigated subjects were students or professionals in the area. The approach to this topic points to the religious experiences and how they impact the different spheres of professional activity and how much these experiences tend to corroborate for the maintenance of conservative practices and practices.

KEYWORDS: Social worker; job; ethical-political project; conservatism; religion.

1 | INTRODUÇÃO

A reflexão ora socializada é produto da pesquisa Trabalho do Assistente Social no norte e noroeste fluminense: determinações sócio-políticas e culturais, sendo esta sub-projeto de uma proposta ampliada de investigação

que compõem o projeto "Guarda-chuva"[1] intitulado - "Mercado de Trabalho e Espaços Sociocupacionais do Serviço Social nas regiões norte e noroeste fluminense"[2]. Trata-se de uma experiência de cooperação entre grupos de pesquisa[3] da UFF-ESR[4] com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão do Programa de Estudos pós-graduados em serviço social da PUCSP.

Tal projeto "Guarda-Chuva" se desmembra em eixos com coordenações responsáveis pelo alcance de objetivos específicos. É onde o subprojeto Trabalho do Assistente Social no norte e noroeste fluminense: determinações sócio-políticas e culturais justifica-se e materializa-se, cujo objetivo, é traçar elementos que compõe o perfil profissional dos Assistentes sociais a partir de determinações sociais, políticas e culturais que atravessam sua formação e seu exercício profissional.

Derivada do subprojeto referido, a reflexão em torno da *formação e trabalho dos/as assistentes sociais com ênfase nos princípios religiosos e ético-políticos*, constitui o tema deste ensaio, cujo objetivo é levantar alguns elementos que permitam refletir sobre o modo possível de conjugar a moral-religiosa com princípios ético-políticos no Serviço social.

Para tanto, foram exploradas fontes de pesquisas realizadas em diversos estados do país, recortadas pelo eixo religião e serviço social, cujos sujeitos investigados foram estudantes ou profissionais da área. Tais pesquisas foram conduzidas por Couto (2002), Simões (2008), Souza (2010), Maia e Silva (2011), Santana e Matos (2015), Pinheiros (2015). Somando-se a estas a relevante fonte da pesquisa sobre perfil profissional do assistente social, realizada pelo CFESS (2005).

Do diálogo entre o que foi produzido por estes pesquisadores, elenca-se uma série de determinantes que compõem o quadro dos princípios que incidem sobre a formação e trabalho dos assistentes sociais na atualidade. Dentre estes princípios, o religioso, figura como herança de um processo de socialização que atravessa outras instancias, mediado por referencias teórico-metodológicas presentes no cenário da formação universitária e daqueles vinculados aos princípios ético-políticos da profissão.

2 | DESENVOLVIMENTO

O tema princípios religiosos e ético-políticos, na formação e no trabalho dos (as) assistentes sociais, sugere inicialmente uma atenção acerca das formas de sociabilidades

1 Aprovado pela FAPERJ (Processo E-26/010.002059/2016) – prazo da pesquisa 2017-2018. O objetivo geral dessa proposta ampliada é identificar as tendências atuais da política social brasileira e do mercado de trabalho para assistentes sociais no Brasil no séc. XXI e suas particularidades nas regiões Norte e Noroeste Fluminense (Inclui-se: principais áreas e formas de contratação profissional, tipos e vínculos, exigências institucionais em casos de contratos de trabalho; jornadas de trabalho; salários; perfil profissional e composição de trabalho).

2 Ao todo são 22 municípios.

3 (GRIPES)-Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde; (GEPPRU)-Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Rurais e Urbanas e (GATAS)-Grupo de Assessoria em Serviço Social.

4 UFF-Universidade Federal Fluminense/ESR - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (situado na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ).

banhadas por forte onda conservadora, que atinge principalmente o Brasil nos dias de hoje e que afetam o processo de formação e trabalho no contexto geral e, em particular, daqueles que vivem do exercício do Serviço Social.

Fato revelador dessa ideia é o crescimento do número de evangélicos na década passada, conforme IBGE (2000-2010). O impacto disso, também pode ser observado na formação do atual perfil do Congresso brasileiro, caracterizado por expressiva bancada evangélica, representante da matriz mais conservadora- pentecostal. Vê-se a laicidade do Estado ameaçada e, consequentemente, a expansão de princípios religiosos revestidos de uma moralidade que lhe é própria e que se sobrepõe a princípios éticos, cívicos e políticos.

Sobre esse eixo, a proposta é elencar alguns elementos que nos permitam refletir - de que modo é possível conjugar a moral-religiosa com princípios ético-políticos, no âmbito do Serviço Social? Com tal problematização não se quer afirmar que assistentes sociais que professam uma religião imprimam ao seu trabalho um modo puramente religioso. Não é esse o fluxo da análise, o que se propõe é uma indagação sobre algumas das variáveis como as de classe, de gênero, religiosas e políticas, que fornecem subsídios à compreensão dessa questão.

Nessa direção Barroco (2011), sobre o prisma da contemporaneidade, revela que o conservadorismo moderno se manifesta de modo diverso e incide na sociedade em seu conjunto. Argumenta que a dimensão tradicional do conservadorismo aparece metamorfoseada, sobre diferentes ângulos e influencia as respostas que o Estado neoliberal apresenta às expressões da questão social. Na linha desse argumento, o interesse é pensar como esse processo ocorre no âmbito da formação e atuação profissional do assistente social, uma vez que estes, conforme os demais segmentos da sociedade estão sujeitos e sujeitados as influências de valores conservadores, que assumem novas roupagens no contexto político e social atual (Idem).

Atravessadas por valores conservadores, a sociedade em seu conjunto é desafiada e desafia a formação e a atuação de profissionais que recebem influencias de processos sociais alienantes e consequentemente, correm o risco de se tornarem vetores desses processos.

Nesse diálogo Pinheiro (2015, p. 203), destaca que a emergência do neoconservadorismo possui como elemento de sua causalidade, a necessidade de reação à crise estrutural, vivenciada pelo capital no âmbito econômico, político e cultural aliado à importância de reação às diversas lutas e conquistas que se deram no século XX, tanto no mundo do trabalho, quanto nas questões de gênero, diversidade sexual, juventude, raça, etnia, geração, etc. No fluxo desse pensamento, observa-se que o neoconservadorismo religioso ao se espraiar desde o cotidiano dos indivíduos até às questões políticas, no direcionamento do ataque e supressão de direitos, inclui-se, no plano da reprodução cultural das desigualdades.

Por essa via que política, religião e preconceito passam a ser expressão de formas

e intensidades distintas e desordenadas, em outros tempos e espaços, como frutos de um mesmo processo, em que o conservadorismo aparece flexível para realizar as reformas necessárias à manutenção de sua força e direção, em conformidade com a atual conjuntura (Idem, p.198).

Na medida em que o neoconservadorismo religioso é detentor de uma lógica machista, patriarcal e heterossexista, inerente aos seus dogmas e doutrinas nos seus vieses fundamentalistas, torna-se um potencial obstáculo à efetivação da vertente teórico-metodológica marxista consolidada na formação e profissão do Serviço Social nos anos 80. Nesse sentido, tende a dificultar a adesão aos princípios preconizados no Código de Ética Profissional legitimado nos anos 90 e consequentemente, sua efetivação, via atuação profissional e nas instâncias político-organizativas da profissão, como: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), centros e diretórios acadêmicos das unidades de ensino, Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ ENESSO (Idem, p. 201).

Pinheiro (2015, p. 209), em pesquisa na Universidade Estadual do Ceará, com alunas do curso de Serviço Social, indaga sobre em que medida a moralidade religiosa, incorporada a partir do cotidiano dos sujeitos, impacta na formação destes estudantes. As entrevistas apontaram para a realidade de difícil articulação entre preceitos religiosos, oriundos do processo de socialização das estudantes, iniciado fora da esfera acadêmica com os preceitos ético-políticos da profissão. Na percepção das entrevistadas, o ambiente acadêmico é desfavorável aos debates religiosos (Idem, p. 201) e quando indagadas sobre os motivos que as levaram a escolha do curso, revelaram uma noção superficial quanto a análise inicial da profissão. Essa superficialidade na compreensão do serviço social diz respeito não apenas as percepções individuais das estudantes, mas também a imagem preponderante sobre a profissão no imaginário da sociedade –em consonância com o modo como ela foi criada e legitimada, num movimento de imbricação entre conservadorismo e fundamentos religiosos (Idem, p. 209).

Sobre isso Manrique de Castro (2011), endossa que os estereótipos sobre o fazer profissional no serviço social vão além da visão dos que chegam à graduação, se fazendo presentes também no entendimento de profissionais de outras áreas, gestores das políticas sociais e, em parte dos usuários, alcançando assim os espaços sócio-ocupacionais. Tal fato é objeto de tensões no campo profissional e na afirmação das atribuições e competências reais dos assistentes sociais.

Por fim, nota-se a partir de Pinheiro (2015) que em uma sociedade machista e classista como a brasileira, crenças e valores, fomentam uma espécie de dimensão cultural, que por sua vez, tende a orientar a escolha das estudantes pelo curso de Serviço Social.

De acordo com CFESS (2005), 97% dos profissionais do serviço social no Brasil são mulheres. Somado a isso, foi constatado pela PNAD/IBGE 2013 que o curso de serviço

social é o terceiro curso feminino do país, com 157.919 mulheres. Importa pontuar que a figura feminina se encontra associada, historicamente, à dimensão da proteção e do cuidado.

Na exploração de fontes documentais da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), Souza (2010, p.5), constatou que o movimento de emancipação da mulher estava sendo qualificado como "filosofia mundana" e que o feminismo era algo "contrário às escrituras". Neste ponto, observa-se uma tentativa da Igreja em desqualificar processos emancipatórios modernos. Outra importante informação que teve acesso foi sobre a tentativa da Igreja em influenciar o processo de socialização das mulheres presbiterianas fazendo uso da Sociedade Auxiliadora Feminina (SAF), o que numa perspectiva de gênero, afirma a diferenciação do processo de socialização entre homens e mulheres, fundamentado na assimetria de poder (Idem).

Neste processo de exposição dos possíveis impactos que valores religiosos podem ter sobre a formação e atuação profissional do assistente social, vale explicitar que a defesa de Souza (2010), é a de que o fundamentalismo religioso é mais do que uma resistência ao mundo moderno, trata-se, de uma resposta à crise que esse mundo edifica nas comunidades religiosas.

Expressão dessas comunidades, as famílias são lugares privilegiados de transmissão e socialização de preceitos religiosos. Portanto, enquanto instituição social, é por excelência encarregada pela transmissão da moralidade religiosa (MACHADO, 2006).

Couto (2002), em estudos na periferia de Recife constatou que ao converter-se a uma religião, o indivíduo modifica a maneira de compreender a si e ao mundo, em decorrência do vínculo afetivo que estabelece com o grupo de crença. Em que medida a moralidade religiosa, ao incidir subjetivamente na dinâmica da vida do indivíduo (neste caso um/uma assistente social), torna-se um potencial obstáculo à efetivação do direcionamento ético-político da profissão?

Sabe-se que o projeto ético-político tem como fundamento a eliminação do preconceito, o combate às opressões e preconiza o laicismo, confrontando o fundamentalismo religioso e a intolerância, crescentes na contemporaneidade. Desse modo, Pinheiro (2015, p. 205-207) argumenta que os preceitos religiosos desafiam a formação e atuação profissional pautada no arcabouço teórico crítico, radical e histórico, tal como demanda ao serviço social.

No fluxo dessa análise, vale recordar que a busca de ruptura do serviço social com o conservadorismo pode ser verificada a partir dos anos 80, entretanto tal fato, não significa que o mesmo tenha sido totalmente superado. Mas importa destacar que esse período deu suporte a renovação cultural da profissão. Na visão de Pinheiro (2015, p.199), o debate sobre preconceitos ganha visibilidade com a aproximação e consolidação da teoria crítica marxiana e marxista na formação, atuação e pesquisa profissional. Entre tantas mudanças, o serviço social modifica a maneira de pensar o mundo, suas relações e seus fundamentos

e busca a desnaturalização das diversas desigualdades.

Preocupado com a resistência ao conservadorismo, Netto (1996) afirma que a consolidação da cultura profissional calcada na direção social contra-hegemônica carece de profissionais ousados no sentido cívico e intelectual para enfrentar práticas deste cunho. Foca no argumento de que sem profissionais que se posicionem nos debates e impasses sócio-políticos em curso, com discernimento intelectual para capturar as transformações societárias e suas tendências, mesmo diante das debilidades da formação acadêmica, não será possível superá-lo.

Logo, o avanço neoconservador, objeto também desse ensaio, é pauta urgente para a categoria. Trata-se de se interpretar e se reinterpretar as novas roupagens do conservadorismo, como bem afirmou Netto (1996), enquanto necessidade permanente.

Vale relembrar que o serviço social emerge no Brasil, após 1920 como um departamento especializado da Ação Social[5], alicerçado em sua doutrina social por intermédio da Igreja Católica, de bases confessionais, que atuava como uma Instituição Social de caráter religioso e universalizante. Nesse contexto sócio-histórico, a igreja se colocava em meio às contradições de classe, disputando o controle social e ideológico na sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Pela lente das bases confessionais da profissão, Iamamoto e Carvalho (Idem, p. 23-24) afirmam ser o conservadorismo, um conjunto de ideias ressignificadas e transpostas numa concepção de projetos adeptos à ordem capitalista. Advogam que sobre essa matriz, o serviço social se desenvolveu, adepto a um ideário conservador e em meio a uma sociedade onde a liberdade se escamoteava entre as particularidades da vida privada e subjetiva, ao mesmo tempo, onde as relações sociais e externas eram subsumidas a ordem e ao doutrinamento.

Mais adiante, a intelectualidade da profissão, busca romper com a herança conservadora e construir novas bases de legitimidade da ação do serviço social. Tal ruptura, demanda clareza dos assistentes sociais quanto aos rebatimentos políticos que incidem sobre os antagonismos sociais vigentes, próprios da ordem burguesa. Dá-se então, o reconhecimento que a intervenção profissional deveria dispor das necessidades dos usuários enquanto segmentos dominados pelo capitalismo. Tal tomada de consciência impulsiona um movimento de ruptura com a tradição profissional e com o modelo de atuação tecnicista. Fundamentos científicos mais consolidados são esboçados como proposta, aliados ao reconhecimento de que a intervenção profissional deveria ser construída com base nos interesses da população. Dá-se então o reconhecimento da luta de classes (IAMAMOTO, 2007, p. 37-38).

Atravessado em sua origem pelo ideário conservador - próprio de uma sociedade patriarcal e patrimonialista- o serviço social nasce comprometido com a ideologia da ação

5 As profissionais de Serviço Social da época, as senhoras e moças da sociedade, eram oriundas das ações benévolas e caridosas do bloco católico (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

católica, conforme já registrado. Desse fato, pode-se formular a seguinte indagação: até que ponto a socialização religiosa no século XX, apesar dos processos de ruptura, continua a influenciar o trabalho do/da assistente social, no século atual?

No fluxo dessa indagação, soma-se o registro de que a Constituição Federal de 1988 no Brasil, no que tange à liberdade religiosa, aponta que a mesma é resguardada no seu Título II -Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I -Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, nos incisos de VI a VIII (BUSIN, 2011, p. 106). Nesse sentido, o que se deseja destacar é a laicidade do Estado, tendo os indivíduos autonomia para direcionarem-se a religião desejada.

Busin (2011, p.119) afirma que no Brasil o catolicismo se expressa como tradição cristã majoritária, mas que a expansão das igrejas evangélicas, tem contribuído para somar substantivamente na transmissão de valores morais. Tais valores acabam por incidir no conjunto da sociedade, pela via dos mecanismos de sociabilidade, ao alimentar relações e subjetividades, mesmo daqueles que não são adeptos de alguma crença religiosa.

Ao investigar sobre o interesse dos/as estudantes pela procura do curso de serviço social, Simões (2008, p. 47), identificou que valores provenientes da religião, da política, da sociedade e de gênero, seguido, pela procura de ascensão social e profissional, dizem respeito às principais motivações de ingresso.

Com o mesmo recorte investigativo Santana e Matos (2015), em sua pesquisa sobre a origem familiar e as motivações para a escolha profissional no serviço social em Aracaju/SE, em 2009, revelam que 69% das assistentes sociais são católicas, 10% são protestantes, 4% são espíritas e outras 4% evangélicas. Quanto ao perfil religioso de suas famílias, 87% daquelas que foram entrevistadas, possuem origem religiosa. Chamam a atenção para o corte de gênero, onde os pais (26%) são menos religiosos do que as mães (74%).

Dutra (2015) em pesquisa realizada em 2012, na região norte do Paraná, expõe dados derivados da aplicação de 147 questionários e 22 entrevistas com assistentes sociais, onde 77% se classificaram como católicos (as), 14% evangélicos (as), 5% espíritas e 4% revelaram não-participação em instituição religiosa. Questiona a frequência em atividades de caráter religioso e verifica que 45% mantém a periodicidade de uma vez por semana, 24% mais de uma vez por semana, 23% praticam atividades esporádicas e 18% participa com intervalos superiores a um mês, 28% vão à igreja desde crianças e 32% operam em alguma atividade ofertada pela igreja –como líderes de grupos, na gestão de cultos, atuando nas leituras ou preparando o local para os cultos. Sobre a presença de símbolos religiosos nos seus ambientes de trabalho, 44% afirmaram que existem e 56% revelaram que não fazem uso. Quando indagados/das sobre que tipos de objetos religiosos adotados (35%) responderam a bíblia, 17% calendários com temas religiosos, 12% referiram-se a crucifixo, outros 12% a imagens de santos e 6% representa o equivale a livros religiosos.

Quanto à participação na vida religiosa, Simões (2007, p. 178-179) em pesquisa

com estudantes de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro –UFRJ em 1996/2006, observou que dos estudantes evangélicos (76,6%) são os que mais se envolvem nas instituições de cunho religioso, seguidos de católicos (51,1%) e espíritas (33,1%). Constatou que grande parte dos estudantes participava, na ocasião da pesquisa, de alguma instituição religiosa e incorporava na vida privada, valores e ideias religiosas herdadas de suas famílias. A maioria se autodenominou "religiosa-participante". Verificou que 88,9% representa o quadro de discentes religiosos no curso de serviço social; destes, 49% participam de atividades religiosas nas igrejas que frequentam enquanto 39,9% em atividades eventuais (Idem, 2007, p. 187).

O caráter de gênero, na incidência da militância religiosa, se verifica desde os primórdios do serviço social, onde pela via da igreja católica, damas e senhoras praticavam a caridade aos enfermos e aos necessitados. Isso não por acaso, já que historicamente as mulheres se atribuía a oferta de cuidado e proteção ao próximo. Nessa perspectiva, Santana e Matos (2015, p. 48) sinalizam que os valores humanitários e religiosos se imbricam com as funções femininas, bem como "o cuidado, o altruísmo, a educação e a abnegação". Logo, um dos papéis da igreja sempre foi desenvolver e socializar mecanismos capazes de exercer influência sobre o comportamento feminino. Desse modo, as profissões intituladas "femininas" atingem o imaginário social como aquelas que se vinculam a práticas educativas e inspiradoras de carinho, cuidado, benevolência.

Fato é que e a vida privada feminina possui aspectos que delimitam sua formação profissional, visto que a mulher assume múltiplas tarefas que se estendem na esfera pública, de modo que "os afazeres domésticos compõem saberes (na esfera do cuidar, organizar, educar, orientar) que ajudam na definição de escolhas profissionais e na mobilidade do universo profissional" (SANTANA; MATOS, 2015, p. 48).

Ocorre, que não apenas na esfera micro, individual e privada, mas na pública, a religião se coloca a serviço da legitimação da dominação e é atravessada pelos conflitos de classe (HERVIEU, 2009, p.17).

É nesse ponto que Simões (2008), destaca que os valores religiosos em conexão com a esfera privada e a pública, sugerem a análise dos "elos morais", constituídos entre os/as assistentes sociais e os usuários dos serviços prestados, com enfoque nas intervenções subjetivas e/ou particulares, porque "mais do que uma simples intervenção técnica, a prática dos assistentes sociais utiliza-se da influência pessoal do próprio agente, como instrumento da ação assistencial" (Idem, p. 50-51).

Por meio dessa reflexão, observa-se que apesar de tantos avanços, os assistentes sociais, devido sua herança sócio-cultural e política e a trajetória histórica da profissão, não conseguiu romper radicalmente com atitudes de tutela, influenciada por um dever de caráter moral com o estado normativo público. Isso porque, alicerçados em posturas tutelares, paternalistas e moralistas, próprias dos processos socializantes de nossa sociedade, os alunos/as do curso de serviço social, chegam à universidade com a premissa de "fazer

o bem" e "auxiliar o próximo". Em contrapartida, ao entrarem no curso de serviço social, tem-se um choque de realidade, já que a formação é politizada e essencialmente, nas universidades públicas, inspirada no pensamento de Marx (SIMÕES, 2007, p. 175-176).

Ao refletir sobre os princípios religiosos que interpelam o perfil profissional dos/das assistentes sociais e problematizar à dimensão ético-política, inspiradora da formação e do trabalho dos referidos profissionais, Barroco e Terra (2012, p. 20-21), revelam que os obstáculos da categoria (nesses dias de luta e resiliência) se referem sobretudo a qualificação da direção social das ações profissionais[6]. Além do mais, quando há a incorporação da direção social do projeto ético-político, por profissionais e estudantes, a cultura crítica da liberdade, da democracia e dos direitos dos trabalhadores, ganha espaço num cenário marcadamente liberal.

Sabe-se que embora formulado num contexto politizado e suscetível a politização dos assistentes sociais, o projeto ético-político da categoria não é hegemônico. Contudo, há que se indagar se os profissionais se vinculam atualmente mais as instituições/causas políticas ou religiosas? Em que medida o princípio de ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos sociais civis e políticos das classes trabalhadoras, tem sido capaz de mobilizar a categoria ou tem sido ícone da identidade instrumental do serviço social? Que elementos caracterizam a diversidade nos espaços de trabalho e do modo de trabalho dos assistentes sociais, socializadores da ideia de que há tantos serviços sociais, quanto assistentes sociais? Quais as influências do nível de acesso a informação, conhecimento, tecnologia, condições de trabalho e renda, na trajetória da formação cultural e social dos assistentes sociais? Como isso rebate nas formas de enfrentamentos das expressões da questão social, nos espaços institucionais?

Em que medida a adesão acrítica ao projeto da categoria, expressa no hiato entre seus princípios e o modo de trabalho dos assistentes sociais, não incorpora a dimensão ética pela via da moralidade religiosa ou de um ideário conservador, contrário às demandas de sua origem de classe, bem como, as dos usuários, em oposição à reflexão ético-política que orienta o referido projeto?

Produto da denúncia do conservadorismo no serviço social, o projeto ético-político da profissão, buscou e busca contribuir para a construção de sua auto-imagem, respaldado por valores e demarcado por objetivos e tarefas que corroboram na construção de requisitos (teóricos, práticos e institucionais). O referido projeto aponta para a conduta profissional e as bases de suas relações com os usuários, com os demais profissionais e com as instituições/organizações (NETTO, 1999).

Nesse fluxo de análise Netto (Idem, p. 05) sustenta que o projeto não é homogêneo,

6 É possível compreender que, as ações cotidianas dos profissionais de Serviço Social constroem um efeito concreto que interfere na vida dos usuários e na sociedade e, que, são nessas ações que se constituem valores e finalidades de traços éticos. Ademais, o conhecimento crítico ou a ausência dele, e a iniciativa política ou a sua falta, podem expandir ou cercear a efetivação da ética profissional, no plano de suas possibilidades históricas (BARROCO; TERRA, 2012, p. 32-33).

porque cada indivíduo do corpo ou categoria profissional é diferente – nas suas origens, histórias, posições, perspectivas sociais, condições intelectuais, condutas e inclinações teóricas, ideológicas e políticas variadas. No entanto, há que se atentar para a importância do debate e do confronto de ideias entre membros da categoria e para a superação de atitudes autoritárias e excludentes. Na mesma direção, Barroco (2011, p. 2012), afirma que cabe aos profissionais do serviço social estar atentos politicamente e inteirados acerca da sociedade em geral, somar sua atuação junto aos profissionais que partilham dos mesmos ideais e das entidades representativas, dos movimentos sociais e da classe-que-vive-do-trabalho. Destaca que a articulação com o projeto profissional é de suma importância para que o conservadorismo ou "neoconservadorismo" e os princípios religiosos não estejam em primeiro plano e, consequentemente, se sobreponham aos direitos sociais dos usuários das políticas públicas e sociais.

Fato, é que nos anos 80 do século XX -em plena autocracia burguesa -, o serviço social vislumbrou seu amadurecimento e o manifestou através da intenção de ruptura com o conservadorismo e posteriormente com a adoção do pensamento crítico, entretanto, isso não garantiu que conservadorismo fosse completamente superado, nem poderia, visto ser uma profissão, essencialmente atravessada pelas relações sociais e ocupar posição interventiva no contexto dessas relações, que no seu conjunto, são expressão de variadas práticas conservadoras.

Ocorre que nesta década, a massa crítica do corpo profissional teve iniciativa para se lançar e garantir espaços ideo-políticos e afirmar o direito as diferenças, isso representou e representa grande avanço. No entanto, frente ao ideário e as manifestações práticas do neoliberalismo, o cenário atual, põe em destaque a ameaça ao projeto ético-político profissional, devido ao avanço da ofensiva neoliberal, que a título da racionalização, dos valores modernos e do Primeiro Mundo, vem atacando a Constituição Cidadã (1988), a educação, os direitos sociais, as políticas e serviços públicos, bem como, a adoção das políticas macroeconômicas que colocam em cheque a reprodução da população.

Fica então o questionamento: Como conjugar a influência do ideário social conservador, com a moral-religiosa e os princípios ético-políticos, no âmbito do Serviço Social?

Essa indagação conduziu esse ensaio e norteará outras oportunidades analíticas, cujo desafio também consiste na consolidação e resistência coletiva. Entretanto, como enfrenta-lo no seio da categoria, juntamente com entidades representativas, políticas e jurídicas da profissão, se a base de militância entre os assistentes sociais é majoritariamente religiosa?.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a dimensão religiosa na sociedade moderna supõe problematiza-la

enquanto visão de mundo, dado o reconhecimento de que tal dimensão é atravessada por diversos valores e comportamentos, que saltam do mundo privado e atingem o mundo público. Desse modo, o Estado que deveria ser laico, se descaracteriza enquanto as políticas públicas se despolitizam. Com esse desenho esboçado no contra fluxo de uma ordem civilizatória que preza pelo bem comum, os sujeitos são orientados por um subjetivismo individualista. Quais as implicações desse processo, característico da cultura ocidental moderna e com repercussões peculiares no Brasil (desigualdade e autoritarismo), se esboçam na formação e trabalho dos assistentes sociais brasileiros? Dos elementos que foram recortados e aqui expostos, destacam-se como principais:

1) O neoconservadorismo religioso como detentor de uma lógica que favorece o fortalecimento de valores e normas comportamentais associados à tradicional ideologia patriarcal formadora do *ethos* da família brasileira.

2) Os dogmas e doutrinas nos seus vieses fundamentalistas tornam-se potenciais obstáculos à efetivação da vertente teórico-metodológica marxista consolidada na formação e profissão do Serviço Social a partir dos anos 80 e inspiradora do Projeto Ético-Político vigente da categoria.

3) As variáveis de classe, raça-etnia, gênero, religião e política devem ser consideradas na análise da formação e trabalho dos assistentes sociais, enquanto elementos, atravessados pela ideologia individualizante, conservadora e fundamentalista que incide também no Serviço Social, comprometendo a direção social e política da profissão.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L.S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BUSIN, V. M. Religião, sexualidade e gênero. **Rever**, ano 11, n. 01, p. 105-124, jan./jun. 2011.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2011.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

COUTO, M. T. Gênero, Família e pertencimento religioso na redefinição de ethos masculinos e femininos. **Antropológicas**, Recife, v.13, n.1, p.15-34, 2002.

DUTRA, P. V. **A Presença da Religião no Exercício Profissional de Assistentes Sociais**. Londrina: UEL, 2015.

HERVIEU, L.; WILLAIME, J.-P. **Sociologia e Religião**: Aparecida do Norte: Ed. Idéias e Letras, 2009.

IAMAMOTO, M. V. Conservadorismo e Serviço Social. In: **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 17-40.

_____; CARVALHO, R. de. Aspectos da História do Serviço Social no Brasil (1930-1960). In: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 133-165.

MACHADO, M. das D. C. Religião, família e individualismo. In: DUARTE, L. F. duas. *et al*. **Famílias e Religião**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

MAIA, T. S.; SILVA, C. N. da. Religião e Religiosidade na Contemporaneidade: Um Tema de Investigação para a História das Religiões e Religiosidades. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5, 2011, **Anais...**, Curitiba, 2011.p. 2050-2858.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr.1996.

_____. A construção do projeto ético –político do Serviço Social. **Serviço Social & Saúde**: Formação e Trabalho Profissional,1999. p. 01-22.

PINHEIRO, P. W. M. Serviço Social, neoconservadorismo religioso e o desafio para formação profissional. **Temporalis**, Brasília, v.15, n. 29, p.195-220, jan./jun.2015.

SANTANA, A. M. de.; MATOS, C. M. O. A Influência da Socialização Religiosa e do Gênero no Universo Acadêmico. **Interfaces Científicas Humanas e Sociais**, Aracaju (SE), n. 4, n.1, p. 44-53, out. 2015.

SIMÕES, P. Por que Estudar o perfil profissional? **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 45-61, 2008.

_____. Religião e Política entre Alunos de Serviço Social (UFRJ). **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p. 175-192, 2007.

SOUZA, R. da C. **A família evangélica em face dos processos emancipatórios modernos**. Fazendo o Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010.

CAPÍTULO 4

O CIPÓSS E AS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: QUADRIÊNIO 2017-2020

Data de aceite: 01/12/2020

Heleni Duarte Dantas de Ávila
Universidade Católica do Salvador
http://lattes.cnpq.br/0731461399978692

Jucileide Ferreira do Nascimento
Universidade de Brasília
http://lattes.cnpq.br/7133915187509566

RESUMO: O presente trabalho aponta a importância da inter-relação entre a pesquisa e a extensão como peças fundamentais para a formação profissional em Serviço Social. A análise parte das ações desenvolvidas pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Cidadania, Política Social e Serviço Social – CIPÓSS no transcorrer do quadriênio 2017-2020, organizadas em quatro projetos ao longo deste período. O grupo possui duas professoras/orientadoras, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, vinte estudantes de graduação (cursos de serviço social e gestão pública) e cinco estudantes do mestrado em Política Social e Territórios. Após estes quatro anos de desenvolvimento de atividades, pode-se concluir que os discentes que participam de grupos de pesquisa e extensão possuem um melhor desempenho na condução das atividades da vida acadêmica, logrando melhor êxito em aprovação em seleções de mestrados. O trabalho em equipe possibilita a partilha de experiências, saberes e a construção de trabalhos coletivos, contribuindo com a efetivação de políticas sociais, na região do Recôncavo da Bahia, onde a Universidade está inserida.

PALAVRAS - CHAVE: Políticas Sociais; Cidadania; Universidade; Pesquisa.

CIPÓSS AND RESEARCH AND EXTENSION ACTIVITIES IN THE UFRB SOCIAL WORK COURSE: QUADRENNIUM 2017-2020.

ABSTRACT: This paper points out the importance of the interrelationship between research and extension as fundamental elements for professional training in Social Work. The analysis is based on the actions developed by the Study, Research and Extension Group on Citizenship, Social Policy and Social Work - CIPÓSS during the 2017-2020 quadrennium, organized into four projects over this period. The group has two professors / supervisors, from the Social Service course at the Federal University of Recôncavo da Bahia, twenty undergraduate students (courses in social work and public management) and five students from the Master in Social Policy and Territories. After these four years of development of activities, it can be concluded that students who participate in research and extension groups have a better performance in conducting the activities of academic life, achieving better success in approval in the selection of master's degrees. Teamwork enables the sharing of experiences, knowledge and the construction of collective works, contributing to the implementation of social policies in the region of Recôncavo da Bahia, where the University is located.

KEYWORDS: Social Policies; Citizenship; University; Search.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do processo de construção coletiva da equipe que compõe o Grupo de Estudos, pesquisa e extensão Cidadania, Políticas Sociais e Serviço Social – CIPÓSS, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB[1].

O trabalho tem como lócus de análise, a princípio o município de Cachoeira, que pertence ao Território do Recôncavo da Bahia[2] que congrega 19 municípios[3]. O CIPÓSS se constitui num espaço de desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco na Formação Profissional em Serviço Social, a partir de pesquisas e atividades extensionistas e em parceria com as prefeituras locais, no caso específico a prefeitura municipal de Cachoeira.

Em um país como o Brasil, que apresenta uma das mais baixas taxas de acesso ao ensino superior, entre os países emergentes, em que milhões de pessoas vivem em situação socioeconômica precária, a busca de escolaridade constitui um passo essencial na construção de uma nova realidade social.

De acordo com dados do IBGE de 2017, a Bahia tem pouco mais de 15 milhões de habitantes, distribuídos em 417 municípios, num território de aproximadamente 565 mil km2. Nesse território a democratização do ensino superior, público e de excelência era, e ainda é, insuficiente, apesar do importante crescimento assistido nos últimos 14 anos. O Mapa do Ensino Superior no Brasil, do ano de 2016, indica que a taxa de escolarização no ensino superior da população de 18 a 24 anos na Bahia era 10,4%, o que colocava o território na 25ª colocação, com um dos piores índices de acesso ao ensino superior do Brasil.

---

1 O curso de Serviço Social está no Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL, que fica localizado no município de Cachoeira-BA.

2 A divisão da Bahia em Territórios de Identidade ocorreu através do Decreto Estadual, nº 12.354, de 25 de agosto de 2010. Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.
Definição: O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.
Secretaria do Planejamento - Governo da Bahiahttp://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17 .
Acessado em 24/01/2018.

3 Cabaceiras do Paraguaçu - Cachoeira - Castro Alves - Conceição do Almeida - Cruz das Almas - Dom Macedo Costa Governador Mangabeira - Maragogipe - Muniz Ferreira - Muritiba - Nazaré - Salinas da Margarida - Santo Amaro Santo Antônio de Jesus - São Felipe - São Félix - Sapeaçu - Saubara – Varzedo. Ressalta-se que o curso de Serviço Social está situado no município de Cachoeira.

A origem da UFRB se deu a partir de um longo processo de mobilização da comunidade local, recebendo apoio de vários sujeitos tanto do Parlamento Federal como do território do Recôncavo da Bahia. A UFRB nasce com uma concepção inovadora, contemplando a mobilização social dos vários segmentos do Recôncavo baiano. A sua proposta atingiu e mobilizou, de forma significativa e incomum.

A universidade adota o modelo multicampi que tem como objetivo principal explorar o potencial socioambiental de cada espaço do Recôncavo, bem como servir de polo integrador, com centros de estudos nas diversas áreas do conhecimento, explorando as culturas locais, os aspectos específicos e essenciais da sua organização social e do meio ambiente.

A UFRB, apresenta possibilidades concretas de mudança no cenário do Recôncavo baiano, quer na inserção de sua população no ensino universitário, público e de qualidade, ou na realização de pesquisas e atividades voltadas para a população local, cumprindo o papel social da Universidade.

2 | O CIPÓSS E A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

A Universidade é, portanto, espaço de formação, de reflexão, de crítica e de criação; inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber. Um espaço que, pelo avanço do conhecimento, através da pesquisa, do ensino e da extensão, possa buscar soluções para os mais variados e diferentes problemas científicos, sociais, econômicos, educativos e culturais da sociedade onde está inserida e formar cidadãos conscientes, capazes de entender a sociedade onde vivem e contribuir para a sua transformação em sociedades justas, igualitárias, soberanas e econômica e socialmente avançadas.

Nesta perspectiva, a Universidade deve ser uma instituição que consiga ter princípio e referência normativa e valorativa na sociedade e não nela mesma e em suas particularidades. E, nessa medida, a articulação entre os interesses e necessidades da sociedade e do mundo do trabalho, governos e universidade precisa ser colocada no justo ponto:

É nessa lógica que o curso de Serviço Social da UFRB realiza atividades de pesquisa e extensão que visem, sobretudo, uma reflexão crítica e que leve a uma criação, ou seja, produção de conhecimento, inseparável da ideia de democracia e de democratização

do saber, unindo universidade e serviço e contribuindo para a efetivação da Política de Assistência Social no Recôncavo.

> Portanto, um processo de educação permanente fala a sujeitos, a cidadãos, na instituição educacional, nas comunidades, nas obras. Nesse processo de estimular os sujeitos em seu processo de criatividade individual e social é necessário um balizamento ético que, em primeiro lugar, nos lembre que a educação é um direito inalienável do ser humano (educação para todos e com qualidade) e, ainda, que a Assistência Social é política pública de direitos a quem dela necessitar e ambas devem respeitar a diversidade e o outro em suas diferenças (YAZBEK, p. 141, 2014).

A experiência de transformar as ações de pesquisa em um projeto de intervenção, em atividades de extensão, tem possibilitado, em particular aos discentes, exercerem a sua capacidade criativa na produção acadêmica. Esta diversidade de atividades, só tem sido possível por tratar-se de uma universidade pública e que defende as ações de ensino, pesquisa e extensão de forma interligada.

3 I AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CIPÓSS

Ao longo do quadriênio 2017-2020, foram desenvolvidas atividades no campo da política de Assistência Social e outras acerca das representações do uso de drogas lícitas e ilícitas na comunidade universitária. Todas as atividades observaram o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. As quais serão descritas a seguir.

3.1 O Projeto de pesquisa através do PIBIC[4]: A política de assistência social e os direitos sócio assistenciais no município de Cachoeira – Bahia

A Política Pública de Assistência Social se configura como política de proteção social. É uma política pública não contributiva, dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. O seu marco legal tem como ponto principal a Constituição Federal de 1988, que destina no capítulo da seguridade social, uma seção especifica para a Assistência Social, nos artigos 203 e 204; a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), Lei 8.742 de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes de suas ações. A Loas determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil.

O Sistema Único de Assistência Social- Suas, é o modelo único de gestão da Política de Assistência Social em âmbitos federal, estadual e municipal, organizado de forma descentralizada e participativa.

Assim, esta pesquisa, serviu para nortear um novo patamar de planejamento das ações para os usuários dos serviços, uma vez que vislumbrou uma leitura da realidade

4 O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (**PIBIC**) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica.

embasada em dados cientificamente validados e precisos.

Significa qualificar os serviços à medida que se instrumentaliza tecnicamente a gestão municipal e todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ainda, a pesquisa permite à gestão municipal um conhecimento do contexto local, possibilitando a organização e a viabilização de ações de prevenção de diversas situações. Conhecer uma realidade é possibilitar ao ente público assumir o seu papel de tutor do bem comum. Enfim, é preciso salientar que a Pesquisa Social representa um marco na gestão da Política Municipal de Assistência Social.

Por outro lado, destaca-se a importância da realização deste trabalho em parceria com a Universidade, garantindo-se a possibilidade de um trabalho conjunto e o fortalecimento da extensão universitária como um espaço de trabalho junto à comunidade onde o curso de Serviço Social está inserido.

Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo geral buscar compreender a realidade sócio assistencial do município de Cachoeira e a sua rede de proteção social.

Os dados levantados revelam que Cachoeira possui 49% de pessoas residentes na zona rural e com um pequeno predomínio da população urbana (51%). No tocante ao sexo a população cachoeirana está dividida entre 48% de homens e 52 % de mulheres. Os homens estão em concentração igual nas duas áreas, ou seja, 50% em cada uma (urbana e rural), já as mulheres estão em maioria na zona urbana (53%).

Observa-se que os bens duráveis de maior frequência entre os moradores da zona urbana são, em ordem numérica: televisão; rádio; geladeira e aparelho celular. A televisão é um meio de comunicação que se popularizou, em especial em várias partes do país, em particular com a energia elétrica chegando nas zonas rurais, assim como a geladeira. O rádio tem um fator cultural forte no interior e o celular que é um meio de comunicação de fácil uso e que pode ter baixo custo e também com grande aderência em toda a população.

No item pobreza, observa-se que ocorreu uma melhora nas condições de vida da população, pois ao analisarmos o índice de pobreza municipal calculado com base na pesquisa do orçamento familiar, sendo o percentual da população com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, em determinado espaço geográfico. Este cálculo foi realizado antes da implantação do Bolsa Família e os resultados para o município de Cachoeira no ano de 2003 (IBGE, 2018), aponta que 41,75 % da população encontrava-se em estado de pobreza.

Entretanto, ao analisar os dados do último senso do IBGE para o município de Cachoeira, pode-se verificar que o município de Cachoeira não está entre os que possuem os piores rendimentos do pais, consoante afirmação do próprio IBGE.

> Segundo o IBGE[5] em 2015, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava

5 https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/panorama, 21/11/2017.

> as posições 93 de 417 e 76 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2500 de 5570 e 3001 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 48.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 296 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1639 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017)

Complementando estas informações, o visor SUAS[6], aponta que a população de Cachoeira em extrema pobreza, de acordo com o Censo do IBGE 2010, é de 5.587 habitantes (17,44%), sendo 1335 de pessoas entre 0 a 9 anos; 671 pessoas de 18 a 24 anos e 142 pessoas com 60 anos ou mais. O que chama atenção é que as pessoas que estão em extrema pobreza, são na sua maioria pessoas que estão nos extremos geracionais (4,61%), ou seja, sem condições para o labor, o que merece uma atenção especial, por parte dos entes públicos municipais.

O município possui, ainda, os seguintes equipamentos públicos da Política de Assistência Social, três CRAS (um na zona urbana e dois na zona rural), um CREAS (zona urbana) e um centro de atendimento jurídico gratuito, destinado a população de maior vulnerabilidade social. Todos em funcionamento e com razoável condição de infraestrutura. Uma das principais queixas dos profissionais é a falta de diálogo entre as políticas sociais como saúde, educação e assistência social, necessidade de transporte para realização das ações e a precarização dos vínculos de trabalho (apenas uma profissional que trabalha no âmbito da assistência social é concursada).

Muitos são os desafios para que o SUAS, na esfera municipal, seja efetivado e que os direitos sócios assistenciais sejam respeitados.

Todas essas ações de ensino, pesquisa e extensão foram realizadas ao longo de 2017 e 2018, e os seus resultados ainda estão presentes na realidade da oferta da política de assistência social no município de Cachoeira–BA, com essas e outras iniciativas o curso de Serviço Social é reconhecido na comunidade externa como um propulsor e a UFRB vista como um instituição parceira de projetos e ações que transformam a realidade local e fomentam a criação de novos saberes no território do recôncavo da Bahia.

3.2 Projetos de pesquisa: Representações do uso de drogas lícitas e ilícitas na comunidade universitária da UFRB: elementos para a proposição de uma política pública

A primeira pesquisa acerca dessa temática traçou um panorama das percepções dos(as) discentes do CAHL/UFRB, envolvendo discentes dos seus 11[7] (onze) cursos de graduação e dos seus 05[8] (cinco) cursos de pós-graduação, durante todo ano de 2019 e

6 https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/suasag/index.php, acessado em 21/11/2017.

7 Artes Visuais; Ciências Sociais; Cinema e Audiovisual; Comunicação Social; Licenciatura em Artes Visuais; Licenciatura em Ciências Sociais; Licenciatura em História; Museologia; Publicidade e Propaganda; Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública.

8 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento; Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas; Programa em Pós-Graduação em Comunicação, Mídia e Formatos Narrativos; Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural e Programa de Pós-Gradua-

início de 2020[9].

Ao trazer algumas das particularidades dos discentes da UFRB, pode-se dimensionar variáveis complexas, principalmente quando são feitas intersecções entre raça/etnia, gênero e classe. Trata-se de um Estado de guerra que vitima todos os dias a população jovem, preta e pobre no Brasil. Como apontam Cerqueira et al.:

> De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra (ibidem, 2017, p. 30).

Tendo em vista esses dados, largamente conhecidos e estudados, optou-se no presente trabalho, um estudo de caráter exploratório e foi realizado através de uma amostra aleatória. Por definição, a pesquisa exploratória tem como função preencher as lacunas que costumam aparecer em um estudo, além de fornecer informações importantes para os(as) pesquisadores(as), ampliando os seus conhecimentos acerca do tema e os horizontes de novas pesquisas.

O instrumento escolhido foi aplicação de questionário com questões fechadas e abertas. No ano de 2019, esta aplicação foi realizada presencialmente, o que garantiu o contato pessoal, ampliando as possibilidades de observação e análise das respostas abertas. Já em 2020, com o distanciamento social causado pela pandemia da COVID-19, os questionários foram aplicados através de meios digitais. É importante destacar que foram respeitados os aspectos éticos necessários, resguardando-se a identidade de todos(as) os(as) participantes.

A pesquisa abrange aspectos quantitativos e qualitativos. As abordagens qualitativas e quantitativas são necessárias, mas quando segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada. Os dois métodos devem ser usados como complementares e não antagônicos, deve ser uma abordagem que possibilite mais elementos para descortinar as múltiplas facetas do fenômeno investigado.

A pesquisa teve como objetivo central verificar as especificidades do debate sobre o uso de drogas no contexto universitário. Além disso, possui a intenção de compreender o debate atual acerca da Política Nacional Sobre Drogas ao mesmo tempo em que se abriu um diálogo para sugestões de formulação de uma Política Institucional sobre Drogas na UFRB. O questionário[10] de pesquisa, instrumento utilizado para as entrevistas semiestruturadas, buscou encontrar aspectos referentes às concepções mais subjetivas quanto aos(às) entrevistados(as), para que possamos compreender suas percepções sobre substâncias psicoativas dentro de uma estrutura universitária.

ção em Política Social e Territórios.

9Conforme pontuado, a pesquisa foi direcionada aos discentes dos cursos de Graduação e Pós-Graduação do CAHL, entretanto, nem todos os cursos de pós-graduação estão representados na amostra, pois identificamos respostas de 03 (três) dos 05 (cinco) cursos de pós.

10 O segundo questionário teve sua aplicação através de plataformas virtuais (Google forms), devido ao contexto de pandemia, obedecendo às orientações dos órgãos de saúde.

Percebe-se uma teia complexa de múltiplos marcadores quando se analisa o espaço universitário como um todo. Constatou-se que alguns elementos adquirem materialidade que carecem de um olhar mais apurado e, por isso, considerou-se necessário trazer alguns pontos mais estruturais encontrados na pesquisa. Sobre isso, destaca-se o fator da territorialidade que causa influência direta no discurso dos(as) estudantes. A este respeito, as contribuições de Lima easuí (2014, p. 597), apontam que "[...] do político para o cultural, das fronteiras entre povos aos limites do corpo e ao afeto entre as pessoas" interferem nas suas formas de ver e compreender e, por isso, as falas estarão carregadas de representações sociais da vida dos sujeitos pesquisados, a partir de suas vivências e experiências sensíveis.

Verificou-se também que, a partir das análises das entrevistas, as narrativas reforçam a existência de uma imagem estigmatizada desvelada nos resultados e equívocos sobre algumas questões. Em destaque observa-se a fala de um(a) entrevistado(a) quando perguntado(a) sobre estar de acordo ou não com a legalização. **"Não, porque as drogas financiam um sistema financeiro criminoso e não estamos com o sistema de saúde preparando para tratamento."** (SIC, Trecho da Entrevista Semiestruturada, Grifo Nosso). De fato o modelo estrutural que se estabelece na formação da sociedade brasileira, alimenta financeiramente localidades que fazem uso, compra e venda de forma ilegal, e, por isso, caracterizados como locais de tráfico. Além de existir também lacunas no sistema de saúde, para lidar com os diferentes modos de uso.

Diante dessas considerações iniciais, apresenta-se como ponto de partida as análises dos perfis dos entrevistados, contudo, os resultados da pesquisa foram divididos em três blocos de análise. Tal escolha se faz em função de pensar o procedimento metodológico escolhido: análise de conteúdo por categorização temática de variáveis recorrentes, que proporcionam descrição crítica e sistemática dos dados coletados (SANTOS, 2012, p. 383) no conteúdo da pesquisa.

O perfil estudantil da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é considerado o mais diverso do país, por concentrar o maior números de estudantes declarados pretos(as) e pardos(as), pelas condições socioeconômicas que seus discentes apresentam, "82% oriundos de famílias com renda total de até um salário mínimo e meio[11]", e na territorialidade que a universidade está inserida. O Recôncavo é uma região rica de culturas, histórias e organização negra popular, entretanto, apresenta uma enorme desigualdade social.

O perfil da UFRB como um todo, não diverge do perfil do CAHL, detalhado a seguir: 87,17% de discentes negros e negras, destes, 1,7% não utilizaram marcadores de cor/raça adotado pelo IBGE, tendo declarado outra identidade racial; 9,4% são declarados brancos; 1,7% indígenas, 0,85% amarelo e 0,85% não souberam responder. Assim, a pesquisa confirma que a maioria dos(as) estudantes do Centro são afrodescendentes, o que reafirma

11 Informações disponíveis no sítio da UFRB em seus 12 anos de universidade. Disponível em: https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior >. Acesso em: 18. jul. 2020.

os dados[12] sobre o perfil dos estudantes na UFRB.

Acerca das percepções gerais sobre o termo drogas de imediato o imaginário social remete somente às substâncias psicoativas ilícitas, descartando as lícitas. A classificação dessas duas categorias é feita, segundo BRITES (2017), de acordo com o posicionamento que a sociedade impõe em relação à finalidade e os usuários, não pelas propriedades farmacêuticas. Como, por exemplo, o uso da cocaína que era anteriormente utilizada como anestésico se tornou proibida a partir do início do século XX.

No questionamento às pessoas entrevistadas sobre o que seriam drogas, foram dadas respostas variadas, mas que continham como ponto de interseção que essas seriam substâncias que causam uma mudança seja fisicamente, psicologicamente ou quimicamente nos indivíduos, gerando em alguns casos a dependência. Como resultado do universo de respondentes 58,47% fazem o uso de drogas, 36,44% não fazem uso, e 5,08% não responderam. Para os indivíduos que responderam que fazem o uso de alguma droga, essas são "[...] tudo aquilo produzido que ao ser consumido cause alterações físicas e psicológicas, remédios, cigarros, bebidas..."; "Substância que altera o sistema neuropsicológico"; "Droga é qualquer coisa que altera a química natural do cérebro" (SIC, Trechos das Entrevistas Semiestruturadas).

Nesta pesquisa observou-se que as opiniões são as mais distintas quando se trata da questão das drogas. Os desafios para sucesso de um debate transversal nunca se fizeram tão necessários. Apesar das diferentes compreensões sobre drogas, através das falas dos(as) entrevistados(as), identificou-se a disposição para discutir e criar experiências novas sobre esta temática.

Por certo, esta ainda é uma questão polêmica e que suscita uma série de debates e discussões, que devem ocorrer de forma transversal e democrática. Porém, o Estado brasileiro discute esta questão, pautado no proibicionismo e na lógica da guerra às drogas, o que influencia uma parcela significativa da população.

Mesmo com sugestões de criação de espaços de debates e construção de uma política institucional, observou-se, em algumas respostas, o discurso de "combate às drogas" que corroboram, de forma pontual, para o fim do uso, na justificativa de diminuição da violência. Tais reflexões são baseadas na política de guerra às drogas que vem se moldando em uma guerra armada e falha.

Ficou evidente, na pesquisa, o desconhecimento de algumas categorias por parte dos discentes, tais como discriminação, descriminalização e legalização; também não existe uma compreensão acerca do que seja droga, para metade dos(as) entrevistados(as), droga é apenas o que está definido como ilegal, mas não conseguem compreender que a automedicação, o café, por exemplo são drogas.

Assim, fica evidenciada, neste trabalho, a necessidade de ampliação de estudos acerca das percepções e usos de drogas no ambiente universitário, bem como, a realização

12 Ver nota de rodapé 7.

de ações que venham criar uma política institucional sobre drogas no âmbito da UFRB, e tal temática continuará sendo estudada pelo CIPOS na segunda fase da pesquisa já em andamento[13] cujo objetivo é Representações do uso de drogas lícitas e ilícitas na comunidade universitária da UFRB: elementos para a proposição de uma política pública (2020-2021).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária ofertada pelas unidades de formação acadêmica (UFAS) integrada ao ensino e à pesquisa aproxima a universidade ao seu entorno e à comunidade. Além de cumprir uma missão social, a pesquisa associada a extensão universitária assume um importante papel de produtora e difusora de novos conhecimentos. A aproximação dos profissionais do serviço social do espaço universitário e dos discentes das ações inerentes ao assistente social trazem uma infinidade de possibilidades e um crescimento coletivo. Estas ações favorecem o processo ensino-aprendizagem e muitas vezes, a construção de uma visão mais crítica da práxis profissional.

No que se refere aos projetos de pesquisa e extensão do curso de Serviço Social da UFRB, apresentados nesse trabalho, os mesmos podem ser considerados espaços privilegiados para o desenvolvimento da dimensão investigativa e interventiva da profissão, pois os discentes inseridos nestes campos, conseguem verificar a articulação das dimensões teórico metodológico, ético político e técnico operativo no exercício profissional do assistente social.

O Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Cidadania e Políticas Sociais – CIPÓSS é uma proposta que articula atividades investigativas e interventivas em um projeto que agrega atividades de pesquisa e extensão, no âmbito do curso de serviço social em uma Universidade localizada no interior da Bahia, expressa uma ação importante em torno das Políticas Sociais.

O CIPÓSS, assim, contribui para formação profissional qualificada enquanto processo acadêmico, de acordo com o tripé que constitui o eixo fundamental do ensino superior brasileiro, que é o ensino, a pesquisa e a extensão.

No âmbito deste artigo foi possível sistematizar e apresentar trabalhos desenvolvidos articulando os três eixos fundantes da Universidade, bem como uma intervenção no campo da efetivação de políticas sociais e garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Artigos 193 a 204.

BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742/1993. (Com as alterações da Lei 12.435/2011)

13 Em agosto de 2020 foi aprovado o novo projeto com recursos para bolsista da graduação PIBIC.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, Brasília, 2012.

BRASIL; Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009). Brasilia: MDS, 2009.

BRITES, Cristina Maria. **Ética e uso de drogas**: **uma contribuição da ontologia social** para **o campo da saúde** pública **e da redução de danos**. 2006. 148 f. Tese (Doutorado em Serviço **Social**) - Pontifícia Universidade Católica **de** São Paulo, São Paulo, 2006.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial.** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de todos os santos. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras. vol. 1 (1), Cachoeira: 2007.

RISÉRIO, Antonio. Uma história da cidade da Bahia. 2 ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004.

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. Assistência na Crise; Política Social e o Assistencial. In: A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SPOSATI, A. 2012. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva o Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO.

YAZBEK, M. C. Educação Permanente e a Política de Assistência Social: O papel da academia e os desafios para o serviço social. In: CRUS, J. F. et al, Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2014.

CAPÍTULO 5

SERVIÇO SOCIAL E A MULTIPROFISSIONALIDADE NA ALTA COMPLEXIDADE: DESVENDANDO CAMINHOS DE GARANTIA A INTEGRALIDADE E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 08/11/2020

Amanda Caroline da Fé Pereira
Hospital Universitário Onofre Lopes - UFRN
Natal-RN
http://lattes.cnpq.br/2379793170132688

RESUMO: O presente estudo trata da discussão sobre a atuação do serviço social e o trabalho multiprofissional em saúde, como meio para viabilizar a efetividade da integralidade no cuidado ao usuário. Tem como objetivo analisar o trabalho multiprofissional na alta complexidade como um facilitador para garantir direitos efetivados dos usuários no âmbito da saúde. É um estudo de abordagem qualitativa a partir da revisão de literatura. Concluindo-se que a multiprofissional realizada no âmbito da alta complexidade possui dificuldades para a sua materialização por equipes no cuidado aos usuários, na perspectiva de integralidade, se faz necessário à análise dos desafios a serem enfrentados, para que a prática da reunião multiprofissional resulte em benefícios para os usuários e para os profissionais que compõe o Sistema Único de Saúde - SUS.
PALAVRAS - CHAVE: Multiprofissionalidade. Serviço social. Saúde. Direitos.

SOCIAL WORK AND MULTIPROFESSIONALITY IN HIGH COMPLEXITY: UNRAVELING WAYS OF GUARANTEEING THE INTEGRALITY AND ENFORCEMENT OF RIGHTS

ABSTRACT: This study deals with the discussion on the performance of social service and multiprofessional work in health, as a means to enable the effectiveness of comprehensive care in the user. It aims to analyze multiprofessional work in high complexity as a facilitator to ensure effective rights of users in the field of health. It is a study of qualitative approach from the literature review. Concluding that the multiprofessional carried out in the scope of high complexity has difficulties for its materialization by teams in the care of users, in the perspective of integrality, it is necessary to analyze the challenges to be faced, so that the practice of the multiprofessional meeting results in benefits for users and professionals that make up the Unified Health System - SUS.
KEYWORDS: Multiprofessionality. Social work. Health. Rights.

1 I INTRODUÇÃO

O debate sobre o trabalho em equipe nos ambientes de saúde envolvendo categorias profissionais distintas têm sido cada vez mais presente na área da saúde em discussões que tratem sobre os processos de trabalho, gestão do cuidado e integralidade. Conceitos esses que começaram a ganhar maior visibilidade a partir da efervescência do Movimento de Reforma

Sanitária brasileira que trouxe uma nova abordagem de atuação para área da saúde pública a partir da Constituição Federal de 1988, contribuindo no processo de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei N° 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Após a instituição da saúde pública enquanto sistema tem-se a sua estruturação desenvolvida em redes de atenção e em diferentes densidades tecnológicas e a distinção relacionada aos equipamentos, recursos humanos, rotinas organizacionais, estruturação dos processos de saúde, entre outros (BRASIL, 2010). Dessa forma, destacamos a densidade tecnológica dura que situa–se a alta complexidade, também denominado de nível terciário, que possui um cuidado de pacientes considerados graves que precisam de atendimento especializado. Dessa forma, compreende-se também a alta complexidade como um espaço de tensão tanto para profissionais, quanto para os sujeitos que são atendidos e suas famílias.

Nesse sentido, entende-se que a necessidade de cuidar do usuário em sua totalidade, considerando os aspectos biopsicossociais e a realidade social na qual está inserido, se faz primordial para que seja garantida a integralidade do cuidado, conforme descrito na Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Para isso, é preciso a composição de uma equipe multiprofissional qualificada, para que ocorra o cuidado aos usuários de forma integrada.

Na proposição de atingir maior efetividade dos serviços de saúde e, consequentemente, uma melhor assistência à sociedade para além do aspecto biomédico, a Política Nacional de Humanização (PNH) aponta, entre seus dispositivos, a clínica ampliada, que tem por objetivo o atendimento ao usuário, conforme envolve o conceito de saúde difundido pela Organização Mundial de Saúde.

Complementa essa perspectiva a Portaria Nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013, que abarca a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do SUS, estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar na Rede de Atenção à Saúde (RAS), que traz conceitos sobre a importância das equipes multiprofissionais e o trabalho interdisciplinar, da horizontalização do cuidado e do plano terapêutico.

Dessa forma, o estudo proposto visa realizar uma revisão de literatura sobre o trabalho multiprofissional na saúde e a atuação do serviço social. Posteriormente, no âmbito da fundamentação teórica serão ressaltadas temáticas entendidas como relevantes para a obtenção de maiores aproximações do objeto de estudo, quais sejam: atuação do serviço social na saúde, cuidado ao usuário, integralidade, alta complexidade e multiprofissionalidade.

Em relação à fundamentação teórica, está organizada em três seções: sendo a primeira seção destinada a realizar uma breve análise do trabalho multiprofissional; a segunda se dispõe a analisar a atuação do serviço social na alta complexidade, enquanto

a terceira disporá das considerações finais.

2 | TRABALHO MULTIPROFISSIONAL COMO EIXO INTEGRADOR

É preciso realizar algumas reflexões sobre os processos de trabalho na assistência hospitalar. De acordo com Matos (2013), o trabalho coletivo realizado na saúde é perpassado por diversas tensões, incluindo questões de hierarquização entre as categorias profissionais em que seu modo de trabalho é influenciado pela sociedade capitalista, o que pode gerar competitividade entre profissionais, que consequentemente podem fragmentar o trabalho em saúde.

A relação multiprofissional e interdisciplinar da gestão do cuidado refere–se a um compartilhamento de saberes entre diversas categorias profissionais, trabalhando de forma integrada. A alta complexidade, historicamente, é norteada pelo modelo biomédico[1] do cuidado. De acordo com a análise de Cecílio e Merhy (2002, p. 2), em organizações de saúde em geral, sobretudo, no hospital, o cuidado é "necessariamente multidisciplinar, isto é, depende da conjugação do trabalho de vários profissionais". Os autores dão ênfase à presença de mecanismos de dominação e de relações assimétricas entre esses profissionais. Mecanismos estes que "ocultam a imprescindível colaboração que deve existir entre os vários trabalhadores, como operadores de tecnologias de saúde, para que o cuidado aconteça".

Para uma melhor compreensão sobre a funcionalidade do trabalho multiprofissional é preciso destacar dois conceitos, quais sejam: I) multidisciplinaridade, II) pluridisciplinaridade. O primeiro diz respeito à realização do trabalho sem integração com outras categorias profissionais envolvidas no processo de trabalho, ou seja, sem trocas de saberes. Ou, ainda, como expressa, Ely (2003, p. 114), "o trabalho acontece de forma isolada, geralmente com troca e cooperação mínima entre as disciplinas". Quanto à pluridisciplinaridade, refere-se a uma integração entre vários campos disciplinares, interligados. Como um conjunto de "disciplinas que se agrupam de forma justaposta, com cooperação, porém cada profissão decide isoladamente" (ELY, 2003, p. 114).

Desse modo, tem-se que por multi e pluridisciplinaridade entende-se uma atitude de justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas ou a integração de conteúdos numa disciplina, alcançando a integração de métodos, teorias ou conhecimentos [... ambas] constituem etapas para a interação e para a interdisciplinaridade [...]. (SAMPAIO et al. 2010, p. 83)

No que diz respeito ao conceito de interdisciplinaridade, esse é pensado a partir de um nível avançado de troca de saberes e integrativa entre as áreas, nesse existe um processo contínuo de socialização do conhecimento de forma mútua, rompendo com as

1 "[...] se justifica na compreensão que a doença é causada por agentes biológicos (químicos e físicos estão incluídos), em corpos biológicos, com repercussões biológicas. [...] descontextualizando sua posição biográfica, familiar e social; e por último, ocupa-se da valorização da entidade estrutural patológica." (CUTOLO, 2006, p.16)

relações de poder instituídas historicamente (SILVA e MENDES, 2013; ORTIZ, 2014). Dessa forma, as relações profissionais tendem a horizontalidade, estabelecendo-se uma troca recíproca entre os diversos saberes profissionais.

A interdisciplinaridade situa-se, portanto, em um nível avançado de cooperação e coordenação, de forma que todo conhecimento seja valorizado, com relações de intersubjetividade e de copropriedade baseadas em uma atitude de diálogo. Nesta interação e articulação entre as diversas áreas do saber envolvidas, é preciso haver respeito à autonomia e à criatividade inerente a cada uma destas áreas, para que não sejam influenciadas ou excluídas deste processo (ELY, 2003, p. 114).

Compreende-se que a interdisciplinaridade, também pode ser definida como uma área que "se distingue dos demais conceitos por não se limitar as metodologias de apenas uma ciência" (JAPIASSU, 1976, p.74). De acordo com o art. 3° da Portaria n° 3390/2013, entende-se que o trabalho multiprofissional em caráter interdisciplinar deve ser executado, pois os

> Os hospitais são instituições complexas, com densidade tecnológica específica, de caráter multiprofissional e interdisciplinar, responsável pela assistência aos usuários com condições agudas ou crônicas, que apresentem potencial de instabilização e de complicações de seu estado de saúde, exigindo-se assistência contínua em regime de internação e ações que abrangem a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação. (BRASIL, 2013).

Dessa forma, compreende-se que para contribuir no processo de garantia do atendimento integral ao usuário, se faz mister a realização do trabalho por equipe multiprofissional, pois é na realização deste que os profissionais podem realizar planejamento e discussões relacionadas às particularidades dos usuários e deve ser realizado nos processos de trabalhos hospitalares.

3 | ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ALTA COMPLEXIDADE

Salienta-se a importância da intervenção das diversas categorias profissionais, dentre elas, tem-se o assistente social que desenvolve suas ações no âmbito das políticas sociais, em diversos campos de atuação, buscando viabilizar direitos garantidos constitucionalmente, a partir de uma perspectiva de totalidade e crítica para desvelar as expressões da questão social trazida pelos usuários.

> É importante desenvolver a capacidade de ver, nas demandas individuais, as dimensões universais e particulares que elas contêm. O desvelamento das condições de vida dos sujeitos atendidos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teóricocrítica, lhe possibilita apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social que o desafia a cada momento no seu desempenho profissional diário (IAMAMOTO, 2012, p.53).

Nesse sentido, tem-se que o serviço social, na área da saúde, possuirá maior destaque de atuação, após a implementação do Sistema Único de Saúde - SUS. Momento em que se propaga uma definição ampliada de saúde, a partir dos determinantes sociais.[2] Sendo reconhecido como profissional da saúde através da Resolução nº 383, de 29 de março de 1999, tendo seu início pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 218, de 06 de março de 1997, ratificada pela Resolução nº 287 de 08 de outubro de 1998, complem do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e pelo documento intitulado "Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde" que dispõe de subsídios para atuação profissional na saúde.

Devido ao avanço das reformas neoliberais, o sus disposto na constituição federal de 1988, tem se distanciado cada vez mais de se efetivar de forma integral, devido aos cortes no financiamento da política de saúde. Nessa perspectiva, Bravo (2009) retrata a tendência atual para a política de saúde sobre um redesenho do modelo biomédico de assistência, por meio da afirmação da hegemonia neoliberal, afastando-se da concepção ampliada de saúde defendida pelo projeto de reforma sanitária[3]; desqualificando a atenção integral à saúde e comprometendo as possibilidades de avanços do SUS.

Instituições submissas aos processos de atendimento de demandas espontâneas, exige do profissional apenas a resolução de atividades pontuais e focalizadas, de caráter urgente e imediato, não necessitando de um planejamento para a sua realização. No entanto, quando essas são analisadas criticamente por meio de um profissional o qual possui suas bases vinculadas ao projeto ético-político da profissão, permite uma intervenção que vai além do atendimento da questão apresentada, dando a possibilidade do usuário analisar criticamente o processo vivenciado por ele, e favorece o protagonismo na luta de classes. Indo, portanto, para além dos interesses postos pelo capital, os quais se encontram camuflados na realidade social.

Dessa forma, tem-se que o trabalho realizado na saúde tem sua centralidade no trabalho vivo, em relações humanas a partir da gestão do cuidado, em processo relacional. Com o avanço do modelo tecnológico de produção na sociedade, tem-se que os serviços de saúde estão organizados em 03 (três) níveis de atenção ao cuidado, sendo definidos de acordo com sua densidade tecnológica, quais sejam: *atenção básica/primária*, definida por

2 Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. A comissão homônima da Organização Mundial da Saúde (OMS) adota uma definição mais curta, segundo a qual os DSS são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham. (FILHO E BUSS, 2007, p.78)

3 Movimento construído a partir de meados dos anos de 1970, do século XX, que teve como escopo a defesa da universalidade das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais, uma vez que teve como base o Estado democrático de direito e como fundamento a democratização do acesso, a universalização das ações, a melhoria da qualidade dos serviços, a adoção de um novo modelo assistencial pautado na equidade e integralidade das ações, entre outros elementos indipensáveis para a viabilização dos direitos consitucionalmente conquistados (CONSELHO..., 2014).

fornecimento de ações e serviços de saúde, na perspectiva de proporcionar atendimento integral à saúde dos indivíduos, principalmente no âmbito da promoção e proteção da saúde, da prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde. (BRASIL, 2017). O nível secundário integra um conjunto de ações e serviços especializados; enquanto o *nível terciário/alta complexidade* é constituído pelo uso de tecnologias consideradas de alto custo, tendo a incorporação dos demais níveis de atenção à saúde. (BRASIL, 2009).

Assim, na saúde, um dos aspectos relevantes a serem considerados no desenvolvimento das ações e/ou atividades profissionais é a conjuntura vivenciada pelos sujeitos e, sobretudo, o entendimento das particularidades que envolvem as relações sociais na sociedade na qual estamos inseridos/a, a Sociedade Capitalista. Sociedade essa que rebate diretamente nas condições de vida e trabalho dos indivíduos. Por esse motivo, faz-se necessário a apreensão das contradições impostas pela ordem vigente e a elaboração de estratégias de enfrentamento.

A viabilidade da compreensão desse processo pode ser concretizada a partir da articulação das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológica e ético-política, as quais conforme previsto pela ABEPSS, são indissociáveis entre elas, visto que não é possível compreender e intervir na realidade vivenciada pelos sujeitos, apenas com o uso de uma das dimensões mencionadas.

Essas só podem ser apreendidas no seu movimento e concretude quando geram consequências que são analisadas através de uma análise *post festum,* isto é, a partir de uma análise concreta de situações concretas, que são apreendidas, consideradas e analisadas como parte e expressão do cotidiano profissional, na perspectiva do projeto profissional.

Assim, é importante ressaltar que é fundamental no processo de intervenção que o profissional compreenda as especificidades das dimensões, pois a partir desse entendimento é possível apreender o movimento da categoria profissional na luta de classes e a presença dessa luta no movimento institucional.

Destaca-se como demandas sociais que perpassam as instituições de alta complexidade: grupo de orientações gerais; acolhimento individual e familiar (leito/setor); socialização de direitos sociais (saúde, assistência social, previdência, educação); transferências internas; convocação de familiares para orientação e entrevista; reunião em equipe; tentativas de identificação pessoal ou familiar, de usuários internados - com ou sem vínculo familiares ou com vínculos fragilizados; contato com a rede; solicitação de vaga para casa de apoio; preservação de direito de imagem do paciente; autorização de visita extra; visita de crianças; orientação sobre lista de visitantes permitidos - restrição de visita; conduta para visita religiosa; atendimento social pós-óbito - serviço de verificação de óbito e orientação de auxílio funeral / paciente sob custódia - pontual/pessoa sem identificação - pontual/ e usuário procedente de outro estado TFD - pontual; orientação

sobre assinaturas de documentos; e visita para usuários sob custódia do estado - pontual. (CONSELHO...2014).

As práticas profissionais críticas e comprometidas tem sua base fundada em um pensamento crítico, capaz de compreender a demanda para além de como ela se apresenta. Possuindo princípios, valores e direção teórico-metodológica de atuação aliado ao projeto ético-político da profissão, o qual é capaz de desvelar as conexões existentes com a totalidade social. Exigindo, portanto, qualificação e planejamento das atividades, sendo através desses que é dada a possibilidade do entendimento dos limites e possibilidades de atuação.

Se tratando das práticas burocráticas e administrativa, essas não exigem do profissional qualificação, bem como reflexão do fazer profissional. Contribuindo com esse tipo de prática o afastamento do profissional do usuário, pois passam a ter como prioridade as requisições institucionais e os interesses de gestores e demais profissionais. Outro ponto de destaque se constitui na identificação de práticas conservadoras atualizadas e ressignificadas. Diante disso, tem-se que o trabalho multiprofissional permite que todos os profissionais da saúde considerem o usuário em suas determinações, contribuindo para o seu bem-estar físico, mental e social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, refletem a importância de realizar as ações considerando o indivíduo como central no planejamento de ações para intervenção em saúde, analisando seu contexto social, construindo vínculos com os usuários e sua família. Isto posto, tem-se a potencialização do trabalho em equipe no compartilhamento de saberes, considerando o usuário como sujeito de direito e com particularidades a serem observadas. Nesse sentido, é pertinente conhecer a compreensão de uma equipe profissional sobre os conceitos de saúde e do cuidar, que apresentam distintas vertentes, e que influenciará na proposta de intervenção mais adequada ao usuário considerando suas dimensões biológica, psicológica e social inerentes a este.

Dada conjuntura, entende-se que a visibilidade da intervenção profissional dar-se de forma discreta em algumas Unidades de Atenção, conforme o nível de atuação profissional, essa visibilidade é possível ser vista nos setores onde o profissional de Serviço Social é mais atuante. E nas Unidades que os profissionais não são atuantes por vezes as demandas chegam de forma imediata, o que inviabiliza a resolutividade, pois muitas das articulações necessárias são realizadas de forma setorial e intersetorial.

É possível afirmar que uma forma de dar visibilidade ao produto do trabalho da categoria profissional, seria através da construção de planejamento a partir da sistematização das atividades profissionais, construindo planos de trabalho para além do plano de trabalho institucional que é fornecido, isso demonstraria uma prática qualificada

e comprometida com a viabilização de direitos dos usuários, além de manter a categoria organizada politicamente para demonstrar sua importância dentro do funcionamento das instituições hospitalares.

Ademais, ressalta-se a importância de considerar as especificidades individuais e coletivas de cada usuário, sendo necessária a avaliação de cada caso para a compreensão do processo saúde e doença, elencando seus determinantes a partir do conhecimento do contexto histórico e social do indivíduo além da apreensão de como se organiza a oferta de serviços, para que se realize uma intervenção adequada à realidade do sujeito. O trabalho multiprofissional, se configura como possível potencializador da melhoria da qualidade do serviço prestado em instituições hospitalares, de forma a qualificar a gestão do cuidado na assistência, a partir de discussões horizontalizadas do cuidado, fortalecendo a perspectiva do atendimento humanizado em saúde e do preceito de integralidade preconizado pelo SUS.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In.: **Serviço Social e Saúde - formação e trabalho profissional.** Organizado por: Ana Elizabete Simões da Mota, Maria Inês Souza Bravo, Marlene Teixeira, Roberta Uchôa, Regina Maria Giffoni Marsiglia e Luciano Gomes. Cortez Editora, 2005.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria n° 3390/2013**. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma gerencial do Estado de 1995.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 7 a 26, jan. 2000. ISSN 1982-3134.Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6289/4880. Acesso em: 27 de nov.de 2019.

CAMARGO, Marisa; BELLINI, Maria Isabel Barros. The tripod guiding of attention in the National Healthcare Service (SUS) in Brazil: integrality, interdisciplinary and intersectoriality. **O TRIPÉ ORIENTADOR DA ATENÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO BRASIL: INTEGRALIDADE, INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE .** In: Rev. Documentos de Política Social: Historia, Investigación Y Desarrollo. España: Universidad de Murcia, n. 13, v. II, abr. 2014.

CECÍLIO, L. C. O.; MERHY, E. E. A integralidade do cuidado como eixo da gestão hospitalar. Campinas, 2003. Disponível em: https://docplayer.com.br/11198473-A-integralidade-do-cuidado-como-eixo-da-gestao-hospitalar.html. Acesso em: 25 de nov. de 2019.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: CFESS, 2014. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 218, de 06 de março de 1997**. Disponível em: . Acesso em: 30 jul. 2019.

CUTOLO, Luiz Roberto Agea. **Modelo Biomédico, reforma sanitária e a educação pediátrica.** Arquivos Catarinenses de Medicina, v. 35, n. 4, p. 16-24, 2006. Disponível em: http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/392.pdf. Acesso em: 02 de dez. de 2019.

ELY, F. R. **Serviço Social e Interdisciplinaridade.** Katálysis, Florianópolis: EDUFSc, v. 6, n. 1, p.113-117, jan./jun. 2003.

FRANCO, Túlio Batista; MERHY, Emerson Elias. **Cartografias do Trabalho e Cuidado em Saúde.** Tempus Actas de Saúde Coletiva, v. 6, n. 2, p. 151-163, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiências nacionales, p.179-206, 2006. Disponível em: http://www.flexibilizacao.ufba.br/C05Filgueiras.pdf. Acesso em: 02 de dez. de 2019.

GUTIERREZ, P.R. & OBERDIEK, H.I. **Concepções sobre saúde e a doença.** In: ANDRADE, S.M.de; SOARES, D. A. & CORDONI JUNIOR, L (Orgs.) Bases da Saúde Coletiva. Londrina: UEL, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998. (p. 27 – 29).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. In: CFESS. Atribuições privativas do/a Assistente Social. Em questão. ed. ampl. Brasília: CFESS, 2012. p. 33-74.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2013, p. 39 – 50.

Merhy, E. E. **A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar assistência.**[S.l.: s.n.], 2003. Disponível em: http://www.hc.ufmg.br/gids/perda.doc. Acesso em: 25 nov. de 2019.

Merhy, E. E. **Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde.** In: Merhy, E. E.; Onocko, R. (Org.). Agir em saúde: um desafio para o público. São Paulo: Hucitec, 1997.

PAIM, Jairnilson Silva. Atenção à saúde no Brasil. 2004, p. 15-44. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde no Brasil: contribuições para a agenda de prioridades de pesquisa**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2004. 306 p.

SAMPAIO, C.C. et al. Interdisciplinaridade em questão: Análise de uma política de saúde voltada à mulher. In: SÁ, J. L. M. de (Org.). **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no Ensino, Pesquisa e Extensão**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 77-95.

SANTOS EO; COIMBRA VCC; KANTORSKI LP; et al. **Reunião de equipe: proposta de organização do processo de trabalho**. Rev Fund Care Online. 2017 jul/set; 9(3):606-613. Disponível em: http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017. v9i3.606-613. Acesso em: 31 de nov. de 2019.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**/ Ivone Maria Ferreira da Silva. 2°ed.Campinas: Papel Social, 2014. (Capítulo 3).

SILVEIRA, Daniele Pinto da; ARTMANN, Elizabeth. **Acurácia em métodos de relacionamento probabilístico de bases de dados em saúde: revisão sistemática.** Revista de Saúde Pública, v. 43, p. 875-882, 2009. Disponível em: http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/resource/356596. Acesso em: 03 de dez. de 2019.

CAPÍTULO 6

A POLÍTICA ASSISTENCIAL EM SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO DOS PACIENTES COM INDICAÇÃO AO TRANSPLANTE

Data de aceite: 01/12/2020

Josiane da Costa Sena
Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

RESUMO: O presente artigo nasceu das inquietações vivenciadas na prática como estagiária de Serviço Social, na Central Estadual de Transplante do Estado da Bahia. Dentre estas inquietações, uma questão se fez preponderante: quais são os fatores que dificultam ou impedem o conhecimento e o acesso dos pacientes diagnosticados ao transplante de órgão? O objetivo geral foi: analisar os fatores que impedem os pacientes com indicação ao transplante de órgãos acessarem a "fila única" do Sistema Nacional de Transplantes (SNT). A pesquisa se caracterizou como uma abordagem qualitativa e foi de cunho bibliográfico, sendo coletados e analisados materiais como teses e dissertações disponíveis na fonte de dados do site da Biblioteca Digital Brasileiro de Teses e Dissertações (BDTD) no período de 2004 a 2019. Após os resultados, foi possível concluir que a falta de informação é um dos grandes fatores que dificultam o acesso dos pacientes à fila única do SNT, como também algumas considerações: a maioria dos pacientes são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e as expressões da questão social se manifestam nestes casos; o maior repasse do financiamento é destinado à rede privada e os serviços da política de transplante não são equitativos. Trata-se de um estudo relevante, na medida em que permitiu um conhecimento mais detalhado da referida problemática do transplante no âmbito da saúde pública, o que evidencia ainda a necessidade de mais pesquisas na área.

PALAVRAS - CHAVE: Serviço Social. Transplante. Sistema Nacional de Transplante.

HEALTH CARE POLICY: A STUDY ABOUT THE RIGHT OF PATIENTS WITH INDICATION FOR TRANSPLANTATION

ABSTRACT: This article was conceived from the concerns experienced in practice as an intern of Social Work, in the State Transplant Center of the State of Bahia. Among these concerns, a question emerged: what are the factors that hinder or impede the knowledge and access of patients diagnosed to organ transplantation? The general objective was to analyze the factors that hinder patients with indication for organ transplantation from accessing the "single line" of the National Transplant System (STN). The research was characterized as a qualitative approach and was bibliographic, and materials such as theses and dissertations were collected and analyzed through Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations data source from 2004 to 2019. After the results, it was possible to conclude that the lack of information is one of the major factors which impede patients' access to the single line of STN, as well as some considerations: most patients are seen by the Unified Health System (SUS) and the expressions of the social issue are manifested in these cases; the largest transfer of funding is allocated to the private network and the

services of the transplant policy are not equitable. This is a relevant study, as it allowed a more detailed knowledge of this transplantation issue in the public health area, which also highlights the need for further research.
KEYWORDS: Social Work. Transplant. National Transplant System.

1 | INTRODUÇÃO

A escolha da temática remete à vivência como estagiária em Serviço Social, na Central Estadual de Transplante do Estado da Bahia. No decorrer do estágio, foram observadas as inúmeras dificuldades dos pacientes indicados a realizar o transplante conseguirem ser transplantados e, por meio deste, adquirir uma qualidade de vida.

O transplante é um procedimento cirúrgico que consiste na reposição de um órgão (coração, fígado, pâncreas, pulmão rim) ou tecido (medula óssea, ossos, córneas) de uma pessoa doente (receptor) por outro órgão ou tecido normal de um doador, vivo ou morto.

Existem diversos estorvos que impedem os pacientes que possuem o Registro Geral da Central de Transplante (RGCT) serem transplantados. Em relação aos pacientes que não estão inscritos na "fila única", esse procedimento se torna impossível de acontecer. Cada vez que surge um doador, a Central é informada e processa a seleção dos possíveis receptores para os vários órgãos. Esta seleção leva em conta o tempo de espera para o transplante, o grupo sanguíneo, o peso e altura do doador, com nuanças próprias para cada órgão. Isso faz com que nem sempre o mais antigo fique em primeiro lugar na "fila" daquele doador.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como pergunta norteadora: quais são os fatores que dificultam ou impedem o conhecimento e o acesso dos pacientes diagnosticados ao transplante de órgão? Tendo como hipótese levantada: os pacientes não têm acesso à "fila única", porque não conhecem o procedimento da inscrição no SNT e falta orientação adequada da equipe multiprofissional. O objetivo geral é identificar os fatores que dificultam ou impedem os pacientes com indicação ao transplante de órgãos acessarem a "fila única" do SNT. Para a realização da pesquisa, foram adotados o método dialético e a abordagem qualitativa. Abordando os seguintes assuntos: a Política de Saúde no Brasil de 1964 a 1988; a política de transplante no Brasil e o Sistema Nacional de Transplante**;** a inserção do assistente social na política de transplante; discussão e resultados; por fim, as considerações finais.

Em síntese, esta pesquisa propõe conhecer, analisar e contribuir com subsídios teóricos metodológicos para o Serviço Social e/ou áreas afins.

2 | A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL DE 1964 A 1988

Neste tópico, será tratado sobre a política de saúde a partir do ano 1964 a 1988. Nesse período, a sociedade brasileira sofreu um grande e terrível golpe militar, e no ano

1988, nasce a Carta Magna, decorrente das lutas sociais. De acordo com a Constituição da República Brasileira, constata-se em seu artigo 6° que entre os direitos sociais prescritos na referida legislação, a saúde é um deles, assim sendo, o direito à saúde por meio do transplante de órgãos se torna um dos pontos essenciais para esta discussão. Para retratar os importantes momentos históricos do Brasil de 1964 a 1988, Escorel (2012 apud GIOVANELLE et al, 2012) analisa a historicidade das políticas de saúde em cada conjuntura, o contexto social, político e econômico. Sendo assim, a referida autora apresenta os principais acontecimentos na área da saúde nesse período.

A primeira fase do regime militar iniciado com o golpe, em abril de 1964, engloba os governos do marechal Castelo Branco (1964-1967), do general Costa e Silva (1967-1969) da Junta Militar (1969-1974). O processo de modernização autoritário levado a cabo durante a primeira década do regime militar, subordinado aos interesses do grande capital multinacional e nacional, promoveu uma grande reestruturação do aparelho de Estado por meio das reformas financeira e fiscal de 1964 e 1965, previdenciária em 1966 e tributária e administrativa em 1967.

Durante toda primeira década do regime autoritário-burocrático, configurou-se um sistema de atenção estatal à saúde, caracterizado pela preponderância da lógica e do modelo previdenciário sobre o Ministério da Saúde, construído a partir da concentração de recursos na esfera da previdência social.

Em meados da década de 1970, estavam estruturadas abordagens ao campo da saúde – cada uma mais desenvolvida em uma determinada instituição – com padrões diferenciados de formação de recursos humanos. As três correntes de pensamento, segundo Paim (1985 apud GIOVANELLE et al, 2012), podem ser divididas a partir da conceituação do "social" em saúde: para o preventivismo, trata-se de um conjunto de atributos pessoais, como educação, renda, salário, ocupação etc. Para o modelo racionalizador, um coletivo de indivíduos; para a abordagem médica-social, um campo estruturado de práticas sociais.

Desse modo, Paim (1981 apud GIOVANELLE et al, 2012) considera que as bases da saúde coletiva no Brasil já estavam desenvolvidas antes do início da segunda metade da década de 1970, com as defesas das teses "Medicina e Sociedade: o médico e seu mercado de trabalho", de Cecília Donnangelo, e o "Dilema Preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva", de Sergio Arouca. As políticas de saúde têm grande relevância na conjuntura inaugurada em 1974, caracterizada também por uma "crise sanitária" na qual a epidemia de meningite, as denúncias do aumento da mortalidade infantil em São Paulo, a "epidemia" de acidentes de trabalho, o reaparecimento de antigos problemas de saúde pública se traduzia em notícias diárias nos jornais. "A 'conjuntura sanitária' assinala o fim do milagre econômico e indica um estado de 'insolvência sanitária', com aumento dos gastos com hospitalizações ao mesmo tempo em que se reduzem os gastos em Saúde Pública" (CORDEIRO, 1980, apud GIOVANELLE et al, 2012, p. 163).

A resposta do Estado brasileiro à crise sanitária consequente ao período do "milagre

econômico" se deu por meio de "políticas racionalizadoras que incorporavam a ideologia do planejamento de saúde como parte de um projeto de reforma de cunho modernizante e autoritário" (PAIM, 2008 apud GIOVANELLE et al, 2012, p. 70). No entender de Paim, a Reforma Sanitária é "uma reforma social centrada nos seguintes elementos constituintes:

> a)Democratização da saúde, o que implica a elevação da consciência sanitária sobre saúde e seus determinantes e o reconhecimento do direito à saúde, inerente à cidadania, garantindo o acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde e participação social no estabelecimento de políticas e na gestão; b)Democratização do Estado e seus aparelhos, respeitando o pacto federativo, assegurando a democratização do processo decisório e o controle social, bem como fomentando a ética e a transparência nos governos; c)Democratização da sociedade alcançado os espaço de organização econômica e da cultura, seja na produção e distribuição justa da riqueza e do saber, seja na adoção de uma totalidade de mudanças' em torno de um conjunto de políticas e práticas de saúde, seja mediante uma reforma intelectual e moral" (PAIM, 2010 apud GIOVANELLE et al, 2012, p. 173-174-grifos do autor).

A realização do I Simpósio de Saúde da Câmera dos Deputados e o documento apresentado pelo Cebes evidenciou a existência de um movimento articulado, com um projeto definido, ocupando um espaço cada vez maior na arena setorial. Esse é o momento, segundo Paim (2008, apud GIOVANELLE et al, 2012), em que a ideia é transformada em projeto, ou seja, em um conjunto organizado de princípios e proposições políticas.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde e o papel do Movimento Sanitário foi um divisor de águas, pois aconteceu a primeira conferência realizada após a ditadura militar. A 8ª CNS, ocorrida em 1986, marcou um novo posicionamento do governo federal em relação ao papel das Conferências de Saúde. Constituiu um espaço privilegiado para apresentar propostas de mudança na área da saúde, aproveitando o contexto político propício.

Sendo assim, para Carvalho (1995), "o movimento evoluiu da crítica ao modelo dominante de atenção à saúde para a elaboração e defesa de um projeto alternativo de sistema de saúde" (apud SARAH 2012, p. 48), associando a luta política a propostas técnicas. Nesse cenário, a 8ª CNS foi considerada a pré-constituinte em matéria de saúde. Seu relatório final propôs a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), tornando-se o principal subsídio para a elaboração do Capítulo da Saúde da Constituição Federal de 1988. Assim, independente de participação no mercado de trabalho, todos os brasileiros passaram a ter direito ao atendimento integral, num modelo compartilhado de responsabilidades entre os três entes federais.

2.1 A Política de Transplante no Brasil e o Sistema Nacional de Transplante

O transplante, embora exista na imaginação da humanidade, por meio do conhecimento de lendas, mitologias e milagres há vários séculos, é um procedimento relativamente novo. Apenas no início do século XX, graças à genialidade de Alex Carrel, desenvolveu-se em 1897, em Lion, um método de sutura vascular, o mesmo utilizado

atualmente. Iniciou-se, assim, a fase experimental dos transplantes, tendo sido realizados autotransplantes, alotransplantes e xenotransplantes por vários investigadores em diferentes países. Entretanto, esses experimentos, com exceção do autotransplante, não funcionaram e foram abandonados a partir dos anos 1920.

No final dos anos 1930 e nos anos 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, foram desenvolvidos estudos de imunidade, principalmente em transplante de pele para queimados, que formaram a base científica para a retomada dos transplantes de órgãos. No final dos anos 1940 e no início dos anos 1950, em Boston e em Paris, foram retomados os transplantes renais, agora na fase clínica, inicialmente com doadores falecidos, em morte circulatória, e depois com doador vivo, utilizando irradiação corporal total para evitar rejeição, com resultados decepcionantes (GARCIA, 2015, p. 43).

O primeiro transplante renal com sucesso foi realizado em Boston, em dezembro de 1954, entre gêmeos idênticos, sem nenhuma forma de imunossupressão. Entretanto, os transplantes renais ingressaram na prática médica apenas a partir de 1960, com a descoberta e o emprego de medicações imunossupressoras (et al e corticosteroide), que se mostraram relativamente eficazes para a prevenção e o tratamento de rejeição, em estudos experimentais em cães. Os transplantes dos demais órgãos, iniciados a partir de 1963, foram praticamente abandonados no início dos anos 1970 por causa dos maus resultados, tendo sido retomados com sucesso nos anos 1980, com o emprego de nova medicação imunossupressora (ciclosporina). (GARCIA, 2015, p. 43-44)

O primeiro transplante renal no Brasil foi realizado em abril de 1964, no Hospital dos Servidores do Estado, no Rio de Janeiro, enquanto no Hospital das Clínicas de São Paulo, em janeiro de 1965, foi desenvolvido o primeiro programa de transplante renal do país, obtendo-se sucesso com o transplante. Como aconteceu em todo o mundo, esses programas foram suspensos no Brasil no início dos anos 1970 e só foram reiniciados nos anos 1980. (GARCIA, 2015, p.44)

Os transplantes no Brasil foram divididos em três fases, conhecidas como: fase heroica, romântica e profissional. O período compreendido entre o primeiro transplante, em 1964 a meados de 1987, é considerado como a primeira fase ou fase heroica dos transplantes, em que havia pouco conhecimento e pequena estrutura nos hospitais, e não havia nenhum controle, fiscalização ou financiamento, pelo governo ou pelo Ministério da Saúde. (GARCIA, 2015, p. 45)

A partir do final de 1987 até 1997, há a segunda fase, denominada de fase romântica dos transplantes, em que há melhor conhecimento da base imunológica dos transplantes e os hospitais tornam-se mais equipados. (GARCIA, 2015, p. 46) Terceira fase ou fase profissional dos transplantes inicia-se em 1997, com a entrada em vigor da lei dos transplantes e do decreto que a regulamenta, mudando a forma de consentimento, mas principalmente criando o SNT cujo órgão central tem sede em Brasília, e as centrais estaduais de transplante, denominadas de Centrais de Notificação, Captação e Distribuição

de Órgãos (CNCDO). Nessa fase, todo o controle do transplante no país passa a ser de responsabilidade do governo federal e são tomadas medidas nas quatro áreas consideradas como os pilares de uma política de transplante: financiamento; legislação; organização e educação (GARCIA, 2015, p. 50).

O SNT é o órgão responsável pela política de transplantes no SUS. Esse sistema foi criado em 1997 e tem como prioridade evidenciar com transparência todas as suas ações no campo da política de doação-transplante, visando à confiabilidade do sistema e à assistência de qualidade ao cidadão brasileiro (GARCIA, 2015, p. 57).

A partir de 1995, o Ministério da Saúde (MS) constituiu um grupo de profissionais que, em várias reuniões, analisou a situação dos transplantes no país e propôs uma série de medidas, implementadas a partir de 1997, que estabeleceram uma política de transplantes. Portanto, foi criada a lei dos transplantes (Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997) a regulamentação veio por meio do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, promulgadas em 1997 e vigorando a partir de janeiro de 1998. (GARCIA, 2015, p. 189)

A Lei nº 9.434/97 estabelece o critério da Lista Única de Espera, dispondo em seu artigo 10 que o "transplante ou enxerto só se fará com o receptor, inscrito em lista única de espera. O Decreto nº 2.268/97 regulamenta a Lei nº 9.437/97 e define que a escolha do receptor depende da inscrição na Lista Única de Espera. Os pacientes que são indicados a fazer uso da terapia através do transplante deverão estar inscritos no SNT, e para tanto, precisará seguir as informações que consta no artigo 24, que o candidato indicado a esse procedimento de alta complexidade dependerá dos exames obrigatórios para serem inscritos na lista única e, por sua vez, conforme a legislação poderá fazer o transplante.

O procedimento de transplante é enquadrado como prática de alta complexidade no rol do SUS, por isso, o Ministério da Saúde criou no ano de 1997, através da Lei nº 9.434 e Decreto nº 2.268/97, a estrutura organizacional denominada Sistema Nacional de Transplantes (SNT).

Este sistema possui a competência para operacionalizar o processo de captação e distribuição de tecidos, órgãos e partes retiradas do corpo humano destinados às finalidades terapêuticas e de transplantes, além de coordenar as Listas Únicas de Receptores e as Centrais Estaduais de Transplantes, a fim de assegurar a confiabilidade e credibilidade do sistema e a assistência de qualidade ao cidadão brasileiro.

Diante da historicidade da política de transplante, houve uma série de avanços, tornando o programa de transplantes um dos programas de maior sucesso do sistema público de saúde, contudo, fica evidente a potência que o SUS representa não apenas para o Brasil, mas serve de estudo e exemplo para outros países. Diante disso, é preciso lutar para o seu fortalecimento.

2.2 A inserção do Assistente Social na Política de Transplante

A inserção dos assistentes sociais nos programas e serviços de saúde é uma

condição essencial na perspectiva de avanços dos direitos adquiridos constitucionalmente e legalmente. Propondo, desta forma, a ampliação e emancipação dos indivíduos e seus direitos sociais, contribuindo no fortalecimento dos princípios de universalidade, equidade e integralidade, inscritos no SUS. Neste contexto, o posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegura universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, faz-se necessário a presença do profissional de Serviço Social:

> O assistente social, ao participar de trabalho em equipe na saúde, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação das condições de saúde do usuário e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o diferencia do médico, do enfermeiro, do nutricionista e dos demais trabalhadores que atuam na saúde. ...{vai requerer do assistente social a observância dos seus princípios ético-político, explicitados nos diversos documentos legais} (Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão, ambos datados de 1993, e Diretrizes Curriculares da ABEPSS, datada de 1996) (COSTA, 2009, n.p).

A intervenção do assistente social junto à equipe que atua nas políticas de transplante tem como objetivo atender as necessidades sociais geradas pelo processo de saúde/doença do usuário e família, buscando viabilizar o acesso à rede de proteção social.

Em regime multidisciplinar na Política de Transplantes, cabe ao assistente social: acompanhar a família do potencial doador para esclarecer suas dúvidas, refletir sobre a importância da doação de órgãos e permitir a ela a escolha voluntária em doar ou não os órgãos de seu ente, através do trabalho das CIHDOTs; elaborar e desenvolver projetos de educação e de mobilização social e contribuir com a supervisão e a gestão do Sistema Estadual de Transplantes.

É imprescindível compreender a atuação do Assistente Social enquanto profissional da política de saúde, uma vez que este profissional incorpora e compreende os aspectos sociais, econômicos e culturais que perpassam o processo saúde-doença, para poder intervir e criar alternativas de superação das expressões da questão social. Portanto, no uso de suas atribuições, habilidades e competências, o Assistente Social está apto para atuar nos mais diversos campos de atuação.

3 | DISCUSSÃO E RESULTADOS

Foram escolhidas algumas palavras-chave para a realização da pesquisa no site da Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertação (BDTD), foram usadas as seguintes composições com palavras-chave:

- Saúde, sistema social de transplante e serviço social;
- Serviço social e transplante;

- Saúde e transplante.

Iniciou-se a coleta no site da BDTD com as composições inscritas em português no período de 07 de maio a 18 de 2019. Nesse período, foram encontradas:

- Saúde, Sistema Nacional de Transplante, Serviço Social (0);
- Serviço Social, Transplante (1);
- Saúde, Transplante (19).

A partir das composições de palavras-chave descritas acima, no Quadro 1, foram selecionadas teses e dissertações para análise, sendo os resultados descritos a seguir:

Composições	Teses	Dissertações	TOTAL
Saúde, Sistema Nacional de Transplante, Serviço Social	0	0	
Serviço Social, Transplante		1	
Saúde, Transplante	6	14	20

Quadro 1 – Teses e Dissertações encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações no período de 2004 a 2019.

Fonte: elaborado pela autora com dados extraídos de Instituto...(2019).

Das 20, foram selecionadas seis, sendo duas teses e cinco dissertações. Foram considerados como critério de exclusão: a temática, o título, bem como o assunto abordado.

Na categoria Saúde, Transplantes foram analisadas seis. Dentre estas, duas apontam fatores diferentes das demais. A tese de Pedersoli (2018) aponta a falta de indicadores de resultado e a falta de qualidade nos serviços de transplante, e Assis (2013), ao tratar do repasse do financiamento para as instituições, aponta que 50% a mais do recurso são repassados para as instituições privadas, sendo que as maiores demandas ocorrem no setor público. A autora mostra um dos problemas do SUS, que é decorrente da disputa entre o público e o privado, não superado na constituição, pois o Artigo 199 diz que à saúde é livre a iniciativa privada. Com isso, há disputa de dois projetos antagônicos do público e privado que reflete negativamente nos serviços públicos de saúde.

Nas demais pesquisas, os fatores encontrados estão no mesmo patamar. Nas dissertações de Ferrazzo (2014) e Santos (2005), destaca-se a falta de condições mínimas para fazer a terapia, tendo o parecer social como um indicador que pode decidir se o paciente não tem condições de realizar o transplante. Mendonça (2014) mostra que o acesso ao transplante não é equitativo, sendo assim, tem relação com os demais estudos

quando se trata de condições financeiras para fazer os exames obrigatórios e, com isso, serem inscritos no Sistema Nacional de Transplante. Por fim, Oliveira (2016) mostra a falta de informação no que tange ao acesso do serviço de transplante desde o diagnóstico ao pós-transplante. A seguir, estão destacados os fatores encontrados, estes estão atrelados à concepção de saúde e os direitos à saúde, que, por sua vez, estão relacionados às expressões da questão social.

Figura 1 – Círculo da desigualdade social visando o direito à saúde

Fonte: elaborada pela autora.

O círculo acima tem no centro o direito à saúde, o qual retrata ao Art. 6º da Constituição brasileira que, nos termos legais, a partir da Constituição de 1988, estão garantidos os direitos sociais. Nos anéis externos do círculo, encontram-se os fatores que dificultam ou impedem o acesso dos pacientes com indicação ao transplante. Entre esses fatores, tem-se as expressões da questão social como determinantes ao acesso ou não desse serviço de saúde.

O parecer social funciona como indicador capaz de decidir se o paciente está ou não em condições de passar pelo processo do transplante. Fazendo a articulação com o trabalho do assistente social no processo de habilitação para o transplante, o parecer do serviço social sobre as condições objetivas do candidato para aderir às necessárias mudanças no estilo de vida, se comprovadamente insatisfatórias para os critérios ligados a questão social, moradia, condições financeiras e rede de apoio, pode acarretar na escolha da equipe por não realizar o transplante.

De certa forma, há uma contradição da política social. Se a falta das condições requeridas decorre de manifestações da questão social, e esta condição penaliza o sujeito

doente, restringindo ou impedindo o seu acesso a uma possível cura. Ou seja, a mesma política que garante o direito à saúde, o restringe? Esse é um campo importante para atuação do assistente social, contribuindo através da pesquisa com a formulação da política, no sentido de extensão do trabalho para garantia das condições necessárias como direito. É preciso que a mudança comece na efetivação do direito à saúde, visto que a concepção de saúde não está associada apenas à ausência de doença. Para tanto, há de superar as ideologias dominantes que se fortalecem nessa atual conjuntura, que se opõe aos direitos sociais, dificultando o cidadão, sobretudo os que mais se encontram em situações de vulnerabilidade social e econômica acessar os serviços de saúde.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desvendou que existem diversos fatores que impedem e dificultam o acesso à inscrição no SNT. Esses fatores estão atrelados à falta de informações não sociabilizadas de forma adequada pela equipe multiprofissional, bem como as expressões da questão social expressas pelos pacientes diagnosticados. Consequentemente, constatou-se que tais fatores estão atrelados e, por sua vez, dificultam o acesso ao direito à saúde, através da inserção dos usuários no SNT.

A cada ano cresce o número de pacientes indicados ao transplante, ou seja, isso é um problema de saúde pública e se não houver melhoria em todas as etapas que envolvem o processo e a efetivação do transplante, essa problemática se alastrará. No que concerne à inscrição no SNT, os pacientes continuarão invisíveis em estatísticas, pesquisas e no quantitativo dos pacientes diagnosticados ao transplante, porém sabe-se que apesar de estarem despercebidos, esses pacientes existem.

Ao construir este trabalho, percebeu-se que nos estudos encontrados o objeto de estudo dos pesquisadores, em sua maioria, está atrelado à importância do ato de doação de órgãos de morte encefálica. Esta discussão sem sombra de dúvida é importante e fundamental para os pacientes já inscritos no SNT. No entanto, refere-se aos profissionais responsáveis pela efetivação direta e indiretamente da política de transplante. Em especial aos envolvidos no atendimento dos possíveis indicados a essa terapia, seja na realização do processo de inscrição na fila única ou em manter os pacientes ativos no SNT. E aos pesquisadores dessa seara, a autora pede licença para as seguintes e intrigantes indagações: por que não investigam sobre o quantitativo de pacientes que tem indicação ao transplante de órgãos e não estão contemplados na “fila única”? Sabe-se do quantitativo dos pacientes inscritos no SNT tanto no Brasil como dos seus Estados? Quantos foram transplantados? Quantos vieram a óbito? Quais são os maiores fatores da negação da família em não permitir que os órgãos dos seus entes queridos sejam doados? Há como saber o custo que um transplantado gera aos cofres públicos?

A resposta para estas questões levantadas é sim, pois é possível, em um pequeno

espaço de tempo, encontrar as respostas dessas indagações nos trabalhos, artigos, teses, dissertações fontes empíricas nos programas jornalísticos de TV emissora e rádios. Exceto a primeira indagação, da qual não se tem resposta até então, visto que não há registro no SNT, estatísticas, número de pacientes que precisam fazer esse procedimento de alta complexidade.

Para não cometer erro em afirmar a inexistência de pesquisas, esta reflexão está restrita as fontes de dados coletados e ao período desta investigação. Contudo, o que está em questão é o direito do acesso aos serviços de saúde. Sabe-se que o número de pacientes inscritos no SNT não abrange o quantitativo real de pacientes que precisam ser transplantados. Considerando o que foi posto acima, a autora faz a seguinte reflexão: se não há registro dos pacientes que precisam estar inscritos nesse sistema, como poderá proceder com ações para que através desta política os indivíduos que não possuem um RGCT venham ser contemplados com o direito de ter acesso à saúde através da terapia de transplante?

Embora a saúde tenha sido promulgada na Constituição Brasileira como "direito de todos e dever do Estado", e seu texto seja considerado até hoje uma das maiores conquistas dos movimentos sociais no período da redemocratização do país, a norma está bastante distante de sua expressão real. Contudo, se não houver mudanças neste serviço de alta complexidade, o que está em jogo é o direito à vida para os que não estão ou não serão oportunizados com o acesso à inscrição no SNT. Por fim, salienta-se que é um tema que merece ser explorado e, sobretudo, discutido na academia e em outros espaços, dando ênfase às intervenções que melhorem o acesso às políticas de saúde e de transplante.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Andreia Pereira. **Saúde e política de transplante**: um estudo sobre as particularidades da política de transplantes do estado do Rio de Janeiro. Tese (Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7822. Acesso em: 07 mai. 2019.

COSTA, Ednes Nascimento. **A inserção dos assistentes sociais nos serviços de saúde**. Na perspectiva da Lei 8080/90. 2009. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/a-insercao-dos-assistentes-sociais-nos-servicos-de-saude-na-perspctivada-lei-8080-90/30443. Acesso em: 07 mai.2019

FERRAZZO, Sílvia. **Transplante hepático na perspectiva da bioética**: um estudo de caso. Dissertação (Enfermagem) - Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129692. Acesso em: 07 mai. 2019.

GARCIA, Clotilde Druck; PEREIRA Japão Dröse; GARCIA, Valter Duro (org.) **Doação e transplante de órgãos e tecidos**. São Paulo: Segmento Farma, 2015. Disponível em: http://www.adote.org.br/assets/files/LivroDoacaOrgaosTecidos.pdf. Acesso em: 03 abr. 2019.

GIOVANELLA, L., et al orgs. **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2012. 2. ed. rev. e amp. 1100 p.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertação**. 2019. Disponível em: https://ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/bdtd. Acesso em: 07 mai. 2019.

MENDONÇA, Ana Elza Oliveira de. **Análise da efetividade do transplante renal na qualidade de vida dos receptores no estado do Rio Grande do Norte**. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/13348. Acesso em: 08 mai. 2019.

OLIVEIRA, Juliana Gomes Ramalho de. **Renal health**: uma nova ferramenta para o cuidado da doença renal crônica. Dissertação (Saúde Coletiva) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, 2016. Disponível em: https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=99715. Acesso em: 08 mai. 2019.

PEDERSOLI, Tatiane Aparecida Martins. **Programa de transplante de fígado**: estrutura, processo e resultados. Tese de Doutorado (Enfermagem Fundamental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_447fb2d36be5c88d2d16a726de8dc44a. Acesso em: 08 mai. 2019

SANTOS, Nadja Maria Codá dos. **Interdisciplinaridade**: entre o desejo e a prática dos profissionais do transplante cardíaco no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia. Dissertação (Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_ec46f56275922d3abb8a7d9895dc9021. Acesso em: 07 mai. 2019.

SILVA, Ana Rosa Alves da. **Doador Vivo de Rim Relacionado**: considerações subjetivas sobre a dívida simbólica a partir da práxis do assistente social. 2012. Dissertação (Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, 2012. Disponível em: https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/F10663420180424082535430879/Dissertacao.p HYPERLINK. Acesso em: 08 mai. 2019.

CAPÍTULO 7

COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS

Data de aceite: 01/12/2020

Aline Baptista Aguiar
Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)
Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
https://orcid.org/0000-0003-2264-5304

Andrea Frossard
Núcleo de Estudos Integrados em Cuidados Paliativos, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
https://orcid.org/0000-0003-1852-1034

RESUMO: A produção de conhecimento em saúde gera informações para que os usuários possam, por exemplo, tomar decisões sobre a melhor opção de tratamento disponível de forma segura e consciente, diminuindo as incertezas. Apresenta-se como objetivo investigar novas formas de sociabilidade mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação no campo do serviço social nos cuidados paliativos oncológicos. Trata-se de um estudo analítico, descritivo e exploratório. Utilizou-se na fase exploratória o método etnográfico virtual para obtenção de conteúdos significativos contidos em sites como o Facebook e correlatos. Verificou-se o predomínio de conteúdos restritos à explicação sobre os objetivos e princípios dos cuidados paliativos. Portanto, registra-se como necessária a intensificação do estudo sobre a intervenção do serviço social no campo em foco com ênfase nos processos de comunicação de notícias difíceis e sua relação com o acolhimento e no acesso aos direitos sociais. Conclui-se que é um tema inovador ao dar espaço para o aprofundamento de estudos sobre as novas interações estabelecidas nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social com o uso do teletrabalho ou trabalho remoto.

PALAVRAS - CHAVE: Comunicação. Cuidados Paliativos. Serviço Social.

COMMUNICATION AND SOCIAL WORK IN THE PERSPECTIVE OF PALLIATIVE CARE

ABSTRACT: The production of knowledge in health generates information so that users can make decisions about the best treatment option available, for example, in a safe and conscious way, reducing uncertainties. Its objective is to investigate new forms of sociability mediated by information and communication technologies in the field of social service in cancer palliative care. This is an analytical, descriptive and exploratory study. In the exploratory phase, the virtual ethnographic method was used to obtain meaningful content on Internet websites such as Facebook and other related ones. Content restricted to explaining the objectives and principles of palliative care predominated. Therefore, it is registered as necessary to intensify the study on the intervention of the social service in the field in focus, with emphasis on difficult news communication processes and their relationship with the care, as well as on the access to social rights. In conclusion, it is an innovative topic to give space to new studies on

the new interactions that are established in the socio-labor spaces of the social worker with the use of telework or remote work.
KEYWORDS: Communication. Palliative care. Social work.

Figura 1 –Stop COVID-19

Fonte: Marcos Carrasco (2020).

1 I INTRODUÇÃO

Em 2020, no Brasil, o câncer é a segunda maior causa de morte ficando somente atrás da Covid-19 e seguida das doenças isquêmicas do coração. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer, por meio da publicação *Estimativas de incidência: incidência de c*ância*r no Brasil 2020-2022*, ocorrerão 625 mil casos novos de câncer no período entre 2020 e 2022 (450 mil, excluindo-se os casos de câncer de pele não melanoma). O câncer de pele não melanoma será o mais incidente (177 mil), seguido pelos cânceres de mama e próstata (66 mil cada), cólon e reto (41 mil), pulmão (30 mil) e estômago (21 mil) (BRASIL, 2019).

Nos países em desenvolvimento, a maioria dos indivíduos apresenta a doença em estágio avançado no momento do diagnóstico. Desse modo, põem-se em destaque os cuidados paliativos, cuja abordagem é destinada ao cuidado global, ativo e interdisciplinar aos pacientes portadores de doença que não apresenta mais resposta aos tratamentos modificadores disponíveis. Portanto, é uma abordagem direcionada aos cuidados de saúde centrados no paciente (além de familiares e cuidadores), que se concentra no tratamento adequado da dor e outros sintomas, incorporando cuidados psicossociais e espirituais em conformidade com as necessidades, valores, crenças e cultura do paciente e família, incluindo apoio na fase de luto (WHO, 2002; MORITZ *et al*., 2009; BARROS *et al*., 2018).

Constituem objetivos dos cuidados paliativos a antecipação, prevenção e redução do sofrimento e a contribuição para uma adequada qualidade de vida para os pacientes. Independentemente da fase da doença ou da necessidade de outras terapias, os cuidados paliativos devem ser iniciados no momento do diagnóstico, podendo ser administrados,

concomitantemente, com terapias direcionadas à doença que prolongam a vida, facilitando a autonomia do paciente, o acesso à informação e a escolha. A assistência prestada é focada no conceito de dor total, no sistema de suporte de cuidado e na rede, que devem ser compartilhados para que decisões possam ser tomadas visando à dignidade e ao bem-estar dos assistidos (WHO, 2014).

A compreensão dos fundamentos dos cuidados paliativos, de suas especificidades e aplicabilidades é fundamental para o desenvolvimento de práticas acolhedoras e humanizadas. O ato de cuidar e de acolher está intimamente ligado à comunicação e, por isso, se faz pertinente o conhecimento das características dadas pela brasilidade para o estabelecimento de estratégias de cuidado nos cuidados paliativos oncológicos por parte do assistente social, a partir do conceito de dor social – parte integrante da dor total, que é composta pela dor física, dor emocional, dor espiritual e dor social, sendo esta uma expressão da questão social, objeto de intervenção do assistente social (FROSSARD *et al.*, 2019).

Interessante assinalar que a grande ferramenta em que a tecnologia se transformou tem o poder de influenciar, de maneira considerável, a vida das pessoas na contemporaneidade. Assim, são imprescindíveis o conhecimento e o debate sobre como e quais informações serão colocadas nas mídias sociais para usufruto de quem tem acesso. A rede de informações é democrática: todos os cidadãos podem transmitir qualquer tipo de mensagem ao público. Por isso, tem potencial para se tornar uma máquina de *fake news*, caso não seja usada com zelo e segurança.

Por outro lado, no cenário pandêmico produzido pela covid-19, são estabelecidas novas formas de interação impostas pelo forçado distanciamento social que antecipou e aprofundou o uso do teletrabalho ou trabalho remoto em diversos campos de atuação do assistente social (CFESS, 2020). Desse modo, compreende-se que conhecer é dar sentido ao mundo e tomar decisões de forma segura e consciente, diminuindo as incertezas. Logo, esta investigação teve como objetivo pesquisar novas formas de sociabilidade mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação, além de suas potencialidades e dilemas, no campo dos cuidados paliativos oncológicos para a intervenção profissional do Serviço Social.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, segundo Minayo (2014), é uma atividade central das ciências nas suas interrogações e descobertas da realidade. É uma atitude e prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. Uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, realizando uma combinação particular entre teorias e dados. Utilizou-se como base teórica o trabalho de Raquel Recuero (2017) como suporte para realizar a análise de redes, levando-se em consideração que há

mais links do que pode parecer superficialmente, e que sempre se deve prestar atenção às interações (já que nelas podem ser encontrados mais links).

Hine (2015), ao enfatizar a utilização da etnografia no ciberespaço, chama atenção para um ponto essencial no desenvolvimento do trabalho etnográfico: o pesquisador deve ter introjetado que a tecnologia em si não é a propulsora de mudança, mas sim os usos e as construções de sentidos ao seu redor.

Nessa perspectiva, a investigação tem fases que se complementam, a saber: a primeira é direcionada à apreensão no mundo virtual de conteúdos significativos do campo estudado; a segunda é referente à pesquisa bibliográfica com uso do método de revisão integrativa; a terceira se constitui no trabalho de campo no ciberespaço; a quarta, na análise dos dados, associando os achados de mídias com a literatura do Serviço Social na Saúde; e, por fim, há a apresentação e divulgação dos resultados. Assim, na fase exploratória, utilizou-se o método etnográfico virtual, viabilizando o intercâmbio de saberes e de cultura, por intermédio da obtenção de conteúdos significativos sobre o serviço social e sua intervenção no campo dos cuidados paliativos em sites como o Facebook e correlatos, permitindo uma leitura adequada e atualizada da realidade brasileira.

3 | RESULTADOS / DISCUSSÃO

Em um primeiro momento, iniciou-se o trabalho de campo para realizar a identificação dos links de interesse, ou seja, os relacionados aos cuidados paliativos no Brasil, com uso de leitura do tipo *scanning*. O segundo passo foi iniciar a análise e categorização do material recolhido – foram excluídas todas as páginas e instituições que não possuíam informações atualizadas ou que não realizavam postagens regulares sobre o tema. Após a identificação, análise e categorização dos links, o tema foi esmiuçado por meio de análise sistemática no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2015 a 2019, usando os descritores: comunicação e cuidados paliativos; assistência social e cuidados paliativos; dor e Serviço Social. Foram excluídos os artigos que não contemplaram o campo de cuidados paliativos e os que não abordaram a questão social no país.

Os conteúdos apreendidos no mundo virtual como documentos de pesquisa qualitativa proporcionaram registros das ações temporais e dos acontecimentos reais. Assim, foram identificados três grandes núcleos significativos: comunicação, serviço social e cuidados paliativos, por meio do exame e mapeamento de informações disponíveis em redes sociais como Facebook, Instagram e LinkedIn. Além disso, foi realizado um rastreamento cuidadoso sobre as conexões de rede, a partir dos links obtidos com análise de interação de todo o material com base na rede de seguidores, comentários, likes e páginas afins. Nessa fase, examinaram-se os subtipos específicos de postagem como, por exemplo, o tema: os cuidados paliativos sob o prisma dos assistentes sociais e de seus

usuários, ou seja, a articulação entre serviço social e cuidados paliativos. Com a opção de categorização definida, iniciou-se a investigação sobre os links que eram atualizados e os que não possuíam mais seguidores e comentários. Com a atenção direcionada à perspectiva do assistente social, constatou-se a insuficiência de conteúdo, fato que não ocorreu em relação aos campos de medicina e enfermagem em relação aos Cuidados Paliativos.

Como citado anteriormente, as redes analisadas possuíam um significativo "cemitério" de páginas, ou seja, páginas que não postam ou nunca postaram conteúdo sobre a temática em questão, fazendo com que o número de páginas analisadas de forma qualitativa sobre cuidados paliativos fosse menor se comparado ao resultado quantitativo. Acresce-se que as conexões de rede conduziram a inúmeros links, requerendo acentuada organização para que não houvesse perda no mundo extenso que é a internet. Destacou-se, ainda, o fato de que o Brasil não possui o mesmo nível de desenvolvimento no campo dos Cuidados Paliativos em comparação com outros países, como Canadá, Estados Unidos e Inglaterra. Logo, esse desnível se refletiu nas redes pesquisadas.

3.1 Núcleo temático: Comunicação

A comunicação é uma necessidade básica do ser humano – as pessoas se comunicam e interagem entre si. Essa interação ocorre em consequência da reação ao processo de troca, utilizando-se a linguagem. Aquele que produz a linguagem é conhecido por locutor ou emissor, e o que recebe a linguagem é chamado de locutário ou receptor. Assim, para a existência de uma efetiva comunicação, importa que cada um dos interlocutores compreenda exatamente o que o outro diz. Quando se aborda uma má notícia deve se ter em mente que qualquer informação que possa afetar de forma séria e prejudicial a visão de um indivíduo sobre seu futuro como um prognóstico ruim, como o custo financeiro elevado de um tratamento médico ou a proximidade da morte, entre outros, requerem competências e habilidades específicas (BARROS, et al. 2018).

Compreende-se que o processo de comunicação na finitude envolve os atores em estado de atenção e ética, impondo-se um alerta constante quando o que se está em jogo é a vida (e suas condições, limitações e tempo restante). Dois lados da mesma moeda: os paliativistas e os pacientes à procura dos sentidos e dos ressignificados da vida. Logo, uma das principais competências de que se deve ter domínio é a comunicação. No cenário pandêmico, a promoção da visão dos cuidados paliativos como um direito humano, visando a solidificar princípios tão caros à vida como o sentido de cuidar, tornou-se uma estratégia humanista para amenizar o sofrimento de muitos pacientes e de seus familiares, tanto na realidade nacional quanto na de outros países (FROSSARD; MILLER, 2019).

O alívio do sofrimento é um processo que integra as dimensões social, psicológica e espiritual, requerendo uma comunicação sensível. Esclarece-se que o acesso à informação

é entendido como um direito humano. Nesse sentido, destaca-se a associação natural entre a comunicação e o processo de humanização, com ênfase no uso de linguagem não discriminatória, rechaçando-se a gramática sexista, androcêntrica, heteronormativa, machista e racista (CFESS, 2017).

A comunicação adequada é essencial para a aplicação e execução dos princípios dos cuidados paliativos. Ela é particularmente importante quando notícias difíceis devem ser retransmitidas, quando decisões difíceis sobre a continuidade e/ou cessação do tratamento devem ser tomadas e quando a pessoa tem uma condição que limita a sua vida e sua família (RAYAN et al., 2014; FROSSARD et al., 2019).

Pôde-se constatar, durante a investigação, por exemplo, que os portais do Oncoguia e da Abrale são territórios seguros e comprometidos com a difusão de informações confiáveis para o público em geral. Ellery e Vidal (2011), referindo-se à dinâmica de utilização das redes sociais, registraram que o controle social se beneficia com o espaço proporcionado pelas redes, uma vez que a população participa ativamente do acompanhamento e fiscalização do planejamento e da execução das políticas públicas na mesma velocidade das tecnologias digitais, o que pode alterar as relações entre Estado e sociedade.

No país, o Instituto Delete (ALFANO, 2020) disseminou os dados de sua pesquisa sobre redes sociais envolvendo 870 pessoas entre 18 e 70 anos, na qual afirma que 52,6% dos entrevistados instalaram novos aplicativos para possibilitar suas comunicações e distrações em meio ao isolamento social devido à covid-19. Além disso, 51,2% dos participantes relataram algum tipo de alteração emocional pela necessidade de fazer mais uso de plataformas digitais. Um dado alarmante, confirmado também por outros estudos, refere-se à correlação do uso intensivo das redes sociais e a propensão a contrair determinadas patologias, o que é refletido no crescimento dos índices de depressão e suicídio entre crianças e jovens.

Considerando o universo da assistência em oncologia, em especial, a área de cuidados paliativos, sugere-se observar as diferentes características geracionais dos brasileiros com o intuito de criar estratégias para satisfazer as respectivas expectativas dos grupos em relação ao consumo de informações sobre saúde e, consequentemente, a criação de canais de comunicação adequados considerando tanto o público interno quanto o externo que utilizam os serviços de saúde públicos, privados ou filantrópicos. Sabe-se que é importante o apoio aos cidadãos (ou responsáveis, no caso de crianças e adolescentes) a tomar decisões conscientes sobre o nível de informação que desejam receber e compartilhar com sua família.

Nessa direção, destaca-se a importância da mobilização das comunidades interna e externa adstrita a um serviço de cuidados paliativos que visa a reforçar a concepção de saúde como direito dos cidadãos, do nascimento à finitude. Importa salientar a aplicação de instrumentos e técnicas de comunicação e educação em saúde, com vistas à participação ativa de diferentes segmentos sociais no processo de formação da rede de multiplicadores

de boas práticas em todas as suas fases – do planejamento à execução. Assim, evidenciam-se os inúmeros caminhos que as tecnologias podem proporcionar para o alcance de boas práticas em saúde com o uso das redes sociais, visando à difusão de conhecimentos em cuidado paliativos.

Observe o quadro 1, a seguir.

GERAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Baby boomers (pessoas nascidas de 1945 a 1964)	Essa geração surgiu depois da explosão demográfica ocorrida após a II Guerra Mundial. As principais características do grupo são a ruptura com as gerações anteriores, a busca por seus direitos e escolha de produtos de qualidade.
Geração X (pessoas nascidas de 1965 a fins dos anos 70 – pode ser incluídos os que nasceram em 1980)	Esse grupo passou pelo período de evolução tecnológica e desenvolvimento dos meios de comunicação, além de desfrutar de estabilidade profissional.
Geração Y (pessoas nascidas de 1981 a meados dos anos 90)	São as pessoas que têm no seu cotidiano a presença da tecnologia. Elas viveram na época analógica e migraram para o mundo digital.
Geração Z (pessoas nascidas entre 2000 e 2010)	Suas características são a procura constante por novas tecnologias, o interesse por informações imediatas, a procura por um sentido, maior flexibilidade no trabalho e necessidade de estar sempre conectado. São os que dão muito valor às causas sociais na web. São independentes e exigentes.

Quadro 1. Diferenças entre grupos geracionais

Fonte: Estudo divulgado pela empresa de software Zendesk em 140 países (2020).

As características geracionais são parte dos multideterminantes no processo de saúde-adoecimento. A partir deles, é possível analisar o resultado de interseções entre as categorias etnia/raça, classe social e gênero que podem influenciar nas trajetórias de vida das pessoas em um dado contexto social. Desse modo, as experiências simbólicas e concretas dos indivíduos condicionados ao processo de amadurecimento e etário na perspectiva das conjunturas socioeconômicas vigentes podem segmentar espaços e estabelecer expectativas sociais segundo classe social, idade e gênero (COUTO; JÚNIOR,

2015).

Assim posto, a perspectiva intergeracional deve ser considerada no processo efetivo de comunicação entre paliativista, paciente, família e equipe interdisciplinar. É interessante aproveitar uma movimentação da linguagem instituída para articular uma nova, capaz de traduzir a real situação de saúde do paciente. Portanto, pressupõe entender o papel essencial da comunicação nos cuidados paliativos, além dos diferentes tipos de comunicação, como interação verbal, não verbal, visual, escrita e interpessoal (individual ou com um grupo ou equipe), visando a uma comunicação eficaz. Para isso, faz-se o uso de estratégias como audição ativa, linguagem simples, tom apropriado, declarações esclarecedoras e perguntas convidativas (RYAN *et al*., 2014).

Os paliativistas devem estar em sintonia com os novos tempos para que possam modificar o seu estilo de comunicação com pacientes, familiares e cuidadores com o intuito de tornar acessível a linguagem técnica em conformidade com as diversas culturas e origens, na assistência presencial ou virtual. O adequado entendimento global da situação de saúde de um cidadão posta em um plano de cuidados influencia a tomada de decisão ou planejamento e auxilia os membros da equipe na abordagem de questões relacionadas ao diagnóstico e provável prognóstico de maneira empática, levando em consideração as necessidades e desejos dos assistidos. Uma inovação, sem dúvida, é, a partir do prontuário único do paciente (impresso ou eletrônico), ter a base de uma comunicação de acordo com o perfil de cada indivíduo e o real engajamento de pesquisadores e paliativistas nos coletivos e em outras instâncias de controle social.

Ao longo da investigação, constatou-se o predomínio de conteúdos restritos à explicação sobre os objetivos e princípios dos Cuidados Paliativos. À vista disso, cabe a intensificação do debate e análise sobre a articulação entre comunicação, serviço social e cuidados paliativos.

3.2 Núcleo temático: Linguagem, Serviço Social e Cuidados Paliativos

A lida com o inevitável, como é o caso da morte, requer uma mudança no olhar sobre o ciclo da vida. Assim, deduz-se que há uma transformação de todo um contexto tradicional de desenvolvimento das práticas em saúde. Trata-se de dar sentido à dor para ressignificar a vida em uma condição-limite imposta pela falta de perspectiva de cura e o vital redirecionamento do cuidado para maximizar a qualidade de vida. O assistente social, como humanista nato, precisa estar imbricado e implicado neste campo tão sensível e complexo que são os cuidados paliativos (FROSSARD *et al*., 2019).

Os Cuidados Paliativos são um *locus* privilegiado de intervenção profissional do assistente social: a linguagem como instrumento profissional de excelência permite ao assistente social exercitar a comunicação interprofissional, bem como centralizar a família em suas ações; atuar visando a contribuir para a garantia de direitos sociais; planejar e executar ações no âmbito da rede de cuidados e de suporte e, ainda, compartilhar

diferentes atribuições referentes ao óbito e pós-óbito – personalizar via plano de cuidados as documentações para o enquadramento de ações de assistência social articulada aos cuidados paliativos.

No cenário pandêmico, em consequência da covid-19, se aceleraram as discussões sobre teletrabalho ou trabalho remoto, no interior da categoria profissional de Serviço Social, a fim de propiciar condições adequadas para dar bases para o estabelecimento do relacionamento usuários-assistentes sociais a distância (CEFESS, 2020). Portanto, é pertinente um tratamento analítico sobre os processos de comunicação de notícias difíceis durante a ação do assistente social, sua relação com acolhimento e com a viabilização do acesso aos direitos sociais.

Imagina-se uma situação hipotética envolvendo a relação entre o assistente social e uma mãe que está vivenciando intenso sofrimento junto ao filho em cuidados de fim de vida.

Cenário hipotético 1: A mãe em diálogo com a assistente social.

Eu escolhi ser mãe. Por que meu filho está indo embora?

Nem tenho dinheiro para enterrá-lo.

Deus existe? Onde ele está?

O que farei com tanta dor?

Ele está indo embora. Continuarei sendo mãe?

A Campanha Mundial dos Cuidados Paliativos de 2020 tem como slogan Meu cuidado, meu conforto. Há uma projeção realizada em 2014 de que a necessidade de cuidados paliativos para os cidadãos no fim da vida, em nível global, aumentará de 25 milhões para 48 milhões nos próximos 40 anos. Na atual edição do Global Atlas (WPCA, 2020), revela-se um considerável aumento de pessoas que necessitam de cuidados paliativos no mundo, ou seja, a estimativa é de 56,8 milhões incluindo 25,7 milhões no último ano de vida, o que requer, evidentemente, o preparo profissional das equipes de paliativistas (ANCP, 2020). Portanto, o primeiro passo diz respeito aos processos de capacitação profissional para o manejo de situações difíceis. Antes da capacitação existe uma condição *sine qua non* para lidar com a dor ou emoção do outro, algo muito específico e particular; ou seja, se o assistente social não tem a capacidade de reconhecer e realizar um balanço de seus próprios sentimentos e os dos outros, nenhum curso o habilitará para um manejo adequado. Por isso, enfatiza-se o aperfeiçoamento das *soft skills*, especificamente, da inteligência emocional direcionada às situações difíceis que são carregadas de sensibilidade. Por outro lado, as *hard skills* (habilidades técnicas) não são menos importantes para a identificação das dimensões da dor total que estão predominando no cenário hipotético criado.

Considerando o exposto em epígrafe, há experiências promissoras de *coaching* social para assistentes sociais no país, no âmbito empresarial, mas que pode e deve ser desenvolvido para o campo dos cuidados paliativos (LICO; BATISTA, 2016). O termo "*coaching* social" é utilizado para se referir às mudanças que se promovem na comunicação, nas relações interpessoais e nos relacionamentos (SOUZA, 2014). O coaching pode oferecer para os profissionais as ferramentas adequadas para o alcance dos resultados projetados por meio dos planos de cuidados; para impulsionar o processo de cooperação entre os paliativistas; para ampliar os espaços de participação e controle social, além de proporcionar um ambiente acolhedor e estimulante, dando condições de emergirem novas lideranças interdisciplinares.

O entrelaçamento entre o diálogo com base em más notícias, sua relação com acolhimento e a viabilização do acesso aos direitos sociais é uma particularidade presente no cotidiano do assistente social paliativista. Assim, importa evidenciar que é preciso reinventar a intervenção via teleatedimento – que carrega uma perda da dimensão social, impondo uma adaptação em relação ao contato e aos movimentos físicos, como os olhos nos olhos e o rebaixamento dos ombros, por exemplo – para facilitar a aproximação com o outro no processo de acolhimento. O trabalho a distância vem sendo demandado tanto no âmbito das instituições quanto por cidadãos em estado de vulnerabilidade (principalmente os moradores de regiões inóspitas ou de risco), motivados pela segurança, independentemente de um cenário pandêmico. Aqui, entende-se que o teleatendimento encontra-se casado com a criatividade em uma perspectiva intergeracional e, assim, poderá estar associado a outros dispositivos, como *storytelling*, *scrapbook* digital, *games* studies e outros.

4 | CONCLUSÃO

O presente trabalho chama a atenção para as novas formas de cuidado (trabalho a distância), tanto direcionados para os pacientes quanto no trato com aqueles que são afetados de forma menos direta, ou seja, a família. As estratégias de aperfeiçoamento da comunicação direcionadas aos cuidados paliativos oncológicos, por parte dos assistentes sociais, devem considerar a perspectiva intergeracional e suas interfaces, visando a amenizar o sofrimento humano. O uso do teletrabalho ou trabalho remoto é uma tendência a ser cada vez mais utilizada, o que requer estudos aprofundados pelo seu ineditismo no cotidiano no interior dos serviços de saúde, em especial, dos cuidados paliativos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS (ANCP). *Meu cuidado, meu conforto*. Material de apoio. Disponível em: https://paliativo.org.br/wp-content/uploads/2020/09/MATERIAL-DE-APOIO-DMCP20.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

ALFANO, B. O dilema das redes: refúgio na pandemia, redes sociais ajudaram a formar geração mais ansiosa e deprimida. *O Globo,* 25 set. 2020. Sociedade. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/o-dilema-das-redes-refugio-na-pandemia-redes-sociais-ajudaram-formar-geracao-mais-ansiosa-deprimida-24655097. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). *Estimativa 2020:* incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2019.

BARROS, G. A. M; LOPES, D. S.; CARDOSO, M. G. M. Informação e Comunicação em Cuidados Paliativos. *In*: MATTOS, S. L. M.; CARDOSO, M. G. M; NUNES, R. (orgs.). *Dor e Cuidados Paliativos*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Anestesiologia/SBA, 2018. 240 p.

CFESS. *Política de Comunicação CFESS-CRESS*. 3ª ed. Brasília, 2017.

CFESS. *Teletrabalho e telepericia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia*. 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf. Acesso em: 2 out. 2020.

COUTO, M. T.; JÚNIOR, F. M. C. Geração e categorias geracionais nas pesquisas sobre saúde e gênero no Brasil. *Saúde & Sociedade,* São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1-8, 2015. Doi: https://doi.org/10.1590/S0104-12902015140408

ELLERY, A. P. C; VIDAL, E. M. *Ambientes de aprendizagem utilizando mídias sociais na web como ferramenta de controle social e de apoio à gestão pública*: um caminho para o e-government 2.0. Fortaleza: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, 2011. Disponível em: https://reposital.cuaed.unam.mx:8443/xmlui/bitstream/handle/20.500.12579/2939/Ellery%20Corr%C3%AAa%2C%20Ana.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 2 maio 2020.

FROSSARD, A.; SILVA, J. A.; AGUIAR, A.; RODRIGUES, R. *Cuidados Paliativos:* o cuidar do Serviço Social. *In*: NETO, B. R. S. (org.). *A produção do conhecimento nas ciências da saúde 3.* Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 91-108.

FROSSARD, A.; MILLER, T. C. C. Cuidados Paliativos Oncológicos: o cuidar na perspectiva dos profissionais de saúde. *Revista Sustinere*, v. 7, n. 2. Rio de Janeiro: UERJ, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.12957/sustinere.2019.36461. Acesso em: 8 abr. 2020.

HINE, C. *Ethnography for the internet*: *embedded, embodied and everyday*. Londres: Bloomsbury Publishing, 2015.

LICO, R. P.; BATISTA, S. Coaching e Serviço Social. *Admnistradores.com,* 2016. Disponível em: https://administradores.com.br/artigos/coaching-e-o-servico-social. Acesso em: 2 out. 2020.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2014.

MORITZ, R. D.; LAGO, P. M., DEICAS, A.; NILSON, C.; MACHADO, F. O.; OTHERO, J. *et al.* I Fórum do Grupo de Estudos do Fim da Vida do Cone Sul: proposta para atendimento do paciente portador de doença terminal internado em UTI. *Rev BrasTer Intensiva*, v. 21, n. 3, 2009. p. 306-9.

RECUERO, Raquel. *Introdução* **à análise de redes sociais online**. Bahia: EDUFBA, 2017.

RYAN, K. *et al. Palliative care competence framework*. Dublin: Health Service Executive, 2014. Disponível em: https://aiihpc.org/wp-content/uploads/2016/02/Social-Workers-Complete.pdf

SOUZA, L. Coaching como estratégia inovadora para atuação do(a) assistente social em empresa. *SLAC (Sociedade Latino-Americana de Coaching)*, 2014. Disponível em: https://www.slacoaching.com.br/coaching-como-estrategia-inovadora-para-a-atuacao-do-a-assistente-social-em-empresa. Acesso em: 2 out. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Definition of Palliative Care*. WHO, 2002. Disponível em: https://www.who.int/cancer/palliative/definition/en/. Acesso em: 6 abr. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). World Health Assembly 67. *Strengthening of palliative care as a component of comprehensive care throughout the life course.* WHO, 2014. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA67/A67_R19-en.pdf?ua=1. Acesso em: 6 abr. 2020.

WORLDWIDE PALLIATIVE CARE ALLIANCE (WPCA). Global Atlas of Palliative Care 2nd Edition. London, WPAC, 2020. Disponível em: Downloads/WHPCA_Global_Atlas_FINAL_DIGITAL.pdf. Acesso em: 3 out.2020

ZENDESK. Relatório anual de tendências da experiência do cliente Zendesk para 2020. *Foca no Cliente.* Disponível em: https://focanocliente.com.br/relatorio-zendesk-2020/. Acesso em: 31 jul. 2020

CAPÍTULO 8

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: A REALIDADE DE IDOSAS DO SUL DA ILHA FLORIANÓPOLIS/SC

Data de aceite: 01/12/2020

Jozadake Petry Fausto Vitorino
UFSC.
Universidade Estácio de Sá Florianópolis (SC),
Universidade EducaMais (São Paulo).
Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família
Violências, Direitos e Políticas Públicas (GEV/UFSC).
http://lattes.cnpq.br/3339996527225371.

Maria Regina de Avila Moreira
Universidade Federal Fluminense (1983),
Universidade Católica de São Paulo (1998)
Universidade Católica de São Paulo (2003).
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). T
http://lattes.cnpq.br/6102418371111697.

Este artigo foi publicado nos Anais do "III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis – 13 e14 de novembro de 2019". Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/202544/Vitorino_Moreira_Viol%c3%aancia_contra_mulheres.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

RESUMO: O trabalho é resultado parcial da pesquisa sobre violência contra idosas que participam dos grupos de convivência localizados no sul da Ilha de Florianópolis/SC, cujos objetivos buscam conhecer e analisar a percepção acerca da violência por elas sofrida. Assim, a questão a ser problematizada é: Você já sofreu algum tipo de violência? Metodologicamente, definimos pela pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa com apoio de entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado. Nesse trabalho, apresenta-se somente o mapeamento do perfil socio-econômico que aponta a violência, em suas multiplas dimensões, como presente na maioria das idosas que, de forma naturalizada perpetua as realções de poder assentadas nas determinações de gênero.

PALAVRAS - CHAVE: Perfil Socioeconômico; Mulheres; Grupo de idosas.

VIOLENCE AGAINST WOMEN: THE REALITY OF ELDERLY WOMEN IN THE SOUTH OF THE ISLAND - FLORIANÓPOLIS / SC

ABSTRACT: The work is a partial result of research on violence against elderly women who participate in social groups located in the south of the island of Florianópolis / SC, whose objectives seek to know and analyze the perception about the violence they suffer. So, the question to be problematized is: Have you suffered any type of violence? Methodologically, we define it as exploratory research, with a qualitative approach supported by interviews based on a semi-structured script. In this work, only the mapping of the socio-economic profile that points to violence, in its multiple dimensions, is presented, as it is present in most of the elderly women, who, in a naturalized way, perpetuates the power realizations based on gender determinations.

KEYWORDS: Socioeconomic Profile; Women; Group of elderly women.

1 | INTRODUÇÃO

A violência é vivenciada em nosso cotidiano nas mais diversas situações, porém nem sempre apreendida em sua totalidade, como de fato se materializa nas relações sociais. É muito mais do que aquilo que está contido no âmbito da legislação: as violências psicológicas, financeira, física ou sexual, nos apontam que violência e poder estão interligados.

Como Safiotti (2004) nos posiciona, a sociedade é marcada por três determinações que estruturam a realidade: capitalismo, racismo e patriarcado. É nessa complexa e contraditória imbricação que podemos explicar os processos de exploração e opressão da sociabilidade contemporânea que desencadeiam processos de violência. O patriarcado, como um dos focos do objeto do estudo aqui discutido, assim como a perpetuação do poder do homem, pai, embora não seja mais o mesmo de suas origens, e, inclusive, por organização e luta das próprias mulheres, ainda persiste em naturalizar a subalternidade das mulheres e é retomado com mais intensidade em conjunturas neoconservadoras como hoje no Brasil. A violência contra as mulheres é uma das expressões desse processo.

Com efeito, a violência tem um sentido muito mais amplo do que exclusivamente a agressão psicológica, financeira, física ou sexual. Violência, "[...] é todo ato de força contra vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar)" (CHAUI, 2018, p. 35).

Para Caldas *et al*. (2018) os maus tratos contra as mulheres, ocasionam perdas significativas na estrutura física, sexual, mental e social. Ao se tratar de mulher idosa, essas perdas podem intensificar-se de modo irreparável, até porque em razão da idade avançada, os danos à saúde da mulher não podem ser revertidos. Em geral, a mulher idosa vítima de violência evita oferecer denúncia, por vezes, isolando-se da convivência em sociedade.

No Brasil, as leis sociais que avançam na garantia de direitos são conquistas e, por isso, o seu cumprimento exigem um controle social organizado. Qualquer tipo de violência ou crime é danoso para a sociedade, pois atinge a vítima e a sociedade como um todo, uma vez que envolvem, além do aparato jurídico, os familiares, e amigos. A partir dessa apreensão e com obejtivo de verificar objetiva e subjetivamente como a violência é vivenciada pelas idosas, optou-se pela pesquisa junto a três grupos de convivência de idosas, organizado, porém somente um institucionailzados no Estado[1]. A unidade de análise empírica, foi o Grupo de Idosas que se efetiva no Salão da Capela Sant'Ana São Joaquim e outro grupo que se efetiva na residência de uma das idosas integrante do grupo

1 Estamos nos referindo ao grupo de convivência, criado por meio de programas ou projetos de políticas públicas de Assistência Social e de Saúde. O grupo de terça feira, intitulado "Alegria de Viver" é o único grupo cadastrado junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC. Esse Grupo conta com o suporte do Município, desde Cursos há instruções contra violência de pessoas idosas. Em caso de violência, ensina a idosa como deve proceder. Além disso, disponibilizam alimentos, artesanato. Também patrocinam viagens para benefício da Saúde e do Bem- Estar da Pessoa Idosa. É importante salientar que, os grupos não são vinculados à Igreja Católica. Esta apenas cede o salão da Capela Santa'Ana, e as idosas em contrapartida pagam a taxa de manutenção para a limpeza do salão. Salientamos que os grupos —Amigas para Semprell e o de "Viúvas e Separadas", são grupos independentes.

que reside no bairro Armação, Florianópolis/SC.

O grupo de segundas feira, “Amiga para Sempre”, é composto por 32 mulheres; o de terças feira “Alegria de viver, Nossa Senhora dos Pescadores” conta com a participação de 36 mulheres, que se encontram apenas uma vez por semana. Sendo que, somente o grupo de terças feira é cadastrado junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC. Os dois grupos se reunem no salão da Capela Sant‘Ana no período vespertino, entretanto, não são vinculados a Igreja Católica, esta apenas cede o espaço para a atividade de entretenimento e de lazer das idosas. Em contrapartida, as idosas colaboram com apenas uma pequena parcela do pagamento da limpeza do salão. Já o grupo de quintas feira “Viúvas e Separadas”, conta com 11 participantes, e se encontra todas às quintas feiras no período vespertino, porém na casa de uma das integrantes do grupo. O universo dos grupos é composto de 79 mulheres idosas. Em nossa pesquisa, foram pesquisadas 12 mulheres idosas, sendo 4 em cada um dos grupos.

Em relação à metodologia, definimos pela pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa a partir de um roteiro semiestruturado para realização de entrevistas. Richardson (2008) diz que os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de determinadas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A pesquisa é exploratória quando permite ao pesquisador ter maior familiaridade com o problema a ser pesquisado, tornando-o mais claro. Grande parte dessas pesquisas envolve levantamento bibliográfico e o contato direto com seus participantes, que já passaram por várias experiências e diferentes histórias de vida (GIL, 2007).

Além disso, pesquisas como estas contribuem para traçar parâmetros entre o tempo passado e presente e mostrar que as mulheres idosas tiveram e têm participação efetiva nos processos de mudanças ocorridos ao longo dos anos, sejam culturais ou nas práticas sociais associadas aos papéis das mulheres na sociedade brasileira.

Importante demarcar que a realização desta pesquisa foi recheada de desafios porque nos levou ao encontro de vivências diferenciadas e nos possibilitou conhecer as dificuldades, bem como as realizações de vida de nossas entrevistadas.

Os resultados obtidos podem agregar conhecimento científico para novas pesquisas e, assim, possibilitar a construção de novas políticas públicas que poderão contribuir para minimizar a violência contra mulheres. Para o mapeamento sócio-econômico, objeto deste trabalho, recolhemos dados cadastrais e, com anuência do grupo, apenas uma pergunta por ora foi formulada: você já sofreu algum tipo de violência?[2] Assim, a apresentação está organizada para trazer elementos para o debate da violência contra idosas, para em

2 Foi utilizado Termo de Consentimento conforme preconiza as resoluções 466/2012 e 510/2016, estando honradas todas as determinações pelas referidas resoluções do Concelho Nacional de ética em pesquisa (CONEP).

seguida trazer a sistematização dos dados socioeconômicos.

2 | DESENVOLVIMENTO

Peixoto (2006) argumenta que, na França, no século XVIII, o termo 'velho e pobre" era frequentemente usado para idosos que não possuíam *status* social. Além disso, esses indivíduos eram associados ao declínio e inaptidão para o trabalho.

Sobre o conceito da posição moral das mulheres com idade avançada e ativas, Ennuyer (1991 *apud* PEIXOTO, 2006, p. 72) afirma que:

> Entendemos a palavra moral no que diz respeito aos velhos, quando ouvimos dizer que um certo número de soluções que são consideradas boas, razoáveis, por especialistas, médicos, tecnocratas. Esta moral constituiu, então, como objeto os velhos sem estatuto social', pois entendeu-se, de uma vez por todas, que os velhos que possuem um certo estatuto social não são jamais velhos, como, por exemplo, o Presidente da República, os senadores, os artistas, certos empresários etc.

De fato, nos anos 1960, na França e no Brasil, o termo "velho" indicava a pessoa idosa e, dependendo de suas condições financeiras e sociais, o termo "velho" possuía sentido pejorativo. Na visão de alguns analistas, o termo "idoso" abrangia diferentes realidades, indicava o velho como sujeito de respeito! Além disso, esse termo assegurou mais produções científicas e, assim, a formulação de políticas públicas, pesquisas e trabalhos na área do envelhecimento (PEIXOTO, 2006).

Porém, com o passar do tempo e muita luta, as "pessoas idosas" adquiriram novo — "estatuto social", passando a ser mais valorizadas, reconhecidas e respeitadas. A conquista do respeito pelos mais velhos permite que muitas mulheres idosas que participam de grupos de convivência vivam essa fase de suas vidas com mais democracia, dignidade e, acima de tudo, com o respeito da família e de toda a sociedade. Ainda que reconheçamos o imenso abismo cultural, social e político que estigamtiza idosos, especialmente se considerarmos ainda as determinações da classe, gênero/sexo e raça/etnia.

Simone de Beauvoir (1990) tem o conceito de que a idade avançada é indicada pelo outro, mas quem seria esse outro, se a velhice é marcada desde a infância até a senilidade, como um sopro? Diante disso, o tema "envelhecimento" deve ser analisado e pensado sob muitos aspectos, tanto no olhar sobre o outro, como também no próprio olhar do indivíduo sobre si mesmo. Envelhecer é um processo natural e biológico de todo ser vivo, desde o nascer até a sua morte. Por outro lado, não há como negar que a longevidade aumentou gradativamente ao longo dos anos devido à evolução das sociedades e das ciências.

Skinner e Vaughan (1985 p. 29 – 30) apresentam importante definição a respeito da velhice em relação às diferentes idades cronológicas e dizem:

> No entanto, diferentes pessoas fazem as coisas em diferentes idades cronológicas. Todos nós conhecemos de sobra, crianças que foram obrigadas a se comportar como adultos em seus primeiros anos, e se tornaram - velhos antes do tempo -, ou jovens brilhantes que carregavam velhas cabeças sobre ombros jovens. Da mesma forma, conhecemos pessoas tratadas como crianças a vida toda. Dentro dos limites impostos pelo envelhecimento fisiológico, agimos e pensamos como jovens ou como velhos, em função do que nos acontece e do que, como resultado, nós fazemos (SKINNER; VAUGHAN, 1985, p. 29 – 30).

Com relação à magnitude do fenômeno, "Os dados são alarmantes e ainda indicam que há muito a fazer para coibi-la" (CALDAS *et al*., 2018, p. 168).

Para salientar os diferentes tipos de violência[3] contra as mulheres, nos reportamos à Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, em seu artigo 7º. A violência financeira acontece quando alguém faz o uso indevido do dinheiro de uma pessoa (cartão de crédito, cheque) ou das suas coisas que estão dentro de casa. A displicência abrange a falta de cuidados e de atenção às necessidades mínimas, como comida, moradia, vestimenta e atenção médica. A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) é um marco histórico de lutas militantes de movimentos feministas para garantir justiça e proteção a todas as mulheres contra a violência

"doméstico-familiar". Em seu artigo 5º diz:

> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha constitui novas formas de proteção para as mulheres em episódios de violência. Como exemplo, prevê "medidas protetivas" em casos de urgência ou emergência, que obrigam o agressor a se afastar da vítima em situação de violência, e estabelece punições severas, dependendo do tipo de descumprimento de tais medidas.

Segundo Silva (2006), o conceito de violência pode ser compreendido como um "artefato complexo social", ou seja, um conjunto de relações definido por pessoas que participam da dinâmica social conflitante na sociedade, onde se desenvolvem inúmeras ações específicas para os diferentes espaços e sujeitos e não podem ser compreendidas

3 A Violência física pode ser percebida como qualquer comportamento que ofenda a integridade das mulheres. A violência psicológica, como algo que possa causar redução da autoestima, danos emocionais e que prejudique o desenvolvimento da mulher, como controle de decisões, crenças, comportamentos e ações, seja por meio de chantagem emocional, isolamento, afronta, vigilância constante, manipulação, perseguição, limitação da liberdade, e etc. Violência sexual, qualquer ato sexual sem que seja desejado, podendo ser por meio da força física, da ameaça; da intimidação e a proibição de métodos contraceptivos que levam a gravidez indesejada, a união afetiva forçada que diminua ou retire os direitos produtivos e sexuais. Violência patrimonial compreendida por condutas que se configurem em eliminação total ou parcial de pertences pessoais como: se refere a documentos, bens, dinheiro, ferramentas de trabalho e patrimônios. Violência moral, percebida por qualquer atitude que se classifique por calúnia, injúria ou difamação da mulher (BRASIL, 2006).

como caso isolado, mas, sim, num conjunto das relações sociais.

Nesse contexto, a velhice, assim como todas as fases da vida, desde a infância até a idade avançada, tem implicações jurídicas para acepção de deveres e direitos, muito embora esse discernimento ainda apresente barreiras a serem rompidas pela sociedade, como, por exemplo, o preconceito. O Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003, p. 1), em seu art. 4º, estabelece o direito de todos, mas principalmente do idoso: "Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei".

Iamamoto (2009) pontua de forma importante que a violência também pode ser compreendida como uma das expressões da questão social:

> Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

Para Silva (2006), a violência contra as mulheres idosas se concretiza por práticas abusivas e atinge todas as camadas sociais (culturas e etnias), podendo ocorrer atos de imposição, constrangimento, opressão, violação de direitos e até lesões e, na maioria das vezes, não é visível pela sociedade, porque a maioria delas acontece dentro de casa.

Assim,

> É preciso reconhecer que a violência — como qualquer complexo social — se manifesta imediatamente nos indivíduos (seja naqueles que violentam, seja nos que são violentados), individualidades estas que sentem concretamente inúmeras carências e necessidades humanas (SILVA, 2006, p. 35).

Constantemente ela se operacionaliza por meio da coragem e da força sobre outro, ocasionando, por vezes, marcas físicas ou psicológicas. Por meio dessa força, concentram-se os mais diversos tipos de interesses, finalidades e intenções (SILVA, 2006). Até porque,

> Por muitos anos as mulheres estiveram ausentes ou desfiguradas na história brasileira. Como em qualquer outra parte do mundo, não se fez justiça ao papel que elas desempenharam no desenvolvimento do país. Pouco se sabe de suas vidas, papéis e experiências no passado e a própria existência de fenômenos, como o movimento pelos direitos da mulher no Brasil no século XIX (HAHNER, 1981, p. 24).

Para Saffioti (2004), o sistema patriarcal não se concentra apenas no meio familiar, ele se constitui de maneira transversal na sociedade, pois se concretiza nas relações sociais entre seres humanos, de forma hierarquizada, desigual, que persiste entre gêneros. A história das mulheres mostra uma socialização de domesticação para serem donas de casa, boas esposas e mães. Logo, grande parte das mulheres foi preparada para atender os desejos do marido. Seus destinos eram traçados e não havia escolhas, eram ensinadas

e disciplinadas apenas para obedecer.

Nesse contexto, para algumas mulheres idosas, chegar à velhice é sem duvidas uma grande vitória, é a ampliação da vida, são sinônimos de experiência, maturidade e aquisição. Porém, para muitas pode significar, dependência seja ela física ou financeira sentimento de derrota e de perda, e o que é mais grave ter marcas da violência ou maus tratos em suas trajetórias.

Assim,

> Embora as leis existam, ainda há muito que se elaborar neste iceberg da violência contra a idosa, porque mais do que leis que amparam a idosa vitima de violência, há por traz disso agressoes, muitas vezes familiares dessa idosa, sendo angustiante utilizar as leis para denunciar agressores, em muitos casos, gerados por elas (CALDAS ***et.al***., 2009, p 167).

Em nossa pesquisa, quando perguntado para as mulheres idosas, se já sofreram algum tipo de violência, das 12 entrevistadas, 40% afirmaram que sofreram violência: familiar, psicologica, física ou sexual e que foi praticada pelos seus companheiros, sendo que 10% aponta ter sofrido violência psicológica, física e sexual por pessoa desconhecida em diferentes espaços. Porém, 50% das entrevistadas afirmam não ter sofrido nemhum tipo de violência. Com os limites dessa pergunta de forma isolada, não se pode apreender o significado atribuído à violência, razão pela qual a pesquisa prosseguirá com entrevistas e análise das percepções sobre a violênica. Debater a violência institucional do Estado, por exemplo, ainda é algo que somente com informação é que as pessoas passam a reconhecer como violência. De todo o modo, é possível afirmar a incidência considerável que as mulheres idosas indicam como situações vivenciadas de violência.

Caldas *et al*. (2009) argumenta que: no Brasil, país ainda em desenvolvimento, pessoas idosas encontram-se expostas e estão sujeitas e às mazelas sociais, como abandono, maus tratos, carência em relação à assistencia a saúde, enfrentam também dificuldades de acessibilidade, preconceito e diversos outros tipos de violência. As causas encontram-se na omissão e na negligência daqueles a quem caberia atentar para os cuidados com a pessoa com idade avançada – "a familia[4] a sociedade e o Estado", deixando assim, a população idosa em situação de vunerabilidade, sujeitos à violência cometida pelos mais diversos segmentos da sociedade.

Porém, um dos fatores que consideramos grave também, é que: "O envelhecimento populacional brasileiro vem ocorrendo antes de o país resolver as questões básicas relativas à educação, saúde, emprego e consequentemente renda, as quais se não forem solucionadas, podem agravar-se" (SANTOS et al., 2019, p. 2).

Dessa forma, o perfil socioeconômico é um instrumento importante para conhecermos as características de repercussão da violênica contra idosas, como passaremos a

4 A responsabilização da família é um debate complexo, posto que tende a reforçar a culpabilização dos sujeitos envolvidos desconsiderando a perspectiva de totalidade necessária para apreensão da violência na sociedade. No entanto, dados os limites desse trabalho esse tema será aprofundado na análise final da pesquisa.

demonstrar[5] o Perfil sócio econômico das idosas do Sul da Ilha:

Faixa Etária	Frequência	Percentual
Menor que 60	2	16,7%
Entre 61 e 70	4	33,3%
Entre 71 e 80	3	25,0%
Maior que 80	3	25,0%
Total	12	100%

Tabela 1 — Distribuição das 12 mulheres idosas por faixa etária Idade

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados apontam que 25% da população idosa têm idade entre 71 e 80 anos, e 25% estão acima de 80 anos.

Para Couto et al. (2009) os individuos pertencentes a grupos estigmatizados podem proteger a sua auto-estima de eventos negativos, como por exemplo, a descriminação e o preconceito. O idoso participante de grupos sente-se acolhido e respeitado pelo próprio grupo. Com relação à autoestima, o idoso tende a comparar o seu desempenho em algumas atividades com o desempenho de outros componentes do grupo, que julga não terem bom desempenho. Assim, para esses idosos, os efeitos negativos do estigma social do preconceito e descriminação, são minimizados pela convivencia entre os membros de seu grupo. A autopercepção atribuiria os efeitos negativos ao outro e não a si próprio. Alves; Lemos e Lima (2019, p. 2). Argumentam que: “Na verdade, o idoso precisa se sentir é acolhido, respeitado e compreendido, e não excluído de uma sociedade que tanto ajudou a construir”. Conforme os autores,

> A discriminação aos velhos é o resultado dos valores típicos de uma sociedade de consumo e de mercantilização das relações sociais. O exagerado enaltecimento do jovem, do novo e do descartável, além do descrédito sobre o saber adquirido com a experiência de vida, são as inegáveis consequências desses valores (ALVES; LEMOS; LIMA, 2019, p. 3).

5 Conforme proposto, foram entrevistadas 12 mulheres que participam de três diferentes grupos: —Amigas para Sempre‖, composto por 32 mulheres; —Alegria de Viver, Nossa Senhora dos Pescadores‖, com 36 mulheres participantes, —Viúvas e Separadas‖, com 11 participações, perfazendo um universo de 79 mulheres. Foram realizadas 4 entrevistas com idosas em cada grupo.

Estado Civil	Frequência	Percentual
Casada	3	25,0%
Separada	2	16,7%
Viúva	7	58,3%
Total	12	100%

Tabela 2 — Distribuição das idosas por estado civil

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando observado o estado civil das participantes, constatou-se que 25% estão casadas, 16,7% estão separadas e 58,3% estão viúvas. Os resultados apontam que há maior número viúvas nos grupos.

Grau de instrução	Frequência	Percentual
Fundamental	7	58,3%
Médio	4	33,3%
Sem instrução	1	8,3%
Total	12	100%

Tabela 3 — Distribuição das mulheres segundo o grau de instruçao

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao grau de escolaridade, 58% apresentam ensino fundamental, 33,3% ensino médio e apenas uma idosa, não tem nenhuma instrução. As mulheres apresentam maior nível de escolaridade do que os homens, muito embora, não tenha havido políticas públicas que facilitasse isso, fato é que, as mulheres brasileiras no século XX conquistaram maior índice de educação quando comparadas aos homens. De todo o modo, isso não significa inserção nos melhores postos no mercado de trabalho e nem valorização salarial.

Franco e Idoeta (2019, p. 1 – 2) comentam que:

> O mundo avançou pouco no último ano: menos mulheres do que homens têm entrado no mercado de trabalho; sua participação na política e em cargos privados sêniores ainda é inferior à masculina, e sua presença em setores emergentes de tecnologia, como o de Inteligência Artificial, ainda é irrisória.

Ocupação	Frequência	Percentual
Do lar	1	8,3%
Aposentada	5	41,7%
Pensionista	6	50,0%
Total	12	100%

Tabela 4 — Distribuição das idosas de acordo com a ocupação

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados demonstram que 50% das participantes são pensionistas, 41,7% conseguiram alcançar a tão esperada -aposentadoria‖, e apenas uma participante é do lar.

Renda familiar em salários mínimos	Frequência	Percentual
Até 1	6	50,0%
Maior que 1 e menor ou igual 3	4	33,3%
Maior que 3 e menor ou igual a 5	1	8,3%
Maior que 5	1	8,3%
Total	12	100%

Tabela 5 — Distribuição de renda das 12 mulheres entrevistadas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à renda, os resultados mostram que 50% das participantes recebem apenas um salário mínimo de aposentadoria ou pensão. Entre um salário mínimo e três, são quatro participantes. Maior de três salários até cinco, só uma. Maior de cinco salários mínimos, apenas uma participante.

No fator de distribição de renda, Franco e Idoeto (2019, p. 6) argumentam que: “Segundo o relatório do Forum Economico Mundial, no ritimo atual, o mundo levará mais de 200 anos para alcançar em igualdade salarial entre homens e as mulheres, cenário que provoca perdas economicas para toda a sociedade”.

No Brasil a maioria das famílias pobres é alcançada pelas desigualdades sociais e a sua inclusão em programas de cunho sociais, é reduzida, e, quando existe, não é seguida de trabalho social.

Em se tratando de violência, os abusos e maus tratos podem ser dos mais variados tipos, e na maioria das vezes quem os ocasiona são pessoas das próprias famílias e essas violências vão desde castigos como cárcere privado, apropriação em débito de bens, do cartão de recebimento do benefício de sua aposentadoria, de seus pertences e objetos, deixando o idoso em completa dependência e venerabilidade.

Situação familiar	Frequência	Percentual
Mora sozinha	1	8,3%
Mora com família	11	91,7%
Total	12	100%

Tabela 6 — Composição familiar das 12 mulheres entrevistadas no ano de 2019

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse é um debate relevante, especialmente em um país que tem um dos mais altos índices de desigualdade social, precarização do trabalho e desemprego que incide, entre outros, sobre o que a renda de idosos significa para a sobrevivência familiar. Como Walter (2010, p. 203 – 204) afirma,

> Um dos principais aspectos da inserção social do idoso é o seu papel familiar. Cada vez mais, os idosos têm prolongado sua participação no mercado de trabalho, por força inclusive do aumento das restrições às aposentadorias (hoje consideradas) precoces, e também sua atividade como membro importante na família: as aposentadorias representam fator crucial de manutenção das necessidades básicas de toda a família, como provedor ou colaborador, além da ajuda na estruturação dos lares e cuidados com os membros dependentes, como crianças e pessoas muito idosas que demandam assistência permanente.

Quando verificado com quem as idosas residem, os resultados apontam que apenas uma mora sozinha (8,3%). As demais (91,7%) moram com a família.

Em áreas mais urbanas, talvez essa relação se altere por abranger um maior número de habitantes. Atualmente, o bairro da Armação do Pântano do Sul é constituido por 2.837 moradores, situa-se a 25 quilômetros do centro de Floripa/SC. O principal fluxo turístico é a prática do surfe, e a atividade mais antiga da região, ainda continua sendo à prática da pesca. De todo o modo, há características de uma população nativa da Ilha que merece ser aprofundada quando obitivermos os resultafos finais da pesquisa.

Esse perfil confirma os dados demográficos mais gerais sobre a população idosa brasileira, mas, a partir das entrevistas podem-se revelar explicações mais complexas quando evidenciarmos os processos de violência a que estão submetidas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher é um processo social com complexidades diversas e pode encontrar-se nos mais diferentes espaços: precisamos explicar prevenir e combater.

Todavia, é muito importante à conscientização das vítimas no que tange ao ato de denunciar o fato à polícia para assim punir o agressor. Caso o fato seja negligenciado pela vítima, nada poderá ser feito para reprimir o autoritarismo, o machismo, evitar a violência e que o agressor cometa o ato de feminicídio.

De fato, as leis, por si só não bastam, o que se faz necessária é a mudança cultural, política e econômica. As mulheres precisam ter coragem e denunciar seu companheiro, namorado ou quem quer que seja se praticarem violência contra elas. De um lado, essa mudança se inicia dentro de casa, nas escolas, com os responsáveis ensinando o conceito de respeito para as crianças, buscando assim, a mudança cultural social crescente. Mas, tais condições são insuficientes se não identificarmos na desigualdade social em suas diversas manifestações de classe, gênero/sexo e raça/etnia, as razões que reproduzem as violências, o lugar político do debate sobre violência cpntra mulheres idosas na particularidade aqui tratada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francileide Maria de Araújo; LEMOS, Tailiny Elias dos Santos; LIMA, Micheline de Azevedo. Envelhecimento e Preconceito: duas vertentes antagônicas na conquista da terceira idade. **Revista da Terceira Idade**, João Pessoa (PB), v. 13, p.509-518, 1 jul. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n4/a06v25n4.pdf. Acesso em: 03 out.
2019.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. BRASIL, Cristiana Indio do. **Agência Brasil.** Rio de Janeiro, 17 set. 2019. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/mulheres-aumentam- escolaridade-em-relacao-aos-homens-mostra-pesquisa. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 14 jul. 2019.

CALDAS, Leidyane Silva et al. Violência contra a mulher idosa: vozes silenciadas. **Geriatria & GeroIntologia**, São Luís – MA, v. 4, n. 2, p.167-175, 2008.

CHAUI, Marilena. **Sobre a violência.** In: **ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUI-BERLINCK, Luciana (org.).** 1. ed.; 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. (Escritos de Marilena Chaui, v. 5) 317 p.

COUTO, Maria Clara P. de Paula et al. Avaliação de Discriminação contra Idosos em Contexto Brasileiro – Ageismo. **Psicologia:**Teoria e Pesquisa, Santana, RS, v. 25, n. 4, p. 509-518, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n4/a06v25n4.pdf. Acesso
em: 03 out. 2019.

FRANCO, Luiza; IDOETA, Paula Adamo. **BBC NEWS I BRASIL**. São Paulo, 6 de jan. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46655125. Acesso em: 30 set. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.**4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas:** 1850 – 1937. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEIXOTO, Clarice. Entre os estigmas e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, Myriam, M.L. (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 69–84.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Ana Maria Ribeiro dos et al . Violência econômico-financeira e patrimonial contra o idoso: estudo documental. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 53, e 03417, 2019.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, Brasília, v. 1, n. 19, p.31–58, jul./dez. 2006.

SKINNER, B. F.; VAUGHAN, M. E. **Viva Bem a Velhice:** Aprendendo a Programar a Sua Vida. São Paulo: Summus, 1985.

WALTER, Maria Inez Machado Telles. A dualidade na inserção política, social e familiar do idoso: estudo comparado dos casos de Brasil, Espanha e Estados Unidos. **Opin. Pública**, v. 16, n. 1, p. 186–19, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/op/v16n1/a08v16n1.pdf. Acesso em: 2 out. 2019.

CAPÍTULO 9

ATENÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO SURDA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 08/10/2020

Xênia Maria Tamborena Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre/RS
http://lattes.cnpq.br/4514337517165134

Luiz Fernando Calage Alvarenga
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre/RS
http://lattes.cnpq.br/2203190538046270

RESUMO: A saúde como direito de toda população brasileira passa a ser reconhecido com a promulgação da Constituição Federal. Neste mesmo diploma legal, menciona-se as necessidades de assistência às pessoas portadoras de deficiência como responsabilidade do Estado por meio de seus entes federados. O objetivo deste estudo é revisar como a literatura descreve a atenção em saúde da população Surda na Rede de Atenção à Saúde. Trata-se de um estudo de revisão de literatura integrativa de abordagem qualitativa, considerando estudos publicados entre os anos de 2000 a 2017, utilizando combinações e descritores controlados. As bases de dados virtuais pesquisadas foram as integradas à BVS - Biblioteca Virtual em Saúde. Foram analisados títulos, resumos, textos na íntegra, e aplicado instrumento de avaliação da qualidade metodológica. A amostra final constituiu-se de 21 artigos. Os estudos selecionados possibilitaram a composição de três categorias de análise para responder aos objetivos: "Dificuldades de acesso da população Surda à Rede de Atenção à Saúde"; "Formação dos profissionais da saúde para aplicação da LIBRAS"; e a "Percepção dos usuários Surdos que acessam os serviços de saúde". Na maioria dos estudos, a barreira comunicativa entre o paciente Surdo e o profissional da saúde foi identificada como principal obstáculo para acesso à Rede de Atenção à Saúde, demonstrando a importância desses profissionais conhecerem a Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS. Usuários Surdos comentaram sobre a falta de informação relacionada à assistência prestada e às medicações utilizadas, o que referem impactar na adesão de seu tratamento de saúde e traz preocupação com possíveis erros diagnósticos. Sugere-se a ampliação da discussão sobre saúde com a Comunidade Surda para que estratégias de cuidado implementadas no campo da saúde tenham sintonia com a Cultura Surda e ampliem as possibilidades de acesso e cuidado.

PALAVRAS - CHAVE: surdez, acesso aos serviços de saúde, barreiras de comunicação, capacitação de recursos humanos em saúde, saúde pública

HEALTH CARE OF THE DEAF POPULATION: AN INTEGRATIVE REVIEW

ABSTRACT: Health as a brazilian population right has been recocnized with the Federal Constitution. In this piece of legislation, the needs of assistance for deaf people are mentioned as a State responsibility through its federated states. The purpose of this study is to review the literature description of the health attention

by the deaf population on the health attention web. It is a study of a literature integrative review with a qualitative approach which considered studies published from 2000 to 2017, using combinations and controlled narrators. The online data base used was conected to Health Virtual Library. Books, abstracts, full texts were analized, and a tool evaluation of the methodological quality was applied. The final sample is made up by 21 articles. The selected studies enable to make three categories of analisys to answer to the goal: “Difficulties of access of deaf population to the health attention web”; “Vocational training of health professional to use LIBRAS”; and “Perception of Deaf about health service”. Majority of the studies shown that the communicative barrier between deaf and the health professional is the main impediment to deaf to access the health attention web, which demonstrate the importance of LIBRAS knowlegde by the health professional. Deaf users told about the misinformation related to the assistance given and the medicine used, which impacts to them treatment adherence and concerns them about possible diagnostics errors. A discussion expansion about health with Deaf Community is suggested aim at an harmony between care strategies implemented in health with Deaf Culture and expand the possibilities of access and care.
KEYWORDS: deafness, access to health sevices, communicative barriers, qualification of human resources in health, public health

1 | INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) de 1988, artigo 196 versa que “saúde é direito de todos e dever do Estado” e, no Art. 23, inciso II, diz: “cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”, sendo esta uma responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios (BRASIL, 1988). O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil é fundamentado pela Lei Orgânica da Saúde (LOS) nº 8080/90, a qual regula as ações e serviços de saúde, organizados de forma descentralizada e hierarquizada.

Conforme legislação vigente cabe caracterizar os tipos de deficiência; deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla. Sobre a deficiência auditiva, considera-se perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma (BRASIL, 2004). Segundo Chaveiro e Barbosa (2004), a ausência de entendimento pelo profissional da saúde quanto à Língua de Sinais (LS) utilizada pelo paciente Surdo o limita de manifestar suas necessidades. Identifica-se a referência de que indivíduos Surdos têm condições de saúde desiguais em relação a ouvintes e parecem acessar os serviços de saúde de maneira diferente (MEADOR; ZAZOVE, 2005 apud FREIRE et al., 2009).O desafio que se coloca é pensar a atenção em saúde prestada à população Surda, considerando seu meio próprio de comunicação, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), sua identidade e cultura.

Evidencia-se, assim, a relevância de melhor compreender, “Como está a atenção em saúde da população Surda na Rede de Atenção à Saúde (RAS)?”, sendo este o problema que norteou as reflexões. O objetivo central foi revisar como a literatura descreve

a atenção em saúde da população Surda na RAS que desdobrou - se em três objetivos específicos: identificar as dificuldades de acesso da população Surda à RAS; identificar aspectos relacionados à formação dos profissionais para aplicação da LIBRAS durante a assistência em saúde e descrever a percepção dos usuários Surdos que acessam os serviços de saúde.

2 | METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo de revisão de literatura (RL) integrativa. Para Botelho, Cunha e Macedo (2011) a RL configura-se como a primeira etapa para a elaboração de um conhecimento científico, pois entende que, por meio desse processo, novas teorias surgem, e são evidenciadas lacunas e oportunidades para o aparecimento de novas pesquisas relacionas a um assunto específico.

A população e amostra deste estudo foram artigos selecionados com foco na atenção em saúde da população Surda na RAS. Referente aos critérios de inclusão: artigos publicados nas bases de dados selecionadas para este estudo entre o período de 2000 até 2017, nos idiomas, português, inglês e espanhol; artigos em que, no título e no resumo, sejam identificadas informações relacionadas à atenção em saúde da população Surda; surdez e acesso à rede de atenção à saúde; surdez e barreiras de comunicação em saúde; surdez e capacitação de recursos humanos em saúde; percepção dos usuários Surdos que acessam a rede de atenção à saúde e textos completos disponíveis em formato digital. Quanto aos critérios de exclusão, artigos duplicados ou incompletos; artigos em que, no título e no resumo, não apresentavam informações que tivessem relação com os objetivos deste estudo e artigos que tratavam de assuntos relacionados às tecnologias de reabilitação, por exemplo, implante coclear.

As bases de dados virtuais pesquisadas foram as integradas à BVS -Biblioteca Virtual em Saúde. Sobre a seleção dos estudos, adotou-se como estratégia duas fases, a primeira seleção dos estudos por meio da leitura dos títulos e resumos e a segunda à análise do artigo completo realizada pelo revisor. Os artigos foram incluídos de acordo com os critérios mencionados antes. Quanto a coleta de dados realizada nos artigos selecionados, os dados foram extraídos através de dois instrumentos elaborados pelos pesquisadores. No primeiro deles, os elementos extraídos foram os seguintes: autor e ano; local do estudo; periódico; método; objetivos do estudo. No segundo instrumento, os aspectos considerados: autor e ano; participantes do estudo –amostra; o estudo identifica “Dificuldades de acesso da população Surda à RAS”; O estudo verifica aspectos relacionados à “Formação dos profissionais da saúde para aplicação da LIBRAS durante a assistência em saúde” e o estudo discorre sobre a “Percepção dos usuários Surdos que acessam os serviços de saúde”.

Importante mencionar que foi realizada por meio do “checklist” proposto pelo

"Critical Appraisal Skills Programme" (CASP) (TRUST, 2002) a avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos nesta revisão. O instrumento composto por 10 itens norteou o avaliador. No que se refere aos procedimentos éticos, os artigos apresentados neste estudo são de domínio público, disponíveis na internet por meio da BVS. Sendo assim, não houve necessidade de submissão aos Comitês de Ética em Pesquisa no Brasil. Ressalta-se que os autores não têm a declarar qualquer conflito de interesse.

3 | RESULTADOS

A pesquisa ora apresentada encontrou 2533 estudos. Desse total, foram excluídos estudos que não preencheram os requisitos de inclusão e duplicados, 2443. Diante disso, restaram 90 artigos para leitura de títulos e resumos. Deste quantitativo, foram excluídos 66 por não atenderem aos objetivos delineados neste estudo e que não disponibilizam resumos e/ou artigos on-line na íntegra, restando 24 artigos para leitura completa. Aplicou-se o 'checklist'proposto pelo CASP, excluindo-se 3 artigos. Configurou-se a amostra desta revisão,21 artigos.

Do quantitativo de 21 artigos incluídos, 5 estudos atenderam aos requisitos de pontuação do CASP A e, os 16 restantes, CASP B. Sendo que, por meio da aplicação deste instrumento de avaliação da qualidade metodológica, 3 estudos foram excluídos por apresentaram pontuação inferior na categoria B. Quanto à nacionalidade das publicações, identificou-se 17 nacionais e 3 internacionais. A região sudeste do Brasil possui o maior número de publicações, com oito, seguida de região nordeste, com seis. A região sul e a centro-oeste, com igual quantitativo duas publicações em cada. Quanto às internacionais, identificou-se uma de cada país, conforme segue: Irã, Estados Unidos e África do Sul.

Os artigos que atenderam aos objetivos desta revisão foram publicados entre os anos de 2014 e 2015, quatro em cada ano. Seguido do ano de 2009, com três. Nos anos de 2012 e 2017, identificou-se dois artigos em cada ano. Nos anos de 2004, 2006, 2008, 2010, 2013 e 2016 identificou-se um artigo publicado em cada ano. Os trabalhos analisados possibilitaram construir as seguintes categorias para responder aos objetivos da pesquisa: Dificuldades de acesso da população Surda à RAS; Formação dos profissionais da saúde para aplicação da LIBRAS; e Percepção dos usuários Surdos que acessam os serviços de saúde.

Quanto à categoria "Dificuldades de acesso da população Surda à RAS", identificou-se, em 20 artigos, aspectos relacionados a essa questão, ou seja, em apenas um, este quesito não foi identificado. Na categoria "Formação dos profissionais da saúde para aplicação da LIBRAS", encontrou-se em 16 estudos aspectos relacionados a essa temática, não sendo identificados em 5. Sobre a "Percepção dos usuários Surdos que acessam os serviços de saúde", dos 21 artigos, 14 faziam referência a este assunto.

4 | DISCUSSÃO

A partir da categoria "Dificuldades de acesso da população Surda à RAS", a barreira comunicacional entre paciente e profissional da saúde foi identificada, em 20 artigos, como um dos aspectos que dificulta o acesso da população Surda à RAS. Resultado este também identificado em um estudo de RL que teve como principal tópico selecionar artigos que tratassem do acesso aos cuidados de saúde para Surdos (KUENBURG; FELLINGER; FELLINGER, 2016). Nesse mesmo estudo, a dimensão do acesso é um tópico amplo que é discutido regulamente na comunidade Surda e engloba: acesso a comunicação, informação, educação e cultura, bem como acesso a serviços, incluindo saúde.

Um levantamento bibliográfico realizado por meio de busca eletrônica de trabalhos científicos, identificou-se a pesquisa realizada por França (2011 citado por SOUSA; ALMEIDA, 2017) com 156 profissionais da saúde em Campina Grande – Paraíba com objetivo de identificar as dificuldades enfrentadas por eles na atenção primária durante o atendimento ao Surdo e se constatou que a maior parte das respostas foi em relação às dificuldades de comunicação. Estudo de natureza descritivo-analítica com abordagem qualitativa realizado por Chaveiro e Barbosa (2005), indicou que a dificuldade de comunicação com profissionais da saúde foi relatada por todos dos entrevistados (20 sujeitos), sendo este identificado como um dos grandes obstáculos da comunidade Surda quando procura serviços de saúde.

Com relação à "Formação dos profissionais da saúde para aplicação da LIBRAS durante assistência em saúde", da amostra de 21 artigos, em seis (SOUZA et al., 2017; CHAVEIRO et al., 2010; CHAVEIRO; BARBOSA; PORTO, 2008; CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006; RODRIGUES; DAMIÃO, 2014; NASERIBOORIABADI; SADOUGHI; SHEIKHTAHERI, 2017) identificou-se o desconhecimento e a não compreensão dos profissionais da saúde a respeito da LS. Isso vai ao encontro do dado mencionado por Scheier (2009) em estudo de RL no qual o objetivo era conscientizar os profissionais de saúde sobre as necessidades e diferenças culturais que devem ser consideradas no cuidado à população Surda. Mencionou-se, na referida revisão, que muitos profissionais de saúde desconhecem maneiras de melhorar a comunicação com os pacientes Surdos, com a finalidade de proporcionar-lhes atendimento com um nível de cuidado igual ao das pessoas ouvintes. As pesquisas que abordam o uso da LIBRAS pelos profissionais da saúde são poucas, sendo o aprendizado, em sua formação, essencial como sugerem os Surdos que integram a amostra de estudo realizado por Chaveiro e Barbosa (2005).

"A percepção do usuário Surdo que acessa os serviços de saúde "é a última categoria avaliativa considerada nesta pesquisa. Usuários Surdos referem que, ao acessar os serviços de saúde, sentem medo de parecerem ignorantes, de serem ignorados, enganados, de tomar remédio errado, da desconfiança, frustração, raiva, sensação de serem tratados com preconceito, insatisfação e necessidade de serem melhor compreendidos, sendo que esses

achados integram a reflexão de seis estudos (CHAVEIRO; PORTO; BARBOSA, 2009; COSTA et al., 2009; ARAÚJO et al., 2015; SANTOS; SHIRATORI, 2004; KRITZINGER et al., 2014; CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006).

Relaciona-se aos achados da presente revisão, descritos no parágrafo acima, a pesquisa descritivo-exploratória, de abordagem qualitativa, realizada em uma Escola Pública em Vitória da Conquista –Bahia (BA) com uma amostra de 26 pessoas Surdas, operacionalizada por Pires e Almeida (2016). Objetivou-se verificar as percepções dos Surdos quanto ao acolhimento existente nos serviços de saúde. Identificou-se como resultado que todos os entrevistados relataram ter apresentado um misto de sentimentos como tristeza, raiva e decepção diante do fato de não serem compreendidos pelos profissionais de saúde, que não sabiam se comunicar com eles. Aliado a isso, dois estudos desta revisão também apontaram que os usuários Surdos percebem que os profissionais da saúde apresentam sentimento de raiva e nervosismo por não os compreender, além do medo de se comunicar (CARDOSO; RODRIGUES; BACHION, 2006; KRITZINGER et al., 2014).

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao atender a um usuário Surdo, o desafio que se coloca aos profissionais é sobre que estratégia utilizar e como traduzir, para essa pessoa, as informações pertinentes a sua atual condição de saúde. Isso com o objetivo de potencializar sua autonomia nas decisões relativas a sua saúde, bem como a compreensão sobre a doença e, em alguns casos, a necessidade de mudanças de hábitos de vida para melhor adesão ao seu cuidado em saúde. Além disso, considera-se a forma como esse cuidado em saúde será compartilhado pelo demais serviços que integram a RAS e a rede intersetorial. Por isso a necessidade de melhor instrumentalizar a equipe frente a e esses aspectos. O estudo pretende contribuir com a assistência prestada à população Surda nos serviços de saúde. Para tanto, sugere-se a ampliação da discussão sobre saúde com a Comunidade Surda para que estratégias de cuidado implementadas no campo da saúde tenham sintonia com a Cultura Surda e ampliem as possibilidades de acesso e cuidado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Camila Crisse Justino de et al. Consulta de enfermagem às pessoas surdas: uma análise contextual. **ABCS Health Sci**. 2015; 40(1):38-44. Disponível em: <https://www.portalnepas.org.br/abcshs/article/view/702>.Acesso em 05 out. 2020.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://ges.emnuvens.com.br/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em 05 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil.**Título VIII da Ordem Social. Seção II da Saúde. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 08 out. 2020.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 20, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em 08 out. 2020.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº5296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que específica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 08 out. 2020.

CARDOSO, Adriane Helena Alves; RODRIGUES, Karla Gomes; BACHION, Maria Márcia. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde.**Rev. Latino-Am. Enfermagem**, RibeirãoPreto, v. 14, n. 4, p. 553-560, Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 out. 2020.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. A surdez, o surdo e seu discurso. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 06, n. 02, p.166-171, 2004. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/revista6_2/pdf/Orig3_surdez.pdf>Acesso em 13 nov. 2017.

____. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social.**Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 417-422, dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342005000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08 out. 2020.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 578-583, Sept. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342008000300023&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 08 out. 2020.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno; MUNARI, Denise Bouttelet; MEDEIROS, Marcelo; DUARTE, Soraya Bianca Reis. Atendimento à pessoa surda que utiliza a Língua de Sinais na perspectivas no profissional da saúde. **Cogitare Enferm**.2010 Out/Dez; 15(4):639-45. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewFile/20359/13520. Acesso em 08 out. 2020.

CHAVEIRO, Neuma; PORTO, Celmo Celeno; BARBOSA, Maria Alves. Relação do paciente surdo com o médico.**Rev. Bras. Otorrinolaringol**., São Paulo, v. 75, n. 1, p. 147-150, Feb. 2009. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72992009000100023> Acesso em 08 out. 2020.

COSTA, Luiza Santos Moreira da; ALMEIDA, Regina Celia Nascimento; MAYWORN, Mariana Cristina; ALVES, Pedro Thiago Figueiredo; BULHOES, Paulo André Martins de; PINHEIRO, Vanessa Miro. O atendimento em saúde através do olhar da pessoa surda: avaliação e propostas**. Rev Bras Clin Med**, 2009;7:166-170. Disponível em: < http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2009/v7n3/a166-170.pdf>. Acesso em 08 out. 2020.

FREIRE, Daniela Buchrieser et al. Acesso de pessoas deficientes auditivas a serviços de saúde em cidade do Sul do Brasil.**Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 889-897, Apr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000400020. Acesso em 08 out. 2020.

KRITZINGER, Janis et al. "I just answer 'yes' to everything they say": access to health care for deaf people in Worcester, South Africa andthe politics of exclusion. **Patient Educ Couns**.2014 Mar; 94(3):379-83. doi: 10.1016/j.pec.2013.12.006. Epub 2013 Dec 14. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24388666> Acesso em 08 out. 2020

KUENBURG, Alexa; FELLINGER, Paul; FELLINGER, Johannes. Health Care Access Among Deaf People.**J Deaf Stud Deaf Educ**; 21(1): 1-10, 2016 Jan.Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26405210> Acesso em 08 out. 2020.

NASERIBOORIABADI, Tahereh; SADOUGHI, Farahnaz; SHEIKHTAHERI, Abbtas. "Barriers and Facilitators of Health Literacy among D/deaf Individuals: A ReviewArticle." **Iranian Journal of Public Health**46.11 (2017): 1465–1474. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5696685/>Acesso em 08 out. 2020.

PIRES, HindhiaraFreire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. A Percepção do Surdo sobre o Atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea.** 2016 Jan./Jun.;5(1):68-77. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/912/650>. Acesso em 08 out. 2020.

RODRIGUES, Silvia Cristina Martini; DAMIAO, Gardênia Costa. Ambiente virtual: auxílio ao atendimento de enfermagem para surdos com base no protocolo de atenção básica**. Rev. esc. enferm. USP,** São Paulo, v. 48, n. 4, p. 731-738, Aug. 2014. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&lng=pt&tlng=pt&pid=S0080-62342014000400731 > Acesso em 08 out 2020.

SANTOS, Érika Machado; SHIRATORI, Kaneji. As necessidades de saúde no mundo do silêncio: um diálogo com os surdos.Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 6, n. 1, dez. 2004. ISSN 1518-1944. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/798/905> Acesso em: 08 out. 2020.

SCHEIER, Donna B. Barriers to health care for people with hearing loss: a review of the literature.**J N Y State Nurses Assoc;** 40(1): 4-10, 2009 Spring-Summer.Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19835226> . Acesso em 08 out. 2020.

SOUSA, Eliane Meira de; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. Atendimento ao surdo na atenção básica: perspectiva da equipe multidisciplinar.73 I Id on Line **Rev. Psic.** V.10, N. 33. Janeiro/2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/589/874>. Acesso em 08 out. 2020.

TRUST, M.K.P. **Critical Appraisal Skills Programme** (CASP): making sense of evidence. London (UK): Oxford; 2002.

CAPÍTULO 10

VOCÊ CONSEGUE ESCUTAR O SILÊNCIO? ATENDIMENTO AO PACIENTE SURDO NO ÂMBITO HOSPITALAR E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 05/10/2020

Geneviève Lopes Pedebos
Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Porto Alegre/RS
http://lattes.cnpq.br/9408818576018609

Xenia Maria Tamborena Barros
Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Porto Alegre/RS
http://lattes.cnpq.br/4514337517165134

RESUMO: Uma parcela significativa da população brasileira apresenta algum grau de deficiência auditiva, sendo que, destes, muitos não conseguem ouvir de modo algum. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS é o meio de comunicação entre as Comunidades Surdas sendo elevada ao status de segunda língua oficial do país por meio da legislação vigente. Neste contexto, faz-se necessário refletir sobre o acesso aos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua rede complementar de serviços a fim de problematizar as possibilidades da atenção integral à saúde das pessoas Surdas ou com deficiência auditiva numa perspectiva de inclusão plena. O objetivo deste trabalho é refletir sobre o atendimento de saúde da população Surda no âmbito hospitalar com foco na comunicação efetiva e os desafios para o exercício da autodeterminação dos usuários. Como metodologia, optou-se pela realização de um relato de experiência tendo por base as ações visando o auxílio à comunicação desenvolvidas por duas assistentes sociais com formação em LIBRAS em um hospital público de alta complexidade. Problematizam-se assim as potencialidades e desafios observados nestas ações, considerando-se o contexto de saúde e adoecimento dos usuários e sua interface nas relações desenvolvidas com a equipe de saúde. Como resultados observa-se a existência de poucos profissionais capacitados para a comunicação por LIBRAS, bem como, a cultura ainda deficitária da orientação ao direito da presença de um tradutor/intérprete nos atendimentos de saúde. Muitos usuários não possuem familiares e/ou conhecidos com domínio da LIBRAS fazendo uso somente de gestos caseiros o que dificulta ainda mais o processo de comunicação com a equipe de saúde.
PALAVRAS - CHAVE: Surdez, atendimento de saúde, autonomia.

CAN YOU HEAR THE SILENCE? THE CARE OF DEAF PATIENTS AND THE RIGHT TO AUTONOMY IN A HOSPITAL ENVIRONMENT

ABSTRACT: A significant portion of the brazilian population has some degree of hearing loss and many of them can not hear at all. The brazilian sign language - LIBRAS is the means of communication of the deaf community and it has gone as far as been recognized as the second official brazilian language by the current legislation. With that in mind, it becomes necessary to think about how this community can be included in the Brazilian Health System (SUS) and its network of complementary services, to

understand the real possibilities that this community has to be fully cared for and included in the health system. An experience report methodology has been chosen, based on communication aid actions of two social workers with LIBRAS training in a high complexity public hospital. The possibilities and challenges observed in these actions will be discussed, considering the health and disease conditions of these patients and the relations and interface with the medical team. In conclusion, not many professionals have training or ability to communicate in LIBRAS and there is a lack of knowledge about the right of an interpreter. Many patients do not have relatives or friends with knowledge of LIBRAS making use of custom/home made hand signals, making the communication with the health team even more difficult.
KEYWORDS: Deaf, health care, autonomy.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma população de aproximadamente 9,7 milhões de deficientes auditivos, sendo que, destes, cerca de 345 mil não conseguem ouvir de modo algum (IBGE, 2010). A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio legal de comunicação de Comunidades de Pessoas Surdas a elevando ao status de segunda língua oficial do país. O Decreto nº 5.626/2005 estabelece que, a partir de um ano da publicação deste instrumento legal, o Sistema Único de Saúde (SUS) e sua rede complementar de serviços devem garantir atenção integral à saúde das pessoas Surdas ou com deficiência auditiva numa perspectiva de inclusão plena, referindo que o cuidado em saúde deve ser efetivado por profissional de saúde capacitado para o uso de LIBRAS ou para sua tradução e interpretação.

Com o direcionamento do decreto acima mencionado, observa-se o aumento do número de instituições públicas que procuram adaptar-se à legislação vigente oferecendo aos funcionários alternativas de aprendizado da LIBRAS a fim de propiciar o atendimento adequado para a população Surda. Entretanto, tais medidas mostram-se incipientes e, muitas vezes, pouco efetivas diante do desafio da comunicação com a pessoa Surda. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre o atendimento de saúde da população Surda no âmbito hospitalar problematizando os limites e potencialidades desta relação tendo como foco a comunicação efetiva. Inicialmente busca-se contextualizar a temática da Surdez discutindo-se conceitos importantes para a sua compreensão, bem como, a legislação pertinente e os aspectos que impactam no exercício da autodeterminação dos usuários. Após, serão apresentadas algumas reflexões tendo por base o relato de experiência do trabalho desenvolvido por duas assistentes sociais com formação em LIBRAS no atendimento a esta população no âmbito hospitalar.

2 | A POPULAÇÃO SURDA E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO NA SAÚDE

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu artigo 2º, considera pessoa Surda “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio

de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da LIBRAS". O parágrafo único desse mesmo artigo conceitua a deficiência auditiva da seguinte forma: "Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial, ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2000Hz e 3.000Hz" (BRASIL, 2005). O decreto mencionado regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o artigo 18º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

A legislação supracitada estabelece normas gerais e parâmetros para definição da Surdez, bem como, institui critérios básicos para a promoção da acessibilidade visando a diminuição de barreiras de comunicação e acesso à informação e serviços essenciais. Porém, o próprio aparato legal remete a duas experiências distintas relacionadas à forma de compreender e interagir com a população Surda, ou seja, pensar a assistência em saúde à pessoa Surda demanda a reflexão sobre o entendimento existente entre o "ser Surdo" e o "ser deficiente auditivo" (DA).

Conforme Strobel (2008) para a população Surda o termo "Deficiente Auditivo" é rejeitado, uma vez que, define o Surdo unicamente conforme sua (in)capacidade de ouvir, desconsiderando sua cultura linguística diversa e sua identidade cultural. Esta abordagem tem foco na ausência (ou deficiência) de uma funcionalidade ao invés de privilegiar a potencialidade de desenvolvimento pleno pela diversidade. Observa-se no campo da saúde uma predominância das ações assistenciais ancoradas a uma perspectiva biomédica de inclusão do Surdo na sociedade ouvinte, por meio, de aparelhos auditivos, dentre outras ações relacionadas à oralização (NÓBREGA et al., 2012), sendo este um direcionamento da Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (BRASIL, 2004) não reconhecido pela Comunidade Surda.

As pessoas que convivem com a Comunidade Surda utilizam o termo "Surdo" por considerar e valorizar a diferença cultural a ele atribuído, ocorrendo, desta forma, um distanciamento entre as concepções. Para tanto, Bisol e Sperb (2010, p.8), afirmam: "Ser Surdo (com "S" maiúsculo) é reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por pessoas que utilizam língua de sinais e não vêem a si mesmas como sendo marcadas por uma perda". Diante disso, neste trabalho, a opção das autoras é pelo uso do termo Surdo por considerar toda complexidade semântica a ele atribuído. Com base no exposto, refletir a respeito da saúde da população Surda pressupõe pensar sobre a inserção política destes sujeitos nos espaços de atenção em saúde para além dos aspectos diretamente relacionados a sua limitação auditiva. Tal discussão vai ao encontro, sob a perspectiva da bioética, dos conceitos de autonomia e autodeterminação (GOLDIM, 2015).

A noção de autodeterminação remete à condição de liberdade para tomada de decisão, capacidade de autogestão e autoregulação. O respeito à autonomia representa reconhecer o direito do sujeito à opinião, a fazer escolhas e tomar decisões segundo sua vontade e crenças (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2001 apud GOLDIM, 2015). No campo

da saúde o exercício da autodeterminação adquire o tom dramático da capacidade de compreender, questionar, escolher, consentir e aderir de forma consciente a rotinas, condutas e procedimentos que dizem respeito aos processos de saúde e doença e, em última instância, dizem respeito a vida e morte dos sujeitos. A barreira de comunicação entre o paciente Surdo e o profissional da saúde apresenta-se como um dos grandes obstáculos para o acesso e o atendimento integral a esta população demonstrando a importância dos profissionais conhecerem a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, pois a falta de informação relacionada à assistência prestada reverbera diretamente na capacidade de autogestão do cuidado e condições para tomada de decisão respeitando o princípio da autonomia.

3 | DESAFIOS NO COTIDIANO DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE À POPULAÇÃO SURDA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Como metodologia deste trabalho, optou-se pela realização de um relato de experiência tendo por base as ações desenvolvidas por duas assistentes sociais com formação em LIBRAS no auxílio à comunicação em um hospital público de alta complexidade. Considerando a organização do sistema de saúde é importante conceituar o espaço do qual está se falando e, para tanto, utiliza-se como referência a definição do Ministério da Saúde o qual conceitua “alta complexidade” como

> Conjunto de procedimentos que, no contexto do SUS, envolve alta tecnologia e alto custo, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde (atenção básica e de média complexidade). (BRASIL 2000, P.32)

Sendo assim, torna-se fundamental problematizar em que medida o usuário Surdo ao acessar um serviço de saúde no âmbito hospitalar tem à disposição processos interventivos que considerem a sua cultura e o seu meio próprio de comunicação através da LIBRAS a fim de viabilizar condições para que possa exercer o seu direito à autodeterminação pela equipe multiprofissional e pela rede de saúde. Estudos indicam que a barreira de comunicação ocasiona o retardo na procura aos serviços de saúde levando ao agravamento da condição clínica, maior prevalência de internações hospitalares em relação aos usuários ouvintes e prejuízo na adesão à ações de prevenção em saúde (FREITAS et al., 2020). Tais fatores permitem inferir que os hospitais de alta complexidade caracterizam-se, muitas vezes, como “a porta de entrada” da pessoa Surda ao sistema de saúde.

Ressalta-se aqui a importância de refletir sobre como integrar esta assistência em saúde aos demais níveis de complexidade do sistema considerando a singularidade deste contexto e tendo como base o conceito ampliado e integral de saúde, não limitando o olhar para a “deficiência auditiva”. Entende-se que a comunicação entre o profissional da saúde e o usuário Surdo por meio da LIBRAS é um dos maiores potencializadores para o acesso

desta população aos serviços de forma a assegurar uma assistência integral em saúde.

Entretanto, observam-se desafios para a efetividade da comunicação como a existência de poucos profissionais capacitados para a comunicação por LIBRAS nas redes de atenção à saúde e a pouca oferta de capacitações ofertadas pelos serviços aos seus colaboradores. Em tendo o profissional habilitado como facilitador para a comunicação por LIBRAS durante o atendimento em saúde, a interpretação de termos técnicos e a contextualização de alguns significados apresenta-se como um processo complexo. Isto demanda uma ampliada capacidade e domínio da língua que são aprimorados conforme o contato deste profissional com a Comunidade Surda e desenvolvimento de fluência na comunicação.

Destaca-se ainda que, na ausência destes profissionais dentro dos serviços, há uma cultura ainda deficitária de orientação ao direito da presença de um tradutor/intérprete nos atendimentos de saúde. Muitos usuários não possuem familiares e/ou conhecidos com domínio da LIBRAS fazendo uso somente de gestos caseiros o que dificulta ainda mais o processo de comunicação com a equipe de saúde. Nestas ocasiões, cumpre ressaltar que o sigilo e confidencialidade das informações de saúde ficam prejudicadas e a busca pela autodeterminação apresenta-se como um desafio na medida em que a maioria das informações e trocas com a equipe de saúde necessitam do envolvimento de terceiros na comunicação, quase sempre uma pessoa não profissional de saúde.

Ações de prevenção e educação em saúde as quais envolvem orientação a respeito da mudança de hábitos de vida com vistas a melhor adesão de seu cuidado em saúde também compõem esta dinâmica. Dentro desta perspectiva, cabe fazer referência ao estudo de Souza et al. (2017) o qual buscou identificar os principais obstáculos e dificuldades enfrentadas por pessoas Surdas quanto ao acesso à saúde. Nessa pesquisa, dentre outros aspectos, foi identificada a dificuldade da alfabetização do Surdo em português em função da pouca qualificação dos profissionais no ensino bilingue. O estudo citado, ainda chama atenção para as diferenças existentes quanto a estrutura da LIBRAS e da Língua Portuguesa e o quanto tentativas de comunicação por meio do português escrito podem não ser eficientes se o profissional de saúde não levar em consideração a configuração da língua. O estudo considera que estes elementos acabam por retardar a procura de assistência em saúde.

O título deste trabalho “Você consegue escutar o silêncio?” surge como uma provocação para que se possa refletir sobre os aspectos citados acima no cotidiano dos serviços e, principalmente, para que os profissionais de saúde possam inquietar-se diante da necessidade premente de desenvolver um processo empático e de comunicação efetiva com aquele sujeito a quem se destina a sua intervenção.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desconhecimento dos aspectos relacionados a Cultura Surda por parte dos profissionais de saúde dificulta a comunicação direta com o usuário restringindo seu acesso à informação necessária para que possa decidir de forma autônoma sobre o seu processo de saúde e adoecimento. Formas alternativas de comunicação escrita ou visual com a equipe ainda são pouco utilizados e poderiam facilitar a passagem de informações sobre diagnóstico, tratamento e educação em saúde ao utilizar-se desenhos, jogos interativos, folderes escritos e referências a serem acessadas nas redes sociais. A possibilidade de estabelecer contato via celular (aplicativos de comunicação) com os serviços de saúde poderia exercer importante papel de apoio entre a equipe assistencial e o usuário Surdo, pois, na maioria das vezes, a comunicação para agendamentos de consultas, orientações de preparo para a realização de procedimentos e ações de educação em saúde ocorre via contato telefônico de forma oralizada.

Salienta-se a necessidade do desenvolvimento de pesquisas relacionadas à assistência direta à população Surda, bem como, a inclusão deste tema nos processos de educação permanente das equipes. O retorno positivo dos usuários atendidos nesta perspectiva evidencia que existem possibilidades de avançarmos na garantia de acesso e na efetivação da integralidade na assistência em saúde. Sugere-se a ampliação da discussão sobre saúde com a Comunidade Surda para que as estratégias de cuidado implementadas tenham sintonia com a Cultura Surda e ampliem as possibilidades de acesso e cuidado a essa população a partir daquilo que tenha sentido e significado aos próprios usuários dos serviços.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em 04 out 2020.

_____. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 04 out 2020.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em 04 out 2020.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 04 out 2020.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, v. 20, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm> Acesso em 04 out 2020.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.073, de 28 de setembro de 2004**. Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2073_28_09_2004.html>. Acesso em 04 out 2020.

_____. Ministério da Saúde. **O SUS de A à Z: garantindo saúde nos municípios**. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009a. 480 p.(Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_az_garantindo_saude_municipios_3ed_p1.pdf> Acesso em 04 out 2020.

FREITAS, Daniel Antunes; EULÁLIO, Wane Elayne Soares; LEITE, Kellen Bruna de Sousa; SANDES, Luiza Fernandes Fonseca; RODRIGUES, Káren Araújo. Principais Obstáculos ao Acesso à Saúde pela Comunidade Surdas. **Revista Brasileira de Saúde Funcional (REBRASF),** Cachoeira – BA. V. 10, n. 1, p. 4-7, Abril 2020. Disponível em http://www.seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/RBSF/article/view/1268. Acesso em 03 out. 2020.

GOLDIM, José Roberto et al. Autonomia, autodeterminação e incapacidade civil: uma análise sob a perspectiva da bioética e dos direitos humanos. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 18, n. 3, p. 239-266, set./dez. 2017 Disponível em: <http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1128> Acesso em 04 out 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Resultados Gerais da Amostra. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html> Acesso em 04 out 2020.

NÓBREGA, Juliana Donato et al. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 671-679, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a13.pdf> Acesso em 04 out 2020.

SOUZA, Maria Fernanda Neves Silveira de et al. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 395-405, June 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462017000300395&lng=en&nrm=iso> Acesso em 04 out 2020.

STROBEL, K. L. **Surdos: os vestígios culturais não registrados na história** (tese). Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91978/261339.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 04 out 2020.

CAPÍTULO 11

ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE AUSTERIDADE: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 01/12/2020

Ariane Rego de Paiva
UFRJ,
UFF.
Serviço Social da PUC – Rio e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC – Rio.

João Vitor Bitencourt
PUCRS, Doutorando em Serviço Social pela PUC-Rio.

Ana Gabriela de Paiva Gonçalves
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
PPGSS da PUC-Rio.

RESUMO: O artigo tem como objetivo problematizar os desafios apontados pelos(as) profissionais das unidades de Assistência Social do município do Rio de Janeiro responsáveis pela implementação da proteção social especial de média complexidade, que atuam com violências e violações de direitos em dois territórios distintos da cidade. A pesquisa se utilizou de entrevistas, levantamento bibliográfico e análise dos documentos federais sobre a política de assistência social. Como principais resultados, foram identificados a sobrecarga de trabalho dos(as) profissionais para o atendimento das demandas da justiça, havendo confusão de atribuições entre a política de assistência social e segurança pública, além das precárias condições físicas e materiais na operacionalização dos serviços.

PALAVRAS - CHAVE: Assistência Social; Implementação; Austeridade; Creas; Rio de Janeiro

SOCIAL ASSISTANCE IN TIMES OF AUSTERITY: CHALLENGES OF IMPLEMENTATION IN THE MUNICIPALITY OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: This article aims to problematize the challenges pointed out by the professionals of the Social Welfare Units of the city of Rio de Janeiro responsible for the implementation of special social protection of medium complexity, which act with violence and violations of rights in two distinct territories of the city. The research used interviews, bibliographic survey and analysis of federal documents on social assistance policy. The main results were the work overload of professionals to meet the demands of justice, with confusion of attributions between the social assistance policy and public safety, as well as the precarious physical and material conditions in the operation of services.

KEYWORDS: Social Assistance; Implementation; Austerity; Creas; Rio de Janeiro

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é parte dos resultados da pesquisa intitulada *Análise da implementação da proteção social especial de média complexidade da política de assistência social no município do*

Rio de Janeiro, desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social da PUC-Rio entre 2016-1018, através do trabalho do Grupo de Pesquisa Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais (GESPD) e com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Desde 2005, a assistência social tem sido reorganizada pelo governo federal, com a participação e pactuação dos demais entes federados, para a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dentre as muitas mudanças e avanços na forma de gestão, planejamento e financiamento da Política de Assistência Social em todo o território nacional, este novo modelo propõe a integração da rede de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, de forma que sejam regulados pelos governos municipais, estaduais, do Distrito Federal e federal. A partir da implementação do SUAS, os serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social foram divididos hierarquicamente de acordo com os níveis de proteção social ofertados: a proteção social básica e a proteção social especial, de média e alta complexidade.

A *proteção social básica* (PSB) "tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários" (PNAS, 2005, p.33). É através deste nível de proteção que se ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A *proteção social especial* (PSE) está voltada para o atendimento das situações que envolvem as violações dos direitos e situações de risco pessoal e social que podem levar à fragilidade de vínculos familiares e/ou comunitários. É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2005, p.37).

Os serviços de proteção social especial estão intrinsecamente vinculados ao sistema de garantia de direitos e de segurança pública, pelo fato de oferecem atendimentos às famílias e indivíduos que possuem seus direitos violados e precisam de medidas de proteção e restauração do direito. A PSE é dividida pelo nível de complexidade[1]. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são as unidades públicas estatais de atendimento da proteção social especial de média complexidade e podem ser de abrangência municipal, estadual ou regional. Os CREAS ofertam serviços obrigatórios e articulam os demais serviços da rede socioassistencial (básica e especial) e das demais políticas públicas (saúde, educação, segurança etc.), visando garantir proteção e atendimento a famílias e indivíduos vitimados pelas diversas formas de violências e

1 Os serviços de média complexidade se diferem dos de alta complexidade, sendo os primeiros caracterizados pelo não rompimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são ofertados aos sujeitos e famílias que necessitam de proteção integral, que precisam ser retirados do núcleo familiar ou comunitário por medidas de proteção e segurança, como é o caso das diferentes modalidades de abrigos.

situações que violam seus direitos.

A rede socioassistencial tem sido objeto de estudos e pesquisas desde sua regulamentação com o advento do SUAS, mas se tem priorizado os serviços e benefícios da proteção social básica, por ser esta a rede que se institucionalizou mais rapidamente e se espraiou pelo território nacional, dando visibilidade à assistência social. Especificamente sobre os serviços destinados ao atendimento às violências e violações de direitos no âmbito da proteção social especial de média complexidade há produções ainda tímidas de artigos, monografias e dissertações, entre outros trabalhos. Os estudos precisam ser intensificados, pois têm sido pouco explorados, com parcos referenciais teóricos e pesquisas empíricas que demonstrem de fato como esta rede de serviços especializados vem se institucionalizando em diferentes localidades do território brasileiro.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Foram realizados levantamentos bibliográfico e documental referente à política de assistência social e o trabalho do CREAS e sobre a implementação de políticas. Realizou-se, também, uma oficina em julho de 2017 com profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro sobre o trabalho de acompanhamento familiar, com vistas a proporcionar maior aproximação com o objeto pesquisado e estabelecer um quadro preliminar da situação dos serviços dos CREAS (foram 5 encontros com participação de representantes de todos os serviços da assistência social implementados no município).

Ainda, realizaram-se seis entrevistas semiestruturadas com profissionais de duas unidades de referência, dos CREAS João Manoel Monteiro, localizado no bairro Pedra de Guaratiba na Zona Oeste da cidade, e Maria Lina de Castro, na Zona Sul, situado no Flamengo; e uma entrevista com um representante da gestão de nível central. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra com objetivo de realizar a análise dos dados. Para análise do material, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo qualitativa (GIL, 2009).

3 | DILEMAS E DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PNAS

A política social está relacionada intrinsecamente com o desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopólica, que conforme Vieira (1995, p.15) é o “sentido de concentração e de transferência da propriedade dos títulos representativos de riqueza”. Há, portanto, a funcionalidade da política social no Estado burguês no capitalismo, com a finalidade de manter a ordem vigente e o controle social da produção - ao mesmo tempo em que ela também vincula-se e é apreendida às lutas da classe trabalhadora em reação à exploração e na reivindicação ao enfrentamento à vulnerabilidade social decorrente da pobreza e de diversas privações sociais e econômicas. Ou seja, ela faz parte das

contradições inerentes a este modo de produção e de sua reprodução social.

A constituição das políticas sociais vem trazendo certa melhoria da qualidade de vida de uma parcela significativa da classe trabalhadora, de outro lado cumpre um papel essencial ao sistema capitalista, na medida em que é parte integrante do conjunto de ações do capital como uma tentativa de controlar as crises cíclicas (SANTOS, 2017, p.11) ,e de garantir a reprodução da força de trabalho.

O processo de afirmação da proteção social brasileira se dá no cenário atual, quando foi promulgada a Constituição Federal, em 1988. Como demonstram Assumpção e Carrapeiro (2014, p.112) ela expressa um grande avanço na luta popular, "com a promessa de assegurar os direitos sociais e políticos a todos os cidadãos, incluindo as minorias, pode-se afirmar que a Constituição de 1988 encerrou formalmente o regime militar no Brasil". A partir daí, cria-se a imagem de um "Estado social" brasileiro, onde há a possibilidade de destinar à população garantias e ações concernentes às suas necessidades, em meio ao desenvolvimento contraditório das políticas públicas.

A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), essa política foi definida como base da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Conforme destaca a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)[2], a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, e visa seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à universalização dos direitos sociais (PNAS, 2004, p.33).

A política nacional aprovada em 2004 apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Historicamente, as ações públicas de enfrentamento a pobreza e a desigualdade social se davam através da lógica do favor, da caridade e do clientelismo aos mais vulneráveis. A assistência social desenrolou-se, ao longo de décadas, como doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de assistencialismo, sem superar o caráter de prática circunstancial, secundária e imediata, reiterando a dependência, caracterizando-se historicamente como política de alívio, por neutralizar demandas e reivindicações (MESTRINER, 2008, p. 16).

Neste artigo, aborda-se a PSE de média complexidade, que tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direitos e onde se encontram os seguintes trabalhos/serviços: a atuação com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o Serviço de Proteção para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias; o Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

A PSE de média complexidade é coordenada e articulada nos CREAS, unidades

2 Em 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. (MDS, 2005).

públicas estatais responsáveis pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados. (BRASIL, 2003, p.24-25). A instalação dos CREAS é estratégica para organizar e qualificar a rede socioassistencial na construção de fluxos e conexões, é apontada como tarefa a ser desenvolvida com prioridade, de forma a construir competência e mobilidade dos (as) usuários (as) (COUTO et al, 2010, p.187).

Compreende-se que os processos decisórios que envolvem a formulação e implementação de uma política pública são permeados por disputas e correlações de forças, baseados em diferentes interesses, visões de mundo e percepções sobre a realidade (PAIVA, 2016). Desde a promulgação da LOAS, inúmeros foram os avanços e também retrocessos no tocante ao sistema de seguridade social. A partir do SUAS, buscou-se dar organicidade à operacionalização dessa política pública através dos programas e serviços oferecidos de forma capilarizada em todo território nacional.

Violações e temas como o abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, o cumprimento de medidas socioeducativas, a drogadição, a violência contra mulher, entre outros, são abordados a partir da realidade cotidiana das famílias atendidas: analisados, estudados e estabelecidos nexos entre as trajetórias de vidas dos sujeitos e as possibilidades de proteção social pública enquanto direito dos indivíduos e como dever do Estado, tendo como circunscrição os ditames legais e norteadores na sociedade brasileira.

Nesse cenário, como salienta Duarte (2016, p.85-90) é importante conhecer, também, as novas exigências postas aos trabalhadores da PSE, numa unidade especializada como o CREAS na atualidade, "e até que ponto o profissional tem domínio de quais aspectos caracterizam a violação, o conjunto de defesas e as possibilidades para sua atenção".

O SUAS vem sendo institucionalizado no país em meio às políticas econômicas neoliberais, que preveem a restrição dos gastos na área social e a focalização de ações na pobreza extrema. Deve-se questionar a respeito da implementação e da materialização da proteção social especial de média complexidade em tempos de acirramento do neoliberalismo contemporâneo. David Harvey mostra que a doutrina neoliberal, proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos, e desenvolvida a partir da década de 1970, é um projeto político lançado pela classe capitalista para garantir a sobrevivência do capital em meio à crise estrutural, quando ela se sentiu ameaçada política e economicamente, e precisava desesperadamente reduzir a força da organização da classe trabalhadora (HARVEY, 2017).

No caso brasileiro, sabe-se que a doutrina socioeconômica do neoliberalismo iniciou-se com o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), começa a ser perseguida de forma aberta e intensa nos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) através da defesa da abertura comercial, da privatização e da flexibilização de contratos de trabalho, e da reforma do Estado, por fim assume particularidades na condução das políticas públicas do governo federal, da ascensão à

crise dos projetos do Partido dos Trabalhadores.

A implantação de trajetória distinta do receituário neoliberal, especialmente nos mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), permitiu produzir resultados inéditos em termos de expansão econômica e redução da desigualdade de renda. Restaurou-se o papel ativo dos bancos públicos para execução de políticas de desenvolvimento produtivo, acelerou-se a expansão do crédito para investimentos em nova capacidade produtiva, assim como para a infraestrutura e a formação de conglomerados nacionais. Os bancos públicos comerciais expandiram o crédito para agricultura, a construção civil e médias empresas elevaram substancialmente o crédito para consumo no Brasil, contribuindo para a grande expansão do mercado interno, e o crescimento do consumo de massas foi apoiado pela política salarial, trabalhista e social (BASTOS, 2017, p.12-13).

É no período conhecido como "neodesenvolvimentismo" que as políticas sociais se consolidaram no país, ou seja, em governos que buscaram o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal, procurando ao mesmo tempo abrir espaço à posição de base social de setores e segmentos populares. O neodesenvolvimentismo se constituiu como uma reação ao avanço global do capital estrangeiro, tendo como características principais a direção da burguesia interna brasileira e o envolvimento de classes trabalhadoras que se encontravam excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal (BOITO, 2012).

Nesse contexto, houve o incremento dos recursos destinados à política de assistência social no orçamento público federal e sua expansão como política pública de responsabilidade estatal. Vivenciou-se um forte incremento à Assistência Social, mas sob o enfoque da seletividade e da focalização. Em termos mais específicos, a partir do governo Lula houve um amplo investimento nas políticas de combate à pobreza, assumindo tendências mundiais de recomendação dos Organismos Multilaterais, com enfoque nítido nos Programas de Transferência de Renda (SCHMIDT; SILVA, 2015, p.88).

A partir de 2014, o Brasil passa a sentir a forte crise global da economia e se inicia um projeto de políticas austeras, adotadas significativamente após o impeachment de Dilma Rousseff (2011- 2016) e da execução do plano de governo "Ponte para o Futuro" de Michel Temer (2016-2018). Estes processos influenciaram os rumos das políticas públicas, principalmente as de cunho social, levando-se em consideração também as particularidades e diversidades da implementação descentralizada pelos estados e municípios brasileiros.

4 | A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO

No município do Rio de Janeiro, a implementação do SUAS emerge em meio a

avanços e contradições, desenvolvendo-se mediante a operacionalização da PNAS, contendo uma história marcada pela singularidade do município. A cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado, uma das mais populosas cidades do Brasil, apesar de um PIB de R$300 bilhões (IBGE, 2014), traz a marca de uma profunda desigualdade social, evidenciada pelos contrastes socioeconômicos revelados por diferentes análises de índices e indicadores sociais (SMASDH, 2018).

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos é o órgão executor da Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro. São 14 CREAS no município, e a primeira indicação da pesquisa é que há uma diversidade de demandas que são atribuídas a essas unidades, que as tornam receptores de requisições destinadas às áreas de segurança pública e judiciária, e que as têm tornado em averiguadores de denúncias.

A coleta de dados da pesquisa resultou no levantamento de diferentes resultados, temas e debates ressaltados pelas narrativas dos entrevistados, que demonstram especialmente os fatores negativos (dificultadores) em torno da implementação da política de assistência social de média complexidade no município do Rio de Janeiro e a materialização do trabalho profissional nesse âmbito.

Foca-se na problematização dos pontos levantados pelos(as) profissionais como dificultadores do trabalho. A estrutura física das unidades públicas e os recursos disponíveis foi um dos temas que emergiu. Embora o foco das perguntas das entrevistas não fosse a estrutura física, percebeu-se esta questão como uma problemática significativa. A falta de infraestrutura é um dos pontos que se revelou de extrema importância:

> *Rede [internet] é uma coisa que não funciona[...] Eu acho que essa questão da rede. Nós temos 3 pendrives 4g [gigas] mas eles têm uso de consumo. Não é raro que a gente chegue na metade do mês e já não tenha acesso a internet* **(P2, CREAS, 2018)**

> *A questão da infraestrutura que não envolve só o espaço, mas a gente tem um carro só para fazer visitas. Os territórios são longe, demanda que a gente faça as visitas, então não dá conta de a gente estar atendendo. Os outros recursos materiais, a gente vai para o outro polo e aí a gente precisa tirar foto da documentação do usuário, tirar xerox, e a gente não tem isso disponível* **(P1, CREAS, 2017)**

> *Sala que não é adequada, não tem janela[...] O acesso assim, eu pessoalmente já quebrei galho descendo e quando não tem atividade lá em baixo eu já consegui atender o usuário que era cadeirante e tinha dificuldade de acesso* **(P3, CREAS, 2018)**

A política de assistência social, apesar dos avanços desenvolvidos nas últimas décadas, instituiu-se em um cenário de crescente desmonte de direitos e de precarização das condições e relações laborais, o que está intimamente ligado à constituição dos recursos humanos frente aos rebatimentos da precarização no mundo do trabalho e o

processo de assistencialização e a precarização das políticas de proteção social. Martins (2016), ao estudar sobre a realidade da Assistência Social no âmbito dos CRAS e CREAS do Rio Grande do Norte, mostra importantes constatações quanto a estrutura física, o que está em meio uma realidade observável e sentida em âmbito nacional. Segundo ela, detectou-se como principais problemáticas as seguintes:

> *Estruturas precárias* (alugadas ou cedidas), as quais dificultam a realização de reforma à adaptação dos espaços mínimos e não garantem a continuidade dos serviços socioassistenciais, principalmente quando ocorre mudança de gestão; ***Falta dos espaços mínimos***, identificando-se que faltava principalmente salas para o atendimento (individual ou familiar), para o desenvolvimento das atividades administrativas e de coordenação e para realização de atividades em grupo/coletivas; ***Falta de organização dos espaços mínimos***, visto que observou-se que a maioria das unidades não mantinham tais espaços organizados, conforme determinam os guias de orientações técnicas, isto é, não havia o mobiliário necessário, tampouco dimensão arquitetônica adequada (MARTINS, 2016, p.58-59, grifos nossos).

A precarização do trabalho nestas unidades públicas estatais é estrutural à implementação da assistência social a partir da regulamentação e funcionamento do SUAS no país, vários estudos (PAIVA, 2014) identificam os baixos investimentos federais disponibilizados para a implantação e implementação dos serviços, em detrimento dos recursos para os programas de transferência de renda. Falha-se na gestão dos recursos que se dão pelo processo de descentralização administrativa, na gestão autônoma dos municípios, tendo em vista que os recursos materiais institucionais, atrelados aos conhecimentos técnicos comprometidos ética e politicamente com a parcela marginalizada da sociedade, são imprescindíveis para a efetivação do fazer profissional nessa política pública (DERISCLEIA, et. al. 2017, p.8).

Historicamente, sabe-se que o orçamento destinado às políticas públicas no Brasil prevê recursos mínimos no que se refere à necessidade para a implementação e operacionalização de políticas sociais. No início deste século, com a ascensão dos governos de esquerda e da política neodesenvolvimentista no país, tinha-se um ideário político e ideológico que culminou em um crescimento dos gastos com a política social, apresentava-se um cenário de alavanca para o crescimento com distribuição de renda e um inegável discurso de preocupação com as políticas públicas. Deve-se lembrar que o Brasil iniciou seu processo de constituição de um “Estado de Bem-Estar” na contramão do que estava acontecendo em âmbito mundial, enquanto o projeto neoliberal estava se espraiando por todo o mundo com o lema de um Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o mercado (CFESS, 2015).

Em 2010, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), sediado em Washington nos Estados Unidos da América, afirmou que o país tinha avançado significativamente na redução da pobreza e distribuição de renda. Apesar da

desigualdade social ser ainda elevada, conseguiu-se reduzir a taxa de pobreza de 41% em 1990 para 25,6% em 2006, conforme demonstra a análise dos dados do Gasto Social do Governo Central, 2002 a 2015, do Tesouro Nacional do Brasil[3]. Considerando esses avanços no que se refere a temática dos gastos sociais no país, cabe voltar à questão da PNAS/SUAS, tendo em vista que a precarização das condições estruturais de trabalho e das relações laborais ligadas à constituição dos recursos humanos e materiais relacionam-se ao levantamento dos cofinanciamentos mobilizados. São notórios os avanços, contudo, muito focados na ampliação do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ambos pagos pelo Governo Federal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todas as ações governamentais na área da assistência social devem ser realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes previstas[4]. O SUAS é um sistema descentralizado e participativo e possui um modelo próprio de partilha e pactuação dos recursos destinados aos entes federados, realizada com base em critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que possui representantes das três esferas de governo, propiciando a equalização no repasse dos recursos. Anualmente, após a realização do aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento, os gestores devem planejar suas ações conforme a necessidade e a sua realidade. (SNAS, 2014).

Há os desafios para a implementação no âmbito municipal na garantia de condições, com previsão de ações e recursos financeiros, de trabalho e investimentos nas estruturas e na formação continuada. Vale trazer a reflexão de Silva (2015, p.42) sobre a condição da Assistência social municipal, pois segundo ele, questões como "a condição federada e autônoma dos municípios, a complexidade dos problemas para os quais devem apresentar respostas, às suas particularidades (portes, capacidades de gestão), os distintos compromissos de cada mandato, os arranjos político-partidários", são condições que levam à heterogeneidade na implantação de uma política nacional, "fazendo que não ocorra na mesma direção em todos os lugares" (ibidem,p.42). Um fator importante é a concentração dos recursos públicos nos estados e União em detrimento do município, criando uma "dependência financeira em relação à apropriação do bolo orçamentário nacional" (ibidem, p.42)[5].

Explica-se, neste ponto, as contradições em um cenário onde se viveu o crescimento

3 Em linhas gerais, observa-se crescimento expressivo do gasto social direto ao longo do tempo, com aumento próximo a 3 pontos percentuais do PIB quando se comparam os patamares de 2002 e de 2015. Destacam-se os aumentos nos dispêndios com educação e cultura (0,74 p.p. do PIB) e assistência social (0,78 p.p. do PIB), além da ampliação do já elevado patamar de dispêndios com previdência social (aumento de 0,97 p.p. do PIB). (BRASIL, 2012).

4 O artigo 30 da Lei Orgânica de Assistência Social define que, para que haja o repasse de recursos do FNAS para estados, DF e municípios, deve haver a efetiva existência e funcionamento de: Conselho de Assistência Social; Plano de Assistência Social; Fundos de Assistência Social; Comprovação orçamentária de recursos próprios alocados no Fundo de Assistência Social. (LOAS, 1993).

5 No Estado federativo pós CF, estados e municípios passaram a ser autônomos, levando a intrínseca necessidade, e vontade político-partidária, de se ter a implementação de estratégias e ações governamentais bem-sucedidas no que se refere às competências de gestão das políticas locais. Segundo Arretche (1999, p.136) "grande maioria dos municípios brasileiros caracteriza-se por baixa capacidade econômica e expressiva dependência das transferências fiscais".

do gasto social, pelo financiamento provindo da União (na política de assistência social é nítido o crescimento dos programas através do Cadastro Único, com a expressividade do PBF), e os obstáculos à descentralização, derivados dos desafios às precárias receitas orçamentárias dos estados e municípios do país.

A descentralização política administrativa ainda encara desafios que são particulares à implementação de cada política pública, pois é considerada um dos aspectos inovadores da arquitetura do SUAS. Na PNAS, a participação da sociedade civil organizada no planejamento, execução e avaliação, é caracterizada por avanços e desafios no tocante ao repasse de recursos financeiros públicos. A descentralização que se tenta hoje implementar deseja transferir encargos e ao mesmo tempo, co-responsabilizar a sociedade civil na gestão pública, ou seja, não apenas "aliviar" as instâncias centrais de governo, mas também envolver a sociedade civil com toda a sua complexidade associativa e com todos os seus interesses (NOGUEIRA, 1997).

> *A dificuldade maior é o acesso. As famílias alegam a dificuldade de não estar vindo por conta de dinheiro de passagem.* **(P4, CREAS, 2018).**

> *E outra coisa que é um dificultador, o tamanho de recursos humanos, de equipe, estou com menos duas pessoas na equipe e, eu tenho uma van para fazer todas as visitas, para fazer tudo.* **(P2, CREAS, 2017).**

As entrevistas demonstram que há preocupação das equipes profissionais acerca da dificuldade de acesso dos usuários (as) em função da falta de dinheiro para passagens, somam-se às precarizações até aqui analisadas à condição socioeconômica dos sujeitos atendidos e/ou acompanhados nos CREAS. A dificuldade de deslocamento, a precária estrutura física dos equipamentos e os recursos materiais insuficientes colocam em xeque a efetivação da proteção social de média complexidade.

Essa realidade se dá em meio a um processo contraditório de irregularidade de repasses financeiros, especialmente no tocante ao Fundo Estadual de Assistência Social, como será mostrado a seguir utilizando o estudo de Delgado e Senna (2018). É inegável a evolução do número de CREAS e outros equipamentos públicos no município do Rio de Janeiro[6], tendo um aumento de 53 equipamentos em meados de 2008 para 116, até então, no ano de 2016. Sobre o financiamento e sustentabilidade do SUAS no Estado do Rio de Janeiro[7], destaca-se que houve um aumento dos valores destinados pelo governo estadual aos municípios do estado, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

6 Conforme demonstram as fontes do MDSA/SAGI/SEASDH (DELGADO; SENNA, 2018). Segundo as autoras do estudo as normativas indicam que ainda seriam necessários mais 21 CREAS implantados para atendimento das demandas da população. "Cabe aqui ressaltar que a quantificação desses equipamentos ainda é uma grande dificuldade. Isto porque a obrigatoriedade de responder ao CENSO SUAS só foi estendida aos equipamentos de acolhimento a partir de 2012" (ibidem, p.8).

7 Vale ressaltar que distribuição dos serviços por Piso para financiamento dividem-se através de um piso fixo da média complexidade, dividido entre: PAEFI, LA e PSC, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Serviço Especializado em Abordagem Social e Serviço de Proteção Social Especial em Centro-Dia de Referência para pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias.

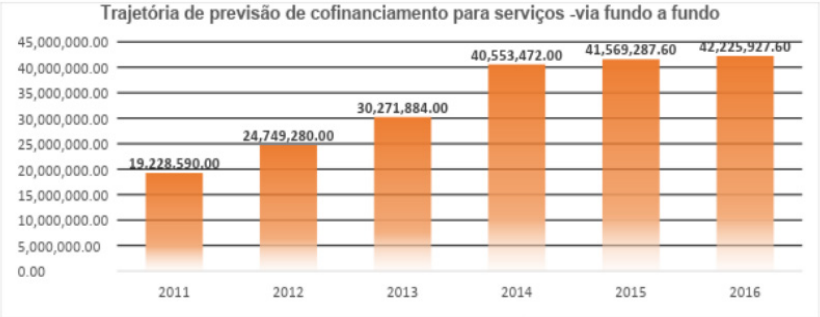


Gráfico: Previsão de cofinanciamento estadual 2011- 2016 (DELGADO; SENNA, 2018).

Fonte: SEASDH/SGS

No entanto, a previsão orçamentária dos últimos três anos foi comprometida pela indisponibilidade financeira do estado, em função do decreto de calamidade econômica em junho de 2016 pelo então governador em exercício Francisco Dornelles (DELGADO; SENNA, 2018), "somente no ano de 2014 deixaram de ser repassados, do FEAS para os FMAS, recursos que ultrapassaram 16 milhões de reais" (ibidem, p.12). Soma-se à redução do gasto social com a assistência social no país, que chegou a marca de 1,5% do Produto Interno Bruto nacional.

A dificuldade com locomoção, a falta de espaço próprio e/ou a sua precarização, a falta de privacidade nos atendimentos, de recursos materiais e insumos necessários e adequados para o trabalho e a dificuldade de operacionalização em função da violência em áreas de conflitos, são alguns dos dificultadores para as atividades, apontados pelos profissionais. Esses se somam à precarização do trabalho através de contratos temporários, contratos por projetos, terceirização, baixos salários etc. Ressaltam-se alguns questionamentos dos profissionais quando perguntados sobre as problemáticas dos recursos humanos:

> *Contratos estabelecidos com ONGs [dificuldades] e pouca abertura de concursos públicos* **(P2, CREAS, 2018).**

> *Eu queria que se falasse um pouco dessa questão do concursado[...]A gente tem uma qualidade assim, eu percebo que nos servidores de carreira a gente observa que os relatórios, assim, existe uma qualidade no relatório, no processo de acompanhamento familiar[...] eu diria que no meu CREAS eu tenho essa sorte. Eu tenho outros colegas que tem dificuldades com servidor, então assim, de modo geral, na secretaria, a gente tem assim talvez, os segmentos* médios, de agente comunitário com dificuldade de *lidar com informática, né, com alguns recursos que no dia a dia a gente sente falta* **(P3, CREAS, 2018).**

A PNAS foi uma inflexão em uma conjuntura específica, que teve um crescimento operacional e um nítido desenvolvimento em meio a política macroeconômica neoliberal de redução da atuação do Estado em função da reestruturação produtiva do capital (ANTUNES, 2005). As precárias condições físicas e materiais na operacionalização dos serviços fazem parte de um projeto que tem implantado à "necessidade" da redução dos custos da mão-de-obra, ideia vislumbrada pelo setor estatal.

Cabe aqui reafirmar a importância de questionar a execução da gestão da PNAS no neoliberalismo, visando a crítica à precarização dos vínculos dos trabalhadores da PNAS/SUAS, denunciando a contradição dos subcontratos e das terceirizações nos equipamentos públicos estatais da assistência social - o que fere as diretrizes da NOB-RH/SUAS. Conforme demonstra as orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no SUAS (2011), a eficiência administrativa não pode ser realizada com a precarização dos direitos dos que prestam serviços ao ente público, "nesta lógica da precarização os próprios trabalhadores se submetem ou mesmo incorporam a cultura da flexibilidade e da rotatividade de empregos como meio de manutenção de sua empregabilidade". (BRASIL, 2011).

Verifica-se a importância de se questionar a eficiência administrativa que opera através da lógica da austeridade em tempos de mudanças e transformações negativas do mundo do trabalho. A precarização no âmbito do trabalho está em todo tecido social, mas na administração pública adquire particularidades, onde impacta nos serviços prestados à população, principalmente a mais pauperizada e vulnerabilizada.

No arremate dessa problematização, vale destacar por fim um resultado da coleta de dados da pesquisa que está intrinsecamente vinculado ao panorama em questão, "*a sobrecarga de trabalho dos profissionais para atendimento das demandas da justiça, havendo confusão de atribuições entre a política de assistência social e segurança pública*". A relação entre assistência social e segurança pública foi um dos aspectos mais importantes levantados pelos profissionais, onde apresentam importantes questionamentos, em um diálogo, ao serem perguntados a respeito de como se dá e como se pode melhorar o processo de articulação entre as políticas em questão:

> *Mas a DCAV, DPCA, DEAM, eu não sei se a gente pode dizer que tem um relacionamento com esses órgãos de segurança. Porque quando eu ouvi órgãos de segurança, muita solicitação chega ao CREAS pedindo para atuar em determinado território porque tem prostituição infantil, porque tem furto. Eu acho que tem uma confusão ainda de onde é que aparece a política.* **(P5, 2018).**

> *Eu estou pensando no órgão de segurança pública por causa de morador de rua, ah tem que ir com a polícia. Porque com a polícia? Por que a polícia não faz um processo de investigação sobre a venda de drogas? A venda de drogas é vulnerabilidade? O usuário de drogas pode estar em determinada situação de vulnerabilidade, mas a venda é crime. Então porque temos que ir juntos? Onde é que os papéis se diferenciam?* **(P1, CREAS, 2018).**

A problemática acerca da relação mostra que há questionamentos sobre "o lugar" dessas políticas em meio às demandas territoriais. Presencia-se incerteza sobretudo no "relacionamento" dessas políticas em meio às ações profissionais, tendo em vista as atribuições de cada *política* e/ou *instituição*. Presencia-se um cenário onde aos CREAS se lança também a possibilidade de se operacionalizar um serviço "*policialesco*" - mais uma instituição estatal que está em meio à possibilidade de responder expressões da questão social através do *controle social* e da *gestão penal da pobreza*. Deve-se estar atento ao papel do CREAS, junto às pessoas que estão em situação de risco social e/ou que tiveram seus direitos violados, no processo de orientação, encaminhamento e oferta das ações de orientação, proteção e acompanhamento às famílias, pois o serviço de acolhimento pode se transformar em local de julgamento e responsabilização.

Sobre as dificuldades na relação entre essas políticas públicas, em meio a materialização do trabalho dos CREAS junto aos usuários (as), vale destacar a narrativa a seguir de uma profissional, ao ser perguntada se há protocolo ou forma de sistematização da relação intersetorial com a segurança pública:

> *A gente atende, emite relatório, vai para a audiência, discute o caso, mas não chega ter um protocolo, né. Para os CREAS não chega a estar protocolado. Sempre de alguma forma vai refletir no atendimento essa relação com a segurança pública. No caso da segurança pública, a gente tem muita queixa. Que é assim: a pessoa foi orientada, chega aqui no CREAS, foi vítima de violência a mulher ou uma situação de abuso sexual, a gente tem muitas queixas de que, né, a população não foi bem atendida. E a gente de alguma forma não se articula mais porquê. O CREAS também não quer ocupar um lugar de investigação, assim, a gente deveria delimitar o nosso espaço e se articular.* **(P2, CREAS, 2018)**.

Percebe-se que a precarização dos serviços influencia na totalidade da materialização da PSE, contudo, nos impõe a pensar estratégias de respostas às problemáticas dos equipamentos públicos: onde se inserem os limites e as possibilidades de organizar formas de sistematização na articulação com demais políticas públicas?

Em meio à precarização questiona-se o *"espaço"* do CREAS em torno de situações que envolvem as experiências de vulnerabilidade dos sujeitos atendidos e/ou acompanhados. Nessa lógica, deve-se trazer à tona que o fenômeno da judicialização pode viabilizar o acesso a direitos ou pode direcionar para práticas conservadoras que responsabilizam e culpabilizam as famílias. Utilizar essa intervenção, sem problematizar a contradição inerente do processo, pode manter o legado histórico do controle da pobreza, haja vista que esta política tem como público-alvo grupos vulneráveis (SARAMENTO, et. al. 2018, p.14). Obviamente, a austeridade econômica que atinge as políticas sociais no país tende a trazer dificuldades (tempo hábil, força de trabalho etc.) para se questionar e colocar em prática estratégias que transformem as relações de trabalho intersetorial.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Procurou-se analisar parte dos dados da pesquisa com ênfase em debates específicos no interior da implementação da PSE de média complexidade, temas que precisam ser intensificados. Considera-se importante a defesa da PNAS/SUAS no que tange às possibilidades de resistências em reação à exploração e na reivindicação da melhor qualidade para o trabalho (espaço físico, expansão, recursos etc.), no entanto ressalta-se que a política social está relacionada intrinsecamente com o desenvolvimento do capitalismo, vinculando-se à acumulação capitalista e mantendo seu caráter contraditório – o que torna essa uma tarefa limitada na própria realidade social.

A política nacional aprovada em 2004 apresenta as diretrizes para efetivação da PNAS como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, porém compreende-se que os processos decisórios que envolvem a formulação e implementação são permeados por disputas de interesses e correlações de forças, portanto, é importante conhecer, também, as novas exigências postas aos trabalhadores da PSE no plano cotidiano – material. Sabe-se que se viveu um período de resultados positivos em termos de expansão econômica e redução da desigualdade de renda, inclusive com o incremento dos recursos destinados à essa política. No entanto, tem-se no cenário atual uma forte crise global da economia e projetos de austeridade que visam o crescente desmonte de direitos e de precarização das condições e relações laborais.

Urge a necessidade de intensificar os argumentos e disputar a condução da política de assistência social para garantir os interesses dos segmentos em vulnerabilidade e risco social, inclusive no que diz respeito às dimensões política e governamental. Os temas ressaltados pelos (as) profissionais referem-se à problemáticas que devem ser resolvidas através do crescimento expressivo do gasto social direto e dos gastos tributários de natureza social, o que é um movimento contrário às ideias neoliberais.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. **Ditadura e Serviço Social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão.** Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.105-118, jan./jun. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do trabalho.** 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARRETCHE. Marta T. S. **Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo.** RBCS Vol. 14 n. 40/junho. 1999.

BASTOS, Pedro Paulo Zaluhth. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia.** Rev. Econ. Contemp., núm. esp., 2017.

BOITO, A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, A.. **La nouvelle phase du syndicalisme brésilien (2003-2013)**. Cahiers des Amériques Latines, v. 80, n. 3, p. 147-167, 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. **Guia rápido de orientações. Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.** Brasília. 2014. Link: http://www.assistenciasocial.al.gov.br/acervo/protecao-social-especial-media-complexidade/creas-paefi/GUIA-RAPIDO-DE-ORIENTACOES_CORRIGIDO.pdf

BRASIL. Políticas Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.** 2005. Link:http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

BRASIL. **Secretaria do Tesouro Nacional. Gasto Social do Governo Central 2002 - 2015.** Link: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/

DELGADO, Diana. SENNA, Monica. **Cofinanciamento do SUAS no Estado do Rio de Janeiro.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018.

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco. **Desafios para Proteção Social Especial: a ambiência da violação de direitos na política nacional de assistência social.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 84 - 95, jan./jul. 2016.

MATOS, Sidney Tanaka. **Conceitos primeiros do neoliberalismo.** Mediações. v. 13, n.1-2, p. 192-213, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

MARTINS, Karina Tatiane da Costa. **A realidade da Assistência Social no âmbito dos CRAS e CREAS do Rio Grande do Norte identificada em ações fiscalizatórias do Ministério Público Estadual.** Serv. Soc. Rev., Londrina, V. 19, N.1, P. 44-65, Jul/Dez. 2016.

MEIRELLES, Mário Antônio. **Evolução Histórica da seguridade social: aspectos históricos da previdência social no Brasil.** OAB Pará. 2009. Link: http://www.oabpa.org.br/index.php/2-uncategorised/1574-a-evolucao-historica-da-seguridade-social-aspectos-historicos-da-previdencia-social-no-brasil-mario-antonio-meirelles

MESTRINER, Luiza Maria. **O estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez, 2008.

MDS. **Loas Anotada. Lei Orgânica de Assistência Social.** 2009. Link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf

MDS. Muniz, Egli. **Orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/orientacoesrecrutamento.pdf

MDS. **Proteção Social Especial de Alta Complexidade.** Link: http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/alta-complexidade

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “A Dimensão Política da Descentralização Participativa” in Revista São Paulo em Perspectiva .v.11, nº 03 . Fundação SEADE. 1997.

MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social. Castro, Flávio José Rodrigues de. **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais.** Brasília, DF: 2009. Link:http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cras_melhoria_fisica.pdf

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias.** In: Revista Serviço Social & Sociedade. Nº.111 São Paulo jul./set. 2012.

PAIVA, Ariane Rego. **Formulação e Legitimação do SUAS: Análise do processo decisório da Lei 12.435/2011,** Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. 2014.

PAIVA, Ariane Rego. Análise e avaliação de políticas sociais: algumas perspectivas do debate atual**. O Social em Questão**, v. 01, n.36, Rio de Janeiro, 2016.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021.** Junho de 2018. Link:http://www.ibam.org.br/media/arquivos/2018/plano%20municipal%20de%20assist%C3%AAncia%20social%20(2018-2022).pdf

PRUDENTE, Mauro Godoy. **A lei geral da acumulação capitalista: considerações sobre o tema.** Revista Intuitio, PUCRS, V.5, n.2. 2012.

RAMOS, Deriscleia. Goes, Karolayne. SERAFIM, Lisete Cristina. Lelis, Mariana. EUGENIO, Josilene. ALVES, Rafaelly. **As múltiplas faces da precarização do trabalho: Uma análise do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.** II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. UFSC - Florianópolis. 2017.

RISAGER, Bjarke Skaerlund. Publicada por Jacobin e reproduzida por Outras Palavras, 30-05-2017. A tradução é de Inês Castilho. **Neoliberalismo, projeto político.** Entrevista com David Harvey. Link:http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568205-neoliberalismo-projeto-politico-entrevista-com-david-harvey#

RIBEIRO, Adriana Barbosa. PAIVA, Ilana Lemos. SEIXAS, Pablo de Sousa.

SARAMENTO, Silvia. ROCCA, Karina. LOPES, Analu dos Santos. WIESE, Michelly Laurita. PRÁ, Keli Regina Dal. **A judicialização das expressões da questão social na política de assistência social.** XVI ENPESS, Ufes. 2018.

SCHMIDT, Janaina Albuquerque de Camargo. SILVA, Mossicléia Mendes. **A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público** R. Katál., Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2015

SANTOS, Milena da Silva. **Trajetória das políticas sociais no estado capitalista: gênese, auge e crise.** VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas - VIII Joinpp. 2017.

SILVA, Chris Giselle Pegas. OLIVEIRA, Antônio Carlos. **Estado, sociedade civil e políticas sociais: o Serviço Social no Cras em ação.** Em Pauta. Rio de Janeiro - 2. Semestre. n. 36, v. 13, p. 250 - 268. 2015.

SILVA, Maísa Miralva. **Assistência social na realidade municipal: o SUAS e a prevalência do conservadorismo**. R. Katál., Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2015.

CAPÍTULO 12

O SOFRIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS MODALIDADES DE PESQUISA: PESQUISA TEÓRICA

Data de aceite: 01/12/2020

Regina Celia de Souza Beretta
Universidade de Franca

Thércius Oliveira Tasso
Universidade de Franca
http://lattes.cnpq.br/6819862365849234

RESUMO: Poucos estudos têm como objeto, a saúde dos trabalhadores do SUAS, as condições de trabalho e os impactos na vida pessoal e laboral. Esses trabalhadores vivem do trabalho e estão inseridos nas condições dadas pelo capitalismo contemporâneo, sob o predomínio de formas precarizadas de trabalho e assalariamento, com a árdua tarefa de enfrentar a desigualdade e pobreza. Neste estudo foi realizada uma revisão bibliográfica e pesquisa de natureza qualitativa, em documentos e artigos científicos. Foi possível desvelar algumas das condições de trabalho objetivas e subjetivas e mostrar a importância de outros estudos sobre a temática.
PALAVRAS - CHAVE: Trabalhadores SUAS, trabalho e saúde.

ABSTRACT: Few studies have as object, the health of workers in the Single Social Assistance System, working conditions and impacts on personal and work life. These workers live off work and are inserted in the conditions given by contemporary capitalism, under the predominance of precarious forms of work and wages, with the arduous task of facing inequality and poverty. In this study, a bibliographic review and research of a qualitative nature was carried out, in scientific documents and articles. It was possible to unveil some of the objective and subjective working conditions and show the importance of other studies on the subject.
KEYWORDS: Workers Unique social assistance, work and health system.

1 I INTRODUÇÃO

Essa reflexão busca nexos de sentido entre o mundo do trabalho e os trabalhadores do SUAS. O desafio pressupõe pelo menos duas dimensões de análise: saúde e trabalho.

Os trabalhadores do SUAS não são diferentes dos demais brasileiros que vivem do trabalho, pois também estão inseridos nas condições de trabalho do capitalismo contemporâneo brasileiro. (BOSQUETTI, 2011). Nesse exato momento há uma retração de direitos, pela via da reforma trabalhista e previdenciária, com efeitos incalculáveis para a vida laboral e social da classe trabalhadora.

> A nova morfologia social do trabalho na era do capitalismo global é que o surgimento da *nova precariedade salarial* com destaque para as formas de contratação precária e a informalidade salarial, possui *causalidades estruturais* vinculadas à vigência da "desmedida do valor" e a alterações profundas na

> estrutura categorial do trabalho abstrato. Portanto, expô-las apenas como alterações político-institucionais da ofensiva neoliberal, visando à flexibilização da legislação trabalhista, oculta a natureza íntima das mudanças orgânicas da produção do capital que condicionam a práxis sistêmica. (ALVES, 2017, p. 681).

Entre as novas condições de trabalho há uma tendência da terceirização e prestação de serviços sem regulação, fruto da diminuição do emprego formal, especialmente na agricultura e na indústria. Vislumbra-se ainda, um processo intenso de reestruturação do mercado de trabalho com projeções de desaparecimento de muitos postos de trabalho, que não serão tão já recompostos ou reestruturados. Nessa realidade a materialização do SUAS, requer uma efetiva reforma democrática do Estado e a superação de valores culturais conservadores, práticas clientelistas, paternalistas. (BOSQUETTI, 2011).

A despeito de todas as mudanças sociais e normativas do século XX a gestão pública ainda é caracterizada pela descontinuidade de ações, pelos desmandos políticos, pela burocrática, pela centralização das ações e pela falta de espaços participativos.

Assim, a gestão pública oferta serviços públicos precários e incapazes de responder as demandas da população. Entre os principais problemas da gestão pública, está a falta de diálogo com a sociedade, configurando-se em um dos problemas mais agudos enfrentados pela sociedade civil.

Para Osterne (2013) podemos considerar como fatores que desqualificam sobremaneira a gestão pública: a fragmentação do pensamento e a setorialização das ações; o imediatismo, o corporativismo e os formalismos; o distanciamento entre os discursos formais e a realidade, o planejamento e a ação; o não exercício de uma prática sistemática de avaliação, em sua dimensão política e técnica.

Na era neoliberal o ajuste fiscal é um dos componentes com uma resposta minimalista do Estado à questão social (NETTO, 2007). O ajuste fiscal limita não somente o investimento público, como impede a construção de uma rede sócio-assistencial efetivamente pública, com serviços e bens.

> Essa questão no âmbito da política de assistência social emerge em meio ao fogo cruzado em que se encontra o trabalho assalariado na sociedade capitalista contemporânea, particularmente a partir das conseqüências desastrosas das medidas de ajuste neoliberal desenhadas pelo Consenso de Washington e implementadas no Brasil na década de 1990. (RAICHELIS, 2011, p. 40-45).

As dimensões de análise aqui discutidas auxiliam no entendimento da complexidade dos desafios que significa ser um trabalhador do SUAS nos dias atuais. Esse trabalhador social representa em seu cotidiano profissional, um Estado que enxuga direitos, que prioriza o desenvolvimento econômico, que investe minimamente em políticas sociais e delega a responsabilidade estatal ao terceiro setor (refilantropização). Um trabalhador sob o predomínio de formas precarizadas de trabalho e assalariamento, com a tarefa de auxiliar

na construção de um sistema de proteção público, universal e democrático.

Os trabalhadores do SUAS acabam por conviver com muitas tensões no cotidiano profissional, denominada contra-reforma do Estado, tão bem caracterizada por Behring (2002). A contra reforma se apresenta como o ***descompromisso*** com as políticas sociais e as conquistas auferidas na Constituição Federal. Observa-se pela via da descentralização e irresponsabilidade do Estado, o descumprimento do pacto federativo de investimento nos três esferas. Assim, os municípios vêem se sobrecarregando para responder as demandas, fragilizando a governança local e os cofres públicos, pela sobrecarga de compromissos e agendas sociais.

Com a crise do Estado muitos municípios têm vivenciado muitas dificuldades financeiras e operacionais, para superar também as marcas históricas do Estado Brasileiro, como o improviso, o conservadorismo, a falta de planejamento e orçamento, a tutela, o voluntariado, entre outros

As contradições econômicas e políticas têm rebatido de forma diferenciada na Política de Assistência Social, especialmente no conjunto dos trabalhadores do SUAS, subordinados às condições concretas dadas pelo capital e às demandas institucionais e populares.

A realidade contraditória da ação profissional nos instiga para uma análise permanente sobre as situações objetivas e subjetivas do exercício profissional.

Este artigo pretende realizar uma reflexão sobre a ação profissional dos assistentes sociais, realizada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir dos espaços sócio ocupacionais, desvelando as fragilidades da categoria dos trabalhadores do SUAS e a ausência de possibilidades e alternativas de desprecarização, que certamente rebatem em suas condições de saúde e bem estar.

A pesquisa se justifica porque busca identificar fatores presentes no exercício profissional que desencadeiam processos de sofrimento e de adoecimento e que incidem na materialidade e na sociabilidade dos sujeitos, repercutindo em sua saúde física e mental. Assim, esse estudo visa apreender as condições objetivas de saúde e trabalho dos profissionais do SUAS.

2 | DESENVOLVIMENTO

A pesquisa segundo Minayo (1993, p.23) pode ser considerada como:

> Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Nesse sentido esse estudo buscou uma aproximação da realidade vivida e sentida

pelos trabalhadores, recuperando a historicidade do SUAS.

Desde a aprovação do SUAS e a regulamentação das ações, serviços e programas, não se pode negar que os municípios brasileiros, tem se esforçado para colocar na agenda pública, a Assistência Social como prioridade no enfrentamento da extrema pobreza.

> [...] Esse processo de implantação do SUAS, que teve como marco implicou em deliberações que repercutiram significativamente nos processos de trabalho institucional e profissional....Assim como não se faz política pública sem consistente regulação, sem financiamento continuado e previsível e sem provisão de ações que respondam as necessidades da sociedade... (MUNIZ,2011, p.23).

A Política Nacional de Assistência Social requer uma operacionalidade da norma, ou a concretização dos princípios e diretrizes expressos nos artigos da LOAS. Bosquetti (2011) aponta o SUAS como um sistema estruturado e normatizado, que materializa a organização contínua e sistemática da Assistência Social como política pública e dever Estatal.

As atribuições e competências dos trabalhadores do SUAS estão imbricadas no cotidiano do trabalho social, acompanhados por suas especificidades como carga horária, condições matérias e físicas inadequadas, limites institucionais de trabalho, entre outros.

> São essas competências que permitem ao profissional como um sujeito que é afetado tanto pelas condições objetivas e subjetivas do trabalho, realizar a análise crítica da realidade, para a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer os procedimentos específicos necessários ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam ao seu cotidiano. (RODRIGUES, 2009. p. 15-25).

Desde a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, os profissionais vêm lutando para que a população em situação de desemprego, com baixa renda e vulnerabilidade social, acesse direitos sociais, renda e trabalho e tenham sua cidadania respeitada.

Os profissionais enquanto classe trabalhadora enfrentam sentimentos comuns: como a insegurança, sobrecarga de trabalho, baixos salários, contração temporária na gestão pública e ainda a terceirização da contratação realizada por entidades de assistência social, sem contar os profissionais em cargos comissionados.

A NOB/SUAS/RH/2006 desencadeou uma intensa e rápida profissionalização por meio de abertura de concursos públicos em todo o Brasil, que representou um salto qualitativo para os trabalhadores do SUAS e para os/as usuários/as das políticas. Há ainda muito a vencer contra a lógica do voluntariado, do primeiro damismo, do clientelismo, troca de favores e da meritocracia.

Ao olhar para a história dos trabalhadores da assistência social identifica-se um marco normativo a alteração da LOAS (Lei 8.742/93) pela Lei 12.435, em 2011 e a inclusão da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) em 2013, que objetivou preparar a

todos para a consolidação do SUAS.

Sem dúvida nenhuma com a aprovação do SUAS houve uma ampliação dos espaços de trabalho para os trabalhadores sociais. Apesar da NOB/RH/2006 apontar para a urgente contração e trabalhadores, via concurso público, na realidade emergiram diferentes formas e relações de trabalho, que afetam a formulação e execução da Política de Assistência Social.

Raichelis (2011) destaca como elemento importante na análise dos trabalhadores do SUAS, outros dois elementos importantes nessa análise: a constituição dos quadros heterogêneos de profissionais, na esfera estatal e na "rede" do terceiro setor da assistência social, com diversidade de formação, projetos profissionais, acúmulo teórico- prático, vínculos e condições de trabalho.

Sem contar o ritmo e à velocidade do trabalho, às cobranças e às exigências, o volume de tarefas, às características do trabalho intelectual demandante, o peso da responsabilidade, apontadas como preocupantes para a autora.

Para Yasbeck (2011) só se conseguirá concretizar o SUAS e o reconhecimento da Assistência Social como política de direitos com a ampliação e definição do quadro de trabalhadores sociais. "É fundamental que os trabalhadores, independentemente de suas especificidades, tenham garantidos os direitos trabalhistas e condições adequadas ao exercício de seu trabalho".

A autora destaca que o desafio para a efetivação da Assistência Social passa pela materialização do acesso da população aos direitos sociais, mediada por trabalhadores sociais empoderados.

Esses trabalhadores devem estar organizados em equipes de referência qualificadas capazes de construir respostas profissionais, às complexas e múltiplas demandas da realidade, observadas as competências e atribuições próprias de cada profissão; e os meios e instrumentos necessários ao exercício profissional. (YASBECK, 2011)

Ressalta ainda a importância da gestão do trabalho social, que contemple ao menos três dimensões inseparáveis: as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras necessárias. (YASBECK, 2011).

Em 2009 por ocasião da realização da VII Conferência Nacional da Assistência Social, ocorreu frente ao processo de organização dos trabalhadores, a criação do Fórum Nacional de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social- FNTSUAS. Um espaço coletivo de organização política cujo objetivo é de discutir, deliberar, pactuar, controlar a gestão nacional do SUAS, constituído pelas entidades nacionais dos trabalhadores: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, sociólogos, antropólogos, terapeutas ocupacionais, economistas domésticos, musicoterapeutas, advogados, contadores e economistas.

O Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS com a equipe da Gestão do Trabalho do SUAS/MDS, mediante levantamento realizado em 2014, apontou vários avanços acerca das condições de trabalho:

> (...) a precarização de vínculos de trabalho, a necessidade de concursos públicos, redução da jornada de trabalho, condições éticas e técnicas de trabalho, equipes de referência na gestão e nos serviços, saúde do trabalhador, segurança no trabalho, adequação ou construção de Planos de Carreira, Cargos e Salários – PCCS, reorganização da formação profissional às necessidades da política pública e a implementação de uma política nacional de capacitação, direcionada pelo princípio da educação permanente. (MDS, 2014, p.21)

Muniz (2011) reafirma por meio dos dados do Censo SUAS 2010 foi possível identificar a existência de elevado índice de trabalhadores, subcontratados ou terceirizados, nos equipamentos públicos estatais da assistência social em todo o Brasil.

Segundo a orientação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) todas as equipes dos serviços de CRAS e CREAS sejam composta por servidores efetivos de carreira, por conta da baixa rotatividade de modo a garantir a continuidade, eficácia dos programas, serviços e projetos ofertados no âmbito da proteção básica e especial para pessoas e famílias, bem como permitir capacitação continuada dos profissionais na superação dos paradigmas.

Ao longo dos anos o MDS por meio do Censo SUAS, vem traçando o perfil desses trabalhadores. Observa-se pelos censos, que a quantidade de trabalhadores aumentou gradativamente, acompanhando a própria expansão de unidades públicas estatais e dos serviços sócio-assistenciais em todo o país. Em 2010 eram 221 mil trabalhadores, em 2014 já eram 290.156 mil. Inicialmente verificou-se um aumento no número de trabalhadores em geral, e um aumento acentuado de trabalhadores estatutários, identificados no Censo SUAS/2016, o que pode representar maior institucionalização do SUAS.

Quanto à escolaridade, o levantamento do Censo/SUAS 2014, verificou o crescimento percentual de trabalhadores que concluíram o Ensino Superior e encolhimento de trabalhadores que possuem apenas o Ensino Fundamental. Em 2014, 35,5% deles tinham o nível superior, ao passo que 15,6% possuíam apenas nível fundamental completo.

Houve um aumento de trabalhadores com outros vínculos nas Secretarias Municipais de Assistência Social, em sua maior parte dos trabalhadores são consultores, servidores cedidos, terceirizados, estagiários, etc.

Entretanto, a maioria dos vínculos empregatícios é precário, o que impacta não somente na qualidade dos serviços oferecidos, mas também na saúde dos trabalhadores.

Entre os problemas enfrentados pela assistência social destaca-se o seu financiamento, a descontinuidade de ações e programas especialmente em tempos de crise do capital, pois a Assistência tem sido considerada política pública de segunda ordem.

Yasbeck (2011) afirma que a Assistência Social até hoje convive com formas novas e antigas de trabalho social, reforçadas não somente pelos paradigmas da formação econômica e sócio-histórica brasileira, mas também praticas conservadoras enraizadas na

cultura profissional, que determinam as condições pela qual os/as profissionais se inserem.

Na assistência social há certa tendência em fragmentar o atendimento do usuário, apontada por Yasbeck (2011) de acordo com características do ciclo de vida das pessoas.

A ação profissional sempre foi individualizada com preocupação de resolução imediata, sem percepção das questões coletivas, norteada por fatos aparentes e pelas singularidades, sem considerar a totalidade do fenômeno.

Esses elementos quando associados aos contratos temporários, parciais, provisórios ou ainda terceirizados, sob a forma de pregões reforçam ainda mais, a inserção subalterna dos trabalhadores sociais (YASBECK, 2011, p. 279).

3 | CONCLUSÃO

O novo estágio do SUAS exigirá um agenda política com melhores condições de regulamentação e consolidação na direção do aprimoramento na gestão do trabalho e adensamento ético e técnico ao trabalho social.

Assim, a desprecarização dos vínculos e demais condições de trabalho, constitui estratégia central na efetivação do SUAS, que pode contribuir diretamente na qualificação dos serviços.

O grande desafio para os trabalhadores do SUAS não se configura somente nagarantia de direitos dos usuários, mas também na luta pela garantia de seus direitos.

De um lado o sentimento de realização, diante da possibilidade de desenvolver um trabalho voltado ao enfrentamento dos direitos violados dos sujeitos, na direção de seu empoderamento e protagonismo dos sujeitos.

De outro há o sofrimento, a dor e o desanimo, frente à ausência de meios e recursos que possam transformar os determinantes sócio-econômicos e políticos que provocam a pobreza e a desigualdade social.

> Para estudiosos da saúde do trabalhador (Franco, Druck e Seligman- Silva, 2010), os profissionais impedidos de exercer sua ética profissional adoecem de fato. Trata-se de uma dinâmica institucional que desencadeia desgaste e adoecimento físico e mental e que, no caso dos trabalhadores do SUAS, precisa ser melhor conhecido, pois esta é uma questão nova que requer pesquisas e estudos que possam mapear situações e embasar reivindicações coletivas que particularizem as específicas condições de trabalho na política de assistência social, nos três níveis de governo e nos âmbitos estatal e privado.(RAICHELIS, 2011, p. 39-45).

Muitas vezes as pessoas adoecem por causa do trabalho, pelas condições de trabalho, falta de segurança, em decorrência das condições de locomoção e acesso (trânsito, transporte público), pela precarização, pelo excesso de trabalho, pela pressão por resultados e cumprimento de tarefas, entre outros fatores.

Quando isso ocorre o trabalhador não consegue ter uma boa qualidade de vida,

devido o surgimento de doenças, do sofrimento e da insatisfação, o que desencadeiam um desequilíbrio físico e mental.

A realidade contemporânea não oferece muitas possibilidades para os trabalhadores em geral, de inserção em outros espaços ocupacionais ou em outras condições, em decorrência das mudanças do mundo do trabalho, da flexibilização das relações trabalhistas, entre outros fatores.

Entretanto o trabalhador pode identificar também no SUAS um campo de luta, resistência e organização dos trabalhadores, de formação da consciência crítica, dos processos de exploração do homem pelo homem, que reafirmam as condições de desigualdade social no país.

Discutir saúde do trabalhador é muito importante para ampliar o olhar sobre o cuidado, a proteção, a defesa e vigilância dos direitos dos trabalhadores sociais. Sem contar que as entidades de classe e os próprios trabalhadores devem ter a dimensão do valor da saúde, para os indivíduos que estão trabalhando (RAICHELIS, 2011).

Segundo Silveira (2011.p.10) é preciso conhecer melhor quem esses trabalhadores e suas organizações. Qual é o trabalho socialmente necessário ao SUAS e a direção ética-política a ser consolidada? Quais as estratégias fundantes da gestão do trabalho?

É urgente produzir novos conhecimentos sobre a gestão do trabalho no SUAS em sua dimensão contraditória. Sem dúvida, os trabalhadores ocupam um lugar estratégico na política e na vida social apontado por Raichelis (2011), pela conquista de condições para o conjunto dos trabalhadores, pela iniciativa dos sujeitos políticos, que resultaram na NOB/RH.

Os trabalhadores do SUAS, ganham pouco, trabalham muito e adoecem com freqüência e essas condições dadas afetam sobremaneira as condições de trabalho e de qualidade de vida.

Muitos estudos tem se debruçado na análise dos avanços e dificuldades percorridos pela Política de Assistência Social para se estabelecer como política pública dever do Estado e direito do cidadão.

Porém, poucos estudos têm como objeto, a saúde dos trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social, os problemas enfrentados no cotidiano profissional, suas condições de trabalho, a precariedade dos serviços públicos e as resistências da gestão pública, entre outros, bem como os impactos na vida pessoal e laboral.

Essa lacuna precisa ser estudada ao se considerar o papel protagonista que trabalhadores do SUAS podem assumir no enfrentamento da desigualdade e da pobreza.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Crise do capitalismo global, desmedida do valor. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 681-697, 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS**: seminário nacional/ Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

_____. Conselho Federal de Serviço Social**. Trabalhar na Assistência Social em Defesa dos Direitos da Seguridade Social**: contribuição do conjunto CFESS/CRESS ao debate sobre a definição de trabalhadores do SUAS. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acessado em: 15 de Junho de 2014, as 16h00min.

_____. **Constituição Federal**. Senado Federal. Brasília, 1988.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Presidência da República. **Política Nacional de Assistência Social** – **PNAS**. Brasília, 2004.

_____**. Lei Orgânica da Assistência Social**. Senado Federal. Brasília. 1993.

_____. **Lei orgânica da Assistência**. Lei federal 12.345. Senado Federal, 2011.

_____. **Norma Operacional Básica.** Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS (2006). Norma Operacional Básica. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. MUNIZ, E. In; **Orientações para processo de recrutamento e seleção de pessoal no Sistema** Único de Assistência Social. Brasília: 2011, 163 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento social. Principais resultados do Censo SUAS 2016. Coordenadoria de planejamento vigilância sócioassistencial. Brasilia, 2017.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSQUETTI, I. IN: CFESS. **Seminario o trabalho do assistente social no SUAS**. 2009.

COUTO, B. R**.** MARTINELLI, Tiago. O serviço social e O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): desafios éticos ao trabalho profissional. **Argumentum**: Vitória, v.1, n 1,p. 92-105, jul a dez, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia dos oprimidos**. Rio de Janeiro: Ed. paz e terra, Ed. 17ª.1987.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research**. London: Sage, 1997.

MORIN, E. **O método I - a natureza da natureza**. Edição Fac simile. Edição Portuguesa. 1997.

NETTO, J. P. **Desigualdade, Pobreza e Serviço Social**. Em Pauta. Rio de Janeiro, n. 19, 2007.

RODRIGUES, M.; COSTA, S. G. **Balanço Crítico do SUAS**: assistência e assistencialização. CRESS-7ª Região. Em Foco. Rio de Janeiro: Cress, mar./2009, p. 15-25.

SILVA, J. A. F. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional. **Ser Social**. Brasília, v. 14, n. 30, p. 155-189, jan./jun. 2012

SILVA, V. R. S.**,** MEDEIROS**,** M. R.A; SCHNEIDER, M. M. A. Ação profissional dos assistentes sociais no sistema único de Assistência Social: problematizações resultantes de uma pesquisa empírica no RS. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 345 - 355, ago./dez. 2011.

SILVEIRA, J. I. Gestão do trabalho: concepção E significado para o suas. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS**: Uma contribuição necessária para re-significar as ofertas e consolidar o direito sócio-assistencial. Brasília, 2011.

SPOSATI, A, et al. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1985.

OSTERN, M. S. F. Governança e modelo de gestão**. Dilemas da Gestão Pública**. Disponível em: http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2012/02/18/noticiasjornalpolitica,2787480/dilemas-da-gestao-publica.shtml, 2012. Acesso em 7 out. 2013.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

CAPÍTULO 13

SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 28/09/2020

Fabiana Luiza Negri
Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – SC
http://lattes.cnpq.br/5094379707754702

RESUMO: O trabalho ora apresentado tem por finalidade tecer reflexões acerca da relação Estado, sociedade civil e políticas sociais e da configuração dos conselhos municipais de assistência social, compreendendo como se constituem os processos decisórios e a participação democrática. Trata-se do resultado preliminar dos estudos bibliográficos referente à pesquisa denominada "Os Conselhos Municipais de Assistência Social: a atuação do/a assistente social e o processo de participação democrática". A principal conclusão a que se chega é a importância do fortalecimento do protagonismo dos representantes da sociedade civil, buscando a construção de espaços democráticos que permitam a consolidação dos direitos sociais das classes subalternas.
PALAVRAS - CHAVE: Controle Social; Conselhos Municipais; Estado; Sociedade Civil; Assistência Social.

CIVIL SOCIETY AND DEMOCRATIC PARTICIPATION: MUNICIPAL SOCIAL ASSISTANCE COUNCILS

ABSTRACT: The work presented here aims to reflect on the relationship between the State, civil society and social policies and the configuration of municipal social assistance councils, understanding how decision-making processes and democratic participation are constituted. This is the preliminary result of the bibliographic studies referring to the research called "The Municipal Councils of Social Assistance: the role of the social worker and the democratic participation process". It is noteworthy that the main conclusion reached is the importance of strengthening the role of representatives of civil society, seeking to build democratic spaces that allow the consolidation of the social rights of the subordinate classes.
KEYWORDS: Social Control; Municipal Councils; State; Civil Society; Social Assistance.

1 I INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central a política de assistência social no âmbito das lutas sociais e do controle social. Apresentam-se aqui os primeiros resultados do estudo bibliográfico preliminar referente ao projeto de pesquisa em desenvolvimento denominado: "Os Conselhos Municipais de Assistência Social: a atuação do/a assistente social e o processo de participação democrática".

Esta pesquisa desenvolve-se em seis

mesorregiões de Santa Catarina, abarcando trinta e seis municípios de pequeno, médio e grande porte. Apresenta quatro momentos distintos, o primeiro é: a fase atual que trata da pesquisa bibliográfica sobre os temas que perpassam o estudo; o segundo refere-se ao estudo exploratório de documentos e informações sobre a constituição dos conselhos em cada município; o terceiro relaciona-se a pesquisa de campo com a coleta de dados e informações junto aos assistentes sociais que atuam com os conselhos; e, por fim, no quarto momento, a devolutiva, com a realização de seis oficinas, nas diferentes mesorregiões, tendo como finalidade a discussão sobre as estratégias adotadas pelos profissionais no fortalecimento da sociedade civil e no protagonismo desses sujeitos junto aos Conselhos Municipais de Assistência social (CMAS).

O objetivo deste trabalho é tecer reflexões acerca das temáticas pesquisadas, desvelando a relação entre o Estado e a sociedade civil e a constituição dos CMAS, buscando enfatizar a importância da participação democrática da sociedade civil na construção das políticas sociais.

Os conselhos de direitos são espaços importantes para a elaboração, a avaliação e o monitoramento das políticas sociais, consolidando o controle social e, para tanto, é imprescindível a participação popular para ampliar o protagonismo dos sujeitos que compõe a sociedade civil.

Mediante o atual contexto de desmonte das políticas públicas e dos ataques ao controle social, os quais estamos vivenciando considera-se importante tecer reflexões a respeito desta temática e instituir processos investigativos que tenham por finalidade o fortalecimento da sociedade civil.

Este trabalho está dividido em duas partes: a primeira refere-se a relação entre o Estado, a sociedade civil e as políticas sociais, cujas esferas apresentam distintas funções. Enquanto o Estado busca construir sua hegemonia consolidando-se como um espaço de manutenção, controle e reprodução das classes subalternas, a sociedade civil é o campo em que se expressam as disputas dos interesses das classes antagônicas. Nesse viés, as políticas sociais, aqui, são tratadas como mecanismos de reprodução da força de trabalho e construção de legitimidade do Estado, assim como instrumentos de apaziguamento das tensões entre as classes sociais, mas, igualmente viabilizam as garantias e os direitos por meio da proteção social que oferecem, o que se constrói mediante a pressão das classes subalternas.

E, por fim, a segunda parte trata da constituição do controle social e da configuração dos conselhos de políticas sociais como importantes espaços de disputas de interesses entre o Estado e a sociedade civil, destacando a necessidade de fortalecimento do protagonismo dos representantes da sociedade civil e a democratização desses espaços.

2 | POLÍTICAS SOCIAIS, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

É sabido que, na operacionalização das políticas sociais, o Estado construiu ações e procedimentos, que historicamente, reproduzem a ordem capitalista, no sentido de garantir a reprodução da classe subalterna por um lado e, por outro, de atender as pressões destas classes. Nesse sentido, inclui em sua agenda os direitos sociais, ao mesmo tempo em que busca manter uma determinada "ordem" na sociedade burguesa.

Nesta relação de conflito de interesses se inscrevem as políticas sociais, pois é através delas que "[...] o Estado burguês no capitalismo monopolista, procura administrar as expressões da questão social[1] de forma a atender às necessidades da ordem monopólica, pela adesão que recebe de categorias e setores [...]" (NETTO, 2011, p.30). Portanto, a partir das políticas sociais, o Estado burguês oferece respostas às expressões da questão social, atendendo as demandas da classe trabalhadora e incorporando interesses das classes dominantes, mediando a relação das classes sociais antagônicas. Dessa maneira, é possível afirmar que o surgimento das políticas sociais tem relação direta com a reivindicação por direitos sociais que, historicamente a classe trabalhadora instituiu. Esse surgimento conforme Behring; Boschetti (2008, p. 64), "[...] foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de forças no âmbito do Estado".

É neste cenário de relações contraditórias, que estão postas as condições efetivas para as políticas sociais, as quais estão em movimento constante, decorrentes dos conflitos de interesses, das correlações de forças, resultantes da relação entre o Estado e a sociedade civil.

> Pelo ângulo econômico, as políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevados níveis de demanda e consumo, em épocas de crise. Pelo ângulo político, as políticas sociais são vistas como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista, pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema. (BEHRING, 2008, p. 37).

Portanto, as políticas sociais têm a função de assegurar as metas capitalistas e de viabilizar os direitos sociais mediante seu caráter contraditório, pois garantem o acesso da população usuária aos serviços, aos programas e aos projetos sociais que provêm condições de sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora, mas criam efetivas alternativas de mobilização dessa classe para a reivindicação de direitos sociais, ou seja, garantem uma rede de proteção social, contudo operam na manutenção da força de trabalho

1 Questão social entendida na contradição entre capital/trabalho, evidenciada na produção coletiva de bens e serviços e na apropriação individualizada das riquezas socialmente produzidas, como Iamamoto, (1991, p. 77) define "A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão".

para o capital, reproduzindo, na mesma medida as necessidades da classe dominante.

Entretanto, como ressalva Behring (2008, p. 38), "[...] as políticas sociais podem ser centrais na agenda de lutas dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital".

Desse modo, as políticas sociais devem ser situadas como expressão contraditória da realidade, ora servem aos interesses do capital e ora servem aos interesses dos trabalhadores, resultado de uma unidade dialética entre o seu imediato (aparência) e a sua essência, sendo elas partes da totalidade, as quais compõem a realidade social.

No contexto atual de complexificação das relações sociais, em que "[...] são cada vez mais diversificadas as expressões da questão social e suas complexas relações na medida em que se universalizam aspectos de barbarização da vida social [...]" (SANTOS, 2012, p. 247), a relação Estado e sociedade civil tem papel preponderante, visto que a tendência é a questão social tornar-se fragmentada, parcializada, transformando-a em um problema individual (NETTO, 2011).

Nesse viés, é fundamental compreender o Estado numa perspectiva ampliada, em termos gramsciano, o qual passa a administrar as disputas de classes "[...] buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da questão social" (IAMAMOTO, 2008, p. 171).

Aqui, define-se o Estado na perspectiva gramsciana por oferecer elementos que permitem pensar a esfera estatal não de forma unívoca, mas como arena de contradições. Conforme Gramsci (2005, p. 84),

> [...] o conceito de Estado é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento) [...] e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como Igrejas, sindicatos, escolas, mídia etc.).

Para Gramsci (2011a, p. 257), a ampliação do fenômeno estatal, característica das novas determinações do capitalismo monopolista do século XX, permitem compreender "[...] o Estado no significado integral: (ditadura + hegemonia)", indicando a relação de unidade-distinção entre o Estado e a sociedade civil, ressaltar que esta distinção é apenas de caráter metodológico, não é uma "distinção orgânica". A concepção ampliada do Estado tem por fundamento um quadro de alargamento da participação política e das transformações do modo de produção capitalista, que institui novas relações entre governantes e governados, situando-se neste contexto, as correlações de forças entre as classes sociais. O Estado ampliado, nos termos de Gramsci, mantém sua característica classista, sendo atravessado pelas demandas tanto da burguesia como das classes subalternas.

A sociedade política é aquela esfera em que o Estado exerce seu poder repressivo de violência e coerção, já a sociedade civil, que tem sua materialidade nos "aparelhos

privados de hegemonia" (GRAMSCI, 2005), constitui-se no campo de disputa da hegemonia, com vistas a construção de consenso, através da disseminação de uma nova cultura, com processos de elaboração de valores e ideologias.

Nesse viés argumentativo, constata-se, a partir do pensamento gramsciano, que ocorre um determinado equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil, uma vez que somente pela coerção o Estado, em sentido restrito, não consegue mais sua legitimidade, depende também da construção de consensos em torno de sua ação, devido especialmente, as novas relações entre governados e governantes que se instituem pela pressão das classes subalternas que se ampliam e intensificam suas lutas.

Nessa perspectiva, a concepção de sociedade civil, segue a definição de Gramsci (2010, p. 20-21), tratando-se de,

> [...] um conjunto de organismos designados vulgarmente como privados [...] plano que corresponde à função de hegemonia que o grupo exerce em toda a sociedade e aquele de domínio direto, ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico.

Isto significa que a sociedade civil tem uma função de formação de consensos em torno dos interesses classistas. Nas palavras de Simionatto (1999, p 68) "[...] a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam".

No entanto, o que se expressa no contexto atual, tendo em vista as políticas de ajustes neoliberais, é uma relação entre o Estado e a sociedade civil, que prioriza as relações de cooperação, criando o consenso necessário para a legitimidade do Estado. No campo das políticas sociais, conforme Duriguetto (2007, p. 26), "[...] as parcerias entre Estado e sociedade civil são discursos que acompanham as propostas de desresponsabilização do Estado com as políticas sociais [...]". Tal desresponsabilização do Estado significa o repasse à sociedade civil a responsabilidade pela gestão e execução das políticas sociais, numa relação de colaboração e mútua ajuda.

De todo modo, as mudanças ocorridas nos últimos anos, especificamente na política da assistência social brasileira, e as determinações oriundas da nova proposta de política pública, resultam em novas relações que se instituem entre o Estado e a sociedade civil, tanto no que concerne a execução da política de assistência social, como no seu controle e fiscalização.

O atual Sistema Único de Assistência Social (SUAS) propõe uma gestão de responsabilidade do Estado, assim como reforça a relação com a sociedade civil no compartilhamento da gestão, emergindo o trabalho de entidades e instituições públicas não estatais.

Destaca-se que durante os governos petistas o SUAS significou um importante avanço na gestão da política de assistência social, instituindo a profissionalização, a

padronização, as concepções e os conceitos da política de assistência social e buscando o protagonismo do usuário. Entretanto, com o atual governo, retoma-se o assistencialismo, o primeiro-damismo e o clientelismo, instituídos tanto no campo da execução como no controle social. Contudo, reafirma-se que a finalidade da política de assistência social, enquanto política pública, deve ser a garantia do acesso universal aos direitos sociais aos cidadãos, viabilizando-a para quem dela necessitar, o que, por certo, tem sofrido importantes ataques.

O atual governo vem instituindo políticas macroeconômicas que requentam a ideologia neoliberal e, igualmente, aprofundam sua perversidade, na medida em que executam um rol de privatizações e abertura do mercado interno, assim como políticas econômicas com caráter regressivo. No campo das políticas sociais, o atual governo vem promovendo um desmonte acelerado e contínuo afetando diretamente as garantias de direitos, visto a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que congela os investimentos em políticas públicas, em contradição com o interesse público, impossibilitando qualquer aumento real de investimentos nos próximos 20 anos nas áreas destinadas às garantias de direitos fundamentais como: saúde, educação, assistência social, segurança pública etc. Assim, instituiu-se um processo de desfinanciamento de ações, serviços, programas e projetos sociais já precarizados, agravando a desigualdade social no país. A redução contínua e acentuada de investimentos nas políticas sociais significam impactos desastrosos na garantia dos direitos, dado que os investimentos até 2018 já se mostravam insuficientes para o atendimento das demandas da população, além de inviabilizar o cumprimento de diretrizes, metas e estratégias estabelecidas tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) como no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No qual essa dinâmica retoma o estigma do primeiro-damismo, apontando um retrocesso de concepção ideopolítica, o que por certo afetará a população mais empobrecida do Brasil.

A proposta do atual governo brasileiro significa uma afronta aos princípios da Constituição Federal de 1988, na medida em que desrespeita a defesa dos direitos sociais e das garantias fundamentais por meio da vedação de investimentos nas políticas sociais de saúde, educação, assistência social etc. subvertendo o preconizado na Carta Magna e desconfigurando o Estado social democrático de direito nela instituído. Atacam-se os princípios e as diretrizes construídos ao longo das últimas décadas e subverte-se a concepção de universalidade e, de política pública enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

Na atual conjuntura de desmontes de direitos, impera a lógica mercantil, a privatização por meio das parcerias público-privado, assim como se aprofunda o compromisso direto no pagamento dos juros da dívida pública e, igualmente, no campo político se apresenta um adensamento das relações de poder, em que as forças de diferentes partidos disputam espaço e ganhos políticos com a denominada “crise”. O atual governo brasileiro imprime uma

direção política que materializa os interesses do grande capital financeiro. Além disso, vem defendendo suas propostas com a construção de sua hegemonia por meio dos "aparelhos privados de hegemonia", especialmente com o uso da mídia, nos partidos, nas associações e federações patronais etc. Destaca-se, dessa forma, as relações de forças presentes em que o Estado apresenta uma função educativa, cujo "[...] fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar as massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção" (GRAMSCI, 2011b, p.23). Portanto, a adequação ocorre por meio da repressão e violência, ou seja, da coerção, assim como pela criação de consensos. Nesse sentido, o governo busca materializar a hegemonia do modo de vida burguês, possibilitando a expansão econômica, necessária ao grande capital.

Mediante esta realidade, é imprescindível projetos que estimulem a participação crítica da sociedade civil, fortalecendo as lutas para a sustentação e ampliação dos direitos, por isso a necessidade de inserção junto aos CMAS, possibilitando reflexões e mobilizações para articular as demandas populares.

No processo sócio-histórico de implementação da assistência social, a sociedade civil passou a ter um importante papel no controle social, na fiscalização do Estado e na proposição de ações e intervenções a partir, especialmente, dos espaços institucionalizados de participação, a exemplo dos conselhos.

3 | OS CONSELHOS DE POLÍTICAS SOCIAIS COMO ESPAÇOS DE DISPUTA DE INTERESSES

Os conselhos de políticas sociais se constituem como uma importante experiência de democracia participativa na atualidade e estão presentes nos municípios, estados e a nível federal, atuando em vários temas, como: assistência social, saúde, habitação, educação, criança e adolescente, idosos etc. Eles representam uma significativa conquista "[...] do ponto de vista da construção de uma institucionalidade democrática entre nós" (TATAGIBA, 2005, p. 209), mas não sem intensas disputas e conflitos de interesses.

O controle social passou a ser organizado institucionalmente, a partir da Constituição Federal de 1988 assumindo novas dimensões. Institui-se então, a possibilidade da sociedade acompanhar e fiscalizar as ações de gestão das políticas sociais, permitindo a avaliação dos objetivos, dos procedimentos, investimentos e resultados, configurando-se como "[...] canais públicos e plurais de diálogo entre governo e sociedade" (TATAGIBA, 2005, p. 209).

A proposta do controle social, inscrita na Constituição Federal de 1988, se pauta na possibilidade dos cidadãos usuários, representantes da sociedade civil exercerem controle e fiscalização sobre as ações estatais, quer seja no âmbito da operacionalização das políticas sociais, quer seja na elaboração de propostas para sua implementação,

assumindo um papel de propositor, o que desvela, inevitavelmente na relação sociedade civil e Estado movimentos de disputas, negociações e pactuações.

De modo que, nessa perspectiva, os conselhos de políticas sociais caracterizam-se como órgãos permanentes, normativos, com poder deliberativo por um colegiado, criados por lei federal, estadual ou municipal, no qual participam representantes da esfera estatal, dos trabalhadores, dos usuários e da sociedade civil, através de instituições e entidades sociais.

Os conselhos de políticas sociais são órgãos da administração pública, destituídos de personalidade jurídica, cujos membros não são remunerados, constituem-se em espaços de disputas de interesses entre a sociedade civil e o poder público e o seu objetivo é formular políticas públicas, as quais devem atender as necessidades humanas da população usuária, mas, em grande medida, são atravessadas pelas demandas institucionais, caracterizando o campo de disputas que se inscreve no âmbito dos conselhos das políticas sociais.

No campo legal, a instituição dos conselhos das políticas sociais significou um avanço, contudo, no âmbito político, constatam-se enormes desafios, na medida em que se apresentam planos de ação das políticas mal elaborados, particularistas. Constatam-se, com muita frequência, conselhos que atuam de forma meramente burocrática, sem preocupação com o controle social e com a efetiva proposição de políticas com a qualidade necessária. Igualmente, observa-se, no processo sócio-histórico de constituição dos conselhos de políticas sociais, uma baixa capacitação dos conselheiros, a fragmentação das demandas, a ausência de uma agenda programada e uma substantiva perda da totalidade da política pública.

O processo sócio-histórico de constituição e implementação dos conselhos de políticas sociais se caracteriza nos anos posteriores a Constituição Federal de 1988, enquanto um processo de participação e democracia. Nesse período se instituíam procedimentos para a efetivação do controle social sobre a gestão pública, pois o "[...] controle social ganhou expressão no debate e na literatura, com o sentido da realização do controle da sociedade sobre as ações do Estado [...]" (KRÜGER, 2012, p. 37). Contudo, com o transcorrer dos anos e a ampliação das experiências dos conselhos de políticas sociais e, especialmente, com os impactos dos ajustes estruturais iniciados na década de 1990, nos anos subsequentes, em específico, os anos 2000, configura-se nesses espaços a ausência de democracia, de participação e aprofunda-se significativamente a institucionalização, a burocratização, transformando os conselhos de políticas sociais em espaços com uma função meramente cartorária.

É conhecido que os conselhos de políticas sociais foram implantados num cenário de regressão de direitos, na década de 1990, e, que após a sua institucionalização, se configuram métodos que garantam a formalização do consentimento da sociedade civil em torno dos interesses do Estado burguês. Portanto, "[...] o controle social deverá ser entendido dentro da articulação dialética entre o Estado que abrange a sociedade civil

composta por interesses opostos, e deverá se dar na perspectiva da defesa dos interesses das classes subalternas" (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 134). Por conseguinte, trata-se de uma esfera em disputa, atravessada por correlações de força, na medida em que os interesses se colocam de maneira antagônica.

Ressalta-se que a gestão das políticas sociais exercida pelo Estado, em que pese todo o aparato legal e político na instituição de espaços democráticos de controle social, conforme estudos[2], não tem priorizado a participação efetiva da sociedade civil, constatando-se que nestes espaços executa-se funções burocráticas, o que demonstra a profunda fragilidade na relação Estado e sociedade civil.

No que concerne a relação Estado e sociedade civil, no âmbito dos conselhos de políticas sociais, ressalta-se a necessária definição de funções e papéis, uma vez que tratam-se de diferentes interesses, porém ambos buscam construir sua legitimidade, o que resulta em muitos momentos, numa relação de aliança e negociação, predominando um processo de manipulação, ou seja:

> Reproduz-se nos conselhos gestores de políticas sociais uma concepção stricto sensu, tanto impressa pelos representantes governamentais como parte das entidades não governamentais, pois estabelecem alianças com o interesse na manutenção do poder **que cada um dispõe dentro dos conselhos.** (BIDARRA, 2004, p. 03, grifo nosso).

Desse modo, a tendência é que os conselhos de políticas sociais tornem-se espaços de reprodução do conservadorismo, ampliando a cooperação entre Estado e sociedade civil, a fim de garantir os espaços que se habituaram a ocupar nos grupos decisórios, sendo um desafio o enfrentamento a este posicionamento.

De outra parte, é necessário reconhecer o espaço do conselho de políticas sociais enquanto um espaço democrático de debates e disputas de interesses, o que exige da sociedade civil a publicização de sua atuação e a ampliação da participação, a fim de que a população conheça as ações e atividades desenvolvidas pela esfera estatal. Nesse sentido, é essencial que a sociedade civil supere os interesses privados em prol da coletividade, na medida em que o papel da sociedade civil, no âmbito dos conselhos deve orientar-se pela superação dos interesses meramente corporativos, sendo fundamental, segundo Gramsci (2011a, p. 41), adquirir:

> [...] a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superem o círculo corporativo, que assinale a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas, pondo a luta num plano 'universal', criando assim uma hegemonia de um grupo social [...].

Assim sendo, tendo como referência as disputas de interesses antagônicos e o exercício político de construção de novas relações sociais, a participação da sociedade

2 Ver estudos de Krüger (2012), Tatagiba; Dagnino (2002), Tatagiba (2004), Fuks; Perissionotto; Souza (2004) e Raichelis (1998).

civil nos conselhos de políticas sociais deve buscar o fortalecimento da descentralização e da participação popular, afirmando a construção de políticas fundamentadas nos princípios democráticos, em que estarão presentes Estado e sociedade civil na elaboração de propostas vinculadas as necessidades sociais e humanas da classe trabalhadora.

Não obstante, pertinente se faz compreender que as conquistas democráticas são resultados do movimento histórico dos sujeitos e grupos sociais na disputa, não se podendo desconsiderar a correlação de força entre as classes sociais, sendo a participação da sociedade civil permeada por potencialidades e limites.

No campo dos conselhos de políticas sociais, o controle social é "[...] movido pela contraditoriedade presente na sociedade civil, ora pendendo para a classe dominante, ora para as classes subalternas, a depender da correlação de forças presentes" (CORREIA, 2004, p. 165). Pois, os conselhos de políticas sociais não são um campo neutro sem disputas, trata-se de um espaço de contradição em que se configuram movimentos de institucionalização da participação e, ao mesmo tempo, se possibilita que as classes subalternas projetem seus interesses no sentido de influenciar e controlar de alguma forma, os rumos das políticas sociais.

Os conselhos de políticas sociais, no entendimento de Krüger (2012, p. 38-39), "[...] ora são considerados momentos privilegiados de participação [...] em que interesses se conflitam, ora são vistos como espaços para harmonizar e garantir o consenso [...]". Embora se tratando de espaços com característica ambígua, pela sua formatação e, principalmente, pela sua condução, destaca-se a importância desses espaços, na medida em que se configura neste campo a possibilidade de travar disputas que resultarão em ganhos significativos à classe trabalhadora.

De acordo com Raichelis (2008, p. 83) "[...] os conselhos são canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos e, principalmente, de construção de um processo continuado de interlocução pública". A interlocução proposta pela autora tem como pressuposto a criação de alternativas para as políticas sociais, a instituição de debates, propiciando estratégias de negociação e pactuação, no intuito de impregnar os mecanismos burocráticos existentes com a finalidade de efetivar o controle social sobre as ações estatais.

Nesse mesmo ângulo, Correia (2004, p. 165) indica que "[...] o controle social na perspectiva das classes subalternas seria no sentido dessas ocuparem, cada vez mais espaço na sociedade civil na busca de conquistar mais poder e formar consensos em torno de um projeto de classe contra-hegemônico", ainda que isto signifique um longo processo de luta e resistência das classes subalternas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atual conjuntura de desmontes dos direitos sociais conquistados e dos

ataques a organização e a mobilização popular, estabelecer estratégias de resistência no campo da sociedade civil é fundamental. Ainda que os espaços de controle social sejam institucionalizados, é importante ocupar essas esferas, pois são elas que definem e organizam a política pública, seu financiamento e direcionamento, o que demonstra a necessidade de transformar esses espaços democráticos priorizando a participação popular, em que a sociedade civil possa de fato cumprir o seu papel de articuladora e mobilizadora dos direitos sociais.

É necessário construir um processo reflexivo sobre a ação dos CMAS, contribuindo com a qualificação dos espaços de controle social, fomentando a partilha de poder por meio da democracia representativa e direta, enfatizando a negociação e a defesa intransigente dos direitos sociais.

A participação da sociedade civil nesses espaços deve ter como seu horizonte a ampliação da cidadania, o fortalecimento do protagonismo dos sujeitos e da democracia, contribuindo para as lutas populares, com o efetivo atendimento das demandas das classes subalternas.

Portanto, a participação popular deve pautar-se na universalização dos direitos, garantindo acesso aos serviços e às políticas sociais, bem como a defesa da justiça social, da cidadania e da equidade.

Por fim, é fundamental instituir debates sobre democracia e participação, construindo reflexões críticas sobre o papel da sociedade civil no âmbito dos Conselhos Municipais de Assistência Social, fortalecendo a sociedade civil na representação dos interesses e demandas populares.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R. O Plano Plurianual do Governo Lula: um Brasil de todos? In. FREIRE, L; FREIRE, S; CASTRO, A. T. B. **Serviço Social, Política Social e Trabalho:** desafios e perspectivas para o século XXI. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BEHRING. Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. Biblioteca Básica do Serviço Social, 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIDARRA, Z. A Confluência de Projetos Políticos na Construção de Políticas Municipais de Assistência Social. In: IX ENPESS, Porto Alegre. **Anais ENPESS.** ABEPSS, p. 1-8. 2004.

BRAVO, Maria I. S; CORREIA, Valéria C. Desafios do Controle Social na Atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

CORREIA, Valéria. A Relação Estado/Sociedade e o Controle Social: fundamentos para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 77, p. 148-178, mar. 2004.

DURIGUETTO, Maria Lucia. **Sociedade Civil e Democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere.** Tradução Luiz Sérgio Henrique e Carlos Nelson Coutinho (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 02. p. 82-85, 2005.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere:** Os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. 5ª ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 02, 2010.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere:** Maquiavel notas sobre o Estado e a política. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 03, 2011a.

GRAMSCI. Antonio. **Cadernos do Cárcere:** O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.05, 2011b.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 8ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 1991.

IAMAMOTO. Marilda V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

KRÜGER, Tânia R. **As Conferências de saúde e os Planos Municipais de Saúde.** Florianópolis-SC: DIOESC, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In. MOTA, Ana E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e a Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social:** particularidades no Brasil. Biblioteca Básica do Serviço Social, São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci:** sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 2ª ed. Florianópolis: Editora UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 1999.

TATAGIBA, Luciana. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democracia Participativa: aprofundando o debate. Resenha. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 209-213, nov. 2005.

CAPÍTULO 14

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA-CE: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS USUÁRIAS DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 16/10/2020

Graziela de Oliveira Almeida
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza-CE

Leila Maria Passos de Souza Bezerra
Universidade Estadual do Ceará
Fortaleza – CE
http://lattes.cnpq.br/8541436750893797

RESUMO: Este artigo analisa narrativas e experiências de mulheres negras usuárias de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em Fortaleza–CE acerca da Política de Assistência Social (PAS). Tematiza sobre as relações interseccionais entre gênero, etnia-raça e situação de pobreza como estruturantes das dinâmicas socioterritoriais de materialização desta política pública. Problematiza as normativas desta política pública e em sua implementação nos CRAS. Adotou-se a abordagem qualitativa, com uso de entrevista semiestruturada e observação. Os resultados indicaram não priorização das particularidades do perfil majoritário das usuárias dos serviços socioassistenciais. As interlocutoras não percebem a PAS como direito e constroem suas microrresistências.

PALAVRAS - CHAVE: Gênero, Raça/etnia, Pobreza, Política de Assistência social.

THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN FORTALEZA-CE: NARRATIVES OF BLACK WOMEN USING SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTERS

ABSTRACT: This article analyzes the narratives and experiences of black women users of Social Assistance Reference Centers (CRAS) in Fortaleza-CE about the Social Assistance Policy (PAS). Thematics about the intersectional relations between gender, ethnicity-race and poverty situation as structuring of the socio-territorial dynamics of the materialization of this public policy. It problematizes the norms of this public policy and its implementation in CRAS. The qualitative approach was adopted, using a semi-structured interview and observation. The results indicated a lack of prioritization of the characteristics of the majority profile of the users of social assistance services. The interlocutors do not perceive the PAS as a right and build their micro-resistances.

KEYWORDS: Gender, Race / ethnicity, Poverty, Social Assistance Policy.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tematiza sobre narrativas e vivências das mulheres, sobretudo negras, na condição de usuárias dos serviços socioassistenciais ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)[1]

1"O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias" (BRASIL, 2016, p. 9-10).

situados nos bairros Granja Portugal e Canindezinho, na região do Grande Bom Jardim, em Fortaleza-Ce. Problematizamos imagens estereotipadas socialmente reproduzidas acerca destas *mulheres-usuárias* da política de assistência social em tensionamento crítico com suas autopercepções e experiências de vidas. A pesquisa de campo foi sustentada por um levantamento bibliográfico em vias qualitativas, pesquisa documental para análise das normativas regulatórias desta política pública, com foco na Proteção Social Básica (PSB) e sua materialização no âmbito dos Centros de Referência da assistência Social (CRAS). Em paralelo, adotamos o diário de campo, mediante a sistemática de observação e a realização de entrevistas semiestruturadas com usuárias de CRAS para então, exercer a tessitura teórica-empírica, discorrendo sobre as surpresas e as problemáticas contidas nos achados da pesquisa.

A *priori*, falamos de mulheres que carregam marcas *abjetas* de um processo histórico que ultrapassa qualquer mero plano de coincidência. Segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010), a população negra continua a exercer em maiores números trabalhos subalternos, precarizados e informais, assim como seguem residindo em áreas de maiores vulnerabilidades. Ainda, somando-se às relações étnico-raciais, têm-se o fato de que as mulheres negras – aqui sujeitas desta pesquisa – carregam, em suas dinâmicas de vida, o peso histórico das opressões dirigidas às mulheres. Às mulheres, por muito – e ainda hoje – foram direcionadas ao silenciamento e a espaço privado. Entretanto, as interseccionalidades entre relações étnico-raciais e de gênero possuem especificidades próprias a situarem as *mulheres negras* em patamares diferenciados das *mulheres brancas*, as situando em situações de vulnerabilidades, fazendo com que as mesmas encontrem-se em números majoritários no campo da Política de Assistência Social; política esta com forte recorte feminino em sua própria construção.

Entretanto, como se dá de fato esta relação? Propusemos, no presente trabalho, questionamentos acerca da responsabilidade do Estado, na forma desta política, perante este perfil de sujeitas, indicando as reais urgências que deveriam ser postas em debate por esta Política Pública.

2 | A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RECORTES NACIONAL E TERRITORIAL: VERSÕES DE USUÁRIAS ENTRE A CONSTRUÇÃO E O DESMONTE DOS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

A priori, quando falamos sobre a Política de Assistência Social, estamos nos referindo a um campo estatal que, segundo Couto, Yazbek, Ozanira e Raichelis (2010), se configurou como “não política”, a possuir uma forte conotação de filantropia leiga e caridade cristã, na qual, orientada por uma jogatina política, sob uma perspectiva de interesses, a demarcar uma dinâmica clientelista, equiparou as ações assistenciais à “ajuda” aos mais “necessitados”, aqueles destituídos (as) das condições mínimas de sobrevivência. Soma-se a isto, ainda, uma significativa presença das “Damas de Caridade” pertencentes às elites

e, vias de regras, a possuírem vínculos religiosos cm a igreja católica. Fortalece, assim, um imaginário social brasileiro, a caracterizar as práticas assistenciais como benevolentes e/ou caridosas, e não como direitos de cidadania.

Iamamoto (2012), ao analisar este contexto, caracterizado pela relação entre Estado e sociedade, destaca a institucionalização do campo socioassistencial que se deu no período no qual o Estado é chamado a agir para atenuar o conflito entre as classes sociais fundamentais, burguesia *versus* trabalhadores, nos anos 1940, no governo de Getúlio Vargas. Tratava-se, segundo a supracitada autora, também de controlar e absorver, por meio legislativo, a nova classe industrial que emergia no cenário nacional. Entretanto, exercendo um pequeno salto na história, adentro nos anos 1970 para sinalizar um processo, denominado por Carvalho como a rearticulação da sociedade civil, no qual ocorrem lutas que visam problematizar a "questão social, sob a ótica de uma ampliação da cidadania" (CARVALHO, 2008, p. 21). Chegamos a um contexto que aqui se torna ponto chave a ser retomado – o período de redemocratização brasileira – dada a sua importância na configuração do sistema de nossa proteção social, em especial, da elevação da assistência social ao *status* de política pública, demarcada na Constituição Federal de 1988.

Trata-se de uma ebulição social constituída no pós período autocrático – burocrático – burguês brasileiro (NETTO, 2011), composto por personagens que, segundo Carvalho (2008) se puseram a pensar e lutar por um País democrático no correr do anos 1970 e 1980. Sujeitos e sujeitas que, segundo esta autora, uma vez inseridos (as) em processos de discriminações e filantropia, organizaram-se, "transformando-se em sujeitos de direitos, que se pronunciam sobre os parâmetros de equidade nas questões que lhes dizem respeito" (CARVALHO, 2008, p.20).

Será em meio a esta conjuntura, que a Constituição Federal de 1988 irá despontar como via de expressão da insatisfação popular, carregando, em suas reivindicações, a viabilização e o fortalecimento das Políticas Sociais Públicas, dentre elas, a Política de Assistência Social. Inserida no tripé da Seguridade Social, em conjunto com a Saúde a Previdência social, a Política de Assistência Social adentrou, oficialmente, no campo da proteção social, a caracterizar um avanço significativo em seu direcionamento enquanto política pública de direito, na tentativa de romper com o viés de "ajuda", do assistencialismo e da benesse.

Entretanto, para analisar essa tentativa de ruptura, apontamos a necessidade de também se levar em conta o horizonte que sombreia esses respectivos avanços. Referimo-nos a um contexto nacional e internacional desfavorável à garantia de direitos sociais e que segue como pano de fundo da elaboração desta Constituição Federal, pois, será, estritamente, na década de 1980 que, segundo Yazbek, Sposati, Bonetti, Brandt (1998), a economia brasileira em crise volta seu foco para a gestão da dívida externa, sujeitando-se, em meio a um processo recessivo, a um controle do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desta forma, segundo Yazbek (2012) o início da construção da Seguridade Social

ocorre concomitantemente às transformações econômicas em âmbito internacional, no qual, dentre outras, são marcadas pela consolidação do projeto neoliberal, financeirização do capital e políticas focalizadoras. Segundo a supracitada autora, o que se propôs, em termos de construção de Seguridade Social, não conseguiu ser, de fato, efetivado.

Este conflito de interesses se agrava, ainda, na década seguinte, "quando o país, ao final do século XX, deflagra a sua entrada, tardia e intensiva, no ciclo de ajuste da América Latina ao capitalismo mundializado", conforme demarcaram Carvalho e Guerra (2015, p.50). Destarte, tomaremos esta inserção enquanto via analítica para melhor compreender, como apontado por Almeida e Bezerra (2016), o embate central entre a busca por um Estado democrático e um Brasil, de fato, direcionado a um projeto político-ideológico de cunho neoliberal. É nesta confluência destes dois processos distintos que a Política de Assistência Social, recém-constituída enquanto política pública de direito, irá seguir, a passos trôpegos, por caminhos intempestuosos e imprevisíveis. Entretanto, estes têm sido marcados, também, por focos significativos de resistências e de lutas – nos referimos, sobretudo, aos (às) profissionais que compõem este campo – a serem refletidas e consolidadas, *a priori*, pelas normativas elaboradas no campo socioassistencial, visando estruturar e fortalecer a condição de política pública de direito.

Em verdade, enquanto resultado das contradições impostas, tem-se o fato de que sua Lei reguladora nasce tardiamente. Aludimos à Lei Orgânica da Assistência social (LOAS), de 1993 que, delineada na Constituição Federal de 1988, surge após terem se passado cinco anos de promulgação desta Carta Magna. Caracteriza, entretanto, em meio a tempos desfavoráveis, um passo de cunho significativo para o avançar desta Política Pública, pois surge para dar solidez e direcionamento à esta. Acerca do significado da efetivação da LOAS (1993), Yazbek, Sposati, Bonetti, Brandt, no livro "Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras - uma questão em análise", ressaltaram que "a LOAS inovou ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo" (1998, p.34). A inovação da LOAS ao destacar, sobretudo, o Estado no centro da universalização e da garantia dos direitos, indicou um avanço da Política de Assistência Social na conjuntura neoliberal[2] dos anos 1990, demarcada por uma experiência de ajuste estrutural, no qual, segundo Carvalho e Guerra (2015) tem-se uma intervenção estatal significativa em uma dinâmica de financeirização do processo de acumulação.

Destarte, esta será a configuração do Estado no Brasil ao adentrarmos os anos 2000, amparado por setores econômicos de interesses individuais, a incidirem enquanto força contrária aos direitos sociais. Contudo, em meio a essa contínua relação conflituosa a margear as dinâmicas societárias brasileiras, assiste-se ao nascimento, como vias de resistências, de outras leis e normas a buscarem a consolidação dos pressupostos

2 Coaduno com a perspectiva de Harvey, ao pontuar a existência de um conceito de Neoliberalismo como sendo "um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas" (HARVEY, 2008. p.27).

existentes na Política Pública de Assistência Social[3].

Não podemos, contudo, perder de vista, o tempo histórico a situar o avançar dessas normativas. Atento, assim, para o fato de que estas surgem em um País periférico e emergente, a acompanhar o movimento em curso no Continente Latino-americano nas primeiras décadas dos anos 2000, qual seja: "período de ascensão de governos progressistas, de diferentes matizes, sustentados em movimentos e organizações sociais de caráter emancipatório" (CARVALHO, GUERRA, 2015. p. 45).

Em solo brasileiro, tem-se a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república em 2003, na figura do então presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2011), conhecido e consagrado popularmente como "Lula". E, em posterior, sua aliada Dilma Rousseff (2012-2016), cujo segundo mandato foi interrompido mediante o *golpeachment* (KLLIAS, 2016) político civil de 2016. Os governos petistas implementaram práticas políticas que provocaram transformações e ressignificações no campo da garantia de direitos sociais. Estes governos, entretanto, possuíram características peculiares, haja visto que, segundo pontuam Carvalho e Guerra, fora um período fomentado por uma "estratégia cesarista de busca de equilíbrio entre interesses do capital e do trabalho" (2015, p. 52).

Entretanto, é válido frisar que se trata de um campo socioassistencial não só à mercê de medidas nacionais drásticas – a exemplo do corte de orçamento brusco para o ano de 2018, anunciada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)[4] – provocadas pela reviravolta política no cenário brasileiro desde meados de 2016, com o golpe que destitui Dilma Rousseff e colocou como presidente, o até então vice-presidente, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como também à mercê de mudanças no direcionamento político em Fortaleza-Ce.

A priori, no que tange à construção da Política de Assistência Social em Fortaleza, atento para o fato de que, segundo Alves e Campos (2012), esta foi a última capital a instaurar uma secretaria própria para a gestão desta política pública. E, segundo estas autoras, esta inserção, entretanto, fez parte de um novo modelo de cidade, vindo a configurar a dinâmica político-social e a própria estruturação do município. Deste modo, como parte destes "novos caminhos" a serem traçados na capital, a Secretaria de Assistência Social foi criada em 2007, pela gestão Fortaleza Bela – durante o governo petista da ex-prefeita do Partido dos Trabalhadores (PT) Luizianne Lins (2005-2012) – sendo denominada Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS[5]). Denotamos uma relação significativa

3 Destaco, aqui, a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) como fruto das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003. Em posterior, tem-se como fator de cunho extremamente significativo, a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) também do referido ano (2005) e atualizada na Nob/Suas de 2012. Fortalecida, ainda, pela elaboração da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), em 2006.

4 Ver melhor no "O manifesto contra o golpe que inviabiliza o Sistema Único de Assistência social é contra a população brasileira", encontrado em: http://www.cresspr.org.br/site/manifesto-contra-o-golpe-que-inviabiliza-o-suas/.

5 Segundo Alves e Campos (2012) esta "surgiu com o objetivo de coordenar e fortalecer a Política Municipal de assistência Social, formular políticas e elaborar diretrizes que orientam ações para a melhoria das condições de vida da

dessa política com a gestão petista, ao passo que foi a partir dela que se iniciou uma nova configuração da Assistência Social estatal em Fortaleza, em acordo com as normativas e regulações da PNAS (2004) e do SUAS (2005, 2012), fazendo-se construir e resistir por vias de um desejo coletivo.

Entretanto, tomamos a implementação dessa Secretaria, e o caminho percorrido por esta no governo petista, caracterizado pelo "compromisso de assegurar a implementação das ações socioassistenciais como política de direito" (ALVES;CAMPOS, 2012, p.19), como referência para sinalizar dois momentos chaves a incidir na organização da PAS no território de Fortaleza, e que irão se refletir no campo de pesquisa, no período em que esta ocorreu. Falamos sobre as decisões tomadas pela gestão pós PT, na figura do prefeito do Partido Democrático Trabalhista (PDT) Roberto Cláudio (2013 até 2020), que irão se contrapor aos avanços tomados na gestão anterior, sinalizando contradições e retrocessos no campo socioassistencial em Fortaleza.

No seu primeiro mandato como prefeito (2013-2016), Roberto Cláudio, segundo apontam Almeida e Bezerra (2016), reconfigurou a organização da Política de Assistência Social ao criar a Secretaria de Trabalho Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA). Com isto, constitui-se a Coordenadoria de Gestão Integrada da Assistência Social (COIAS), dividindo atenção com outras coordenadorias, como a de trabalho e a de segurança alimentar e nutricional. Já em sua segunda gestão, iniciada em 2017, transformou a SETRA em Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SDSDH). Frente a isto, destacamos a contradição entre esses dois governos - do PT e o do PDT - a apontarem focos de atuações diferenciadas. Se, em um primeiro momento, o Governo Petista, na figura de Luizianne Lins, se voltou para o campo socioassistencial e reconheceu a importância de criar uma secretaria própria para ele, a gestão que assumiu posteriormente sinaliza mudanças significativas na estruturação dessa política nos tempos contemporâneos.

Ao tomar parte deste contexto, consideramos interessante traçar os percalços e as imagens em torno deste campo socioassistencial, sob os olhares e os significados atribuídos a este pelas sujeitas que estão à mercê dos seus avanços e retrocessos, a constituir seu "público alvo" preferencial. Em um primeiro momento sinalizamos que, em ambos os equipamentos, me deparei com usuárias que afirmaram não compreender, ao certo, o espaço e objetivos do CRAS como parte de uma política pública específica, a PAS. Como um equipamento inserido em uma esfera pública, a constituir, segundo Potyara (2009, p.4) "um lócus construído social e historicamente na interconexão da relação entre Estado e sociedade e, como tal, um campo de conflitos e negociações em que se entrecruzam demandas diferenciadas". Identifiquei, ao contrário, uma não percepção sobre essa relação entre Estado e sociedade civil, a caracterizar o espaço público (TELLES, 1999). Pois, quando questionadas sobre a presença do Estado em seus territórios, muitas

população mais pobre e em situação de vulnerabilidade social em Fortaleza (ALVES, CAMPOS, 2012; p.18).

alegaram não haver e, quando impelidas a sugerirem ações estatais, remeteram-se aos âmbitos da educação, da saúde e do lazer, como se o CRAS não fosse um equipamento estatal, e também não expressasse essa relação.

Em contraponto, quando questionamos sobre o que minhas interlocutoras pensavam e sentiam em relação à Política de Assistência Social, encontramos, em formas vagas e semblantes confusos, noções emblemáticas sobre este campo socioassistencial estatal, a exemplo da ideia ainda viva em relação a ajuda e/ou o apoio. Este sentido atribuído à Assistência Social, também dado pela maioria das entrevistadas, nos levaram a refletir sobre a presença das noções de benemerência, assistencialismo e filantropia leiga tão fortemente arraigados nas teias que construíram esse campo.

Acerca dessa historicidade, retomamos como base a afirmação das gestoras desta política pública no governo da ex-prefeita Luizianne Lins (2005 à 2012): "(...) em Fortaleza, o trabalho vem sendo realizado na tentativa de romper a concepção da Assistência Social como filantropia e benemerência - marca histórica de suas origens" (ALVES, CAMPOS. 2012, p.17). Identificamos uma distância entre campo das intenções – configurado também pelos marcos regulatórios da Política de Assistência Social (LOAS, 1993; PNAS, 2004; NOB-SUAS, 2012) – e campo de sua materialidade/execução cotidiana nos CRAS.

Ainda, identificamos uma relação afetiva que algumas delas indicaram possuir com o equipamento e o papel deste frente às mudanças em, sobretudo, seus campos pessoais. Encontrando-se diretamente vinculadas a situações opressivas que vivenciam cotidianamente, que as limitam e, ainda, continuam limitando-as em seu cotidiano de sofrimentos, desigualdades sociais e/ou raciais e violências de múltiplas configurações, com destaque à violência doméstica contra a mulher, presente, em majoritário, em seus viveres. Assinalamos, com isso, o papel de extrema importância da equipe técnica que compõe a equipe de referência do CRAS Canindezinho e do próprio equipamento em si, a fornecer acolhimento, orientação e informação, contribuindo para mudanças positivas na vida desta sujeita. Entretanto, esta acolhida não se encontra sozinha, no que tange a uma operacionalização efetiva das ações da PAS no âmbito de Proteção Social Básica. Aludimos ao foco, nesse equipamento, dado às usuárias do Programa Bolsa Família, no qual se encontram inseridas oito das nove mulheres entrevistadas. E, ainda, do qual partiu um grupo de significado primordial para pensar as resistências frente aos desafios cotidianos e os retrocessos no campo socioassistencial estatal: o Grupo de Mulheres do CRAS.

O supracitado grupo é composto por mulheres anteriormente acompanhadas pela equipe técnica de referência do CRAS Canindezinho, através do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), fazendo parte de seu grupo de família. Ao fim deste acompanhamento, essas sujeitas reivindicaram, frente à coordenação da instituição, por iniciativa própria, a criação de um outro grupo. Esta iniciativa de usuárias somou-se às ações tomadas pela gestão da própria política, sinalizando um dado extremamente significativo para se refletir acerca

das atuações dos (as) profissionais do CRAS do Canindezinho em relação ao outro CRAS pesquisado. Essa diferenciação dá-se quando, ao adentrar neste equipamento, encontrei uma funcionária pertencente ao território e líder de grande referência. Atena destaca-se por sua trajetória de vida e militância em seu território vivido, participando ativamente da gestão de espaços culturais e, ainda, atuando junto ao CRAS. Foi em suas palavras que a Política de Assistência Social assumiu um outro tom: a de Política Pública em processo de construção. Desse modo, ressaltamos dois elementos de importante destaque: primeiro, a figura de Atena simbolizando uma "segurança" à equipe técnica. Acerca disto, Almeida e Bezerra (2016), destacam que Atena corresponde a uma significativa tentativa de aproximação do CRAS aos seus territórios e famílias referenciadas, no intuito de conhecer suas especificidades, conflitos e seus modos de vida. Buscavam, assim, estabelecer vínculos, materializando o processo de territorialização, caracterizado como um dos eixos estruturantes desta Política de Assistência Social e do SUAS. Em segundo lugar, o próprio papel que os grupos – sobretudo o Grupo de Mulheres – possuem, a atuarem como um eixo entre equipamentos e usuárias, propiciando, segundo Almeida e Bezerra (2016), uma ligação afetiva entre elas, além de impulsionar suas criticidades e participação.

Concebemos, assim, o grupo de mulheres como espaço de partilha, uma experiência significativa de um serviço socioassistencial a ser fortalecido cotidianamente, imbricado aos viveres destas mulheres. Neste sentido, parece haver, aqui, uma aproximação da perspectiva da implementação do SUAS e da política de Assistência Social como Política Pública garantidora de direitos, ao serem propostas "atividades e discussões que partindo do respeito pelos valores pessoais e cultura local, identificação e troca de saberes, ressignificam as vivências pessoais, familiares e comunitárias" (ALBUQUERQUE, JACOB, 2012. p. 106).

Ainda, frente a essas percepções das minhas interlocutoras sobre o campo socioassistencial, encontramos outro elemento que corresponde a determinadas imagens postas sobre essa política pública, e aqui reproduzidas nas falas das sujeitas entrevistadas. Trata-se do atrelamento do Programa Bolsa Família a este campo, é o que sinaliza, a priori, a seguinte fala:

> Eu vim atualizar o meu cadastro né e aí eu vi outra visão o que era realmente o CRAS né, o que era é cadastro único, que eu não sabia o que era cadastro único [...] Cadastro único é uma porta que se abre e que dentro dela você encontra bolsa família e outras... (Nice6).

Em sua fala, Nice parece ter se surpreendido com o que encontrou por detrás da "porta" denominada Cadastro Único, indicando uma imagem estabelecida no senso comum de que o CRAS é espaço apenas para resolver pendências referentes ao Programa Bolsa Família. Por outro lado, em uma narrativa que tanto complementa, como sugere novos

6 Escolhemos, face ao nosso interesse subjetivo por mitologia, trazer o nome de algumas das personagens da mitologia grego-romana e egípcia, para emprestá-los as nove mulheres de minha pesquisa.

elementos para discussão, Astéria enfatiza:

> Ah, o CRAS pra mim ele não significa só pra vim fazer cadastro único e ajeitar bolsa família, o CRAS pra mim ele tem muita função. Porque ele tem grupo, ele oferece grupo de convivência das mulheres, família PAIF, tem grupo de adolescente, tem o grupo dos idoso, tem o grupo de criança. Aqui o CRAS ele não é somente uma placa CRAS, como tem muito CRAS que não oferece tudo isso mas esse daqui oferece. Esse daqui oferece tudo isso ai e muito mais, as vezes a gente vem atrás de uma declaração, a gente vem atrás do comprovante pra poder ir pra baixar renda da Coelce, aqui a gente já encontra. A gente vem conversar com Assistente Social, são todas educadas, todas simpáticas, todas recebem a gente super bem.

Sua fala remete a uma perspectiva de CRAS que extrapola o CADÚNICO/PBF, denotando uma noção geral sobre a dinâmica do equipamento que, ainda, segundo esta sujeita, se diferencia dos demais ao passo que propõe atividades diferenciadas, como o grupo das mulheres e os grupos do SCFV, e por possuir um atendimento de qualidade por meio de sua equipe técnica. Em contrapartida, no CRAS da Granja Portugal, encontramos nas falas das interlocutoras uma ligação com o equipamento estatal apenas para resolver pontos pertinentes ao PBF, a exemplo das condicionalidades[7].

Entretanto, para além das diferenças entre as percepções das usuárias dos dois equipamentos, nos detivemos neste programa em específico citado por elas – PBF – para mergulhar em um outro ponto chave de necessária discussão nesta pesquisa acadêmica: a forte presença feminina a ser chamada para a frente dos serviços e, em principal, para lidar com os assuntos referentes a este programa. Sinalizamos, em principal, três pontos importantes e ávidos por problematizações: a atribuição da titularidade do Programa Bolsa Família às mulheres; a matricialidade sociofamiliar (PNAS, 2004), como um dos eixos estruturantes da PAS; e a família como alvo central dos serviços. Neste aspecto, o que recai sobre as mulheres chefes de família na segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, como um dos princípios da proteção socioassistencial (PNAS, 2004).

A priori, sobre a representação legal das mulheres no Programa Bolsa Família, precisamos destacar dois pontos importantes a imporem vias de reflexões urgentes. Primeiro, questionamos esta centralidade atribuída ao benefício do PBF no que tange à melhoria de vida dessas sujeitas, incidindo diretamente na questão da classe social, pois algumas delas só possuem a renda do programa. E outras, seguem em trabalhos precários e buscam como Héstia, na renda do PBF, uma espécie de "ajuda", e/ou um complemento salarial para arcar com as despesas diárias. Neste sentido, consideramos

7 Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família caracteriza-se como um trabalho que funciona pelas parcerias entre os três níveis de governo e outros setores. Ocorre ainda em etapas, das quais seja: Identificação do público que será acompanhado, envio do público para acompanhamento aos parceiros das áreas de educação e saúde, períodos de acompanhamento das condicionalidades do PBF e de registro das informações nos sistemas, consolidação dos resultados do acompanhamento, aplicação dos efeitos sobre os benefícios, aviso às famílias e apresentação de recursos, aplicação dos efeitos sobre os benefícios, aviso às famílias e apresentação de recursos, análise e sistematização de informações para subsidiar outras políticas e trabalho social com famílias. Ver mais em: http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades.

assertiva a análise de Yazbek (2012) ao pontuar que este programa, além de "aliviar" a pobreza, não propõe discussões acerca das estruturas sociais nas quais as desigualdades sociais estão solidificadas, o que acaba por limitar suas ações ao plano do imediatismo, caracterizando-se, segundo esta supracitada autora, mais como um meio de controle da pobreza e intensificação da legitimação do Estado.

Entretanto, estas funções irão atingir planos para além da esfera da classe social, perpassando também os gêneros. Este, caracterizado aqui como o segundo ponto central de análise, corresponderá ao papel feminino frente às ações desse programa que tem como público alvo as famílias. Encontramos vestígios dessa relação no documento de orientações para o acompanhamento das famílias (2006) ao referir-se ao PBF no âmbito do SUAS, a sinalizar que "as ações com famílias envolvem o reconhecimento da organização do cotidiano, o exercício dos papéis e funções na família, as relações de geração e de gênero, de autoridade e afeto" (BRASIL, 2006, p. 17).

Destarte, será que a Política de Assistência Social, de fato, reconhece as relações e dinâmicas de gêneros no seio familiar? Apesar destas mulheres constituírem, em majoritário, o "público" dos programas e serviços – conforme visto na presente pesquisa – parece não haver um aprofundamento por parte dessa política em torno da figura feminina a constituir papel central no núcleo familiar, como, em sua maioria, chefes de família e provedoras. Ao contrário, as imagens de mãe/esposa/dona de casa atribuídas às usuárias, acabam por ser reforçados ao passo que essas mulheres assumem as responsabilidades frente às obrigações educacionais e de saúde dos (as) seus/suas filhos (as), previstas nas condicionalidades do PBF, e a ações que tratam especificamente da família e de sua gestão. *A priori*, nos ativemos aos significados das mulheres assumirem o comando, como chefes de suas famílias, corroborando com a análise de Osterne (2001) no qual analisa ser considerável o aumento da participação feminina na população nacional economicamente ativa e que "essas circunstâncias, entretanto, não têm sido capazes de superar as assimetrias de gênero" (OSTERNE, 2001, p. 131). O aumento das mulheres como chefes de família, desta feita, apesar de denotar um deslocamento do modelo tradicional de família[8], não sugere, de fato, uma ruptura com as relações desiguais entre gêneros. Pois, conforme destacou a autora, o valor da figura masculina não se dá apenas pela sua capacidade de produção. Frente a isto, consideramos válido mencionar que, parte das nossas interlocutoras, ao se identificarem como chefes de família, residem sem companheiro, e possuem ainda trajetórias de violência doméstica e abandonos sofridos por seus ex-parceiros. Indicando, em vias interpretativas, que não se trata, efetivamente, de um rompimento com esse modelo.

Um segundo ponto que consideramos válido ressaltar, em meio a esta discussão

8 "A família, entre os pobres urbanos, via de regra, estrutura-se como um grupo hierárquico mais próximo do padrão de autoridade patriarcal, cujo preceito básico é a primazia do homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos.Nesse contexto, o núcleo doméstico organiza-se tendo como referência a tradicional divisão sexual, na qual o homem é o provedor e a mulher a dona - de - casa" (OSTERNE, 2001. p. 91).

de chefia feminina, é que, segundo o Instituto de Pesquisa aplicada (IPEA/2011), são as mulheres negras quem têm assumido a chefia das famílias submetidas às situações com maiores vulnerabilidades sociais. Estabelece, assim, uma relação inversamente proporcional entre a Política de Assistência Social e estas sujeitas, pois, mesmo que "a cobertura de serviços básicos à população brasileira tenha aumentado nos últimos anos, destacam-se as situações de vulnerabilidades sociais nas quais se encontram as mulheres pobres e negras" (OSTERNE, PEIXOTO, 2012, p.55). Problematizamos, desta feita, os motivos pelos quais esses dois crescimentos tornam-se inversamente proporcionais, pois, haja visto que as mulheres negras encontram-se em majoritário dentro desses serviços básicos, poderiamos pressupor que deveria existir uma melhoria no que tange às suas condições de vida. Frente a isto, indago se a Política de Assistência Social não acaba por invisibilizar elementos pertinentes às dinâmicas relacionais de seu público majoritário, neste caso as condições de vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres negras, que incidem e atravessam seus territórios de atuação.

Dessa forma, embora esta política pública já ter apresentado, no correr dos últimos anos – me refiro, em principal, aos anos 2000 nas gestões Petistas – mudanças significativas no que consta em suas normativas, ainda não parece, de fato, ter alcançado níveis reais daquilo que se propõe. Destacamos, então, a urgência de promover a discussão acerca das relações de gênero, em sua interseccionalidade com as relações étnico-raciaise a condição de pobreza, a indicar o pertencimento destas mulheres-usuárias à classe trabalhadora. Pois, como, de fato, propor às usuárias dos CRAS, condições de direitos sociais, políticos e culturais, sem adentrar no campo das relações étnico-raciais e patriarcais que, inter-relacionadas à dimensão de classe social configuram-se emeixos estruturantes da formação sociohistórica e cultural brasileira? Ou sem enxergar, na vida de suas usuárias, marcas de um passado a originar e reproduzir opressões, desigualdades e discriminações ainda atuais? E, principalmente, como efetivar uma emancipação política dessas sujeitas sem identificar que este ser-usuário (a) é, eminentemente, ***feminino e negro (a)***, portanto, a sofrer, cotidianamente, as marcas das relações desiguais de gêneros e étnico-raciais? São questionamentos necessários para apreender as formas pelas quais essa política pública vem se efetivando enquanto garantidora de direitos socioassistenciais, a dialogar com seus/ suas usuários (as) construindo, ou não, frentes de resistências neste contexto de Brasil de desmontes e retrocessos pós-golpe político e civil.

Por outro lado, para além da percepção de uma ausência de reconhecimento do Estado frente às especificidades dos perfis de suas usuárias, destaco, aqui, as resistências em processo produzidas por essas sujeitas. Microrresistências encontradas, nesta pesquisa acadêmica, em múltiplas formas, sobretudo, no cotidiano do CRAS Canindezinho, a sinalizar tentativas de reconstrução e ressignificação desta política pública na PSB. Falamos, *a priori*, da figura de Atena e sua vontade de transformar, efetivamente, a vida das mulheres. Destarte, o papel que essa representa para as demais interlocutoras encontra-se

no plano daquilo que não é dito, invisível aos olhos de um (a) desatento (a). Atena, sendo mulher negra, em condição de pobreza e moradora da periferia, inserida na frente dos serviços em que se encontram outras mulheres negras, a vivenciarem, em seus cotidianos, dinâmicas de vida semelhantes às suas, propõe mais do que reconhecimento, mas o encontro de possibilidades de resistências, inspirada por seus olhares e por suas lutas no nível cotidiano. Ainda, as próprias usuárias, a apreenderem, em suas vivências partilhadas, dinâmicas de forças e reconhecimento, incidem frente às vulnerabilidades sociais nas quais estão inseridas em seus territórios. Aproxima-se de uma consciência emergente em meio ao cotidiano. O descaso, o sofrimento e o preconceito, em suas múltiplas facetas, tornam-se pontos de semelhanças entre essas mulheres, a se reconhecerem em olhares, gestos e expressões carregadas de sentidos. Consideramos ser de extrema importância a insistência na manutenção destes grupos de mulheres, a demonstrar, sobretudo, subjetivações em processo de construção e fortalecimento, a resistirem e incidirem nos desejos coletivos em busca da materialização de suas autonomias e garantia de direitos.

Assim, os grupos desenvolvidos pelo CRAS Canindezinho, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em principal o grupo de mulheres, acabam por sinalizar uma significativa potencialidade no campo estatal e que o transcende, caracterizado pela possibilidade de se fortalecer as estratégias de construção de identidades, resistências e de lutas, a sinalizar possibilidades de emancipações política e humana, sustentadas pelas vias do reconhecimento social dessas mulheres enquanto sujeitas de suas históricas, a serem dialogadas, enfrentadas e transformadas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos traçados para a maturação deste trabalho deram-se por linhas e tons a sustentarem e colorirem um terreno fértil e frutífero, permeado de incertezas, desafios e, sobretudo, possibilidades. Tratamos, aqui, de ressaltá-los, para vias de conclusão, dando ênfase às descobertas e às reflexões finais, que seguem e seguirão, por muito, a pairarem sobre esses ares tempestuosos e imprevisíveis, que dão definição às formas dos processos históricos e, em meio a estes, as várias vidas inseridas em seus pontos centrais de tensões.

Enfocamos, sobretudo, as microrresistências tecidas nesses espaços dos CRAS, que configuram pontos chave a serem discutidos e aprofundados. A *priori*, a existência de mulheres que apreendem essa unidade pública estatal da Proteção Social Básica – em principal o CRAS Canindezinho – como espaços centrais em suas vidas, e, face à forma como os ocupam, sinalizam a existência disposições e interesses por parte do público majoritário dessa política pública em ocupar e ressignificar seus espaços e serviços socioassistenciais. Por outro lado, as atitudes da própria equipe de trabalhadores (as) do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), encontradas nestes CRAS, parecem

corresponder e fortalecer esse interesse, ao passo que também resistem em meio aos processos de precarização de suas condições de trabalho, adentrando nos territórios referenciados e buscando apreender suas especificidades para exercer relações dialógicas com os (as) usuários (as) desta política pública.

Desse modo, diante das resistências em construção, identificamos um potencial de extremo significado a ser fortalecido via trabalho político-pedagógico nestes equipamentos estatais, reconhecendo as particularidades e potencialidades destas mulheres negras moradoras da periferia e sujeitas de direitos. A *priori*, consideramos urgente que o Estado se volte para a apreensão desse perfil, resgatando e reconhecendo suas especificidades e os pontos similares na vida dessas sujeitas, como os aqui encontrados e pontuados, de modo a romper com tais construções históricas de hierarquização, discriminação e violência perpetradas contra a população negra, em situação de pobreza, residentes nas nossas margens urbanas e, em especial, as mulheres negras. O enfrentamento político das vulnerabilidades postas exige o reconhecimento, compreensão interseccional e combater das desigualdades e discriminações históricas estruturantes da sociedade capitalista brasileira em suas configurações neste século XXI.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Paula Reges de; JACOB, Cícero Renato Ribeiro. A proteção Social Básica no Município de Fortaleza. In:_____ ALBUQUERQUE, C. S, Studart ; ALVES, M. E. R. (Orgs.). Assistência Social em Fortaleza: Uma política de direito em construção. Fortaleza: SEMAS/PMF/ EdUECE, 2012. p. 101-111.

ALMEIDA, Graziela de Oliveira; BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica (IC/UECE): Tensionamentos conceituais no sistema único de assistência social: pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais nas percepções de usuários dos centros de assistência social Canindezinho e Granja Portugal. Fortaleza, jul. 2016. 69 p.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues; CAMPOS, Irenice de Oliveira. Fortaleza, de um desejo a um direito de cidade: a construção da Assistência Social como política de direito. In:_____ ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; ALVES, Maria Elaene Rodrigues (Orgs.). Assistência Social em Fortaleza: Uma política de direito em construção. Fortaleza: SEMAS/PMF/EdUECE, 2012. Intro. p. 13-20.

BEZERRA, Leila Maria Passos de S. Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-Ce.

_____. Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce. V Jornada Internacional de Políticas Públicas – UFMA. Fortaleza, 2011.

BONETTI, Dilsea; *et al* (Orgs.). A assistência Social na trajetória das políticas sociais Brasileiras: Uma questão em Análise. 7º ed. São Paulo: Cortez, 1998. 124 p.

BRASIL. Presidência da República. (CONSTITUIÇÃO, 1988b). Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social - PNAS, Brasília: 2004.

_____ . Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -Nob/SUAS, Brasília: 2012.

_____ . Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social -NOB - RH/SUAS, Brasília: 2011.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. Revista de Políticas Públicas, São Luís, MA, v. 19, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2015.

COUTO, Berenice Rojas *et al* (Orgs.). O Sistema único de Assistência Social no Brasil: Uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 2. p.32-65.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. Tradução de Adail sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008. 235 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 12º. ed. São Paulo: Cortez, 2012, 256 p.

Negros representam 54% da população do país, mas são só 17% dos mais ricos. Uol economia. 2015. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.332 p.

OSTERNE, Maria do Socorro. Família, Pobreza e Gênero: o lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001. 266 p.

PEREIRA, Potyara A. P. Política Social: temas e questões. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2009. 216 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

CAPÍTULO 15

O REORDENAMENTO DAS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS NA RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 25/09/2020

Ketnen Rose Medeiros Barreto
Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/Serviço Social de Campos. Campos dos Goytacazes-RJ.
http://lattes.cnpq.br/0184262421096449.
https://orcid.org/0000-0001-9534-4284.

RESUMO: este trabalho consiste na apresentação da proposta investigativa que busca o conhecimento do processo de reordenamento das entidades privadas e de organizações da sociedade civil (OSCs), em Campos dos Goytacazes/RJ e sua relação de parceria com o Estado, após a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, que passou a demandar novas configurações para as instituições públicas e privadas, de modo a padronizar os serviços de proteção social básica e especial, assim como as exigências do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que estabeleceu regras que estruturam as relações de parceria com órgãos da administração pública, sob regime jurídico.
PALAVRAS - CHAVE: Assistência Social, Entidades Socioassistenciais, Relação público x privado.

THE REORDINATION OF SOCIAL ASSISTANCE ENTITIES IN PUBLIC X PRIVATE RELATIONSHIP, IN THE MUNICIPALITY OF CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

ABSTRACT: this work consists of the presentation of the research proposal that seeks to understand the process of reorganization of private entities and civil society organizations (CSOs), in Campos dos Goytacazes-RJ and its relation of partnership with the State, after the Typification of Socio, which began to demand new configurations for public and private institutions, in order to standardize the basic and special social protection services, as well as the requirements of the Regulatory Framework of Civil Society Organizations, which established rules that structure the relations of partnership with organs of public administration, under a legal regime.
KEYWORDS: Social Assistance, Social Assistance Organizations, Private Public Relations.

1 I INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado consiste numa exposição do projeto de pesquisa vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social, Políticas Públicas e Controle Social do Departamento de Serviço Social de Campos, da Universidade Federal Fluminense, cuja proposta investigativa consiste numa busca de conhecimento do processo de reordenamento das entidades privadas e organizações da

sociedade civil (OSCs), a partir da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, nº 109/09[1], conhecida por Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, e da relação dessas com o poder público, após as alterações trazidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei nº 13.019, de 2014.

Com objetivo de analisar a relação público x privado, junto à rede de serviços socioassistenciais do município de Campos dos Goytacazes, a pesquisa propõe-se a mapear o conjunto de serviços, programas e projetos no âmbito da Assistência Social, ofertados pelas instituições privadas no referido município, traçando o perfil histórico e social após as alterações, no processo de cofinanciamento, estabelecidas pela Tipificação dos Serviços e pela MIROSC.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 A Política Nacional de Assistência Social na contradição de seus marcos legais

A Assistência Social, ao longo das últimas décadas, vem-se consolidando como política pública, por meio de mecanismos legais, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social(SUAS), em 2005, que deu organicidade e sistematização à assistência no Brasil, com a articulação entre as três esferas de governo. Adentrado a história da política de Assistência Social, nos últimos vinte anos, vemos que, em 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), após reelaboração da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social[2], deu "o pontapé" inicial para a construção do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, em todo território nacional.

A PNAS/04 é a expressão das reformulações necessárias, desde a implementação da LOAS. Essa definiu o modelo de gestão e apresentou as diretrizes para a efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Nesse processo, a construção das Normas Operativas do SUAS o estabeleceu como um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social, no campo da proteção social brasileira (PNAS 2004, p. 32).

O SUAS está voltado para articulação, em todo território nacional, das responsabilidades vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de Assistência Social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob o critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. Esse é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, no âmbito da Assistência Social,

1 Reimpressa na Resolução CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014.
2 Realizada em Brasília/DF em 2003.

prestados diretamente por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. É modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações de Assistência Social (YASBEK, 2006, p.130).

A Política Nacional de Assistência Social, na condição de expressão da luta da sociedade civil, por meio de Fóruns e Conferências, movimento dos trabalhadores da Assistência Social (em especial os assistentes sociais), estudos e pesquisas acadêmicas, representou uma mudança de paradigma no campo dessa política. Ao consolidar a LOAS e construir mecanismos legais para criação do SUAS, como modelo próprio e único de gestão, em todo o território nacional, a PNAS afirmou a Assistência Social como política pública de direito dos cidadãos e de dever do Estado, ampliando seu alcance para os não contribuintes, contrariando a lógica da "cidadania regulada".

Todavia as mudanças legalmente regulamentadas, na PNAS, reforçam o caráter da necessidade, ratificando o discurso de um Estado "protetor", garantidor dos "mínimos sociais", que deve "vigiar, proteger e defender os mais pobres". A construção do SUAS, como gestão de um sistema unificado, vem sendo regida pela ideia de ampliação e aproximação entre a Assistência Social e seu público alvo, revelando uma forte preocupação com as formas gestoras dessa, o que tem implicado sua tecnificação, do ponto de vista da instrumentalização da questão social, ou uma hipervalorizarão das análises técnicas da pobreza.

Segundo Mauriel (2010, p.174-175), o excessivo "produtivismo de dados, de avaliações, de registros intermináveis, nas e das políticas sociais, desconsidera compromissos históricos com a cidadania, especialmente no que se refere aos princípios constitucionais brasileiros", comprova a Assistência, não como uma política de Seguridade Social, mas de combate à pobreza.

Nesse processo, a PNAS aponta para uma nova "concepção de Assistência", desvinculada das causas da pobreza de seus determinantes estruturais, separando os indivíduos submetidos a essa condição de seus lugares no sistema produtivo, "passando a assistência a constituir um atributo individual para aqueles que 'moralmente' têm direito ou potencialidade para se capacitarem" (MAURIEL, 2010, p. 178).

A construção do SUAS, como gestão de um sistema unificado, regido pela ideia de ampliação e aproximação da política com a realidade cotidiana de seu público-alvo, revela uma forte preocupação com a extensão dos serviços prestados e com sua eficácia, na condição de direito social. Segundo Teixeira (2014, p. 258), uma das contradições presentes na PNAS/04 refere-se a seu arcabouço conceitual que incide em "interpretações com riscos a regressões conservadoras na gestão e no atendimento".

Os termos de segurança, proteção e defesa social, que referendam os serviços socioassistenciais nos moldes do SUAS, denotam uma "conceituação da sociedade a partir de categorias despolitizadoras do real" (MOTA, 2007, p. 46), em que os sujeitos que

acessam a Política de Assistência Social aparecem como um grupo vulnerável, fragilizado e incapaz de defende-se por si mesmo. Os princípios e diretrizes da PNAS, centralizados no discurso da segurança social, ainda que atrelados à proteção e a defesa social, remetem-se à reprodução social capitalista, não reconhecendo os mais necessitados como sujeitos políticos que podem participar e lutar por seus direitos, mas como dependentes que precisam do Estado seja para sobreviveram materialmente, seja para se reestabelecerem moralmente como seres sociais.

A desvinculação da Assistência Social das relações sociais presentes ao trabalho, na lógica capitalista, perpetua-se, na atual PNAS, apesar dos avanços jurídicos-legais dessa, em que os serviços e programas afiançados pelo Estado, ao mesmo tempo, são limitados e não caminham para a independência dos indivíduos.

Na verdade, a Assistência Social cumpre um importante papel no desenvolvimento do Estado neoliberal, garantindo os mínimos sociais, demonstrando que a verdadeira "segurança" é remetida aos interesses da reprodução capitalista e, não, dos cidadãos. Couto, Yasbek e Raichellis (2016, p. 54) comungam da ideia de que as políticas sociais, sempre, tiveram pouca efetividade social no Brasil e expressaram sua estreita ligação com os interesses econômicos, sobretudo na Política de Assistência Social.

No processo de unificação da gestão da Assistência Social brasileira, em novembro de 2009, foi publicada a Resolução nº 109, que traz a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que descreve os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

> Essa normativa possibilitou a padronização, em todo território nacional, dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais (BRASIL, 2009).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma conquista para a Assistência Social brasileira, alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram a ressignificação da oferta e da garantia do direito socioassistencial, contudo trouxe, para as instituições públicas e privadas, uma série de recomendações para a oferta dos serviços e dos programas da Proteção Social Básica e Especial (média e alta complexidade), que demandaram recursos financeiros e humanos. Nesse processo, as entidades socioassistenciais que ofertam serviços de média e alta complexidade tiveram que se reordenar tanto em suas estruturas físicas e financeiras, quanto na forma de atendimento.

O reordenamento das entidades socioassistenciais passou a ser uma exigência com prazo determinados, para que pudessem continuar firmando parcerias com o poder

público. A Tipificação tornou-se, assim, um "problema" para entidades que não dispunham recursos para se reordenar ou para atender as regulamentações; e para outras que, por influências religiosas, não conseguem romper com suas formas doutrinárias e filantrópicas de atendimento.

Ao mesmo tempo, várias instituições públicas da Assistência Social também descumprem a Resolução nº 109 e não podem "abrir mão" das parcerias privadas, pois não dispõem dos serviços na rede pública, sobretudo dos de alta complexidade.

Tais questões se processam de forma conflituosa, quando se trata de atender à Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, o que nos desperta o interesse pela pesquisa nesse tema.

2.2 As entidades socioassistenciais na relação público x privado

A incorporação do projeto neoliberal, cuja proposta se centra nos princípios do Estado Mínimo, estimulou a participação da sociedade civil conforme exigências dos organismos internacionais, de modo que essa foi obrigada a assumir os custos da crise, passando a desenvolver ações, programas e serviços sociais de responsabilidade estatal. Assistimos, assim, à expansão do chamado terceiro setor, que, colocado à parte do Estado e do mercado, configura-se como

> (...) ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais: solidariedade, voluntariado, autorresponsabilização e individualização (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços, típico de "Bem-estar" (MONTANO; DURIGUETTO, 2011, p. 306).

Para Landim (1998, p. 61), o "terceiro setor" é um termo importado que foi apropriado, no Brasil, para designar questões da sociedade civil, que se disseminou no campo das ações sociais e dos debates políticos dos anos 1990. A autora enfatiza, ainda, que, de procedência norte-americana, o terceiro setor está atrelado ao associativismo e ao voluntarismo, usado, naturalmente, pelo setor privado no desenvolvimento da chamada filantropia empresarial.

Desse modo, o terceiro setor evoca a sociedade civil para o enfrentamento das mais variadas formas de expressão da questão social, constituindo-se numa variedade de organizações consideradas fora do âmbito público e, ao mesmo tempo, sem fins lucrativos, afirmando os valores como autonomia, altruísmo e confiabilidade, ao mesmo tempo que se expressa por uma pseudo neutralidade política e econômica. Vemos que, no processo democrático, esse se identifica como sociedade civil, por meio de entidades prestadoras de serviços e apresentam-se com um setor voltado para os interesses da coletividade, como uma esfera societária fora do Estado (primeiro setor) e do Mercado (segundo setor) (MONTAÑO, 2010, p. 53).

Na verdade, a lógica da democracia liberal burguesa, classificada como

representativa, adota, no processo de contrarreforma do Estado, um conceito de sociedade civil afinado aos interesses neoliberais, que a despolitiza e a esvazia de seu papel nas correlações de forças.

Ressaltamos que o conceito de sociedade civil, sob a ótica neoliberal, contraria as ideias gramscianas atreladas a uma perspectiva de totalidade, a que o pensador sardo recorre para enriquecer e para dar novas determinações à teoria marxista de Estado, o que não anula o princípio básico do materialismo histórico, segundo o qual a produção e a reprodução da vida material é formada, precisamente, pelo conjunto das organizações, responsáveis pela elaboração das ideologias, sejam elas do grupo dominante ou não.

A sociedade civil consiste, materialmente, num conjunto de instituições ou de "aparelhos privados de hegemonia" e de instâncias de associação voluntária, dotados dos mais variados formatos. Já a sociedade política, para Gramsci, está representada naquilo que ele conceitua como "Estado restrito" ou "Estado-coerção", formada por um conjunto de mecanismos por meio dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, que se identificam como os aparelhos coercitivos ou repressivos do Estado, controlados pelas burocracias. Assim, preserva-se a noção clássica do Estado, isto é, são os organismos que integram o aparato burocrático-militar, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (GRAMSCI, 2002, p. 235-236, [6, 81]).

Nesse sentido, a sociedade civil passa a ser, em Gramsci, um espaço de organizações voltadas para a formação de uma consciência e de uma identidade de grupos, assim como a defesa dos interesses coletivos. Segundo SIMIONATTO (1999), no Século XX, novas formulações teóricas, no conceito de sociedade civil, trazem à tona não apenas o pensamento de Gramsci, como "Instrumento de projeto", mas, também, significados diferentes daqueles em relação ao século XIX, uma vez que, agora, a sociedade civil passa a ser debatida numa relação tripartite, diferenciada tanto do mercado como do Estado, dotada de " virtudes", capaz de substituir o Estado sobretudo na implementação de políticas públicas e sociais, como no caso da assistência.

Assim, a relação entre sociedade civil e Estado, no Brasil, passou a ser regulamentada, em 2014, pela Lei nº 13.019, como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)[3], colocando as parcerias público x privado na agenda política mais ampla, tendo, como desafio, aperfeiçoar jurídica e institucionalmente as (OSCs), em suas formas de conveniamento.

Segundo a MROSC[4], um novo regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações, por meio de novos instrumentos jurídicos, passa a ser estabelecido: "os termos de Fomento e de Colaboração, no caso de parcerias com recursos financeiros, e o Acordo de Cooperação, no caso de parcerias sem recursos financeiros. A nova lei impacta as relações entre poder público e OSCs, em todo o país" (2016, p. 11).

3 Atualizada pela Lei nº.13.024, em julho de 2015.

4 Entrou em vigor, em 23 de janeiro de 2016, na União, nos Estados e no Distrito Federal. Nos municípios, em 1º de janeiro de 2017.

A sua implementação estimula a gestão pública democrática nas diferentes esferas de governo e valoriza as organizações da sociedade civil como parceiras do Estado, na garantia e na efetivação de direitos, ao mesmo tempo em que amplia suas capacidades de atuação e incorpora muitas de suas pautas à agenda pública. É importante enfatizar que, segundo a referida lei, as organizações da sociedade civil são todas sem fins lucrativos e não necessitam possuir títulos ou certificações específicas. Englobam o conceito de OSCs para fins desta Lei: "as associações e fundações, as cooperativas sociais e as que atuam em prol do interesse público e as organizações religiosas" (LEI 13.019/14).

É preciso enfatizarmos que as entidades socioassistenciais precisam estar em conformidade com a LOAS, a PNAS e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, reguladas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de modo que se possa garantir a qualidade dos serviços ofertados, bem como a garantia dos direitos e da cidadania aos usuários, isto é, não deve ser feita só a prestação de um serviço.

Assim, as entidades precisam estar inscritas nos Conselhos de Assistência Social, não apenas para obterem regulamentação, mas, também, para serem fiscalizadas e acompanhadas, como preconiza o Art. 10º da LOAS, que diz: "A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal podem celebrar convênios com entidades e organizações de Assistência Social, em conformidade com os Planos aprovados pelos respectivos Conselhos" (BRASIL, 1993).

A MROSC, apesar de regulamentar a relação público x privado, acaba por reforçar a ideia de que o Estado, por si só, não atende às demandas da população, não conseguindo efetivar a Assistência como política pública.

2.3 A proposta investigativa

A aproximação com objeto de estudo da pesquisa em questão tem, como ponto de partida, nossa trajetória como conselheira da Política de Assistência Social, representante do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (SSC-UFF), em Campos dos Goytacazes[5]-RJ, segmento da sociedade civil e entidade formadora de profissionais da área social, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) dessa cidade, desde 2004.

As experiências vivenciadas, ao longo desta década, como conselheira, estão expressas na tese doutorado em Serviço Social, defendida em maio de 2017[6], quando

5 Campos dos Goytacazes é um importante município da região Norte-Fluminense, que, historicamente, constitui-se como um forte centro político e econômico do estado do Rio de Janeiro e do país, desde o período colonial, quando foi referência para o Brasil e, posteriormente, por ser a maior bacia petrolífera do país. É um município do interior do Rio de Janeiro, com uma população estimada, em 2016, de 487.186 habitantes, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui extensão territorial de 4.026.696 km² (divida em 15 distritos), e está situado entre duas importantes capitais da região Sudeste, a 280 km do Rio de Janeiro (RJ) e a 245 km de Vitória (ES).

6 Tese intitulada "Os Consensos e Dissensos na participação da sociedade civil no processo de controle social: um estudo de caso dos interesses em disputa no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Campos dos Goytacazes/RJ", junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ).

pesquisamos a participação da sociedade civil no processo de controle social da Assistência Social. O resultado desse trabalho nos despertou para outras questões, o que nos levou à elaboração de um novo projeto de pesquisa. Foi a partir do reconhecimento e da relevância que as entidades socioassistenciais têm na prestação de serviços e de ações que visam complementar a atuação do Estado, como alternativa de atendimento à crescente demanda da Assistência Social no município de Campos dos Goytacazes, antes mesmo da existência da LOAS, que nos voltamos, nesse momento[7], a pensar o papel dessas frente à responsabilidade do Estado na garantia dos direitos sociais. A princípio, eram entidades tradicionais do município que só praticavam a filantropia e, por isso, recebiam "ajuda" financeira do poder público municipal para atender a população carente do município.

Segundo Dowbor (2008), antes de 1988, havia uma forma individualizada de conceder subvenções e de estabelecer convênios entre as agências estatais e as entidades filantrópicas, fato que reforçou a dinâmica de contatos individuais, não estabelecendo, dessa forma, nenhuma forma de ação coletiva por parte das entidades. Essa intermediação obscurecia a figura do Estado, que tampouco possuía, no setor de Assistência, um arcabouço institucional suficiente para se fazer presente na vida das pessoas, a não ser pela via da Lei Brasileira de Assistência.

Essas instituições tornaram-se as entidades socioassistenciais que, no processo de reforma do Estado promovido ao longo da década de 1990, foram buscando enquadrar-se legalmente, para continuarem com parceiras com o Estado e, assim, promovendo ações "gratuitas" na área de Assistência Social e em tantos outros setores públicos como cultura, educação e saúde. Especificamente em Campos dos Goytacazes, atribuímos à expansão da produção petrolífera, em âmbito regional, a ação que propiciou o aumento no volume dos royalties recebidos pela prefeitura, na segunda metade dos anos 1990, como o fator responsável pelo surgimento de dezenas de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que passaram a buscar inscrição no CMAS, com propósito de estabelecer parcerias por convênios públicos.

Essa sociedade civil conclamada como OSCs, que se dirigia ao CMAS, no cumprimento das exigências legais, é apontada por Nogueira (2003, p. 224) como "sociedade civil liberal", cujo interesse está em "promover saques aos fundos públicos ou privados com vistas à maximização dos interesses particulares, corporativos".

Após a promulgação da LOAS, as entidades assistenciais passaram a circunscrevem-se no Conselho Nacional de Assistência Social, em busca da regulamentação jurídica, cuja concessão de certificado de filantropia lhes conferia (e ainda o faz) uma série de isenções. Ainda conforme o Artigo 9º da LOAS, o funcionamento das entidades e organizações de Assistência Social depende da prévia inscrição no Conselho de Assistência Social. Isso fez com que, nas quatros primeiras gestões do CMAS (1996-2004), houvesse uma "corrida" por novas entidades em busca de inscrição no conselho.

7 Projeto aprovado pelo SSC/UFF em março de 2018.

A existência das entidades socioassistenciais, na composição da rede socioassistencial local, reafirma a forte relação público x privado na implementação da política de Assistência Social, em Campos, ainda que sob mecanismos reguladores mais rigorosos como a Tipificação e a MROSC.

Desse modo, cumpre a nossa pesquisa conhecer, investigar e analisar a relação público x privado no município de Campos dos Goytacazes, via CMAS, a partir de algumas questões suscitadas empiricamente: qual é o perfil da entidades socioassistenciais privadas que compõem a rede pública da Assistência Social em Campos? Como essas se vêm reordenando e se adequando à Tipificação dos Serviços Socioassistenciais? Qual o impacto da MROSC no processo de conveniamento das entidades socioassistenciais? Como se dá a relação público x privado na garantia da Assistência Social como direito, em Campos dos Goytacazes?

A pesquisa se deterá ao mapeamento das entidades socioassistenciais inscritas no CMAS e conveniadas ou que tiveram convênios com referido conselho, a partir de 2010, quando se começa a implementação da Tipificação dos serviços socioassistenciais e a necessidade de seu reordenamento. Esperamos, com este, um levantamento de dados que possibilite a construção do conhecimento numa dimensão coletiva e que permita a compreensão da relação público x privado no munícipio em questão.

Por meio de uma abordagem qualitativa que, segundo Godoy (1995, p. 21), possibilita a apreensão de um fenômeno no contexto em que esse ocorre e do qual faz parte, devendo ser analisado a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas e podendo ser conduzido sob diversos caminhos. Buscamos, assim, a possibilidade de poder lidar com uma variedade maior de evidências, o que, também, contribuiu para a escolha desse método de pesquisa, por meio de múltiplas formas de obtenção de dados, entre elas entrevistas e análises documentais.

Não buscamos o real a partir de uma descrição ou de fatos já contados, mas, sim, de experiências concretas que se constituem de olhares e significados, atribuídos por sujeitos que nelas se inserem não como expectadores, mas como parte constitutiva de um processo que envolve a trajetória das entidades socioassistenciais.

3 | CONCLUSÃO

O reordenamento das entidades tornou-se uma exigência legal da Tipificação, que passou a requerer tanto por parte dos gestores públicos da Assistência Social, quanto das entidades socioassistenciais uma ampla readequação de suas estruturas e dos serviços ofertados, de modo a garantir a Assistência como política pública de direito e de qualidade.

Nesse processo, a relação de parceria entre as Organizações Sociais e o Estado, colocada na agenda política do projeto neoliberal, ganha um reforço jurídico por meio do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que veio para consagrar,

legalmente, as formas de colaboração entre as organizações da sociedade civil (OSCs) e o Estado.

Assim, pensar o processo de reordenamento das instituições privadas a partir da Tipificação dos Serviços socioassistenciais e das suas formas de adequação às exigências da MROSC tornou-se uma necessidade para a pesquisadora tanto como docente, quanto como conselheira do CMAS. Portanto esta pesquisa, que se encontra em fase de levantamento bibliográfico, necessária para a construção de um estudo com características específicas, pretende contribuir para o conhecimento da Assistência Social, como política pública, sob os limites do Estado capitalista.

REFERÊNCIAS

BARRETO, K. R. M. **Os Consensos e dissensos na participação da sociedade civil no processo de controle socia**l: um estudo de caso dos interesses em disputa no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Campos dos Goytacazes/RJ. 359 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá providencias. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, 25 jul.1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/secretarias/pnas_final.pdf. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS – 01/2005:** construindo as bases para implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: MDS/SNAS, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/NOB_3.pdf. Acesso em: 28 fev. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientação acerca dos conselhos e do controle social da política pública de Assistência Social**. Brasília: CNAS, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n° 109, de 10 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, 11 nov. 2009.

DOWBOR. L. O que é poder local? 2008. Disponível em: http://www.dowbor.org/08podlocal.doc. Acesso em: 17 maio 2018.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LANDIM, L. **As Organizações Não-Governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER,1988.

MAURIEL, A. P. O. Pobreza, seguridade e Assistência Social: desafios da política social brasileira. **Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 173-180, jul./dez. 2010.

MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Em Pauta: Teoria Social & Realidade Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 127-138, 2007.

NOGUEIRA, M. A. As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização. *In:* COUTINHO, C. N. TEIXEIRA, A. de P. **Ler Gramsci:** entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 215-234.

TEIXEIRA, R. V. **A Assistência Social e a rede socioassistencial:** o público e o privado na garantia de direitos na cidade de Niterói-RJ. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

SIMIONATTO, I. **GRAMSCI:** sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

YASBEK, M. C. Assistência Social na prática profissional: histórias e perspectivas. **Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n. 8, 2006.

CAPÍTULO 16

UMA ANÁLISE DAS INTERCONEXÕES ENTRE A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 19/10/2020

Raquel Cristina Lucas Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Teófilo Otoni-MG
http://lattes.cnpq.br/3195133365600672.
https://orcid.org/0000-0003-1543-4306.

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de investigação e análise o debate das interconexões entre a contrarreforma do Estado Brasileiro e da contrarreforma do sistema educacional, e, consequentemente, da política de educação no Brasil. Para a exposição deste capítulo, apresentamos de forma sumária: a relação trabalho-educação na sociedade capitalista; a formação sócio-histórica do Brasil; o trabalho na reestruturação do capital e a contrarreforma do Estado e da educação no país.
PALAVRAS - CHAVE: Trabalho; Contrarreforma; Estado; Educação; Brasil.

AN ANALYSIS OF THE INTERCONNECTIONS BETWEEN THE STATE CONTRARREFORM AND EDUCATION POLICY IN BRAZIL

ABSTRACT:. The present work has as object of investigation and analysis the debate of the interconnections between the counter-reform of the Brazilian State and the counter-reform of the educational system, and, consequently, of the education policy in Brazil. For the presentation of this chapter, we briefly present: the work-education relationship in capitalist society; the socio-historical formation of Brazil; work on capital restructuring and the counter-reform of the State and education in the country.
KEYWORDS: Job; Counter Reformation; State; Education; Brazil.

1 I INTRODUÇÃO

Esta pesquisa[1] inicia-se com o debate sobre a relação entre trabalho e educação na sociedade capitalista, em busca de compreender as dimensões ontológica e histórica do trabalho e de como, a partir do trabalho, os sujeitos desenvolvem sua capacidade educativa no decorrer do desenvolvimento histórico da sociedade, com trabalhadores tendo conhecimentos dos mais diversos e com formação de mão de obra diferenciada para o capital – formação propedêutica e formação para execução de atividades.

No caso do Brasil tem-se que considerar a particularidade da formação sócio-histórica do país, a qual se constituiu de forma subalterna e dependente, o que corroborou desde o início para o desenvolvimento dual de mão de obra: de um lado, com formação propedeutica e totalizante para alguns sujeitos, e, de outro, uma formação mais tecnificada, com caráter mais

1 As reflexões aqui apresentadas constituem parte dos debates da tese de doutoramento da autora.

instrumental e voltado para a execução de tarefas para outros.

Analisa-se também o desenvolvimento histórico dos paradigmas produtivos do capital, que culminaram na reestruturação produtiva no Brasil, e o papel do Estado nesse contexto e, consequentemente, sobre a mão de obra, que passa a ter que buscar responder às novas exigências de qualificação profissional dentro desse novo contexto: do neoliberalismo, contrarreforma do Estado, contrarreforma da educação, aumento do desemprego estrutural e da mundialização do capital. Adotou-se como procedimentos metodológicos a revisão de literaturas sobre os assuntos tratados neste trabalho, a partir de autores consagrados no âmbito acadêmico, além de pesquisa documental, tais como: legislações e pareceres sobre a constituição histórica da educação no Brasil.

2 | A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Neste item vai-se destacar de maneira breve, algumas das profundas alterações no desenvolvimento da sociedade capitalista, com ênfase na questão do trabalho. Busca apanhar os principais exames sobre seu desenvolvimento na sociedade capitalista, tanto do ponto de vista ontológico quanto histórico, destacando a contradição do trabalho, ao se apresentar enquanto pôr teleológico e, ao mesmo tempo, enquanto atividade alienada. São realizadas, ainda, sucintamente, aproximações ao debate da relação entre trabalho e educação. A realização desse debate se faz necessária para compreendermos algumas das principais determinações e mudanças estruturais ensejadas no mundo, que vão incidir na dinâmica histórica, sociopolítica e econômica da sociedade, para, a partir desse estudo mais geral, procurar entender e explicitar como essas mudanças se particularizam na realidade brasileira.

A exposição inicial, nesse item, requer uma breve, porém necessária, remissão a alguns dos principais fundamentos para entendimento do trabalho como categoria central na obra marxiana e, como é possível apreender, a partir desse introdutório debate, suas determinações no capitalismo contemporâneo. Assim, o trabalho é apresentado enquanto categoria central, a partir da qual se estrutura o modo de ser dos homens e se gesta o processo educativo e de aprendizagem na sociedade, procurando estabelecer os elos entre trabalho e educação.

A organização do sistema educacional está diretamente vinculada à forma como está organizada a produção na sociedade. Assim, para se pensar a educação nos dias atuais de "crise estrutural do capital", conforme Mandel (1985) e Mészáros (2011) – ainda que com diferença entre eles –, torna-se necessária uma reflexão sobre o trabalho e suas novas configurações na sociedade contemporânea. Tendo em vista as renovadas exigências do processo de produção, o sistema educacional é utilizado para formar um tipo de trabalhador a elas adequado, tanto no sentido dos conhecimentos técnicos apropriados, quanto das características cognitivas necessárias para a permanência das relações estruturais do

modo de produção.

Sendo assim, compreendendo que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento das formas de organização da educação, apresenta-se como essencial o debate da categoria trabalho. De acordo com Marx (2011), o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, em que o homem, através de sua ação, transforma matérias naturais em produtos para atender às suas necessidades. E ao operar sobre a natureza externa a ele, transforma a si mesmo.

Nesse processo, diferentemente dos animais que, realizam atividades para atender às suas necessidades de sobrevivência de forma meramente instintiva, a atividade do homem é direcionada a um fim. Segundo Marx (2011, p. 211-212):

> Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Dessa forma, o trabalho é, para Marx (2011), uma atividade consciente e, portanto, uma forma exclusivamente humana. Somente o homem tem a capacidade de agir teleologicamente, ou seja, projetar em sua consciência a finalidade de sua ação. O modo de produção capitalista, tendo como fundamento a mercadoria, revolucionou as técnicas de produção e engendrou novas relações sociais, centradas na cidade e na indústria, trazendo consigo a exigência da generalização da escola a toda sociedade. De acordo com Marx (2011, p.57), "a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em „imensa acumulação de mercadorias", e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza".

Ou seja, para Marx (2011), a mercadoria, na forma assumida pelos produtos e pela própria força de trabalho, se constitui como o fundamento do modo de produção capitalista, possuindo valor-de-uso e valor-de-troca. Por um lado, a mercadoria satisfaz necessidades humanas, servindo como meio de subsistência ou como meio de produção. Por outro, é produzida com o objetivo de obtenção de lucros nas relações de troca no mercado, ainda que a produção do valor se dê no âmbito da produção *stricto sensu*. É importante assinalar que, a partir da mercadoria, Marx (2011) define a unidade entre o valor-de-uso e o valor-de-troca como uma forma de expressão do "duplo caráter" do trabalho: o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

O trabalho concreto é um trabalho útil, que cria valores-de-uso necessários à existência humana. Já o trabalho abstrato, nos termos de Marx (2011), é a substância do valor na sociedade capitalista; corresponde ao trabalho indiferenciado a partir do qual é feito o cálculo do valor de troca das mercadorias. Na sociedade capitalista, as habilidades específicas dos produtores individuais não são consideradas para a determinação do valor das mercadorias, mas sim a força social média, ou seja, o trabalho executado "[...]

nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade", denominado, por Marx (2011), de "trabalho socialmente necessário".

Por outro lado, nessa forma de trabalho abstrato, o trabalhador se torna, ele próprio, uma fonte potencializada de autoexploração, à medida que seu salário depende da quantidade de mercadorias produzidas por unidade de tempo, bem como do resultado das vendas dos produtos-mercadorias. Os trabalhadores, agora, transformados em supostos proprietários e aparentemente parceiros de seus antigos patrões, têm "na sua própria autoexploração, na da sua família e de outros trabalhadores desempregados, a principal fonte de produção de valor" (MOTA; AMARAL, 1998, p. 36).

A história dos homens concretos é condição primordial para a apreensão das particularidades da formação do homem como sujeito, na medida em que este é também um ser social, determinado historicamente, ocupando um lugar específico no âmbito das relações sociais nas quais está inserido, construindo sua própria história pela sua singularidade ao se relacionar com o mundo transformando-o e, ao mesmo tempo, transformando a si mesmo. Ou seja, é a partir do trabalho que o homem proporciona não só o desenvolvimento das forças produtivas, mas também o seu próprio, estando toda a sociabilidade humana relacionada à produção e reprodução das relações sociais de produção.

3 | FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL, O TRABALHO NA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO

A proposta desse item consiste em recuperar os principais traços constitutivos da formação sócio-histórica do Brasil para, a partir daí, analisar como o trabalho vem se desenvolvendo no Brasil no contexto da reestruturação produtiva e seus impactos no mercado de trabalho brasileiro. Será realizada uma breve reflexão das principais características que conformam a contrarrefroma do Estado, no país, a partir dos anos 1990, e se conclui o capítulo com o enfoque deste mesmo processo de contrarreforma no âmbito da educação, no Brasil, a partir dos anos 1990.

Não podemos desconsiderar a herança histórica dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais relacionados à particularidade da formação sócio-histórica do país. E isso supõe tanto a forma de inserção mais recente do Brasil na ordem capitalista mundial, passiva e subordinada econômica e ideologicamente aos centros avançados do capitalismo, quanto a conformação de um mercado de trabalho urbano – marcado pelos problemas de absorção da força de trabalho –, na particularidade histórica do processo de constituição, desenvolvimento e sedimentação do capitalismo no país. Considera-se que estes são elementos centrais para elucidar o leque de impasses e tensões da formação social brasileira.

Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro não se efetivou seguindo a chamada "via clássica", caminho engendrado pela formação social europeia clássica, a exemplo da França, na qual o capitalismo se implantou através de uma revolução "jacobina", destruindo as relações econômicas e políticas do feudalismo e, em seu lugar, fazendo emergir relações sociais tipicamente capitalistas. Coutinho (1999, p.199) observa, nesse sentido, que não seria difícil documentar também nas principais transformações pelo "alto" que ocorreram no Brasil a presença dos dois momentos apontados por Gramsci: como reações a movimentos populares, reais ou potenciais, as classes dominantes empenharam-se em "restaurações" que, em última instância, produziram importantes modificações na composição das classes e prepararam o caminho para novas transformações reais.

O autor traz como exemplo a ditadura de Vargas, em 1937, e continua apresentando argumentações sobre os embates cíclicos entre a elite brasileira e a classe trabalhadora.

> Naquele período, o movimento operário lutava pela conquista de direitos políticos e sociais, enquanto as camadas médias urbanas emergentes exigiam uma maior participação política nos aparelhos de poder. Essas pressões „de baixo" (que não raramente assumiam a forma de um „subversivismo esporádico, elementar, desorganizado") fizeram com que um setor da oligarquia agrária dominante, o setor mais ligado à produção para o mercado interno, se colocasse à frente da chamada Revolução de 1930. O triunfo dessa Revolução levou à formação de um novo bloco de poder, no qual a fração oligárquica ligada à agricultura de exportação foi colocada numa posição subalterna, ao mesmo tempo em que se buscava cooptar a ala moderada da liderança político-militar das camadas médias (os tenentes). Mas o caráter elitista desse novo bloco de poder fazia com que os setores populares permanecessem marginalizados (COUTINHO, 1999,p. 199-200).

Os estudos de Florestan Fernandes sobre a formação sócio-histórica e econômica do Brasil compreendem dois eixos teóricos analíticos fundamentais: o conceito de desenvolvimento desigual e combinado para a compreensão da construção do capitalismo dependente no Brasil. Este conceito de desenvolvimento desigual e combinado contribuirá também para o entendimento da atual configuração do imperialismo, ao se perceber que tal desenvolvimento se remonta sob novas bases, de modo que se compreenda, que, este modelo de desenvolvimento interfere no processo de reformulação do Estado Brasileiro, que ocorre desde os anos 1990, processo este articulado às políticas elaboradas e difundidas pelos organismos internacionais, para o capitalismo periférico, a exemplo do Brasil.

O autor aborda também a luta de classes em fases específicas da acumulação capitalista no Brasil, possibilitando compreender como o desenvolvimento do capital monopolista modifica a "sociedade de classes", de modo a se perceber como, neste estágio, busca associar a acumulação do capital com a concentração e centralização da riqueza socialmente produzida, além de se estratificar a sociedade que

> só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo [...] a „sociedade de classes" possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder (inclusive do poder político institucionale, portanto, do poder de monopolizar o controle do Estado e de suas funções), quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudança sociais (FERNANDES, 1975, p. 33-34).

Salienta-se aqui, a questão da luta de classes, que está interconectada com a análise acerca da consolidação do capitalismo no Brasil, com base em um duplo movimento: o de apreensão dos condicionantes "externos" que demarcam a caracterização hierárquica entre os países centrais e periféricos no modo de produção capitalista e, concomitantemente, o papel central que a burguesia brasileira e a institucionalidade sindical e partidária dos trabalhadores assumem e vêm assumindo, visando o aprofundamento da subordinação do Brasil à ordem do capital.

Percebe-se que a articulação do debate teórico, qual seja: o imperialismo e o capitalismo dependente, colabora com novas reflexões sobre se fazer necessária a superação da dependência, que é constitutiva da construção histórica do Brasil, e, como consequência, apresenta, em outra possibilidade de análise, o debate sobre a construção de uma via revolucionária, cuja prospectiva política e societária seja a de romper com a forma de sociabilidade burguesa.

O texto de Florestan Fernandes situa a análise do capitalismo dependente, do desenvolvimento e da contrarrevolução burguesa, destacados em sua obra. Utiliza-se deste acervo teórico, que traz luz às suas análises sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e sua organização nos anos do neoliberalismo, identificados, pelo autor, como expressões da contrarrevolução burguesa na contemporaneidade, ou seja, da "contra-revolução preventiva em escala mundial" (1987, p.43).

Fernandes destaca, ainda, que as crises cíclicas do capitalismo são manifestações de uma contradição medular deste sistema, o que nos mostra que a contrarrevolução, é compreendida como um conjunto de ações políticas e econômicas realizadas pela burguesia, com o intuito de garantir a reprodução do seu projeto burguês, o qual se constitui em um projeto permanente, que em determinados momentos se efetiva em práticas repressivas e autoritárias, e, em outros momentos, se manifesta de maneira metamorfoseada e reciclada, mediante a defesa de projetos de democracia restritiva, conforme os diferentes momentos históricos da luta de classes. A "contra-revolução preventiva em escala mundial" vem se configurando como uma possibilidade e como consequência da "revolução das técnicas

contra-revolucionárias" (1980, p. 84), empreendida pela burguesia para enfrentar suas crises – as quais constituem uma contradição insolúvel –de modo a obter da sociedade, a aceitação do *modus operandi* da sociabilidade burguesa.

A organização do sistema educacional está diretamente vinculada à forma como está organizada a produção na sociedade. Assim, para se pensar a educação nos tempos atuais de crise estrutural do capital, torna-se necessária uma reflexão sobre o trabalho e suas novas configurações na sociedade contemporânea. Isto é, as transformações recentes no mundo do trabalho, que vêm demandando da educação a formação de um novo tipo de trabalhador, adequado às novas exigências do estágio atual de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, podem ser entendidas a partir de uma reconstituição histórica da crise do sistema taylorista/fordista[2] de organização do trabalho.

É importante destacar que, segundo Antunes, essa forma toyotista de organização da produção é resultado da articulação das novas formas de gestão da força de trabalho com a introdução das tecnologias de automação flexível à produção, implementadas pelo capital com o objetivo de reverter a queda nas taxas de lucro no contexto de crise. Conforme observa (2009, p. 54– grifos no original):

> é possível dizer que o padrão de *acumulação flexível* articula um conjunto de elementos de *continuidade* e de descontinuidade que acabam por conformar algo *relativamente* distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada de computadores no processo produtivo e de serviços.

Percebe-se que os trabalhadores perdem seus postos de trabalho com o consequente aumento do desemprego. E, ainda, significa que utilizar-se- ão de discursos cuja argumentação é de que para que os trabalhadores não percam seus postos de trabalho e se encaixem nos padrões de "empregabilidade", há a necessidade de uma permanente busca pela qualificação profissional, visando a formação de sujeitos com capacidade de responder às necessidades do mercado de trabalho no país.

A formação para atender os ditos padrões para se inserir no mercado de trabalho, vem priorizando uma qualificação técnico-executora e burocrática, ainda que a mesma esteja sob o véu dos discursos oficiais e recomendações dos organismos internacionais de que a formação deve ser uma educação profissional e tecnológica, com vistas a formar sujeitos em condições de igualdade para disputarem quaisquer postos de trabalho, ou seja, os trabalhadores formados estariam em iguais condições de competirem por uma vaga no mercado de trabalho no Brasil, o que a nosso ver, é uma falácia, já que os trabalhadores formados com qualificação mais tecnicista, carecem de uma formação propedeutica.

2 O taylorismo-fordismo se refere ao "padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril" (ANTUNES, 1999, p. 19).

No contexto de crise e de mundialização do capital, o Brasil, a partir da década de 1990, passa então a implementar programas de ajuste estrutural e de estabilização econômica para adequar o país à nova ordem econômica. Seguindo as recomendações do Consenso de Washington, o qual ocorreu em 1989, na cidade de mesmo nome, quando os organismos financeiros internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – reuniram-se a fim de avaliar as "reformas" econômicas em curso na América Latina. Segundo Behring (2008), previa a liberalização financeira e comercial; a desregulação de mercados; a privatização de empresas estatais; a redução de gastos público-estatais; entre outras "reformas", postas como o passaporte para a inserção dos países na dinâmica capitalista internacional.

Como indica Behring (2008, p. 175), para Bresser Pereira, aos ciclos econômicos correspondem ciclos de intervenção do Estado: após o Estado mínimo, o Estado social-burocrático e o neoliberal, "[...] a pressão seria na direção de uma espécie de Estado intermediário – nem liberal, nem intervencionista –, denominado por ele, de Estado Social-Liberal.

Ainda segundo a autora, o processo de contrarreforma do Estado representou uma escolha político-econômica, "[...] a versão brasileira de uma estratégia de inserção passiva e a qualquer custo na dinâmica internacional". (2008, p. 198). Para a autora, os ajustes e "reformas" processadas no Brasil se deram mediados pela inserção subalterna do país ao sistema capitalista mundial.

Desse modo, o Brasil foi marcado pela adoção de uma série de ajustes e contrarreformas pelo Estado no sentido da superação da crise capitalista, num contexto no qual assistiu-se a reformulações no cenário educacional brasileiro[3], conformando-o para atender às requisições do mercado e aos interesses de manutenção de hegemonia do capital.

A subordinação às propostas, concepções e diretrizes dos organismos internacionais são escolhas políticas e econômicas[4] dos burgueses das diversas formações sócio-históricas e econômicas dos países dependentes, no caso aqui específico, o Brasil. É um processo articulado e de pressão realizado pelos países centrais, pelos organismos internacionais, para se conseguir a permanente expropriação dos excedentes econômicos produzidos nos países periféricos, em articulação com a manutenção dos interesses políticos e econômicos daqueles que detém o poder em cada Estado. Mas há que se considerar que esse processo perverso de dominação não subtrai os conflitos de interesses específicos

3 Conforme destaca Guerra (2010, p. 726), na lógica do Estado neoliberal, o sistema educacional brasileiro passa a ser orientado segundo a racionalidade do mercado, o princípio da eficiência, numa perspectiva gerencial, valorizando-se "o quanto se produz, em quanto tempo e qual o custo do que é produzido", de acordo com as metas dos organismos internacionais.

4 Segundo Lima (2005, p.93), através destas políticas é que o bloco dos países capitalistas centrais reorganiza o mundo para garantir a difusão do projeto burguês de sociabilidade, combatendo a influência do comunismo no cenário da Guerra Fria. Assim, "o fim da Segunda Grande Guerra delimita o início de uma nova era na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes" (FERNANDES, 1981, p. 253).

dos sujeitos burgueses com inserções distintas na sociedade.

Tem-se os inúmeros jargões de que um país com educação é um país nos trilhos do desenvolvimento, dentre tantos outros que vimos sendo difundidos. O Estado Brasileiro utiliza-se da educação como uma estratégia de disseminar a ideia de que um país que tem uma Política de Educação consolidada, possui potencialidades de superar as desigualdades histórico-sociais e econômicas, numa nítida construção de um ideário que se propõe a colocar a Política de Educação, desenvolvida pelo Brasil, como uma "tábua de salvação" para problemas que são estruturais do *modus operandi* do capital.

Ou seja, quanto a educação, o grande gargalo continuou sendo o embate entre os que defendiam um projeto de educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos, não importando qual seria a origem socioeconômica, étnica, racial etc. Por outro lado, havia aqueles que eram a favor da subordinação dos direitos sociais em geral e, particularmente, da educação, ao desenvolvimento de uma prestação de serviços por diversas instituições públicas não estatais – leia-se privadas –, sob a argumentação da necessidade de diminuir gastos, já que o Estado é muito onerado com gastos em educação e, ainda, não presta serviços com eficiência, eficácia e efetividade – trinômio do gerencialismo na Administração Pública. Percebe-se aqui a satanização do que é desenvolvido no âmbito público e apologia ao mercado/privado, em todos os níveis da educação.

No contexto do neoliberalismo e complexificação do capitalismo contemporâneo, a defesa e implementação do projeto da formação integral foi e continua a ser permanentemente atacado, em uma nítida desqualificação da educação pública em benefício da educação privada.

É necessário fazer aqui a crítica à lógica privatista e mercantilizada que transferiu grande parte do patrimônio público nacional à iniciativa privada a baixos custos; todavia, deve ser acrescentado o reconhecimento da extrema sintonia que a contrarreforma da Educação tem, no que se refere aos pressupostos da lógica neoliberal que neles investiu. Desse modo, ao se pensar na perspectiva de favorecimento do mercado e de desprivilegiamento da Educação, enquanto uma política que busca uma formação propedeutica, totalizante, gratuita, laica e socialmente referenciada, o mercado, em conjunto e com o apoio do Estado Brasileiro, é que obteve êxito em suas propostas.

Foi-se percebendo uma diminuição do orçamento público junto às instituições federais de Educação. E, ao final desse período, conforme a lógica da contrarreforma avançou e continua a avançar de maneira cada vez mais perversas, as instituições educacionais deveriam estar prontas para buscar, por conta própria, conseguir pelo menos parte de seus recursos para funcionarem, mediante prestação de serviços de educação para a sociedade.

Destaca-se aqui uma tensão permanente: a Legislação Educacional no Brasil tem a preocupação com a formação de sujeitos capazes de analisar a realidade na qual estão inseridos, nos aspectos econômico, político, social e/ou cultural, visando realizar trabalhos

com comprometimento ético, de maneira competente, em busca de contribuir com a transformação da sociedade, haja vista que a proposta da formação é totalizante. Essa compreensão de educação não consiste, porém, na realidade dos estudantes do nosso país, seja por falta de divulgação, ou, de modo mais severo, por não termos uma estrutura consolidada no que se refere aos recursos financeiros, físicos, materiais e humanos. Ainda se perpetua, em nossa sociedade, a ideia dos filhos de pais que podem pagar pela Educação Básica virem a realizá-la em instituições privadas, objetivando que seus filhos venham a ter acesso a universidades públicas de renome e consolidadas no Brasil. Ou seja, adota-se a postura em que se coloca a entrada em uma universidade pública como prioritária, em detrimento de uma formação integral para todos.

A Política de Educação no Brasil nos leva a perceber as ambiguidades e/ou redações que permitem compreensões diversas com relação à Política de Educação no Brasil, no conjunto dos seus diversos pareceres, resoluções e também, na LDB[5]. A prospecção é buscar um novo status no que se refere a pensar e implementar a educação como uma política de caráter formativo humano e integral. Isto é, que sejam formadas pessoas com conhecimento acerca da cidadania; que haja o reconhecimento de que o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura são elementos indissociáveis da formação humana integral; que a produção do conhecimento deve fazer parte do processo formativo desses sujeitos, incluindo-se a pesquisa como princípio pedagógico; e que o trabalho e a educação devem ser entendidos em uma visão prospectiva de princípio educativo.

4 | CONCLUSÃO

O que se depreendeu dessa pesquisa é que o Brasil ainda mantém, na implementação da LDB, a dualidade na formação dos sujeitos inseridos nas diferentes escolas, desde a educação básica, até o ensino superior. Se percebe uma dualidade no sistema educacional brasileiro, que de um lado, busca desenvolver uma formação mais generalista e totalizante, e por outro lado, há uma formação mais tecnicista e voltada para execução de determinadas atividades, junto às instituições educacionais do país. Além disso, foi possível perceber, ainda, uma maior estratificação de modalidades de cursos a serem ofertados para populações que, historicamente, foram discriminadas e ceifadas do direito de ter acesso à educação. Com a LDB, tais segmentos populacionais podem estar inseridos na escola, porém, em cursos simplificadores e voltados para uma formação aligeirada e que os afastam da possibilidade de terem acesso à formação humana integral.

O que fica claro neste processo histórico-social implementado pelo Brasil desde os anos de 1990, é que há em curso e de maneira cada vez mais complexificada, uma contrarreforma do estado brasileiro, e esta tem uma substantiva aproximação com a

5 Lei que "Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica." Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 13 abr. 2016.

contrarreforma educaional, também em curso no Brasil, com maior ênfase, após os anos 2000.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: CFESS/ABEPSS. ***Capacitação em Serviço Social e Política Social***.Módulo 1. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 1999, p. 17-31.

Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, E.R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos**.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 maio 2014.

Casa Civil. Lei nº 11.741/08. Altera dispositivos da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações daeducação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.**Diário Oficial da União**, Brasília,17 jul. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007- 2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 25 abr.2016.

COUTINHO, C.N. **Gramsci**:um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Brasil, em compasso de espera: pequenos escritos políticos. São Paulo: Hucitec, 1980.

Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

LIMA, K. R. de S. **Reforma da Educação Superior nos anos de contra- revolução neoliberal***:* de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva. 2005. 426f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2005.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX,K. **O capital***: crítica da economia política*. Livro I,v. 1. Tradução de Reginaldo Sant"Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MÉSZAROS. I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A.E.; AMARAL, A. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A.E. **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. SP: Cortez, 1998.

CAPÍTULO 17

PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 16/10/2020

Ana Camila Ribeiro de Paula
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Fortaleza – CE
http://lattes.cnpq.br/1782096922397117

Leila Maria Passos de Souza Bezerra
Universidade Estadual do Ceará
Fortaleza – CE
http://lattes.cnpq.br/8541436750893797

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o processo de institucionalização de adolescentes autores de ato infracional e o sistema socioeducativo cearense a partir das narrativas de conselheiros (as) de direitos. A natureza da pesquisa é qualitativa e adota as técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas. Esta produção buscou trazer elementos para se pensar e avançar nas discussões referentes à adolescência autora de ato infracional e a situação de "crise" no sistema socioeducativo cearense. Visou compreender como as práticas de um passado repressivo-corretor se (re)constroem nos cotidianos dos centros educacionais cearenses.

PALAVRAS - CHAVE: Adolescência; Ato infracional; Centro educacional.

INSTITUTIONALIZATION PROCESS OF ADOLESCENTS AUTHORS OF INFRATIONAL ACT AND CEARENSE SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM

ABSTRACT: This article aims to analyze the institutionalization process of adolescents who have committed an infraction and the socio-educational system in Ceará based on the narratives of rights counselors. The nature of the research is qualitative and adopts participant observation techniques and semi-structured interviews. This production sought to bring elements to think about and advance in discussions regarding the adolescent who committed an infraction and the situation of "crisis" in the socio-educational system in Ceará. It aimed to understand how the practices of a repressive-corrective past are (re) constructed in the daily lives of educational centers in Ceará.

KEYWORDS: Adolescence; Infractional act; Educational center.

1 I INTRODUÇÃO

Inúmeras voltas são dadas no processo histórico de institucionalização de adolescentes autores de ato infracional. Através da luta, algumas desses contornos são carregados de avanços e perspectivas de melhorias; outras revelam graves violências que remontam a um passado não tão distante. E o tempo que esses adolescentes vivenciam cotidianos tortuosos não pára. Não há como voltar atrás ou apagar essas marcas.

Assim, será apresentado, a partir da fala dos (as) conselheiros (as) de direitos, interlocutores (as) do trabalho de conclusão de curso intitulado CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CEDCA) E MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO ESTADO DO CEARÁ: as perspectivas de conselheiros/as de direitos, o processo de institucionalização desses sujeitos em articulação com a legislação específica, com o propósito de compreender como se tecem as problemáticas existentes nas medidas socioeducativas cearenses. A aplicação de entrevistas semiestruturadas e questionário, bem como a observação participante e o registro sistemático em diário de campo deram ensejo ao percurso metodológico desta produção. Construiu-se um trabalho de natureza qualitativa, com adoção das técnicas de pesquisas de campo, bibliográfica e documental.

2 | PARA ONDE OS ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL SÃO MANDADOS?

Casas de Misericórdia, Roda dos Expostos e Orfanatos foram mecanismos utilizados no decorrer da história brasileira para dar conta das problemáticas que envolviam as questões relativas à pobreza. Estavam inseridos (as), nesse cenário, crianças e adolescentes por motivos diversos, seja por abandono, por discriminações e preconceitos, ou por múltiplas negligências. Estes locais estavam inseridos em um modelo assistencialista, aliado à caridade, que visavam controlar as situações adversas à ordem dominante no período colonial.

Posteriormente, predominaram no Brasil, ações de caráter médico- higienista, religiosas e jurídico-policial para lidar com as questões da infância pobre no período republicano (VASCONCELOS, 2003). O país buscava o progresso e políticas repressivo-corretoras eram aplicadas àqueles (as) que ameaçassem o ideal de Nação tão almejado pela burguesia brasileira.

Se faz necessário resgatar alguns desses elementos para que se possa compreender o surgimento da "justiça especializada na infância e adolescência transgressoras da ordem" (VASCONCELOS, 2003, p.100), através da criação do Juizado de Menores, e como esse sistema se configura na atualidade. Vasconcelos (2003, p.99) contribui para que se possa sistematizar essas indagações, quando menciona:

> Se o século XIX foi rico na criação de instituições de amparo e recolhimento da infância, o século XX pode ficar inscrito, para a infância e adolescência brasileiras, como o tempo dos legados jurídicos: a Lei Orçamentária nº 4242, de 1921, o Código Mello Mattos, de 12 de outubro de 1927, o Código de Menores de 10 de outubro de 1979, a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990. Foram, eles, ordenamentos jurídicos, que, a seu tempo, escreveram uma história distinta da que vinha sendo escrita para a infância e a adolescência pobres no Brasil.

O século XX foi marcado pelas preocupações com a infância, tanto nacional, como internacionalmente, sejam aquelas vítimas ou promotoras de violências. Dentro dos marcos internacionais, é possível elencar: a Declaração de Genebra em 1923, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, a Declaração dos Direitos da Criança em 1959, dentre outros. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, foram fundamentais para se avançar na proteção à criança e a adolescência brasileiras, quando passa a denominá-los como sujeito de direitos, assegurando sua condição especial de pessoa em desenvolvimento. Esses indivíduos passam a serem considerados prioridade absoluta dentro das políticas sociais, sendo dever do Estado, da família e da sociedade a garantia de sua proteção.

O processo de redemocratização do Brasil, no final do século XX, foi fundamental para se avançar nas discussões relativas à criança e à adolescência. O discurso da participação esteve presente e embalou os debates daquele período. Deixou em evidência e fortaleceu a sociedade civil, que se mostrou importante mecanismo de organização para enfrentar o Estado autoritário.

Desta feita, alguns canais de participação foram essenciais para se adentrar ao aparelho estatal, podendo, assim, construir alternativas coletivas e democráticas de participação. É possível visualizar, neste momento, o fortalecimento dos conselhos gestores de políticas públicas, que com a Constituição de 1988, tornam-se espaços participativos, que agregam sociedade civil e Estado em uma mesma instância de discussão e proposição de políticas sociais e públicas. A necessidade dessa pequena introdução partiu da intenção de compreender de forma sucinta o surgimento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e junto a ele a construção do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que vai alterar, de forma significativa, a política de atendimento a adolescentes autores de ato infracional.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) criado pela a Lei n° 8.242, de 12 de outubro de 1991, é previsto no artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A criação deste conselho está vinculada ao contexto de redemocratização do país e à luta pela ampliação da participação da sociedade civil nos órgãos públicos, a fim de contribuir no processo de controle social das políticas públicas sociais. Além de estar atrelado e fortalecer a nova concepção sobre os direitos e proteção de crianças e adolescentes. O CONANDA possui caráter deliberativo e em seu art. 3º prevê a participação de seus (as) integrantes de forma paritária, tendo representantes do Poder Executivo, estando dentro deste os órgãos de execução das políticas sociais, e, em número igual, representantes de organizações não-governamentais nacionais que atuem na área da defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O CONANDA visa a articulação entre os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD)[1], sendo eles: Sistema Educacional, Sistema de Justiça e Segurança

1 O Sistema de Garantia de Direitos foi criado através da Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da

Pública, Sistema Único de Saúde, Sistema Único da Assistência Social e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. O SGD foi um mecanismo encontrado a partir da Carta Magna (1988) e do Estatuto (1990) para garantir a efetivação e implementação da Doutrina da Proteção Integral, que consta no ordenamento jurídico brasileiro, através do Art. 227 da CF de 1988, o qual assegura a prioridade absoluta de crianças e adolescentes, protegendo-os (as) de qualquer forma de discriminação ou preconceito, sendo dever da família, do Estado e da sociedade a garantia se sua proteção.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012) é fruto de intensos e longos debates e encontros dos diversos atores que atuam e fazem parte deste Sistema de Garantia de Direitos. Essa movimentação visava debater e avaliar a proposta de lei de execução das medidas socioeducativas, bem como o documento teórico operacional, que nortearia o atendimento socioeducativo sustentado nos princípios dos direitos humanos, através de bases éticas e pedagógicas. O SINASE (2012) surgiu, inicialmente, como Resolução[2] do CONANDA em 2006. E, em 18 de janeiro de 2012, foi instituído pela Lei nº 12.594, incluindo os princípios, regras e diretrizes da execução das medidas socioeducativas.

O ECA (1990), no seu Art. 112, assim especifica as medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços a comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. A internação em estabelecimento educacional, na perspectiva do Estatuto (1990), caracteriza-se como uma ação pedagógica em sua essência, não sendo retirado o seu caráter punitivo e/ou repressivo. Dessa maneira, esta medida sucede as outras, sendo sua aplicação necessária em última instância.

Volpi (2011, p.30) vai dizer que “a finalidade maior do processo educacional, inclusive daqueles privados de liberdade, deve ser a formação da cidadania”. A partir disso, é possível observar as diferenças no trato com o adolescente, que outrora era concebido de forma estigmatizante, e agora é caracterizado como sujeito de direitos. Tanto o SINASE (2012), como o ECA (1990) atuam na busca de ressocialização do adolescente que comete ato infracional, dentro de uma perspectiva de inclusão, visando sua proteção integral e compreendendo-o como sujeito de direitos. Daí, a medida de privação de liberdade ser tratada em caráter de excepcionalidade e brevidade, tendo em vista não tirar o adolescente do seu convívio social em primeira instância. E quando necessária, a natureza pedagógica que é proposta por essas legislações deve prevalecer, não retirando, também, o seu caráter de responsabilização. Para Oliveira:

> O aprisionamento parece ter um preço muito alto para os adolescentes, pois implica em uma dupla restrição: da liberdade de ir e vir e da velocidade, que são as dimensões que mais incidem sobre os processos de subjetivação na

Criança e do Adolescente (CONANDA). Tem como eixos: defesa dos direitos humanos, promoção dos direitos e controle e efetivação dos direitos.

2 Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 119, de 11 de dezembro de 2006.

contemporaneidade (2001, p. 131).

Oliveira (2001) nos a ajuda a compreender, em seu livro *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*, como se dá essa relação da adolescência com a privação de liberdade. A autora compreende a adolescência situada em um momento histórico no qual busca por autonomia e, consequentemente, a liberdade é fator predominante, em um ritmo que não pode parar, pois tudo é informação aqui e agora. A institucionalização desses adolescentes os coloca sob as regras da unidade, que se diferem, consideravelmente, em tempo e espaço daquelas postas pela sociedade contemporânea.

O controle exercido sobre a vida desses sujeitos é parte fundamental para compreender os conflitos existentes no interior desses Centros Educacionais, pois as relações de poder que se configuram ali colocam seus atores em níveis de hierarquização e disputa de autoridade, que vem a comprometer o convívio institucional, bem como a materialização do que é proposto pelo ECA (1990) e pelo SINASE (2012). As instalações impróprias e ainda em consonância com antigos moldes de estabelecimentos penais dificultam a execução dos programas de privação de liberdade previstos pela legislação, a saber: atividades de natureza coletiva, instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência, estratégias para a gestão de conflitos, medidas para proteção do interno em casos de risco à sua integridade física, à sua vida, ou à de outrem, dentre outros (SINASE, 2012). De acordo com o 4º Relatório de Monitoramento das Medidas Socioeducativas de Meio Fechado,

> no ano de 2017, até o fechamento do presente Relatório, o Fórum DCA contabilizou 25 (vinte e cinco) rebeliões, motins e episódios de conflito envolvendo todas as unidades de internação de Fortaleza. Esse grave contexto de crise tem se refletido nos últimos anos em inúmeras violações de direitos humanos, como denúncias de tortura, agressões e maus tratos, superlotação, falta generalizada de insumos básicos, restrição ao direito à visita e ausência sistemática de escolarização, profissionalização, atividades culturais, esportivas e de lazer e de políticas para egressos (2017, p.16).

Dito isto, é importante lembrar que este trabalho está direcionado para uma medida socioeducativa específica – a de privação de liberdade – tendo em vista o contexto de crise nos centros educacionais cearenses. Para tanto, é imprescindível analisar o processo de institucionalização desses adolescentes, a partir da fala dos (as) interlocutores (as) desta pesquisa. Ficam aqui algumas indagações que sustentaram este momento de produção, a saber: como os (as) conselheiros (as) – interlocutores (as) desta pesquisa – compreendem o processo de institucionalização dos adolescentes autores de ato infracional? Existem aspectos positivos nesse processo, quais são? O que a institucionalização traz de negativo? Como esse processo está acontecendo no contexto cearense? Quais os atores envolvidos nisso?

3 | PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO! COMO DEVERIA SER E COMO REALMENTE É?

Analisar a institucionalização dos adolescentes autores de ato infracional é tarefa repleta de indagações e conflitos, pois o quadro que se apresenta nacional e localmente é bastante grave. O último Levantamento Anual do SINASE, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) – Privação e Restrição de Liberdade, data de 2014. Este era pra ser um mecanismo de monitoramento da política de atendimento socioeducativo nacional, possível de compreender e avaliar as especificidades de cada cidade brasileira. Contudo, este levantamento não comporta mais as realidades múltiplas que se materializam nos cotidianos dos centros educacionais brasileiros. A ausência de dados reais dificulta as pesquisas na área, quando a dimensão do problema está posta, mas a qualidade da intervenção pode ser comprometida por esta falta de documentação qualificada.

O Estado do Ceará registra o 4º Monitoramento do Sistema Socioeducativo Cearense, realizado pelo Fórum Permanente das Organizações Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA/CE). Neste documento, constam as problemáticas que envolvem o atual contexto de "crise" na socioeducação cearense, que já vinham sendo anunciadas nos monitoramentos anteriores[3]. É salutar compreender o processo de institucionalização desses adolescentes, para ser possível adentrar ao "caos" instaurado neste sistema, conforme indicam os relatos dos (as) conselheiros (as) de direitos da sociedade civil e do Estado. Desta feita, Mudança e Direito dão ênfase a alguns princípios da execução das medidas socioeducativas, que são essenciais ao processo de garantia de direitos desses adolescentes, a saber: excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, a proporcionalidade em relação à ofensa cometida e a priorização das medidas em meio aberto. Seguem, abaixo, as falas de Mudança e Direito:

> eu acho que existe ainda alguns setores que, (...) **prioriza a institucionalização, em vez dos contextos comunitários e sociais**, então isso ainda é muito perigoso, a questão da institucionalização ainda é muito forte. Pensar que o menino, que ele pode passar três anos de sua adolescência dentro de uma instituição, isso é muito forte. O menino passar três anos sem se olhar no espelho, sem se ver, sem ver a sua formação como pessoa. **Eu não acredito na institucionalização**. (...)A gente n**ão quer dizer que os meninos não tenham que ser responsabilizados**. Eu lhe digo que a institucionalização é perigosa, que a gente tem que saber lidar. A gente tem que tomar cuidado, **internar o menino deve ser o último recurso para ele, depois que se**

3 Atualmente, constam no Estado do Ceará quatro Monitoramentos do Sistema Socioeducativo, construídos pela sociedade civil organizada que compõem o Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Ceará.O primeiro deles foi publicado no ano de 2008, apesar de sua construção ter iniciado em 2006. O segundo data de 2011, e teve como inovação a ampliação do monitoramento ao sistema de justiça. O terceiro monitoramento, publicado em 2014, agrega a medida socioeducativa de liberdade assistida, bem como a privação de liberdade e o sistema de justiça. O quarto documento, apresentado em 2017, dá visibilidade a crise do sistema socioeducativo cearense que assola a medida socioeducativa de privação de liberdade.

esgota todas as possibilidades. (Mudança).

As medidas em meio aberto[4] - prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida – seriam importantes mecanismos de ressocialização dos adolescentes autores de ato infracional, tendo em vista que estes estariam mais próximos da comunidade e da família. Haveria pouca interferência em seus cotidianos, pois tais medidas estão articuladas a dinâmica escolar e profissional. O caráter pedagógico prevalece em sua aplicação, fazendo com que o adolescente seja responsabilizado pelo ato praticado, mas que, também, possa tornar esse momento de aplicação da medida, como um espaço de reflexão e possíveis saídas do ciclo de cometimento de infrações. As medidas em meio aberto estão, ainda, mais próximas da inclusão social desses adolescentes, assegurando o desenvolvimento destes como pessoas. De acordo com o Manual de Medidas Socioeducativas de Fortaleza, estas medidas devem ser compreendidas como um período que deve "colaborar para a construção do projeto de vida pessoal e social do (a) adolescente e para a formação de um jovem autônomo, competente e capaz de resignificar os desafios vivenciados no seu cotidiano" (FORTALEZA, 2016, p.14) A partir disso, é relevante dizer que as mudanças nas rotinas dos adolescentes que cumprem essas medidas, visam transformar a realidade vivida por eles, proporcionando outras formas de viver em sociedade para traçar possibilidades de novos horizontes distantes das práticas de atos infracionais.

Tanto nas medidas em meio aberto, como nas privativas de liberdade, são imprescindíveis as condições adequadas para sua aplicação, pois se não houver avanço no processo de execução destas medidas, o sistema de justiça continuará aplicando-as e as violências e conflitualidades serão ainda mais intensas e constantes.

A priorização da internação, como ressalta Mudança e Direito, são marcas caras de um passado violador de direitos aos adolescentes brasileiros. A internação, por si só, já traz impactos na vida desses adolescentes, que como já destacou Oliveira (2001) restringe e retira o adolescente da dinâmica da sociedade contemporânea. O coloca em ritmo institucional, que possui regras e limites, que é carregado de violências e preconceitos. Por isso, a necessidade do seu caráter excepcional e breve, tão distante na realidade do sistema socioeducativo cearense.

A excepcionalidade na aplicação da privação de liberdade é complementar ao princípio da brevidade e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, tendo em vista que esses princípios se articulam para manter, quando necessário, em tempo mínimo o adolescente ausente de seu contexto comunitário. Atua de forma a garantir o desenvolvimento pleno desses sujeitos. De acordo com a legislação competente, a decisão pela aplicação de qualquer medida socioeducativa deve estar em consonância com a gravidade do ato cometido pelo adolescente, ou seja, atos infracionais de caráter

4 A execução das medidas em meio aberto é competência dos municípios (CONANDA, 2006) e são materializadas nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Há de se destacar as parcas estruturas físicas e de pessoal que assolam essas instituições, provocando a dificuldade de implementação e acompanhamento, de forma eficiente, das medidas socioeducativas em meio aberto.

leve deve ser aplicada a medida leve; atos infracionais mais graves, medida socioeducativa mais restritiva. Porém, existem algumas problemáticas que envolvem essa questão, por exemplo, escrito em diário de campo[5], um (a) conselheiro (a) relatou que "um adolescente advindo do interior do Estado do Ceará, foi encaminhado para cumprimento de medida de internação por ter roubado uma galinha".

Destarte, a institucionalização do adolescente que comete ato infracional em regime de privação de liberdade é bastante cara a esses indivíduos, ao considerar que, na atual conjuntura, permanece a estrutura passada de intensa violação de direitos. Sonhos ressalta que o processo de institucionalização, no Estado do Ceará, é uma forma do Estado se ausentar das responsabilidades que lhe são competentes enquanto instância que, deveria garantir a proteção e a defesa desse segmento social.

Para Sonhos, "a internação, como se pratica no sistema socioeducativo, é simplesmente tirar os adolescentes das ruas, e, de uma forma ou outra, saber que ele vai morrer antes de 30 anos e que o Estado vai ser livre do problema". Este discurso é bastante caro aos adolescentes cearenses, quando o contexto de crise do sistema socioeducativo aponta para sua afirmação e quando o Estado não dá respostas que apontem para uma possível saída eficaz desse contexto de intensas violações de direitos.

Diante de algumas questões levantadas por Sonhos, percebe-se o constante encarceramento e descaso por parte do poder público estatal dos adolescentes autores de ato infracional. Quando o processo de institucionalização caminha para um viés punitivo e de higienização do espaço urbano, a fim de esconder as expressões da questão social e racial presentes no contexto cearense.

Sonhos, ainda, narra os aspectos positivos que o processo de institucionalização poderia trazer. Quando o ambiente institucional poderia tornar-se acolhedor e dar suporte às possíveis violências intrafamiliares[6] que os adolescentes poderiam vir a sofrer. É importante ser ponderado que a interlocutora não se deteve a discorrer apenas da institucionalização de adolescentes autores de ato infracional, mas das diversas instituições que recebem crianças e adolescentes, sejam vítimas de violências ou pelo cometimento de infração.

Sonhos chama a atenção para outro aspecto de grande relevância no processo de defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes, que é a articulação dos atores do Sistema de Garantia de Direitos. O SGD comporta, em sua estrutura, "as políticas sociais básicas, de assistência social, de proteção especial e de justiça voltados ao atendimento de crianças e adolescentes" (SINASE, 2012, p.22). Desta feita, para que o atendimento socioeducativo funcione de forma eficiente, é necessário que esses atores cumpram o seu papel em concordância com suas atribuições, pois as esferas Distrital, Federal, Estadual

5 Os diários de campo foram construídos durante as reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de março a outubro de 2016.

6 De acordo com o Ministério da Saúde a violência intrafamiliar "é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra" (BRASIL, 2002, p.17).

e Municipal possuem suas competências para que o sistema esteja articulado e funcione de maneira a monitorar, fiscalizar e avaliar a política social para crianças e adolescentes. Assim, cada esfera dessas possui seus órgãos de controle social da política, estando, entre eles, os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares.

Sonhos afirma que não é "contra a institucionalização, é contra a internação a todo custo, a institucionalização como única solução". De fato, o SINASE (2012) propõe alternativas anteriores ao processo de internação em instituições fechadas, por compreender e visar assegurar a convivência familiar e comunitária imprescindíveis ao processo de desenvolvimento dos (as) adolescentes.

Ao falar em instituições fechadas, Goffman (2015, p.16) interpreta que "toda instituição tem tendências de fechamento". Assim, o autor orienta para que se possa compreender o quanto as instituições ocidentais são "fechadas", lembrando que elas são heterogêneas e possuem especificidades. Quanto mais barreiras e proibições à saída[7] houver no "esquema físico" de determinada instituição, que a separe do mundo externo, mais fechada se torna. Os centros educacionais que recebem adolescentes privados de liberdade podem ser compreendidos como uma "instituição total" que, segundo o citado autor: "é organizada para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui problema imediato" (2015, p.17). Nas palavras de Goffman,

> o aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida (dormir, brincar e trabalhar). Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas são tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (2015, p.17).

Assim, os supostos "perigosos" que interferem no bem-estar da sociedade são os adolescentes autores de ato infracional que, isolados nos centros educacionais, provocam a falsa sensação de resolução do problema. São inseridos nestes locais que possuem regras, rotinas e controle do tempo, completamente, diferentes do mundo externo a eles. O controle sobre a vida e as decisões desses indivíduos é exercido por uma organização burocrática, que retira toda e qualquer forma de individualização. Um longo período de institucionalização pode acarretar graves e irreversíveis danos aos adolescentes, que estão se desenvolvendo enquanto pessoas. E quanto mais tempo passam internados, mais

7 Goffman (2015, p.16) compreende por proibições à saída "portas fechadas, paredes altas, arames farpados, fossos de água, florestas, pântanos".

se distanciam das dinâmicas contemporâneas e mais internalizam a dinâmica institucional imposta, fazendo com que ocorra, muitas vezes, o "desculturamento", pois não há interesse dessas instituições em conservar a cultura dos seus internos, pelo contrário, se utilizam dessas estratégias para o seu controle (GOFFMAN, 2015).

Legalidade ajuda a apresentar mais elementos que são evidenciados dentro do processo de institucionalização dos adolescentes autores de ato infracional, segundo concebido pelos dispositivos jurídico- políticos e sua materialidade em Fortaleza/CE. A interlocutora traz alguns elementos que é possível trabalhar, a saber: consequências da privação de liberdade para os adolescentes, a medida socioeducativa como espaço de responsabilização, na qual o adolescente irá pensar e refletir sobre o ato praticado, o monitoramento das medidas socioeducativas no Estado do Ceará e as respostas do Estado para os conflitos que se gestaram nos centros educacionais cearenses.

Assim, segue seu relato, apontando, inicialmente, como deveria se dar a citada institucionalização:

> Bom, estar preso né, **perder sua liberdade não é algo natural**, algo aconteceu e há uma determinação ali de rompimento de convivência daquele adolescente com a sociedade como forma de **punição** também, mas também como um espaço que ele possa repensar suas escolhas, ter um novo trajeto ali (...) e ali o espaço do cumprimento da medida, do socioeducativo, seria o espaço pra que ele pudesse ter uma nova educação social né. Há rompimento dos laços e dos vínculos (...) há um prejuízo sim pro adolescente, mas é a forma de responsabiliza-lo e lá dentro é um espaço de onde se possa ajudar a repensar e refletir sobre a sua prática e traçar novos rumos na sua vida né. Psicologicamente é claro que é algo que traz sofrimento né, é um rompimento. **Ai o adolescente entra no sistema** né, nos primeiros quarenta e cinco dias, que é o tempo da internação provisória ele deve ter uma **escolarização diferenciada**. (...) (...) Lá dentro ele deve ter acesso a escolarização, a saúde, a cultura, ao lazer, ao esporte né, todos esses direitos que estão previstos na Constituição, na legislação, no Estatuto né e que além de toda uma ação voltada pra **educação social** né, que não é qualquer ação, **todo ato dentro do sistema socioeducativo junto com adolescente deve ser no sentido de fazer com que ele reflita sobre sua ação né e pense novos caminhos, novas formas de se relacionar** (Legalidade).

A partir da narrativa de Legalidade mediada pela leitura de Foucault (2014, p. 224), em seu livro *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, foi possível dormular a seguinte indagação: Como a prisão não seria "a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento "universal e constante""? Sendo, assim, um "castigo igualitário". É possível depreender a relação que esta indagação possui com a medida socioeducativa de internação, quando esta priva o adolescente de sua liberdade, valor este tão almejado nesta fase do ciclo de vida e tão propagado na contemporaneidade. Segundo, ainda, a interpretação do citado autor, os processos de punições estão articulados com os regimes de produção de cada época, mas independente das alternativas utilizadas, sejam elas

mais graves, como “castigos violentos ou sangrentos”, sejam mais leves, como “trancar ou corrigir”; estão sempre articulados ao “corpo”. Os sistemas de punições tratam “do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão” (FOUCAULT, 2014, p.29).

Destarte, como menciona Legalidade, a perda da liberdade dos adolescentes autores de ato infracional, “não é algo natural”, houve interferência nos processos de convivência familiar e comunitária deste indivíduo. A internação em estabelecimento fechado é tratada como forma de punição. O controle exercido sobre o corpo desses adolescentes dentro dos centros educacionais é deveras explícito no decorrer de todo o cotidiano destes. A violência e controle dos corpos se apresentam como uma forma de demonstração de autoridade e hierarquia, nas quais os internos devem respeito e obediência, pois se há a infração daquelas, o corpo paga através de castigos físicos, violências psicológicas, enclausuramento em “trancas”, dentre outras penalidades.

A interlocutora traz, ainda, os aspectos pedagógicos nos quais a privação de liberdade deveria ser trabalhada, através de “uma nova educação social”. Como uma forma de inclusão social, na qual novos caminhos e trajetórias possam ser pensadas e traçadas pelos adolescentes, de maneira que se encerre o ciclo de institucionalização, a partir da reflexão sobre o ato cometido. Porém, e infelizmente, não são essas práticas pedagógicas que se materializam no cotidiano desses adolescentes. O viés punitivo sobressai sobre qualquer forma de tratamento dado a esses adolescentes internos.

A principal ação positiva, por parte do Estado cearense, diante das múltiplas pressões da sociedade civil, é relatada por Legalidade, abaixo:

> A gente tem algo muito positivo que tem a ver muito com a luta né, quando a gente falou que direito não vem, a gente busca, que é a criação dessa nova instância, que é a Superintendência. (...) foi um passo muito importante do Governo do Estado né, (...). **Essa instância tá se estruturando né, ela foi criada a menos de 60 dias né, assim, é um órgão novo; criar um órgão novo não é fácil, então os resultados não virão assim de uma hora pra outra**, (...) **tenho certeza né que o Governo acenou de forma positiva e a participação do Conselho foi primordial nesse processo** (...) (Legalidade).

Para dar conta das problemáticas envoltas nesta questão, o Estado do Ceará aprovou a criação da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo, órgão agora responsável pela execução das medidas socioeducativas no estado. A criação dessa nova instância envolveu diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos, dentre eles o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/CE) e do Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA).

É salutar apreender que, como Legalidade mencionou, o sistema socioeducativo cearense não entrou em crise do dia para a noite. Foram anos de negligência por parte do poder público estatal para que se firmasse o caos instaurado nessa política pública social.

Os resultados de transformação desse contexto, possivelmente, “não virão assim de uma hora pra outra”, como afirma a interlocutora. Mas ações que apontem para um horizonte de melhorias no atendimento socioeducativo são urgentes e essenciais. Ainda sobre as respostas dadas pelo governo cearense a esses conflitos, Oportunidade relata de forma crítica algumas ações, conforme explicitado abaixo:

> (...) **Mil jovens é uma escola, como é que o Estado não consegue dar conta de mil jovens?** E ainda hoje a gente se pergunta como é que o Estado continua não dando conta de mil jovens. Esse número ele não muda muito, ele é mil, mil e duzentos, oitocentos, novecentos, mil, mil e... isso ao longo desses últimos dez anos, então assim, como é que tu não consegue dar conta? **Nós não temos dados estatísticos nem pra dizer de quantos meninos passaram pelo sistema e hoje não voltaram, nós não temos, então nós somos muito falhos, o Estado brasileiro é muito falho de dado quanto a isso.** (...), juiz interna na internação provisória de forma absurda, vem pra internação provisória, volta pro município. É tanto que **você tem 50% dos meninos da internação aqui em Fortaleza são do interior do Estado. Então esse viés muito punitivo que os juízes do interior tem e alguns de Fortaleza, com a fragilidade no atendimento socioeducativo que a ideia é ser fiscalizado pelo Ministério Público, então é (...) toda uma falha pra gente chegar na internação** (...) Tem meninos que passam 5, 6 vezes por uma unidade socioeducativa. (Oportunidade).

A interlocutora traz o Estado como principal responsável pela crise do sistema socioeducativo cearense, quando este negligenciou os dados apresentados pelos monitoramentos da política e não tomou medidas cabíveis para sua resolução. De acordo com o 4º Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo, no dia das visitas para a coleta de dados, 752 adolescentes estavam cumprindo medida socioeducativa de restrição ou privação de liberdade, excedendo a capacidade em 105,92%. O que evidencia a fala de Oportunidade, quando menciona que o Estado não está dando conta de mil adolescentes, pois este relatório foi realizado em um dos períodos de maior tensão e acirramento do sistema socioeducativo cearense e tornou público a incompetência do estado cearense em resolver tais problemáticas.

A ausência de dados reais, como já mencionado outrora, é fator intensificador, também, de internação, como reafirma Oportunidade. Tal fator reverbera de forma prejudicial nos adolescentes, que se distanciam dos seus contextos familiar e comunitário, a fim de cumprir medida na capital cearense, pois é onde se encontram o maior número de centros educacionais de internação, ocasionando a superlotação dessas unidades que não possuem estruturas físicas e organizacionais para atender além de sua capacidade. O sistema de justiça, também, tem implicações nesse processo, quando não possui um olhar sensível e garantidor de direitos, internando adolescentes sem levar em consideração os parâmetros orientadores propostos pelo SINASE (2012).

Ainda de acordo com o 4º Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo, os dados coletados em 2015, em algumas comarcas do Estado do Ceará, demonstra que,

a decisão pela aplicação de medida socioeducativa de privação ou restrição de liberdade sobressai-se a aplicação de medidas em meio aberto. Os dados nacionais apontam para uma relação de três para um, o que "significa que para cada adolescente em privação ou restrição de liberdade no Brasil, há três adolescentes inseridos em programas de liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade no meio aberto" (2017, p. 128). Dessa maneira, na maioria dos municípios cearenses, nos quais foram coletados os dados com o sistema de justiça, têm o "número de medidas em meio fechado superior ao número de medidas em meio aberto" (2017, p.129). Assim,

> tais dados representam contundentemente o desvirtuamento dos princípios que norteiam a aplicação das medidas socioeducativas mais gravosas (internação e semiliberdade), como os princípios da excepcionalidade, da mínima intervenção e do respeito ao convívio familiar e comunitário. Em verdade, tem-se, para o Sistema de Justiça Juvenil do Ceará, a prevalência da lógica da institucionalização e da privação de liberdade como a primeira e principal medida para o processo de socioeducação do adolescente em conflito com a lei. (FÓRUM DCA, 2017, p. 130).

Desta feita, essas discussões (re)afirmam o processo de internação compulsória por parte do sistema de justiça, provocando o encarceramento desses adolescentes, pobres, negros, da periferia e, sobretudo, do sexo masculino. E a fragilidade de um Estado seletivo que, negligenciou as recomendações e denúncias feitas diante da situação que se encontram os adolescentes autores de ato infracional em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.

Segundo Autonomia, a medida de internação no Estado do Ceará pode vir a ser caracterizada como uma medida de tortura institucionalizada, "seja uma tortura omissiva, por falta de comida, água, é condições estruturais, salubridade e etc; seja pela prática de tortura comissiva mesmo, por ação". Esses casos[8] de tortura foram denunciados pelos atores sociais que se articulam pela defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, tais como Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/CE) e Fórum Permanente de Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Fórum DCA/CE).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, é possível concluir que no atual cenário em que se encontram as medidas socioeducativas no Estado do Ceará, não há como discorrer sobre o processo de institucionalização de adolescentes autores de ato infracional sem adentrar na situação de

8 Jornal O Povo. Disponível em: < http://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/08/26/noticiafortaleza,3652872/adolescentes- relatam-casos-de-tortura-com-choque-eletrico-e-afogamento.shtml>. Acesso em 14 jul. 2017. Jornal Tribuna do Ceará. Disponível em:< http://tribunadoceara.uol.com.br/audios/tribuna-band- news-fm/relatorio-constata-casos-de--tortura-de-jovens-no-sistema-socioeducativo-do-ceara/>. Acesso em: 14 jul. 2017.
Jornal G1. Disponível em:< http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/05/jovens-infratores-relatam- torturas-e-maus-tratos--em-centros-no-ceara.html>. Acesso em: 14 jul. 2017.

“crise” que esse sistema tem vivenciado e de como o Estado tem se portado diante desta situação. Isso foi evidente nos depoimentos dos (as) conselheiros (as) da pesquisa.

A socioeducação cearense carece de atenção sistemática. As violências praticadas dentro desta política pública são inadmissíveis. O processo de encarceramento de adolescentes cearenses se sustenta por dentro de uma política que se diz democrática, mas que reproduz a cultura política autoritária do passado, porém, tão presente no cotidiano dos adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativa de privação de liberdade nesses centros educacionais.

Assim, torna-se fundamental o fortalecimento dos órgãos de controle social da política pública de socioeducação destinada a adolescentes autores de ato infracional, tais como o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fórum Permanente das ONG’s de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, a fim de monitorar, fiscalizar e avaliar as ações destinadas a este público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

.**Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

DCA, Fórum. **Monitoramento do sistema socioeducativo:** diagnóstico da privação de liberdade de adolescentes no Ceará. Fortaleza: Fórum DCA, 2011.

DCA, Fórum. **Monitoramento do Sistema Socioeducativo:** Liberdade assistida, privação de liberdade e Sistema de Justiça. Fortaleza: Fórum DCA, 2014.

DCA, Fórum. **4º Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará**: Meio Fechado, Meio Aberto e Sistema de Justiça Juvenil. Fortaleza: Fórum DCA, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. 303 p. Tradução de: Raquel Ramalhete

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate À Fome. **Manual de Medidas Socioeducativas de Fortaleza**. Fortaleza: SMT, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 316 p. Tradução de: Dante Moreira Leite.

LEVANTAMENTO Anual de Adolescentes em Cumprimento de medida socioeducativa. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2015. 51p. Disponível em < http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e- adolescentes/pdf/SinaseLevantamento2011.pdf >. Acesso em: 26 jun. 2017.

LEVANTAMENTO Anual de Adolescentes em Cumprimento de medida socioeducativa. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2017. 51p. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014 >. Acesso em: 26 jun. 2017.

OLIVEIRA, Carmem Silveira de. **Sobrevivendo no inferno:** a violência juvenil na contemporaneidade. Porto Alegre: Sulina, 2001. 256 p.

VOLPI, Mário (Org.). **O adolescente e o ato infracional.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 87 p.

CAPÍTULO 18

A IMPLEMENTAÇÃO E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 29/09/2020

Roberta Gomes Leite Baptista
Instituição: Nezo Educacional
Rio de Janeiro - RJ
http://lattes.cnpq.br/08317364838

RESUMO: O presente trabalho aborda a implementação e a efetivação das políticas educacionais dentro do sistema prisional brasileiro. Trazendo o debate sobre a importância da educação como mecanismo fundamental para ressocialização do preso e analisando a assistência educacional como direito através de diversas legislações atuais. Como eixo principal está às diversas barreiras existentes dentro das unidades penitenciárias que cooperam para que essa educação não se viabilize para pessoas que vivem no contexto de encarceramento. A discussão do tema proporciona enfatizar a relevância de levantarmos debates e reflexões constantes para que a questão possa ser reconhecida por toda sociedade, e que possamos evidenciar a análise de dados atualizados que acarretem a inclusão do assunto insuficientemente debatido e questionado por toda coletividade explicitando assim a necessidade do entendimento da verdadeira função das prisões.

PALAVRAS - CHAVE: Educação, Políticas de Educação, Sistema Prisional.

THE IMPLEMENTATION AND EFFECTIVENESS OF EDUCATIONAL POLICIES IN THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM

ABSTRACT: This paper discusses the implementation and effectiveness of educational policies within the Brazilian prison system. Bringing the debate on the importance of education as a fundamental mechanism for social rehabilitation of the prisoner and analyzing educational assistance as a right through several current legislation. As the main axis is the various barriers within the prison units that cooperate to that education not be viable for people living in the incarceration of context.The theme of the discussion provides emphasize the relevance of stand up debates and constant reflections so that the issue can be recognized throughout society, and we can show the updated data analysis which entails the inclusion of insufficiently debated issue and questioned throughout society thus making explicit the need to understand the true function of prisons.

KEYWORDS: Education, Political Education, Prisons.

1 | INTRODUÇÃO

Esse trabalho iniciou-se através do contato direto por meio do estágio na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no campus de Nova Iguaçu, com alguns casos que obtiveram acesso para ingressar em uma graduação enquanto estavam no cárcere, isso ocasionou uma busca para entender como é

realizado o processo da educação dentro das unidades prisionais, se o mesmo tem sido efetivado e o qual a importância desse direito para pessoas encarceradas. Buscando compreender o papel da educação e sua efetividade no sistema prisional fui desenvolvendo uma análise mais densa, pois foi percebido algo que ampliou a procura pelos principais aspectos em relação à educação para pessoas encarceradas compreender o que constitui e quais são as barreiras que impossibilitam a assistência educacional dentro dos presídios buscando esclarecimentos para fundamentar este tema.

Ao longo desta análise apresenta-se a necessidade de avaliar e continuar a esclarecer os estereótipos e paradigmas criados em relação a pessoas encarceradas, fazer conhecer o que de fato faz diferença para seu retorno a vida em liberdade e percebendo que a educação proporciona quando ele sai de um sistema prisional a empoderação de conhecimentos e o que isso acarreta procurando entender a educação não como forma de controle ou prevenção de reincidência no crime e sim como um elemento que coopera para todos e com todos, ocasionando assim sua emancipação como cidadão provido de direitos.

2 | POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUINDO A LEP E DIREITOS HUMANOS

Após a implantação de uma política voltada para educação foram estabelecidas a organização e estrutura da educação brasileira através do Plano Nacional de Educação, a lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Base da Educação Nacional e da Estrutura organizacional da Educação.

A Constituição de 1988 declara no Capítulo II os Direitos Sociais a Educação no artigo 205:

> A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No artigo 208 a Constituição define que a educação deve ser efetivada e garante que o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito para todos, inclusive para “todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, mas não obtinha força de lei e sofreu diversas modificações durante o período militar e só ressurgiu após a Constituição de 1988, a União recebeu a responsabilidade de elaboração do plano que foi aprovado em 2001. Ele define as metas e diretrizes a serem aplicadas em longo prazo e seus objetivos são a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, e a diminuição das desigualdades sociais e regionais ao acesso e à permanência na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, obedecer aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar

e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Dentro do contexto do sistema prisional o PNE estabeleceu a implantação de estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos que contemplam também na formação profissional e financiamento pelo MEC de material didático-pedagógico e ofertas de programas de educação à distância, a educação para pessoas encarceradas esta agregada a educação de jovens e adultos. O EJA é uma modalidade no plano nacional de Educação que estabelece o ensino de jovens e adultos e trata exatamente de pessoas com condições especiais que exigem propostas adaptadas a sua atual circunstância, pois não puderam cumprir o período de escolaridade no tempo competente.

> "(...) a função do EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou evasão, seja pelas desigualdades de oportunidades de permanência ou outras condições adversas, dede ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços das estéticas e na abertura dos canais de participação." (CURY apud TEIXEIRAEJA eEducação Prisional, 2007 p.14).

A criação da LDB foi estipulada para organizar a questão educacional implementando diretrizes e bases que constituíram a divisão do ensino regulamentando o sistema educacional público e privado do Brasil da educação básica ao ensino superior. Ela reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Também determinam que os sistemas de ensino devam garantir cursos e exames que busquem oportunidades de acordo com os interesses, condições de vida e trabalho de jovens e adultos e que o ingresso e a continuação deve ser viabilizados e estimulados por atuações integradas dos poderes públicos. Além de confirma esse direito também considera que o acesso ao Ensino Fundamental "é direito público subjetivo", ou seja, pode ser exigido ao poder público de forma jurídica para fazer valer o direito garantido.

> Dos Princípios e Fins da Educação Nacional Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL).

Existem também propostas iniciadas pelos Ministérios da Educação e da Justiça sobre as Diretrizes Nacionais para Educação no Sistema Prisional éuma proposta de articulação nacional para implementação do Programa Nacional de Educação para o

Sistema Penitenciário, formulando as suas Diretrizes Nacionais, auxiliada pela UNESCO, foi elaborada no Seminário Nacional de Educação no Sistema Prisional realizado em Brasília em 2006 e aprovada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciaria que culminou em estabelecer parâmetros nacionais divididos em aspectos como: gestão, articulação e mobilização, formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta e aspectos pedagógicos buscando contribuir para construção de políticas estaduais de educação no sistema prisional.

O nível internacional promulgou as Regras Mínimas para o tratamento de prisioneiros aprovada pela ONU que prevê o acesso de pessoas encarceradas afirmando a integração com o sistema educacional do país ela foi adaptada e aplicada, mas não comtempla no todo a realidade do Brasil, pois não foi atualizada e complementada justamente no capítulo que trata das instruções e assistência educacional. A Declaração de Hamburgo também coloca a educação como garantia de avanços para o direito de pessoas encarceradas e também agrega em alguns artigos situações como causadas por agentes penitenciários que criam resistências e barreiras para o acesso dos presos a educação. Abaixo alguns dos itens citados na declaração:

> O direito de todas as pessoas encarceradas à aprendizagem:
>
> a) proporcionando a todos os presos informação sobre os diferentes níveis de ensino e formação, e permitindo-lhes acesso aos mesmos; b) elaborando e implementando nas prisões programas e educação geral com a participação dos presos, a fim de responder a suas necessidades e aspirações em matéria de aprendizagem;
>
> c) facilitando que organizações não governamentais, professores.

Na Lei de Execução Penal temos uma seção especifica também para a Assistência Educacional estabelecendo a instrução escolar, determinando o ensino fundamental como obrigatório e integrado ao sistema escolar da unidade, prevê também a realização de convênios com instituições públicas ou privadas para instalação de escolas, cursos especializados e a locação de bibliotecas providas de material instrutivos e didáticos que viabilizem o ensino ao preso conforme apresentado no artigo 17 na seção V da LEP:

> Da Assistência Educacional
>
> Art. 17 – A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.
>
> Art.18 – O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade federativa.
>
> Art. 19- O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de

aperfeiçoamento técnico terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21 – Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as Categorias de

reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos."

A primeira garantia a respeito da educação prisional foi à criação da Lei de Execuções Penais (LEP nº 7.210 de 11/07/1984) que trás a responsabilidade educacional do preso e determina como deve ser executada e cumprida a pena de privação de liberdade e restrição de direitos está ligada a diversos tipos de assistências como material, saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Esse sistema está dividido em tipos de regime que condicionam seu aprisionamento. Está explicitada na LEP o direito a frequência ao ensino fundamental, já os demais níveis dependeram de alguns requisitos como ter cumprido 1/6 da pena, autorização pelo juiz de execução e comportamento adequado constituem a saída temporária. A assistência educacional é colocada como dever do Estado, pois é prevista como assistência social. Entretanto houve algumas modificações ao longo do tempo para que de fato obtivesse acesso à educação conforme colocação nas leis nº 12.245/2010 e lei nº 12.344/2011 que instauram salas de aulas com ensino básico e profissionalizante, e também a remição de pena por tempo de estudo. Essa assistência deverá ser concluída através de instrução escolar, formação profissional e oferta de educação fundamental obrigatória e integradas ao sistema educacional.

A educação interpretada na LEP é implementada de diversas formas alguns estados investem em ações e práticas, outros raros ou quase nada fazem quando se trata de efetivar o preceito. Outra questão relacionada é em relação à remição de pena pelo ensino alguns locais adotam essa base de interpretação outros não o praticam. Abaixo estão os tipos de regime no qual o apenado se insere ao longo da sua permanência no cárcere:

Regime fechado

Constitui a fase mais grave da execução penal, e impõe que a pena seja cumprida em penitenciária de segurança máxima ou media.

Regime semiaberto

A vida em comum com grupos e as atividades do processo de reeducação se desenvolvem na instituição, mas há contato com o mundo exterior, onde o condenado poderá frequentar cursos de instrução escolar e profissional e outras atividades de reinserção social. Iniciar a pena em regime semi-aberto significa que o delito cometido foi de gravidade mediana.

Regime aberto

Constitui a fase mais branda da execução penal. No regime aberto propõe-se a realização intensiva da formação escolar e profissional e a reinserção social progressiva.

Deve se realizar em casa de albergado ou instituição similar.

Em seus artigos a LEP prevê:

> Art. 1º Os arts. 126, 127, 128 e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:
>
> "Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
>
> § 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de: I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;
>
> II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

A violação e o desrespeito aos direitos humanos contribuem para que o sistema prisional restrinja ou até mesmo anule direitos adquiridos através da Constituição que assegura que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza e também de outras legislações específicas que fundamentam os direitos dos apenados. Em diversas delas podemos verificar a colocação da assistência educacional como primordial independente de circunstâncias, mas a aplicabilidade dentro do sistema prisional ainda é mínima e precária existindo uma grande lacuna entre teoria e prática. A consolidação das próprias demanda maiores discussões e implicação por parte de todas as áreas envolvidas por isso é necessário maior debate sobre a temática para traçar caminhos possíveis que tornem a educação de fato um direito de todos. Foi relatado em diversas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI) instauradas em diversos Estados ao longo dos anos como descrito no Boletim de Maio de 2007 sobre o EJA e Educação Prisional que evidenciaram essa situação sobre a educação do preso e suas condições dentro das unidades e também colocadas pela ONU que inclui ainda a falta generalizada para com os direitos dos presos e o seu tratamento constatado a necessidade de uma reforma no sistema prisional brasileiro.

Também podemos avaliar a educação no contexto da Declaração Universal dos Direitos Humanos que é um documento marco na história dos direitos humanos que foi elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948. Ela distingue a educação no seu artigo 26 como direito humano e tem em seus objetivos o desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento

do respeito aos direitos humanos identificados como universais, o que deixa claro a menção de que é para todos e todas e são exigíveis ao Estado tanto no alcance jurídico quanto político.

Esse artigo possui dimensão internacional e de obrigatoriedade para os Estados Nacionais através do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelecido pela Resolução 2.200 - A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de1966 e ratificado pelo Brasil em janeiro de 1992 e contou também com a criação em 1985 de um comitê para supervisionar a execução desses direitos humanos.

Conforme levantamento obtido no Relatório Nacional de Direitos Humanos em 2009 abordando a Educação como tema verificou-se que nas Unidades penitenciárias a educação não possui continuidade e é interrompida pelas dinâmicas e lógicas de segurança que obstruem a rotina da assistência educacional quando há rumores de rebeliões, e quando de fato ocorrem os presos permanecem à espera do retorno da direção e dos agentes penitenciários para continuar tendo acesso a sua formação, em muitas ocasiões não existe coesão nas relações entre a administração que participa da prática educacional.

A educação nas unidades penitenciárias é um direito humano fundamental garantido por leis e a sua importância como parte da estrutura de possibilidades de reintegração do preso a torna imprescindível, entretanto somente uma ínfima parcela consegue ter acesso efetivado. A busca por um desenvolvimento social e econômico também estão refletido nos direitos que um Pais realmente respeita e concretiza, e o campo educacional independente do contexto traz essa aplicação conforme Santana ressalta: A luta pelos direitos humanos inicia-se pelo campo da educação, meio pelo qual a pessoa interage com o mundo, com ele dialoga, o constrói e reconstrói.

3 | ASSITÊNCIA EDUCACIONAL NAS PRISÕES

A educação prisional tem sido vista como forma de controle de reincidência ao crime e violência, e também como meio de inclusão a sociedade para pessoas encarceradas, mas ainda que vivam em situação de regime de reclusão não são excluídos das políticas e responsabilidades que cabem ao Estado. Eles estão no momento inseridos dentro do sistema prisional o que não remete a sua exclusão social e sim a sua reinserção social com base nesse entendimento a educação para o preso passa ser entendida de um modo a promover sua recuperação preparando-o para liberdade com condições de originar suas próprias formas de trabalho isso trará a superação da sua condição atual. A reinserção do preso necessita acontecer de modo formal e igualitário promovendo sua cidadania que sempre existiu através de direitos já adquiridos, ela implica a competência de viverem em sociedade sem estarem em regime de reclusão e habilitados para buscar meios de garantir suas necessidades de forma independente.

> No caso de presos e presas, esta educação é decisiva na restauração da autoestima e na sua reintegração na sociedade, por meio da potencialização da capacidade do indivíduo em superar psicológica e socialmente as adversidades e converter-se em sujeito de sua própria história. (SARAIVA; apud LOPES, 2011, p. 29).

Dentro do sistema prisional acesso à educação não deve ser entendida como recompensa, vantagem ou benefício. Ela é um direito assistido ao preso instituído em legislações e como tal é desta forma que deve ser abordada e aplicada sendo efetivada com intuito de contribuir para que se torne possível à formação educacional do preso. A pena cumprida em regime de prisão tem prazo definido para o seu cumprimento e não implica a perda de todos os direitos. É deve ser analisada como algo temporário onde o indivíduo será preparado para novamente estar em uma convivência social fora do sistema penitenciário.

> Se entendermos a educação como um direito, talvez não seja necessário aceitar a ideia da instrumentalização da educação nas prisões e transformá-la numa estratégia de ressocialização. Isto pode ocorrer, e é bom que aconteça, mas não precisa ser a justificativa para a presença da educação nas prisões. (TEIXEIRA, 2007, p.18)

A categoria da Educação está intensamente ligada sobre a questão da ressocialização no sistema penitenciário sendo vista como um instrumento de formação, ampliação de leitura de mundo e desperta a participação de construção de conhecimentos e superação de uma condição atual, pois mesmo vivendo em um sistema de reclusão no momento o preso não está excluído socialmente embora esteja em um regime limitador não podemos entender sua atual situação como estar totalmente fora da sociedade, pois o sistema prisional se constitui parte dele. A reclusão não pode estar associada à exclusão do preso e sim ser associada como um veículo que investira em sua cidadania, capacidades e potencialidades.

> Nesse sentido, reinserção social não deve ser lida como sinônimo de inclusão social. A reinserção pressupõe a capacidade dos sujeitos viverem em sociedade sem necessitar estar em regime de reclusão e tendo capacidade de prover suas necessidades de modo autônomo. Portanto, entendemos que é visando sua reinserção social, e não sua inclusão, que são construídas políticas voltadas para a educação dos reclusos. (SARAIVA, 2011, p.16)

O sistema educacional e os programas existentes quando efetivados dentro de algumas penitenciárias apenas estão atendendo preocupações imediatas que se focalizam apenas na ocupação do tempo ocioso do preso baseado nisso temos um grande índice de reincidência, pois a questão da educação no encarceramento é muito mais que simplesmente uma atividade ocupacional ou instrumento de controle. Ela precisa ser vista como um mecanismo para sua relação social após o cárcere. Com isso temos um direito na teoria, mas sem validade na prática, pois o que podemos observar é um sistema que

exclui em todos os sentidos sendo utilizado como mecanismo de segregação para pessoas rotulados como pessoas que não se encaixam na sociedade acarretando insegurança e perigo para os demais.

Segundo Onofre há que se ter presente que a perda de liberdade do aprisionado é dupla: primeiro, por confinamento na instituição, e segundo, por confinamento dentro da instituição. Ela também destaca que a prisão nega qualquer possibilidade de ressocialização, de reintegração do indivíduo a sociedade, porque realiza a privação da liberdade, exerce a vigilância e privatiza a experiência da punição.

Isso evidência o retrocesso que acontece dentro das prisões onde o sistema continua sendo meramente punitivo pôs não se coloca em pratica as políticas atuais e também não se avança para buscar debates e discussões que gerem reflexões na sociedade buscando meios para que a prisão possa ser de fato um meio de ressocialização que busque se estruturar e contribuir nesse processo.

> Dentro desse cenário, o encarceramento não leva a recuperação, a menos que possa ser um tempo de aprender outras coisas. Esse aprendizado seria promovido pela Educação prisional, que estaria alinhada com os pressupostos mais amplos da Educação contemporânea. (SARAIVA, 2011, p.26)

A invalidação desses direitos constituídos aos presos não somente nega sua educação, mas atinge dimensões maiores que estão sendo ignoradas no todo, a visão limitada de que as consequências só atinge quem está no sistema de reclusão nos traz uma avaliação superficial e momentânea pois o crescimento da população carcerária nos remete a isso, existe um crescimento extraordinário da reclusão e analisando o grau de instrução a grande maioria não completou o Ensino Fundamental.

A educação dentro das prisões só enfatiza e vincula o que também acontece fora delas, à situação de pessoas ou de grupos sociais que sofrem por diversas razões por estarem e permanecerem excluídas socialmente. A educação prisional deveria estar voltada para a produção de sujeitos capazes de estarem preparados para a liberdade.

4 | A IMPLEMENTAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A prisão tem negado ao preso à possibilidade de sua ressocialização através de inúmeros fatores como a não efetividade das políticas públicas penais, a dicotomia entre a proposta pedagógica e a execução da implantação do ensino nas penitenciárias dificulta avanços através de um conjunto de fatores que somados criam diversas barreiras para que o acesso à educação para os presos possa de fato ser concreta. A existência de uma grande distância entre o proposto e ao aplicado nas instituições prisionais contribui para que o acesso acabe sendo negado de diversas formas.

A falta de articulação e coordenação entre órgãos responsáveis é um dos diversos fatores de embarreiramento para a educação dentro das prisões. Existem iniciativas

entre departamentos penitenciários, o Ministério da Justiça e o MEC que buscam atuações intersetoriais para que se obtenha resultados na área da educação nas prisões mas ainda não é algo concreto e muito menos perceptível seus avanços, pois quando consideramos alguns dados levantados podemos verificar que 70% não completaram o Ensino Fundamental e cerca de 10,5 % são analfabetos absolutos e que na grande maioria das unidades penitenciárias a demanda pelo acesso a educação atinge de 10% a 20 % da população encarcerada conforme expõe o boletim de 2007 sobre o EJA e Educação Prisional realizado pela Secretária de Educação a Distância e Ministério da Educação ,evidenciando que o direito a educação que é fundamentada em diversas legislações não se desenvolve, pois não existe uma integração e unificação por parte de todas as esferas que atuam no sistema penitenciário tornando inviável a concretização dessas ações em todos os presídios pois a concretização destas proposições dependem do envolvimento entre Governo Federal e os governos estaduais.

> Em termos históricos, esse cenário tem sido confrontado a partir de práticas pouco sistematizadas que em geral dependem da iniciativa e das idiossincrasias de cada direção de estabelecimento prisional. Não se verifica uma aproximação entre as pastas da Educação e da Administração Penitenciária nos estados que viabilize uma oferta coordenada e com bases conceituais mais precisas. (TEXEIRA, 2007, p.14)

Apesar da educação dentro do sistema prisional não ser algo recente existe um conflito na garantia do direito a educação por conta do modelo vigente prisional que se organiza de diversas formas que se alteram de Estado para Estado isso implica no percentual de presos que não possuem acesso à educação. As organizações administrativas das penitenciárias acabam organizando de forma independente a assistência educacional de acordo com o que supõe viável ou importante. A adoção de parâmetros para a educação nas prisões não prevalece em todas as unidades.

> O sucesso de qualquer política pública depende do envolvimento, em sua formulação, de todos aqueles que atuam na área a ser atendida. No caso específico da educação nas prisões é preciso que ocorra uma mudança cultural no entendimento do papel das prisões. Apesar de a lei ter mais de duas décadas de existência, ainda não foi cumprida na sua essência. (TEXEIRA, 2007, p.20)

Quando existe a oferta nas unidades apresentam diversas dificuldades como falta de: projeto pedagógico, materiais, infraestrutura, profissionais de educação que correspondam à necessidade educacional dos encarcerados, acessou ou existência de bibliotecas e equipamentos que contribuam no aprendizado.

A própria arquitetura do sistema prisional é um dos fatores que agrava a oferta da educação para o preso, pois além de não possuírem estrutura nas unidades e entendem a educação de forma mínima não reconhecendo sua importância no processo. Existem violações e resistências internas dos próprios agentes penitenciários que dificultam a

liberação do preso para as aulas, horários de trabalho e de estudo que não se conciliam e até mesmo o impedimento de entrada e saída de professores e repressão ao trabalho de educadores. A compressão do direito a educação dos presos para o sistema penitenciário e vista como questão de merecimento e alguém que violou direitos não possui necessidade ou "merece" ter acesso à educação que também é utilizada como meio de troca para se manter a disciplina.

A diferença entre o grau de escolaridade e a diversificação do perfil de cada preso dentre eles composta por reincidentes, analfabetos e alfabetizados demonstram a distinção dos alunos. A concepção de direitos compreendida pelo próprio corpo de empregados vinculados aos presídios que reafirmam um censo comum onde pessoas encarceradas não são dotadas de direito algum.

Percebemos isso devido à resistência interna que prejudica os presos quando se trata de horários que conciliem com o estudo, a própria liberação por parte dos agentes que dificultam ao máximo a saída dos presos para as aulas e até mesmo revistas que destroem materiais e trabalhos escolares, além de causarem problemas com os educadores e professores coagindo sua entrada e saída e também o seu trabalho dentro das unidades.

Existe uma deficiência na formação dos agentes, pois não distinguem bem o seu papel dentro do sistema e não realizam uma formação continuada que os capacite para fazer parte do processo tais políticas existentes não abrangem a valorização desse profissional no contexto da educação nos presídios e sua mediação nesta conjuntura. Por parte dos educadores e professores existe a dificuldade de se atuar dentro do sistema, pois a todo o momento são testemunhas da violação de direitos dos presos, submetidos ao controle de agentes e das direções das unidades que ditam o andamento das aulas, existindo também o conflito entre professor e aluno relacionado a gestos de afetividade que podem ser entendido como manifestações de outro caráter como interesse sexual.

> Outro problema apontado pelos professores é a atitude dos funcionários, que não compreendem, não aceitam, nem apoiam a educação escolar no presídio. Muitos acham que os encarcerados não merecem e não tem direito á educação e há aqueles que afirmam que os presos não levam á serio os estudos e usam a escola para fins secundários. Os funcionários que pensam assim, geralmente não aceitam os professores, nem o seu relacionamento com os presos, principalmente quando se caracteriza pelo diálogo, respeito e valorização do outro. (ONOFRE, 2009, p.08)

Quando se trata da infraestrutura e matérias para prática pedagógica no sistema prisional podemos verificar a falta de interesse para que nessas unidades exista o mínimo para a educação do preso. Ha falta de salas disponíveis nas unidades e quando possuem um espaço são totalmente inadequados, úmidos com pouca iluminação e ventilação. Existe a ausência de material básico como cadernos, canetas e lápis. Os materiais pedagógicos em sua grande maioria estão desatualizados e as bibliotecas quando existem obtém acervos carentes ou é dificultado o acesso do preso a ela.

> Há que se enfatizar, portanto, que a ineficiência das políticas publica penais é um desafio político global, que há uma dicotomia evidente entre a proposta pedagógica e a execução da atividade escolar na prisão. (ONOFRE, 2009, p.14)

O direito a educação é negado como mais uma punição e é por isso que se faz necessário à ampliação do debate para discutir e conjecturar a direção que a política educacional dentro dos presídios terá, pois o que podemos analisar é que a falta de políticas estaduais trazem retrocessos contínuos quando se trata da educação em nível do sistema prisional, os avanços que se obtém são exceções nos mostrando que é possível sim a efetivação da educação dentro de algumas unidades que vem desempenhando iniciativas com metas de ampliação do acesso e melhoria da qualidade educacional através de projetos pedagógicos eficientes e eficazes. Raros são os Estados que distinguem a importância da educação no contexto político da prática prisional.

> Assim sendo, todos que atuam nessas unidades (pessoal dirigente, técnico e operacional) são educadores (socioeducadores) e devem, independente da sua função, estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo. Ou seja, todas as unidades devem possuir um Projeto Político Institucional que oriente as ações, defina os recursos e viabilize uma atuação consciente e consistente com o plano individual de trabalho do interno. A educação no sistema penitenciário, e sua importância na ressocialização. (BRASIL ESCOLA, p.23).

Enquanto não possuirmos uma implementação e efetivação das políticas de educação para o sistema prisional sem distinções, seja por se tratar de apenados, ou seja, por diferenças de estados e de todos que participam desse processo tornar-se quase inviável colocar em exercício o que possuímos em leis e direitos que já foram conferidos sobre essa questão, mas devido a insuficiência de uma unificação para aplicabilidade de tais não obtemos progressos expressivos que de fato possamos assegurar que a educação dentro das prisões atinge a todos e acontece igualmente em qualquer unidade do País. A diversidade de fatores coopera para criar impedimentos para que a educação não se torne legítima no sistema prisional ocasionando a negação constante e perpetuada pela falta de interação de todos os profissionais que fazem parte do encargo de garantir ao preso o seu direito a educação. Precisamos entender e pensar a educação como parte integrante da ressocialização do preso e não como mero mecanismo utilizado conforme adequação ou a cada interpretação realizada e até mesmo avaliada distintamente como tem sido consolidada.

> A educação, por seu lado, almeja a formação dos sujeitos, a ampliação de sua leitura de mundo, o despertar da criatividade, a participação na construção do conhecimento e a superação de sua condição atual. (ONOFRE, 2009, p.02)

A assistência educacional é essencial e fundamental para que o preso possa obter meios quo levem a socializar e obter formas de se reinserir a sociedade através da construção da sua cidadania, e no momento o que evidenciamos é uma práxis voltada simplesmente para a privação de liberdade que não trás uma ação reflexiva e que não compete somente ao preso mais também ao poder público e a sociedade em geral passem a questionar e envolver-se com a causa que atinge a todos, pois o sistema reflete o que se iniciou fora do cárcere. Faz-se imprescindível a execução de políticas existentes que se apliquem concretamente e a concepção de novas propostas que fundamentem ainda mais a educação com a importância que a constitui para toda a coletividade.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância desse estudo está em ressaltar e ponderar a implementação e efetivação das políticas de educação dentro do sistema prisional. Trazendo a reflexão de que não se trata apenas de uma medida para ser reinserido na sociedade ou um controle de prevenção de reincidência ao crime, mas uma forma de efetuação de seus direitos que sendo aplicados contribua com o seu processo emancipatório.

A educação, além de se constituir em direito humano fundamental de qualquer pessoa, representa a aposta na construção de um novo modelo prisional que supere a violação de direitos e suas condições indignas, presente na realidade penitenciária brasileira, buscando o enfretamento com os desafios de uma sociedade democrática empenhada no todo com a realização da assistência educacional da população carcerária. Ela é responsável por fornecer elementos para a construção do pensamento humano e, por imediato pela capacidade de autodeterminação do indivíduo cooperando para que ele possa superar suas limitações. Possuímos dentro do sistema prisional diversos fatores que colaboram para que isso seja restringido e não exista um comprometimento com as regulamentações já existentes nessa esfera.

A construção de conhecimento sobre o assunto trará o questionamento sobre a consolidação das políticas de educação para pessoas encarceradas uma visão mais ampla em busca de não somente discernir a destituição dos direitos desses apenados, mas também de evidenciar a necessidade de discussões constantes sobre o tema de forma a trazer uma conscientização e formas de fazer valer a aplicação desses preceitos em vigor e trazendo o envolvimento do debate para conhecimento de toda a sociedade.

Buscar conhecer e avaliar o porquê de muitos debates e estudos apontarem que o direito a educação para pessoas encarceradas não atinge todo o sistema prisional faz com que possamos identificar onde esse direito está sendo violado e quais são os fatores interligado que ocasionam esses impedimentos, na possibilidade de uma assistência educacional que se realize dentro de um contexto que possui suas peculiaridades e por isso exige planos e metas pedagógicas que estejam de acordo com a situação de pessoas

que no momento vivem o encarceramento.

Ao longo da construção deste tema foi possível também perceber a insuficiência de material para pesquisa, obras que tratem da temática e com isso pouquíssimos dados atualizados que acompanhem o processo e investigue o cumprimento das legislações. Este tema é bastante profundo, pois abordam diversas barreiras que permeiam a questão por isso faz-se necessário o aprofundamento da temática trazendo apoios técnicos e teóricos que debatam a ineficiência da efetivação das políticas públicas penais que regem o contexto prisional e a ineficácia relacionada à falha de integração de todos aqueles que perpassam pelo desenvolvimento de reintegração do apenado.

REFERÊNCIAS

A educação no sistema penitenciário, e sua importância na ressocialização Brasil Escola. Disponível em http://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/aeducacaonosistemapenitenciariosuai mportancianaressocializacao.htm. Acesso em 27/04/2016 às 10:00h.

BRANDÃO, Carlos; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura Rebelde**: Escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. DF: Senado, 1988

BRASIL**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**Lei nº 9.394, de 26 de dezembro de 1996. http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf- BRASIL,RIO DE JANEIRO **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** (Lei de Execução Penal)

CARREIRA, Denise; CARNEIRO, Suelaine. **Relatório Nacional para o Direito Humano** á **Educação**: Educação nas Prisões Brasileiras. Plataforma Dhesca Brasil. Outubro 2007.

DEMO, Pedro. **Educação pelo Avesso**: assistência como direito e como problema. EditoraCortez. São Paulo 2ª Edição, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **História da Educação Brasileira.** Editora Cortez. São Paulo 1990.

SILVA, Marcela Mary.**Serviço Social na Educação:** Teoria e Prática. Editora PapelSocial. Campinas 2ªEdição,2014.

NEY, Antonio. **Política Educacional**: Organização e Estrutura da Educação Brasileira. Editora Wak, 2008.

OLIVEIRA, Leandra; ARAÚJO, Elson. **A Educação nas Prisões:** Um Olhar a Partir dos Direitos Humanos. Revista Eletrônica de Educação, v. 7, n. 1, mai. 2013. Artigos. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Disponível em http://www.reveduc.ufscar.br. Acesso em 02/06/2016às19: 45h.

ONOFRE, Elenice. **Educação Escolar na Prisão na Visão dos Professores:** Um Hiato entre o proposto e o vivido. Revista de Departamento de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Santa Catarina do Sul, v.17 n1. 2009. Disponível em https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/836. Acesso em 30/03/2016às21:02h.

SARAIVA,Karla; LOPES, Maura. **Educação, inclusão e reclusão**. Currículo sem Fronteiras, v. 11, n.1, p.14-33, Jan/Jun. 2011.

SENA, Paulo. **Assistência Educacional nos Estabelecimentos Penais**. Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, AnexoIII Brasília DF. Julho, 2004.

TEXEIRA, Carlos. **EJA e Educação Prisional:** O papel da educação como programa de reinserção social para jovens e adultos privados de liberdade: perspectiva e avanços.

Governo Federal, Secretária de Educação a Distância e MEC, Boletim 06. ISSN 15183157 Maio 2007

CAPÍTULO 19

ACREDITACIÓN DE CARRERAS: OPORTUNIDAD PARA LA ACTUALIZACIÓN CURRICULAR Y MEJORA CONTINUA DE LA FORMACIÓN EN TRABAJO SOCIAL

Data de aceite: 01/12/2020

Paula Leiva Sandova
Universidad Tecnológica Metropolitana – UTEM- Chile, Magíster en Trabajo Social UTEM - Chile. Directora Escuela de Trabajo Social, Universidad de las Américas, Chile.
https://orcid.org/0000-0003-0409-9637

RESUMEN: Las instituciones de Educación Superior en Chile, se someten a evaluaciones derivadas de la Ley de Aseguramiento de la calidad en Educación Superior. La modalidad de participación contempla, procesos de autoevaluación, que implican una profunda reflexión y análisis del estado de situación de la institución/carrera, que permite, levantar información relevante para garantizar la calidad de los planes de formación y visibilizar fortalezas y debilidades que se constituyen en posibilidades de actualización curricular, acorde a los desafíos que la realidad social le impone a las universidades y carreras. Se presenta el caso de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de las Américas, que se sometió a acreditación el año 2015, cuyo resultado fue un ajuste curricular, que integró no sólo el juicio crítico de los pares evaluadores, sino también la opinión experta de un profesional externo; la revisión de planes de formación de otras escuelas, la incorporación de las orientaciones de organismos internacionales, académicos y gremiales, además de la participación activa de la comunidad educativa. Asimismo, se tuvo a la vista las consideraciones del medio externo, consultando a empleadores de las instituciones en las que se desempeñan los egresados de la carrera. Todo lo anterior con la finalidad de contar con un plan de formación que considera el tránsito de los estudiantes por actividades curriculares que le brinden el andamiaje necesario para comprender críticamente la realidad social y los contextos en los cuales en Trabajador Social se desempeña, generando propuestas de acción fundadas y situadas de acuerdo a las características de los sujetos y las comunidades.

PALABRAS CLAVE: Acreditación, calidad, educación superior, formación profesional, Trabajo Social.

1 | EL SISTEMA DE ASEGURAMIENTO DE LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN CHILE.

En Chile desde el año 2006 se estableció un Sistema Nacional de Aseguramiento de la Calidad de la Educación, mediante la promulgación de la Ley N°20129, que posee entre otras las siguientes funciones:

> *"c) De acreditación institucional, que consistirá en el proceso de análisis de los mecanismos existentes al interior de las instituciones autónomas de educación superior para asegurar su calidad, considerando tanto la existencia de dichos mecanismos, como su*

aplicación y resultados.

d) De acreditación de carreras o programas, que consistirá en el proceso de verificación de la calidad de las carreras o programas ofrecidos por las instituciones autónomas de educación superior, en función de sus propósitos declarados y de los criterios establecidos por las respectivas comunidades académicas y profesionales." (Ley N° 20129, República de Chile, 2006, p.2)

La acreditación institucional, está a cargo de la Comisión Nacional de Acreditación (CNA) organismo que fue creado a partir de la proclamación de la mencionada Ley, y cuya función principal radica en verificar y promover la calidad de las Universidades, Institutos Profesionales y Centros de Formación Técnica autónomos, y de las carreras y programas que ellos ofrecen.

Las Instituciones de Educación Superior (IES), vale decir universidades, institutos profesionales y centros de formación técnica autónomos podrán someterse a procesos de acreditación institucional ante la CNA, los que tendrán por objeto evaluar el cumplimiento de su proyecto institucional y verificar la existencia de mecanismos de autorregulación y de aseguramiento de la calidad al interior de las instituciones de educación superior, y propender al fortalecimiento de su capacidad de autorregulación y al mejoramiento continuo de su calidad. Las IES se sometían hasta el año 2018 en Chile, de manera voluntaria a dicho proceso.

Por otro lado, la acreditación de carreras profesionales y técnicas y programas de pregrado es realizada por instituciones nacionales, extranjeras o internacionales, denominadas agencias acreditadoras, y tiene por objeto certificar la calidad de las carreras y los programas ofrecidos por las instituciones autónomas de educación superior, en función de los propósitos declarados por la institución que los imparte y los estándares nacionales e internacionales de cada profesión o disciplina y en función del respectivo proyecto de desarrollo académico. Este también es un procedimiento voluntario, salvo para las carreras y programas de estudio conducentes a los títulos profesionales de Médico Cirujano, Profesor de Educación Básica, Profesor de Educación Media, Profesor de Educación Diferencial y Educador de Párvulos, las que, de acuerdo a la ley vigente en Chile, deberán someterse obligatoriamente al proceso de acreditación.

En ambos procesos de acreditación, Institucional y de carreras, tanto la CNA como las agencias acreditadoras, otorgan hasta 7 años máximo de acreditación dependiendo del grado de cumplimiento de los criterios de evaluación.

Para el caso de la acreditación de carreras de pre grado los criterios de evaluación son los siguientes:

I. Dimensión Propósitos e Institucionalidad de la Carrera

- Criterio 1: Propósitos
- Criterio 2: Integridad

- Criterio 3: Perfil de Egreso
- Criterio 4: Plan de Estudios
- Criterio 5: Vinculación con el Medio

II. Dimensión Condiciones de Operación

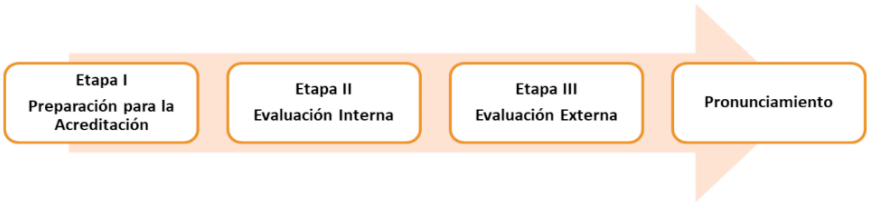
- Criterio 6: Organización y Administración
- Criterio 7: Personal Docente
- Criterio 8: Infraestructura y recursos para el aprendizaje
- Criterio 9: Participación y Bienestar Estudiantil
- Criterio 10: Creación e Investigación por el cuerpo docente

III. Dimensión Resultados y Capacidad de Autorregulación.

- Criterio 11: Efectividad y Resultado del Proceso Formativo
- Criterio 12: Autorregulación y Mejoramiento Continuo

Los procesos de acreditación de carreras de pregrado, que se desarrollan en Chile implican para los programas de formación profesional, el sometimiento a una rigurosa autoevaluación, que permite el levantamiento de información respecto al estado del arte de una carrera en un momento determinado, incluyendo todas las jornadas, menciones, sedes y modalidades asociadas a una carrera o programa de acuerdo a lo descrito, incluyendo toda la oferta académica entregada en cada una de las sedes.

Los procesos de autoevaluación consideran 4 etapas formales:



Dicho proceso contempla, como se mencionó anteriormente, la implementación de un proceso de autoevaluación, que implica recoger la opinión de los actores clave que integran una comunidad educativa, vale decir estudiantes, docentes egresados y empleadores, mediante la aplicación de encuestas de autoevaluación y la realización de grupos de discusión que abordan temas internos de la carrera.

Posteriormente la unidad académica responsable del Plan de Formación elabora

un Informe de Autoevaluación y levanta información adicional de la carrera, que se integra a Formularios específicos, los cuales son presentados a las Agencias Acreditadoras, quienes luego proponen un cronograma de acreditación, que incluye entre otras acciones la constitución de una comisión de pares evaluadores, integrada por profesionales de la misma disciplina del programa que se somete a autoevaluación.

Una vez constituida la Comisión de pares evaluadores, éstos visitan la institución y sostienen encuentro con los diversos estamentos de la carrera, reuniones que tienen el fin de constatar aquello que la carrera declaró en su Informe de Autoevaluación, mediante el planteamiento de preguntas a dichos actores clave.

Una vez desarrollada la visita de los pares evaluadores, éstos emiten un Informe el cual es presentado al Consejo de la Agencia Acreditadora, quienes emiten el decreto o resolución de acreditación, donde señalan las fortalezas y debilidades detectadas por los pares evaluadores y los años de acreditación que obtiene el plan de formación (carrera) evaluado.

Cabe señalar, que el 29 de mayo de 2018 se publicó en el Diario Oficial de Chile, la nueva Ley de Educación Superior, que lleva el numeral 21.091. la que, entre otras disposiciones, presenta algunas modificaciones al sistema de acreditación institucional y de carreras.

Esta norma, que crea la Subsecretaría y la Superintendencia de Educación Superior, modifica también de manera importante la composición de la Comisión Nacional de Acreditación y la forma de evaluar el aseguramiento de la calidad en las instituciones, carreras y programas de pregrado y postgrado en el país. Por tanto, lo expresado en éste artículo da cuenta del proceso de acreditación desarrollado en el marco de la Ley anterior (Ley N° 20129).

2 | EL CASO DE LA ACREDITACIÓN DE LA ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL UDLA: UNA OPORTUNIDAD PARA LA ACTUALIZACIÓN CURRICULAR Y LA MEJORA CONTINUA

El contexto de acreditación descrito en los puntos anteriores, enmarca los procesos de autoevaluación que desarrollan los programas de formación, en los que se incluyen también las propuestas formativas de Trabajo Social presentes en Chile.

Para el caso específico de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de las Américas, la acreditación ha significado un profundo proceso de crecimiento y desarrollo, que es posible relevar en este artículo, en el sentido de compartir una experiencia que es común a cualquier carrera que se somete a procesos de autoevaluación en miras de la obtención la certificación de acreditación.

El proceso que experimentó la Escuela de Trabajo Social de UDLA, cuyo resultado fue la acreditación por 3 años a partir del octubre del 2015, derivó en la necesidad de realizar un ajuste curricular en el plan de formación de Trabajo Social. Lo que se tradujo en el diseño

de una actualización curricular que tuvo a la vista nos sólo las debilidades planteadas en la acreditación, sino también diversos elementos que deben ser considerados al momento de plantearse una modificación curricular.

Dentro de las debilidades señaladas tanto en el Informe de autoevaluación de la carrera, como el Informe de los pares evaluadores, se señaló una crítica respecto a que la formación que impartía Trabajo Social UDLA poseía un énfasis en lo procedimental, no apreciándose en el plan de formación un número adecuado de asignaturas que favorecieran la capacidad reflexiva crítica, que caracteriza al Trabajo Social actual.

De igual forma y con el fin de contrastar la opinión de los pares evaluadores, se solicitó la asesoría externa, a una académica con especialización en formación profesional, para que evaluara la coherencia del perfil de egreso de la carrera y el plan de formación, señalando entre otras conclusiones que el plan de formación de Trabajo Social UDLA "…apunta más bien a formar un profesional técnico operativo, con énfasis instrumental, mientras que el perfil de egreso muestra un claro énfasis disciplinar" (Iturrieta, 2016, p.4). Coincidiendo con lo señalado con los pares evaluadores.

En tal sentido, cabe señalar que el plan de mejoras comprometido por la carrera, para asumir las debilidades detectadas en la autoevaluación, planteó expresamente la necesidad de "Fortalecer las instancias periódicas de análisis curricular…lo que implica la revisión y actualización de planes y programas…" (Informe de Autoevaluación Trabajo Social UDLA, 2015, p170.)

Todo lo anterior requirió de la participación activa de los distintos estamentos de la carrera, desarrollándose sesiones de trabajo periódicos del Comité Curricular de la carrera y encuentros con estudiantes, docentes y egresados, como también con representantes gremiales del Colegio de Trabajadores Sociales de Chile, levantando información mediante estrategias metodológicas, tales como grupos de discusión, encuestas de opinión, consulta a expertos, revisión bibliográfica, entre otras. Asimismo, se realizó revisión de planes de estudio de Escuelas de Trabajo Social chilenas y extranjeras, con el fin de reconocer énfasis y orientaciones de la formación. De igual forma se revisaron las actas de los últimos encuentros de asociaciones de escuelas de Trabajo Social (ALAEITS, ACHETSU, entre otras) y la Federación Internacional de Trabajo Social (FITS), para recoger los planteamientos que se expresan respecto a los desafíos de la disciplina en cuanto a la actuación y la formación profesional.

Es posible señalar que la propuesta de ajuste curricular, que diseñó la Escuela de Trabajo Social de UDLA, respondió primeramente a compromisos planteados en el plan de mejoras surgido en el contexto del proceso de autoevaluación y acreditación de la carrera. Asimismo, y con el fin de asegurar la coherencia entre el perfil de egreso declarado y el plan de formación, es que la propuesta de ajuste y/o modificación surge del análisis reflexivo y crítico que realizó la Dirección de Escuela junto al Comité Curricular de la carrera, en el sentido de actualizar la formación profesional de los futuros trabajadores sociales, a partir

de los desafíos que la realidad social le impone a la disciplina.

Los ajustes curriculares vinculados al mejoramiento del Plan de Formación de Trabajo Social de UDLA, significó el superar entre otras debilidades, una que debió ser asumida por la carrera de manera prioritaria, a partir de los juicios emitidos por los pares evaluadores cuando afirman que «la formación que imparte Trabajo Social UDLA posee un énfasis en lo procedimental, no apreciándose en el plan de formación un número adecuado de asignaturas que favorezcan la capacidad reflexiva crítica, que caracteriza al Trabajo Social actual» (Informe pares evaluadores, octubre 2015, p.28). De igual forma, lo señalado por los pares, también coincide con los análisis y las reflexiones internas del Comité Curricular, respecto al estado de situación de la carrera. Tomando en consideración los juicios de los pares evaluadores y del Comité Curricular que una de las acciones más relevantes del Plan de Mejoras comprometido por la carrera, se centró justamente en superar dicha debilidad, especialmente en la revisión y actualización permanente de los programas de estudio.

Como se señaló más arriba, para complementar el juicio evaluativo de los pares evaluadores del proceso de acreditación, el Comité Curricular de la carrera, definió en conjunto con la decanatura, considerar una revisión adicional del Plan de Formación de Trabajo Social. Es así que, entre noviembre del 2015 y marzo del 2016, se contrató una asesoría externa, con dicho fin.

Las aportaciones que realizó la asesora externa, permitió develar ciertos aspectos necesarios de abordar en un ajuste curricular. A saber, en un primer lugar, señala que es necesario transitar de un plan de formación con énfasis en lo procedimental a uno más focalizado en la formación crítico –reflexiva. Cuestión que a juicio de la asesora externa, percepción compartida también por el Comité Curricular de la carrera, evidencia una tensión entre el Perfil de egreso y el plan de formación de Trabajo Social UDLA, señalando que este último *"…apunta más bien a formar un profesional técnico operativo, con énfasis instrumental, mientras que el perfil de egreso muestra un claro énfasis disciplinar*" (Iturrieta, 2016, p.4).

Asimismo, la asesora externa, indica que subyace al plan de estudios una concepción de la realidad fragmentada, que debe ser discutido y asumido por la Escuela y su Comité Curricular, antes de adentrarse en el desarrollo de las habilidades critico-reflexivas de los estudiantes a través del abordaje de lo ético político.

Esta visión fragmentada de la realidad, que señala la asesora externa, se refleja no solo en las asignaturas que desagregan a los actores sociales en infancia, juventud, etcétera, sino además en los cursos teóricos referidos, por ejemplo, a políticas sociales, y en el curso de epistemología enfocado exclusivamente hacia la investigación social.

De igual forma, la asesoría externa plantea que al analizar la opción sociopolítica que subyace al plan de estudios de Trabajo Social UDLA, se evidencia una preferencia por la adaptación al sistema sociopolítico vigente, lo que estaría reñido con la declaración

de formar un profesional crítico reflexivo que se compromete en el Perfil de egreso, esto último fue visibilizado también por el Comité Curricular, en todo el proceso de análisis que sustentó el ajuste curricular.

Adicionalmente a lo expresado por los pares evaluadores del proceso de acreditación y los aportes de la asesora externa, el Comité Curricular procedió a realizar una exhaustiva revisión a documentación oficial de diversas instituciones dedicadas al estudio de las Ciencias Sociales y al desarrollo disciplinar, para contar con referencias globales, que sustentaron la reflexión del Comité Curricular.

En el Informe de la UNESCO del año 2010, sobre "Las Ciencias Sociales: Las brechas del conocimiento", se plantean desafíos para las disciplinas sociales, que debieran ser considerados en la formación, en síntesis, este informe plantea:

- Las enormes disparidades en la capacidad de investigación existentes entre los países y la fragmentación del conocimiento obstaculizan las posibilidades de las ciencias sociales para responder a los desafíos de hoy y de mañana.

- Los científicos sociales producen un trabajo de excelente calidad y valor práctico enorme, pero «…el conocimiento científico social es a menudo el menos desarrollado en las zonas del mundo donde es más intensamente necesario» (UNESCO, 2010, p.3).

- Se necesita «un mejor y más accesible conocimiento que pueda proporcionar políticas públicas provistas de las evidencias necesarias» (UNESCO, 2010, p.3) para lograr una transformación social.

- Por tanto se plantea un desafío concreto para las ciencias sociales, especialmente cuando la «…tendencia del paisaje de la ciencia social en el ámbito mundial es hacia la fragmentación, la falta de pluralidad y la separación entre la labor científica y las necesidades sociales» (UNESCO, 2010, p.3).

También fue necesario revisar los planteamientos de organismos gremiales, profesionales y académicos, vinculado a la formación profesional de trabajadores sociales como la Asociación latinoamericana de Escuelas e investigación en Trabajo Social- ALAEITS, que en el XXI Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, desarrollado en México, en octubre de 2015 denominado: «La Formación profesional en Trabajo Social: Avances y tensiones en el contexto de América Latina y el Caribe. "A 50 años del movimiento de Reconceptualización", y en concordancia con la Federación internacional de Trabajo Social- FITS, plantea que hoy se observa una "compleja dinámica de los procesos latinoamericanos del Siglo XXI, en la cual se hace necesario reconocer que vivimos en un escenario diverso y contradictorio, con alta conflictividad en la vida social…que exigen al Trabajo Social una rigurosa identificación, caracterización y análisis de la cuestión social" (FITS, 2018, s/n p.). Aspectos necesarios de incluir y abordar en la formación profesional de los futuros trabajadores sociales.

Sumado a lo anterior, se ha intencionado desde la Dirección de Escuela de Trabajo Social, un acercamiento y vinculación mayor con el Colegio de Trabajadores Sociales de Chile, integrando a partir del 2016 la Mesa Gremio- Academia, que busca compartir reflexiones y miradas conjuntas entre las Escuelas de Trabajo Social chilenas, respecto a la formación de trabajadores sociales. Planteándose como objetivo de dicha comisión, el año 2017: Aportar al fortalecimiento de la formación y ejercicio profesional, acorde a las necesidades que le demanda los nuevos escenarios socio-políticos, de América Latina y en particular Chile, constituyéndose en un nexo real entre el gremio y la academia.

Adicionalmente y con el fin de enriquecer aún más reflexión del Comité Curricular de la carrera, se organizaron encuentros por sede durante los meses de abril y mayo del 2016, con los diversos estamentos (estudiantes, docentes partime, docentes de planta) con el fin de abordar una de las debilidades detectadas en la autoevaluación de la carrera, a saber: "Faltan instancias de mayor participación de los docentes en el proceso de toma de decisiones respecto la estructura curricular y modificación de planes y programas de estudios" (Informe de Autoevaluación carrera Trabajo Social UDLA, 2015, p.156) y también con el objetivo de recoger inquietudes y aportes que permitan fundamentar con mayor sustento un proceso de ajuste curricular.

Con todo los insumos anteriores, y luego de varias instancias de reflexión y análisis se procedió en conjunto con el Comité Curricular a diseñar la propuesta de ajuste curricular, que consideró en su estructura, el tránsito de los estudiantes por actividades curriculares (asignaturas) que brinden el andamiaje necesario, para comprender críticamente la realidad social y los contextos en los cuales en Trabajo Social se realiza, generando propuestas de acción fundadas y situadas de acuerdo a las características de los sujetos y las comunidades.

Asimismo, lo que buscó la incorporación de las nuevas asignaturas, fue responder de manera más coherente a lo declarado en el perfil de egreso de la carrera. Específicamente lo referido a los ámbitos de realización de Políticas públicas y Bienestar Social, Investigación Social, el ámbito socio jurídico y la línea de intervención comunitaria. Éstos ámbitos surgieron de una revisión que el Comité Curricular desarrolló previo a la acreditación de la carrera, específicamente cuando se explicitó de manera más profunda el perfil de egreso comprometido por la carrera, para responder a los requerimientos institucionales relacionados al Modelo educativo de UDLA.

Por otro lado, las nuevas asignaturas incorporadas al plan de formación, favorecen instancias y espacios para desarrollar las mediaciones necesarias para potenciar el análisis crítico de un fenómeno, porque es en esas mediaciones donde está la posibilidad de discutir los contenidos que son abordados durante la formación profesional.

Básicamente, lo que se pretendió con el ajuste curricular derivado del proceso de acreditación que experimentó la carrera, es desarrollar el pensamiento crítico reflexivo en las y los estudiantes, de tal forma que se potencie en ellos la capacidad de interpelación,

al momento de tener que discernir entre distintas perspectivas, modelos, metodologías, etcétera, para desarrollar sus actividades profesional-disciplinares, sustentados en una reflexión rigurosa de su praxis social.

3 | CONCLUSIONES

Los procesos de evaluación interna desarrollados tanto por las carreras como por las instituciones de educación del país, deben seguir los lineamientos propuestos por la Comisión Nacional de Acreditación (CNA) y, por consiguiente, basarse en el análisis de la información cualitativa y cuantitativa que genera especialmente para dichos fines la institución o la carrera, contrastándola con criterios definidos y aceptados desde referentes académicos, profesionales y disciplinares. Asimismo, el proceso se efectúa con la convicción de que la finalidad que busca la acreditación, se refiere al mejoramiento de la calidad y el fortalecimiento de la capacidad de gestión de la carrera y/o de la institución, sumado a fortalecer una cultura de autoevaluación y mejora continua.

Es así que el objetivo central de la acreditación de carrera/institución es promover el mejoramiento continuo de la docencia de pregrado, conjuntamente con suministrar información confiable y actualizada para la detección de las áreas deficitarias y, a continuación, implementar las medidas necesarias para su superación en forma de un plan de mejoramiento con acciones, metas, indicadores, plazos, responsables y presupuesto asociado, que debe ser plenamente respaldado por las autoridades centrales de la Universidad, para favorecer su correcta implementación y la obtención de los resultados comprometidos, en los procesos de acreditación.

Los procesos de acreditación institucional y de carreras, han permitido que se instale una dinámica de análisis que aporta a la organización creando espacios de trabajo, que contribuyen al diálogo y al intercambio de opiniones, centradas en la calidad de los procesos educativos, orientados al logro del Perfil de Egreso de los estudiantes y el mejoramiento continuo.

Esta experiencia favorece que se estructuren cimientos institucionales dirigidos a avanzar en la cultura de la calidad, entendida como la capacidad de autorregulación, integrando en el análisis las condiciones de ingreso, los procesos curriculares y los resultados de la formación profesional de los estudiantes.

Los procesos de acreditación, considerados como procesos sistémicos, que incluyen ciclos como la planificación, ejecución, evaluación y capacidad de identificar los ámbitos para el mejoramiento continuo, permiten que las universidades y las carreras desarrollen un trabajo sobre la base de procedimientos claros y acuciosos de autorregulación. Este es el fundamento de la calidad en materias relacionadas con la educación superior, tanto a nivel institucional como de carreras y programas.

A partir de las acreditaciones, se promueve la instalación de una cultura de

mejoramiento continuo en las carreras y en las Instituciones, que obligan a los equipos responsables a la revisión y el análisis detallado de los resultados de la carrera y los fundamentos de su propuesta educativa, considerada como un todo a partir de sus componentes esenciales. Es decir, la declaración de Perfil de Egreso, la estructura curricular, la estructura organizacional, los recursos humanos, la infraestructura y los recursos de apoyo a la docencia, entre otros. De este modo, se crean espacios de diálogo organizado, que permiten contrastar enfoques y opiniones favoreciendo la integración de todos los ámbitos que intervienen en la calidad de la docencia.

Asimismo, la revisión permanente de indicadores internos, cuyos énfasis se orientan a los resultados de aprendizaje de los estudiantes y su integración como actores sociales llamados a aportar desde su profesión, es un desafío que requiere ser profundizado. Este análisis es un aporte relevante para apreciar la realidad de la Carrera/Institución a partir de un conjunto amplio, preciso y riguroso de elementos y permite conocer la potencialidad y las debilidades actuales de los planes de formación, entregando los elementos necesarios para responder en forma responsable al país y a las expectativas de la comunidad educativa.

Sin duda para los programas de formación de Trabajo Social presentes en Chile, los procesos de autoevaluación orientados a la obtención de la acreditación de carreras, se constituyen en espacios enriquecedores de reflexión, análisis y discusión académica, tanto por parte de los equipos responsables de los planes formativos, como de la comunidad académica en su totalidad, ya que permite relevar información actualizada respecto al estado de situación de la carrera, información que orienta la toma de decisiones curriculares y permite contar con insumos valiosos para mejorar los procesos formativos y la producción académica de la unidad, como también fortalecer la vinculación con el medio. Esto último, especialmente cuando se considera la opinión de los egresados del programa de formación, y la percepción de los empleadores respecto al desempeño profesional de dichos egresados y la pertinencia de la formación que imparte la carrera.

La realidad social actual le plantea al Trabajo Social múltiples desafíos, especialmente, si se considera la complejidad con las que se expresan los diversos fenómenos sociales. Esto demanda una actuación profesional reflexiva, crítica y rigurosa, considerando al trabajador social como parte integrante de la realidad, vale decir como un actor social, que incide en los procesos de trasformación que desarrollan en conjunto con las personas, en el entendido de una actuación que se construye con otros. Esto constituye un desafío permanente para la formación profesional de trabajadores sociales, que debe cautelar la atención a una realidad social que sabemos es dinámica y compleja y por tanto requiere ser considerada al momento de plantearse actualizaciones curriculares que se orienten a la mejora continua y al desarrollo de procesos formativos de calidad.

REFERENCIAS

Agencia A-Espigar (2015) ***Informe final evaluación externa de carrera de Trabajo Social UDLA***. Santiago, Chile.

Agencia A-Espigar (2015) ***Acuerdo de acreditación carrera Trabajo Social UDLA.*** Santiago, Chile.

Comisión Nacional de Acreditación Chile- CNA (2017) ***Criterios para la acreditación de programas de pregrado***. www.cnachile.cl/Criterios%20y%20Procedimientos/DJ%20009-4%20Criterios.pdf Recuperado el 20-01-2018.

Federación Internacional de Trabajo Social – FITS (2017) ***Texto preliminar para el workshop sobre la definición de Trabajo Social.*** http://ifsw.org/. Suiza. Recuperado el 18-12-2017.

Iturrieta, S. (2016*) **Informe asesoría externa para el Análisis Crítico del Plan de Formación en Trabajo Social UDLA, Segundo informe de avance***. Documento interno de trabajo.

UDLA (2015) ***Informe de Autoevaluación carrera Trabajo Social***. Santiago, Chile.

Congreso Nacional de Chile (2006) ***Ley N° 20129; Establece un Sistema Nacional de Aseguramiento de la calidad de la Educación Superior***. Valparaíso, Chile.

UNESCO (2010) ***Informe sobre las Ciencias Sociales en el mundo: Las brechas del conocimiento***. París, Francia.

CAPÍTULO 20

LA EDUCACIÓN DESCOLONIZADORA, COMUNITARIA Y PRODUCTIVA PARA LA FORMACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL

Data de aceite: 01/12/2020
Data de submissão: 16/10/2020

Natalia Rosario Araníbar Escarcha
Docente extraordinaria de la Carrera de Trabajo Social de la U.A.T.F.
Ciudad de Potosí – Potosí/Bolivia
http://lattes.cnpq.br/2633142231785168

RESUMEN: Este trabajo pretende reflexionar sobre lo que se puede entender como descolonización, educación comunitaria y productiva para incluir esos elementos en la formación de trabajadores sociales; se parte de una presentación conceptual y su reflexión sobre su comprensión para que sean categorías a incluir como parte de los procesos de enseñanza-aprendizaje de la profesión, incorporando además el análisis de la influencia familiar en ese proceso. Se concluye estableciendo los fines de la formación en Trabajo Social desde la perspectiva presentada y señalando cuál sería el rol del formador.
PALABRAS CLAVES: Trabajo Social, descolonización, formación

ABSTRACT: This work aims to reflect on what can be understood as decolonization, community and productive education to include these elements in the training of social workers; It starts with a conceptual presentation and its reflection on its understanding so that they are categories to be included as part of the teaching-learning processes of the profession, also incorporating the analysis of the family influence in that process. It concludes by establishing the aims of Social Work training from the perspective presented and pointing out what the role of the trainer would be.
KEYWORDS: Social work, decolonization, training

CONTENIDO

> *"Sin educación no hay futuro, y nuestra educación es lamentable, los chicos salen de las escuelas sin saber nada y en la universidad es pero, no hay buenos profesionales y los pocos que hay prefieren irse a donde les pagan bien, en Bolivia la educación es de lo peor……el país se va en picada……."*

Comienzo parafraseando a un amable señor que conocí durante el recorrido de una ruta del transporte público de mi ciudad. La verdad es que no recuerdo su nombre, pero era un ciudadano común y corriente como cualquiera de nosotros, aproximadamente de unos 45 años de edad, padre de tres hijos, trabajador por cuenta propia –hasta donde entendí- y si bien eso paso hace ya bastante tiempo, es una de esas conversaciones casuales que suelen quedarse en la memoria. Y similares opiniones he escuchado no solo de la educación en términos generales, sino de la formación universitaria de los trabajadores sociales (al menos en mi ciudad), notándose además –aunque no es parte de este trabajo- la

desvalorización de nuestra profesión. Siendo así es que bajo el rótulo de educación en su sentido amplio, se hace referencia también al proceso formativo para el Trabajo Social.

Y bueno. Ese parecer es bastante popular por cierto, los elementos que son común denominador al hablar Bolivia y de la educación en el país suelen presentar muchos adjetivos severos, y así como hay valiosas críticas constructivas, también existen argumentos rígidos y mecánicos que no ven las potencialidades ni los aciertos existentes (y creo que ocurre igual en otros países)

Ahora bien, considero necesario el avanzar en el tema y observarlo desde una óptica más amplia, he tenido la oportunidad de nutrirme de la experiencia, opiniones y aportes de varios entendidos en el tema, tanto de la educación en general, como de la formación en Trabajo Social en particular, y es justamente el resultado de esas reflexiones que surgen estas consideraciones, expuestas estableciendo la implicancia del cambio social y la educación, la educación descolonizadora, lo comunitario en la educación, lo productivo en la educación, y educación, familia y sociedad.

Cambio social y formación

El historiador Inglés Tonbee (citado en De la Espriella, 2008) decía acertadamente que *"lo malo de la historia es que no aprendemos de la historia"*, y se confirma esa afirmación en el plano individual y social, pues hay la tendencia a repetir errores. Qué es sino la crisis civilizatoria sino la perpetuación de una serie de errores histórico sociales.

No hay que hacer profundas reflexiones epistemológicas para darse cuenta que la crisis es a la actualidad como del buen paceño la marraqueta al café: infaltable. Y el hablar de crisis ya es en sí tremenda tarea, el desequilibrio en lo ambiental, económico, cultural, político, social y humano es tal que parecería que estamos en el guión de una película hollywodense al mejor estilo "2012", y lo que es peor, la humanidad toda tiene el rol de extra en la filmación.

Cada año se pierde por la erosión un espacio similar al tamaño de Alemania, el calentamiento global amenaza con destruir la especie, en el África solo el 30 % de la población tiene acceso a agua potable, el modelo 20/80[1] va en camino a convertirse en un 15/85 o incluso en un 10/90, y en el grupo del 90 % se ha ido generando mentalidades y actitudes que son capaces de lo que sea para traspasar llegar lo más cerca posible del otro grupo porcentual, narcotráfico, tráfico humano para la prostitución y el mercado de órganos, conflictos políticos, constante amenaza de guerra mundial, la inseguridad ciudadana hace temblar a los ricos por su riqueza y a los pobres en su pobreza, crímenes de odio, violencia…….miedo…… tal como dice Eduardo Galeano (1998),es el tiempo del miedo, miedo de vivir y miedo de morir.

En Bolivia eso también se hace evidente, la profunda crisis en la que se encuentra es la sumatoria de errores de distinto origen, que si bien tienen su génesis en el proceso de

1 Ese modelo indica que el 20 % de la población mundial concentra el 80 % de la riqueza.

conquista y colonia de hace más de 500 años, se han recreado en su devenir republicano y se tiene ahora en un contexto mundial de despertar de conciencias y crítica de un sistema mundo que ha fracasado[2], la coyuntura precisa para repensar en el cambio social con una perspectiva distinta y renovada.

El momento histórico es crucial, y la fórmula incluso es sencilla, si el sistema mundo caracterizado por el individualismo, mercantilismo, competitividad y transnacionalismo, no está dando resultados, probemos con sus contrarios. Frente al individualismo relevemos lo comunitario, en lugar del mercantilismo la reciprocidad, cooperación en lugar de competitividad y recuperemos lo nuestro, retornemos a lo pequeño, lo micro, en vez del monopolio transnacional.

Sin hacer apología política, si hay algo totalmente certero en la propuesta teórica del nuevo modelo de Estado es que se orienta en ese sentido, y dice con la voz que emerge de la tradición originaria andina-amazónica que se debe recuperar el valor de la vida en comunidad. Michel Foucault (1980) afirma que el hombre moderno ha perdido su cualidad de ser humano y carece de libertad y dignidad, entonces, hay que guiar a éste hombre moderno en un nuevo camino más humano, con libertad y dignidad. Es ahí donde entra la educación.

Si nos remitimos a la raíz de la palabra educación; del latín educere "guiar, conducir", encontramos la clave, debemos justamente hacer eso, conducir a la sociedad, a la humanidad en una dirección nueva, o dotar de nuevos argumentos a la dirección asumida, pero en todo caso procurar el cambio social, el cual debe traducirse en cambio de conducta, de actitudes sociales e individuales, en reasumir y reafirmar la identidad y en ver las cosas, la vida misma ya no solo por el espejo, sino por la ventana, y es el proceso educativo donde se deben fijar los conocimientos, procedimientos, actitudes y valores donde la cultura encuentre una expresión vinculante y de transformación. Y eso se debe tomar en cuenta al hablar de la formación en Trabajo Social.

La educación *"moldea, transforma y esculpe, en resumen, embellece, por eso la forma ética de buscar bienestar es a través de la educación……..gracias al doble proceso de la educación, de formación y evolución de la sociedad, de construcción moral y beneficio social"* (Ruíz, 2005: 52).

Para ello, en cada sociedad se debe establecer un modelo o tipo ideal acerca del tipo de ser humano, ser social y comunidad se desea alcanzar como objetivo, en los planos físico, espiritual, cognitivo, cultural y organizativo con visión estratégica, mirando siempre más allá, y si eso se debe establecer a nivel societal, también se debe hacer lo propio desde la disicplina.

Educación descolonizadora

El análisis de los mapas de Gavin Menzies y Enrique Dussel sirvió de pasaje a un

2 Hago referencia los movimientos que en distintos países (incluido el nuestro) están surgiendo y/o fortaleciendo a nivel mundial, bajo la consigna de que otro mundo es posible, y más que eso, necesario.

viaje mental por la geografía de las expediciones en América y la lógica de la colonización posterior; nos vestimos de historia y salimos a recibir a quienes se habían dado a sí mismos el rótulo de "descubridores"[3], para ver –por si acaso- tenían buenas intenciones para con estas tierras y sus habitantes. Pues no.

El señor eurocentrismo[4] entraba con látigo y sin dar tregua, se acomodaba sobre culturas y gentes, aplastándolas, y desde ese inmerecido trono se preparaba para cuidar a sus hijos colonialidad, modernidad, capitalismo y sometimiento –quienes luego procrearon y procrearon- y los amamantó con nuestras riquezas. Simplemente se quedó.

La colonización es un proceso vinculado a la invasión y la conquista (Callisaya, 2010), ligado al dominio de la tierra y del territorio[5], con un fuerte componente psicosocial. Para poder consolidar la dominación y el sometimiento de tiene que "reducir" al conquistado.

Eso fue justamente lo que se hizo, redujeron a los habitantes, sus relaciones, su estilo de civilización distinto, oprimieron a los "otros" y en sus rasgos y en su piel encontraron marca la distinción, surgiendo así la idea del *racismo* como sustento de la superioridad y la modernidad; al creerse los colonizadores superiores por raza y civilización se sienten obligados a desarrollar a los primitivos a la luz de Europa y de sus creencias *"que señalan a los cristianos como dueños y superiores –los evangelizadores- y a los indígenas como inferiores y sometidos –los evangelizados"* (Forcano, 1992: 312).

Y lo peor es que nos creímos el cuento de que "somos inferiores". Aprendimos el libreto y lo actuamos muy bien.

Pero en fin, llegaron, sacudieron, explotaron, violaron, se mantuvieron y reprodujeron a nuestras costillas –o mejor dicho, sobre nosotros- y nunca sabremos a ciencia cierta qué hubiese pasado si no nos colonizaban, lo cierto es que así fue. Y de colonia de la corona hemos pasado a ser colonia de potencias que han marcado pautas de vida; de una diferenciación entre españoles, criollos, mestizos e indios, se ha establecido ahora como diferencia –al decir de Bolívar Echeverría (2007)- la blanquitud, al ritmo del *american life style*[6]*;* pero el ímpetu de sometimiento y dominación no ha cambiado, y en cierta medida, nos hemos vuelto sus cómplices más eficientes.

La educación, en ese sentido y durante siglos ha sido instrumento de colonización,

3 Hay fehacientes pruebas de que los expedicionarios chinos y bárbaros estuvieron en tierras americanas antes que Colón, y que más bien éste se basó en los mapas previos para llegar al conteniente americano; así que establecer 1492 como fecha del "descubrimiento" no es adecuado. Así de fehaciente también es el hecho de que los enviados de los reyes católicos tenían fines claros: dominar, obtener riquezas, anular cultura. Por ello es que de Colón procede -acertadamente- el término colonia y sus derivados colonización, coloniaje, colonialidad.

4 Deseo aclarar que no estoy en contra de Europa o de lo europeo, hermoso continente con bellas personas, que, al igual que nosotros luchan por mejores días, sino que, sin que los actuales europeos sean culpables, reafirmo mi postura acerca de lo nocivo que fue para las tierras y habitantes de América la conquista, la colonia y sus secuelas.

5 Tierra como espacio físico, poseedora de recursos, y territorio como espacio cultural, poseedor de costumbres y formas de organización específicas al grupo humano que lo ocupa.

6 Más allá de la diferenciación étnica o racial, para Echeverría, la Blanquitud es la visibilidad de la ética capitalista en tanto que está sobredeterminada por la blancura racial que se relativiza a sí misma al ejercer esa sobredeterminación. Es decir, no blancura de raza, sino "blanquitud" como representación de la nueva dignidad humana, un racismo que es tolerante siempre y cuando se sostenga en las características del ser humano moderno-capitalista: el ethos del estilo de vida americano.

de negar lo distinto, de herramienta de la modernidad[7], mediante la educación se ocultó la cultura, la lengua, la cosmovisión y la razón del "otro" (es decir, de nosotros mismos). Pero si su presencia buscaba el mantenimiento del orden establecido mediante el adoctrinamiento, la ausencia de educación era categoría de diferenciación social, de clase y raza, pues la formación escolar era privilegio de los ya privilegiados; un maestro comentaba como los padres antiguamente solían cambiar el apellido a sus hijos para evitar que los tachen de indios, pues en la escuela debían dejar de ser lo que eran, parecer otra cosa, "dejar de ser para parecer" fue durante mucho tiempo la llave de ingreso a instituciones educativas y más aún en la educación superior.

En Bolivia se tiene una experiencia por demás interesante, en 1931 se crea la escuela ayllu de Warisata, y durante su existencia tuvo como concepción ideológica *"no solo educar en el arte de leer y escribir, ni solo mejorar la producción de bienes y servicios para una mejor vida, sino también era declararse enemigo de la esclavitud, el abuso y la explotación física, material, intelectual y espiritual de la oligarquía; era revolucionaria, liberadora y transformadora de la realidad socioeconómica lingüística y política de los pueblos originarios"*(Condori y Huanca, 2009: 10)

Antecedente por demás importante de la educación descolonizadora, pero, ¿qué es descolonizar?, entendiendo como descolonización al *"deshacernos de los modelos impositivos y darnos cuenta de que hay otros prototipos mucho más humanos, por ejemplo, el vivir bien…"* (Callisaya, 2010:75) es decir, el reencontrarnos.

Pero éste reencuentro no supone obsesionarnos con el pasado perdiendo tiempo para encarar el futuro(Oppenhaimer, 2010) , ni es la regresión al pasado o la negación de lo que es el presente, en términos de Callisaya (2010), es un reencuentro entre "lo andino y lo occidental", siendo lo andino nuestra cultura, nuestros valores, nuestra forma de interactuar con la naturaleza, con los semejantes, con los otros, implica la recuperación de lo que se nos fue vedado, y lo occidental es también un sistema de usos, costumbres, adelantos científicos propios del avance tecnológico, es decir, ingresar al campo de lo intercultural.

Vale la pena señalar que en esos espacios de reflexión que se tuvo, la desmitificación de lo que la descolonización significa fue un logro digno de resaltar. Aún hay una errada concepción de su significación, se suele pensar que descolonizar significa anular lo que de positivo tiene la vida contemporánea, algo así como desmerecer los logros del desarrollo actual y sacrificar lo que de positivo el estilo de vida actual para que *todos los bolivianos y bolivianas no usemos avión y viajemos en burro o dejar de comer hamburguesa como símbolo de colonialismo imperial y masquemos coca en la cena.* Totalmente equívoca la posición.

7 Modernidad entendida como proyecto eurocéntrico de salida de la inmadurez por un esfuerzo de la razón como proceso crítico, que despierta a la humanidad a un nuevo desarrollo desde una visión intraeuropea, es decir, teniendo a Europa como el centro del mundo y cuna de la civilización, siendo todo lo demás "periférico". La modernidad como proceso crítico buscaba anular todo aquello que no era europeo o que no se sometía a la razón –al tipo de razón europea- siendo así el "bárbaro" el "indígena conquistado" un opositor a la modernidad, el culpable por no estar "civilizado" y de ésta manera se justificaba la violencia como mecanismo para eliminar los obstáculos de la modernización.

Descolonizar es promover interculturalidad a partir de lo intracultural[8], es la concurrencia entre dos sistemas de valores derrocando imposiciones y reconstruyendo saberes y vivencias, es mirar atrás no para quedarse en esa contemplación, sino para iluminar lo mucho que queda por andar. Es aceptar la contradicción complementaria de dos sistemas simultáneos.

Y es en la educación, constante transmisión cultural, donde el proceso descolonizador se asienta y debe fortalecerse; solo mediante la educación será posible consolidar el cambio y la evolución de disposiciones mentales poscoloniales, por medio del reconocimiento y fortalecimiento de identidades propias sin arrinconar el conocimiento universal para la construcción de una nueva sociedad libre de toda discriminación y exclusión.

Lo comunitario en la educación

Ahora bien, nos toca preguntar ¿qué se tiene que descolonizar? En primer lugar, tenemos que evitar caer en una mentalidad "colonial" sobre descolonización, no se trata de imposiciones "descolonizantes"; es decir, no debemos pensar que lo nuestro es superior.

Una vez vista la descolonización desde una perspectiva crítica y amplia, el paso siguiente es identificar el puntal de la crisis del sistema mundo actual y a partir de ello, cambiar los valores que lo sustentan. Claro está que el individualismo es ese puntal, entonces, se opta por su contrario: lo comunitario.

Suele simplificarse éste término aludiendo como comunitario solo al hecho de vivir en comunidad, pero la concepción adecuada es la "de un mundo comunitario, de un mundo de ampara dónde no cabe exclusión alguna. Cada quien (ya sea un hombre, un árbol, una piedra), es tan importante como cualquier otro" (Grillo, 1993: 24). Lo comunitario como actitud, conducta, sistema de valores, estilo de forma, forma de relación socioeconómica y ambiental, y como política de Estado, implica superar el afán de acumulación individual sin negar la individualidad; esto es, asume a cada persona como entidad única y con sus propias aspiraciones e intereses, habilidades e incluso desaciertos, pero miembro de una colectividad cuyas aspiraciones, intereses, habilidades –e incluso desaciertos- no puedan subyugarse a los de tipo particular.

Lo comunitario, al decir de Balcas Mamani (2011), es un "actuar juntos" sobre la base de cuatro principios que garanticen el funcionamiento social para vivir bien[9]: relacionalidad

8 Interculturalidad e intraculturalidad son las dos caras de la moneda descolonizadora; de lo contrario se caería en la exclusión. Según Fidel Tubino (2004) hay dos interculturalidades, la funcional, que busca el consenso para ocultar la subordinación siendo así útil al neoliberalismo; y la crítica, que busca la transformación social sobre la base de la convivencia de diferencias y el respeto de las mismas; es éste tipo de interculturalidad el que nos interesa. La intraculturalidad, siguiendo a Mario Galindo (2007) es el fortalecimiento de las identidades individuales y colectivas de cara al bien común. Entonces, intra e interculturalidad se presentan como proceso descolonizador que rompe asimetrías hacia la autodeterminación, siendo la transformación de la educación descolonizadora paralela y complementaria de todo el proceso social de descolonización (económico, político, cultural) para entablar un diálogo horizontal y de respeto cultural.

9 Paradigma, propuesta de una forma de vida en armonía con la naturaleza, la comunidad, la diversidad y uno mismo; reconocimiento de la naturaleza-madre tierra- como un ser vivo, sujeto de derecho con quien se tiene una relación indivisible, interdependiente, complementaria y espiritual.

(entre la naturaleza, hombre y huacas[10]), correspondencia (una realidad siempre implica otras realidades), complementariedad (toda acción está articulada a muchas relaciones con otros seres y otras acciones) y reciprocidad (intercambio, contribución, acto recíproco, colaboración) y el acto educativo deberá integrar en su proceso de transmisión de saberes y haceres y sentires estos principios reguladores.

En el campo educativo, se asume además que el currículo debe ser construido por la comunidad, desde la realidad local, formas de vida, historia y organización económico social de la comunidad, fomentando el trabajo colectivo y la práctica de valores éticos, así como incorporar en él las demandas y concepciones sociales de la comunidad con visión intra e intercultural.

Lo productivo en la educación

El trabajo físico y/o intelectual ha sido y es la base de la realización personal, colectiva y del bienestar, por lo tanto, y considerando que no puede haber liberación social si no hay liberación económica, es que la meta es producir.

Pero no producir con la lógica nefasta del capitalismo moderno y de la avidez consumista, sino más bien fortalecer el trabajo productivo y creador como vía para mejorar la calidad de vida y promover el desarrollo integral de la comunidad (Villca, 2008); es la ansiada relación entre teoría y práctica puesta al servicio de los requerimientos de la comunidad nacional e internacional con alto contenido ético y dentro del marco del vivir bien.

Lo productivo se orienta a la producción intelectual y material articulada a las vocaciones y cadenas de producción, crear arte, ciencia y tecnología útil y no superflua, identificar capacidades individuales y hacerlas colectivas, apoyar al desarrollo colectivo a partir de la iniciativa individual, producir sin el látigo de la productividad desmedida y deshumanizada. En Bolivia la Constitución Política del Estado, reconoce una economía plural[11] en el país y pretende fortalecer relaciones de intercambio, antes que las del mercado capitalista, y hacia esas relaciones de intercambio –con visión humana/comunitaria- es que se dirigen los resultados de la producción.

En el campo netamente educativo, *"la educación productiva es el proceso de enseñanza y aprendizaje a partir del desarrollo de saberes y conocimientos relacionados con la producción intelectual, material y espiritual de la comunidad y de la sociedad, orientada a garantizar el proceso de producción, conservación, manejo y defensa de los recursos naturales"* (Flores, 2011: 77) y cuyo resultado sea de beneficio individual y de la

10 Deidades o divinidades, seres protectores y espacios sagrados del mundo andino.

11 Reconoce, defiende y establece la necesidad de equilibrio, complementariedad y desarrollo de economía estatal, privada, comunitaria y social cooperativa (artículo 306. II. CPE)

comunidad y sus miembros.

Educación, familia y sociedad

La Ley Avelino Siñani y Elizardo Pérez plantea la educación escolarizada y no escolarizada, que en su nivel inicial es de tipo Familiar Comunitaria [12] quedando establecida la participación de la familia en el proceso educativo. Aspecto por demás importantes pues asume la educación desde su perspectiva más amplia, tanto dentro como fuera de la institución educativa, y es un punto clave para encarar el proceso de cambio, un elemento que se debe tomar en cuenta con mayor relevancia a la que tiene actualmente.

Es más, si uno de los objetivos de la educación es generar un proceso descolonizador, se debe tomar en cuenta que esto implica "*acciones integrales de carácter estructural que trasciende en el ámbito de la educación a las clases sociales, a pueblos originarios y las regiones……..para la descolonización del sistema es preciso descolonizar nuestra sociedad en general, porque el entorno que rodea a la escuela también es un contexto colinizador. Todo proceso de descolonización debe trascender los muros de la escuela". (Calisaya, 2010: 75).*

Y que es lo que está antes, durante y después de la escuela y del colegio y de la universidad: la familia. Si lo que se desea en enfocar la descolonización social, el vivir bien, primero se tiene que descolonizar y lograr un vivir bien en la familia. Decía un maestro *¿qué puedo hacer cuando lo poco que logro en el aula se pierde o no es fortalecido en la casa?* Y razones le sobra para plantearse esa duda, y en la educación superior, la relación con la familia es básicamente nula, aumentando las dificultades; veamos el siguiente cuadro[13]:

12 Artículo 12. (Educación Inicial en Familia Comunitaria). Constituye la base fundamental para la formación integral de la niña y el niño, se reconoce y fortalece a la familia y la comunidad como el primer espacio de socialización y aprendizaje. De cinco años de duración, comprende dos etapas:
Educación Inicial en Familia Comunitaria, no escolarizada.
Es de responsabilidad compartida entre la familia, la comunidad y el Estado, orientada a recuperar, fortalecer y promover la identidad cultural del entorno de la niña y el niño, el apoyo a la familia en la prevención y promoción de la salud y la buena nutrición, para su desarrollo psicomotriz, socio-afectivo, espiritual y cognitivo. De tres años de duración.
Educación Inicial en Familia Comunitaria, escolarizada.
Desarrolla las capacidades y habilidades cognitivas, lingüísticas, psicomotrices, socio-afectivas, espirituales y artísticas que favorezcan a las actitudes de autonomía, cooperación y toma de decisiones en el proceso de construcción de su pensamiento, para iniciar procesos de aprendizaje sistemáticos en el siguiente nivel. De dos años de duración.
13 Elaboración propia teniendo como referencia el cuadro planteado por Gonzalo Callisaya (2010: 76).

LO QUE SE TIENE	LO QUE SE QUIERE	LA CONTRADICCIÓN
Individualismo	Comunitarismo	Carencias económicas en la familia, insatisfacción de necesidades básicas, exigencias no correspondientes a responsabilidades familiares
Autoridad paternalizada	Autoridad comunitaria	Familias normalmente con subyugación a la autoridad paterna
Vivir independiente	Vivir en familia	Familias desintegradas, problemas de violencia, alcoholismo, etc., mala comunicación familiar.
El ser lineal	El ser cíclico	Rigidez dentro de la familia, castigo como forma de disciplina.
Yo	Nosotros (incluyente)	Un nosotros excluyente, la familia y sus necesidades frente a las necesidades colectivas
Sentimiento individualista	Sentimiento de pertenencia	Desintegración familiar, niños y jóvenes que sufren las consecuencias del abandono o la omisión
Separación	Integración	Divorcio, ruptura familiar, inseguridad.
Racismo	Compañerismo	Familias sin comunicación interna, se refuerzan antivalores.

Sería una errónea generalización afirmar que todas las familias sufren estos problemas, como sería absurdo el no querer ver que además de la crisis mundial, ambiental, política, social, cultural y económica no hay una crisis familiar, consecuencia de las anteriores y además, espacio privado dónde se refuerzan aquellas conductas que se están intentando modificar.

"Tenemos que crear esa cultura de la educación…..no son solo importantes los estudiantes sino también los padres" (Oppenhaimer, 2010: 394-395). Si el ayllu es la base de la vida comunitaria y del reforzamiento de sus valores, y teniendo en claro que el proceso de cambio –a partir de la educación- no se dirige solamente al ámbito indígena originario campesino (aunque en ella se sostenga) sino a todos los actores de una sociedad plural, la familia es la base de esa sociedad y por ende, se le debe prestar mayor atención, pues de lo contrario podría convertirse en un elemento que obstaculice –en lugar de facilitar- el tránsito a una sociedad del vivir bien.

CONCLUSIONES

En relación a lo planteado de forma tan genérica, breve y con imprecisiones, puntualizaré lo que se ha considerado como esencial respecto a cómo las nociones de educación descolonizadora, comunitaria y productiva deberían incluirse en los procesos

formativos del Trabajo Social.

Respecto al **fin o propósito,** se considera que la formación profesional de nuestra disciplina debe *"lograr en el futuro trabajador social una formación integral científica, técnica con pensamiento crítico, reflexivo y propositivo que rompa esquemas mentales individualistas, racistas y discriminadores, articulado a la vida a partir del reconocimiento y práctica de valores éticos, morales, cívico-ciudadanos, en diálogo intercultural con el conocimiento universal, asumiendo el trabajo como una necesidad vital del ser humano para su existencia desde una conciencia integradora y equilibrada con el cosmos y la naturaleza para vivir bien."*

Para poder lograr eso que nos hemos propuesto, se debe:

- Generar en los estudiantes y docentes de Trabajo Social una formación integral articulada a un enfoque sociocomunitario productivo, en correspondencia a las necesidades de su entorno y del país, sin desvincularse del ámbito de relaciones internacionales.
- Procurar que es esa formación los estudiantes desarrollen un pensamiento crítico, reflexivo y propositivo para aportar al desarrollo local, regional y nacional.
- Fortalecer la educación intra e intercultural en su formación., así como el manejo de una lengua originaria y una extranjera.
- Promover la práctica de valores sociocomunitarios, morales, éticos, cívicos, estéticos y de conciencia integradora y equilibrada con la naturaleza.
- Desarrollar la investigación y producción científica, tecnológica, artística e intelectual a partir del manejo de tecnologías tradicionales y modernas.
- Lograr prácticas descolonizadoras que rompan esquemas mentales individualistas, racistas y discriminadores.

Estos fines se sustentan construcciones teórico metodológicas que interrelacionan, complementan y organizan los saberes, conocimientos, valores y prácticas de las áreas, disciplinas y ejes articuladores del currículo dentro de cuatro dimensiones: ser, conocer, hacer y decidir.

Para esto, el/la formador/a, el/la profesor/a universitario cumple un rol más que importante, para que sean formadores de formadores y líderes, por lo tanto, transcribo algunas de las ideas vertidas acerca del **rol del educador**:

- Capacitarse contínua sobre aspectos teórico metodológicos de la disciplina.
- Asumir una posición crítica respecto a los aciertos y desaciertos del proceso previo y del que toca construir.
- No contradecirse entre "el dicho y el hecho".
- Aprender a desaprender y reconstruir saberes en diálogo con nuestra identidad,

cultura, valores comunitarios, adelantos científico tecnológicos y su propia cognición, ser también intra e interculturales.

- Renovación del compromiso con y para la formación.
- Motivar el diálogo y la participación.
- Asumir el aprendizaje desde el error.
- Comprensión de que el cambio es un horizonte, y que otro mundo es posible.

Apenas si estamos comenzando con el proceso, y serán varios los reajustes que se deberán hacer en el mismo, pero lo trascendental es que se ha marcado un rumbo, ya se tiene el mapa, para la travesía tenemos que muñirnos de mirada crítica y autocrítica, paso paciente, entereza, y ante todo de mucha humildad. Ha sido un placer iniciar mi travesía con ustedes.

REFERENCIAS

Balcas Mamani, Eloy (2011). *Hacia una educación intra e intercultural como alternativa a la educación colonizadora.* Potosí- Bolivia: Tupac Katari.

Callisaya Ch., Gonzalo. (2010). *Pedagogía Descolonizadora, Intra, Multi e Intercultural*. La Paz - Bolivia: Colecciones Culturales.

Condori, Sixto. Huanca, Emma Fátima (2009). *Nueva propuesta educativa Intercultural-Intracultural-Comunitaria-Productiva-Descolonizadora*. La Paz- Bolivia: EPAE (Equipo Productivo en Apoyo a la Educación).

De la Espriella, Germán Augusto (2008). *Justificación social de la educación*. Consultado en 10, 27, 2011 en www.articulos.org.

Echeverría, Bolívar (2007). Imágenes de la blanquitud. *Sociedades Icónicas, Siglo XXI*, México (1).
Estado Plurinacional de Bolivia (2009). Constitución Política del Estado.

Flores Ticona, René (2011). *Educación socio comunitario y productivo en aula*. La Paz – Bolivia. Impresión Visionic.

Forcano, Benjamín (1992). De la espada y la cruz a la teología de la liberación. *ABYA YALA (Amerindia) por descubrir.* Cuaderno de formación del IPES, Nº 15, 301-315.

Foucault, Michel (1980). *Microfísica del poder*. Madrid - España: La Piqueta.

Galeano, Eduardo (1998). *Patas arriba. La escuela del mundo al revés*. Buenos Aires - Argentina: Catálogos.

Galindo, Mario. (2007). *Visiones aymaras sobre las autonomías, aportes para la construcción del Estado.* La Paz-Bolivia: PIEB.

Grillo, Eduardo (1993). La cosmovisión andina y la cosmología occidental moderna. En *¿Desarrollo o descolonización en los andes?*, 1, 9-61.

Oppenhaimer, Andrés. (2010). *Basta de Historias*. Buenos Aires - Argentina: Debate.

Ruíz, Gonzalo (2005). *Análisis crítico de la Reforma Educativa*. Cochabamba- Bolivia: Univalle.

Tubino, Fidel. (2004). Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico. En *Rostros y fronteras de la identidad*. Universidad Católica de Temuco. 151-165.

Villca, Simeón (2008). *Hacia un nuevo currículum*. La Paz- Bolivia: Artes gráficas Amauta.

CAPÍTULO 21

TALLER REFLEXIVO SOBRE FOTOINTERVENCIÓN. UNA TÉCNICA DE INVESTIGACIÓN SOCIAL CRÍTICA

Data de aceite: 01/12/2020

María Rocío Menanteux Suazo
Universidad Santo Tomás, Facultad de Ciencias Sociales y Comunicaciones
Concepción, Chile.

RESUMEN: La fotointervención, como técnica de intervención/investigación social crítica, incorpora elementos tecnológicos que re-sitúan al investigador/a en un rol dentro del campo de acción. Así, sus objetivos se encuentran orientados a dar a conocer y cuestionar realidades sociales problemáticas; tomar consciencia sobre los problemas sociales y articular los niveles individual, interindividual y grupal en la investigación e intervención desarrolladas. El taller, como medio de aprendizaje, es considerado "una herramienta, que promueve la reflexión-acción, a la vez que permite el análisis de situaciones reales y potencia la construcción y el desarrollo de alternativas" (Baztan, 1999, como se citó en Torres & Navarro, 1999). Además, esta metodología promueve el posicionamiento activo y agéntico de quien participa en él, fomentando la actitud crítica frente al tema objeto de conocimiento/investigación y a los/as otros/as, facilitando un proceso dialógico de co-construcción de conocimiento y reflexiones. Encontramos así principios y posicionamientos éticos-políticos en esta metodología como lo son: la educación humanizante, crítica, dialógica y concientizadora. La incorporación del enfoque crítico - corriente relevante en distintas disciplinas -, plantea la necesidad de situarse de manera crítica ante el conocimiento y prácticas hegemónicas, encargándose de enfatizar en el rechazo hacia aquellas prácticas y conocimientos que apuntan hacia la desigualdad y la injusticia social. Así, los intereses que persigue el uso de la fotointervención son el "ver, el darse cuenta, el poder nombrar las entrelíneas de una práctica cotidiana que se presenta como natural y normal; y por tanto inamovible e incuestionable" (Cantera, 2009, p. 20).

PALABRAS CLAVE: Fotointervención, investigación social, taller, enseñanza de grupo

REFLECTIVE WORKSHOP ON PHOTO-INTERVENTION. A CRITICAL SOCIAL RESEARCH TECHNIQUE.

ABSTARCT: Photo-intervention, as a critical social intervention/research technique, incorporates technological elements that re-position the researcher in a role within the field of action. Its objectives are oriented to make known and question problematic social realities, become aware of social problems and articulate the individual, inter-individual and group levels in the research and intervention carried out. The workshop, as a means of learning, is considered "a tool that promotes reflection-action, while allow the analysis of real situations and maximize the construction and development of alternatives" (Baztan, 1999, cited in Torres & Navarro, 1999). Furthermore, this methodology promotes the active and agent positioning of those who participate in it, encouraging a critical attitude towards the subject-object of knowledge/research

and the others, promoting a dialogic process of co-construction of knowledge and reflections. Finding ethical-political principles and positions in the methodology such as humanizing education, critical, dialogic and conscious. The incorporation of the critical approach -relevant current in different disciplines- suggest the need to critically position oneself in front of the hegemonic knowledge and practices , in charge of emphasizing the rejection of those practices and knowledge that point to inequality and social injustice. Thus, the interests pursued by the use of photo-intervention are “seeing, realizing, being able to name the lines of a daily practice that is presented as natural and normal, and therefore immovable and unquestionable” (Cantera 2009, p. 20).
KEYWORDS: Photo-intervention, social research, workshop, group teaching.

1 | ANTECEDENTES

Las transformaciones sociales que han surgido debido a la incursión y el uso de las nuevas tecnologías de la información y comunicación (TIC), se basan en la “modificación de las dimensiones espaciotemporales en que se realizan las comunicaciones y se accede a la información. De aquí que existan nuevas formas en que los investigadores recojan, analicen y presenten los datos” (Orellana & Sánchez, 2006, p. 206). Siguiendo a las autoras, si consideramos la incorporación de las TIC en la sociedad, será entonces necesario poder redefinir y/o ampliar el campo de actuación de la investigación cualitativa.

En este sentido, el taller que se propone está centrado en la fotointervención, como técnica de intervención/investigación social crítica, que incorpora elementos tecnológicos que además re-sitúan al investigador/a en un rol dentro del campo de acción.

De acuerdo a lo propuesto por Leonor Cantera (2009):

> La fotointervención es una técnica de análisis y de acción psicosocial que articula la fotografía como medio de visibilización de realidades sociales problemáticas con los principios de investigación e intervención de la psicología social comunitaria comprometida con el cambio de estas realidades. (Cantera, 2009, p.21)

Así, los objetivos de la fotointervención se encuentran orientados a dar a conocer y cuestionar realidades sociales problemáticas; tomar consciencia sobre los problemas sociales y articular los niveles individual, interindividual y grupal en la investigación e intervención desarrolladas. Entre las características de este instrumento, se enfatiza en el protagonismo del objeto fotografiado y de la persona fotografiante, y en el proceso de fotografiar y reflexionar sobre la realidad social (De Alencar - Rodrigues & Cantera, 2016; Cantera, 2009), cuestionando las lógicas clásicas de objeto cognoscente y objeto cognoscible, lo que contribuye además a repensar el posicionamiento político de la investigación social.

La incorporación del enfoque crítico - corriente relevante en distintas disciplinas-, plantea la necesidad de situarse de manera crítica ante el conocimiento y prácticas hegemónicas, encargándose de enfatizar en el rechazo hacia aquellas prácticas y

conocimientos que apuntan hacia la desigualdad y la injusticia social. Así, los intereses que persigue el uso de la fotointervención son el "ver, el darse cuenta, el poder nombrar las entrelíneas de una práctica cotidiana que se presenta como natural y normal; y por tanto inamovible e incuestionable" (Cantera, 2009, p. 20).

2 | LA PROPUESTA DE TALLER

Esta propuesta de taller reflexivo sobre fotointervención como técnica de investigación social crítica, pretende promover la reflexión sobre el quehacer investigativo situado, y posicionar un tipo de aprendizaje práctico orientado a visibilizar nuevas rutas de acceso y compromiso con la realidad y el conocimiento. Todo ello, movido por la necesidad de fortalecer una formación humana y profesional de trabajadores/as sociales comprometidos/as con la denuncia y el rechazo de todo aquello que condicione, dirija y mantenga situaciones de injusticia social.

Las herramientas prácticas en la intervención e investigación social son importantes ya que otorgan la posibilidad de que los sujetos participantes dejen aflorar en las interacciones sociales cotidianas su actitud personal frente a la vida, facilitando su apertura a diversas perspectivas del mundo, su integración y acoplamiento al mismo (Torres & Navarro, 1999).

El taller como medio de aprendizaje, es considerado "una herramienta, que promueve la reflexión-acción, a la vez que permite el análisis de situaciones reales y potencia la construcción y el desarrollo de alternativas" (Baztan, 1999, como se citó en Torres y Navarro, 1999). Además, esta metodología promueve el posicionamiento activo y agéntico de quien participa en él, fomentando la actitud crítica frente al tema objeto de conocimiento/investigación y a los/as otros/as, facilitando un proceso dialógico de co-construcción de conocimiento y reflexiones. Se encuentran así, principios y posicionamientos éticos-políticos en esta metodología como lo son: la educación humanizante, crítica, dialógica y concientizadora.

Los principios y posicionamientos de esta metodología facilitan que quien participa sea agente activo de su conocimiento y sea capaz de aportar al conocimiento de otros/as. Desde esta lógica se parte de la base de que todo conocimiento aportado por los participantes es valioso y legítimo, logrando incorporar las habilidades que el sujeto trae al taller reflexivo. Desde el reconocimiento y la valoración, los/as participantes son capaces de dialogar de manera respetuosa y profunda con otros/as participantes y/o facilitadores, en igualdad de condiciones.

De acuerdo con lo que plantea Gutiérrez (2003), la metodología taller reflexivo tiene como objetivos:

- Promover la participación del grupo en la discusión y análisis de las diferentes temáticas y problemáticas.
- Desarrollar mecanismos que ayuden a la libre expresión de ideas y opiniones.

- - Elevar los niveles de conciencia, frente a la realidad y a la problemática vivida.
- Despertar interés por la solución de problemas comunitarios.

2.1 Características Generales Del Taller

Tiempo requerido: 50 minutos.

Número de personas recomendadas: 20 personas como participantes activas del taller.

Materiales y espacio necesario: Se entregará material impreso[1] para cada participante y será necesaria una sala con posibilidad de proyectar imágenes, donde los/as asistentes puedan sentarse en semicírculo.

Resultados esperados: Con la aplicación de este taller se espera que los y las asistentes puedan incorporar nuevas posibilidades de hacer investigación social, considerando la amplia y diversa gama de posibilidades que entregan las TIC. Y, además, que conciban o refuercen nuevas lógicas y posicionamientos que sean promotoras de la transformación social y que gestione la implicación de todos los colectivos participantes.

2.2 Pasos Del Taller

Para desarrollar el taller reflexivo de fotointervención como técnica de investigación social crítica, los pasos principales serán los siguientes:

1. Encuadre. Emergencia de las TIC como nuevas formas de entender y aprehender la realidad.

2. Problematización inicial y caldeamiento. Reflexiones respecto de las lógicas y modos tradicionales y universales de hacer investigación social, por medio de preguntas orientadoras:

- ¿Cuáles son las lógicas desde las cuales nos posicionamos al hacer investigación social?
- ¿Me he planteado posicionarme desde una lógica crítica al momento de diseñar una investigación o intervención?

Reflexiones potentes:

- ¿De qué manera las lógicas desde las que me posiciono facilitan el desarrollo de una conciencia social? ¿Y el cuestionamiento de las fuerzas políticas dominantes?
- ¿Qué técnicas, de las que se utilizan para hacer investigación social, favorecen la visibilización de realidades injustas y oprimentes?
- ¿Cómo resguardamos la pertinencia entre la elección de una técnica y la necesaria reflexión y problematización del objeto de estudio?

1 El contenido se encuentra en la sección: Material de apoyo

3. Adquisición de aprendizaje práctico. Exposición del contenido: elementos teórico-conceptuales, aspectos procedimentales y experiencias aplicadas respecto de la fotointervención.

En este momento del taller se transitará por autoras como García & Spira (2008), Cantera (2009, 2012), investigadoras que han propuesto y profundizado el conocimiento de técnicas críticas, específicamente fotográficas, en investigación cualitativa. A partir de lo desarrollado por ellas, se recorrerán los caminos epistemológicos que permitieron que la investigación cualitativa llegara a desarrollar nuevas formas de acceder al conocimiento. Además, se tensionarán las reflexiones y se facilitará la adquisición del conocimiento práctico: presentando el protocolo de aplicación de la técnica y mostrando aplicaciones empíricas.

4. Apreciaciones colectivas de lo expuesto. Diálogo intermedio facilitado por preguntas orientadoras:

- ¿De qué manera la fotointervención puede conducir al empoderamiento de los colectivos participantes?
- ¿De qué manera la fotointervención se constituye en una técnica que promueve la transformación social?

5. Reflexiones potentes. Plenaria con diálogo facilitado por preguntas orientadas a la reflexión y al posicionamiento de los/as participantes respecto de la técnica:

- ¿Qué posibilidades de aplicación tiene la fotointervención en el contexto que me desenvuelvo profesionalmente?
- ¿Qué ventajas o utilidades podría traer a mi ejercicio profesional y formador?
- ¿Qué obstaculizadores pudiesen aparecer y cómo podría hacer frente a ellos?
- ¿Cuáles son los principales desafíos para la implementación de técnicas críticas?

6. Devolución. Retroalimentación final que entregará un cierre del taller y un resumen de lo visto y trabajado en éste. Se entregará material para su revisión y bibliografía básica para ahondar en el tema.

2.3 Material de Apoyo

Entre los pasos preliminares de la puesta en marcha de la fotointervención como herramienta docente, de acuerdo con Cantera (2009) figuran los siguientes:

(a) constitución de grupos de trabajo de no más de 5 personas (que, cuando todo el proceso haya terminado, deberán diseñar y ejecutar conjuntamente algún proyecto de intervención en el ámbito de la problemática tratada).

(b) ruego y recomendación de que cada cual proyecte en sus fotos su propia mirada personal, procurando en esta fase no imitar ni compartir sus ideas con sus colegas de

grupo.

Acto seguido, se da a las personas participantes las siguientes instrucciones de aplicación:

1. Cada persona debe de tener una cámara desechable de 27 fotos. En caso de disponer de una cámara digital y preferir utilizarla, debe comprometerse a realizar SÓLO 27 FOTOS y a NO borrar ni sustituir ninguna de las fotos tomadas (La razón de 27 fotos es porque las cámaras desechables son mayoritariamente de esa cantidad. No obstante, pueden ser menos de ese número, pero no menor de 12 para poder tener un abanico de cuatro fotos ante tres temas a discutir, por ejemplo. En investigaciones llevadas a cabo utilizando la técnica el número de fotos fue de 15 y se solicitó la explicación de las fotos, previa a la discusión grupal).

2. La serie de 27 fotos de cada participante deben referirse a la problemática en torno a la que se va a discutir (En ocasiones se plantea un problema monotemático acorde con los objetivos del curso o investigación).

3. Las personas participantes deben solicitar autorización (explicando los fines del proyecto de investigación) a las personas que pudieran aparecer y ser reconocidas en las fotos.

4. NO es imprescindible que los elementos figurativos de las fotos sean siempre personas.

5. Las fotos son reveladas en formato papel y CD, aun cuando éstas hayan sido tomadas en cámara digital.

6. Cada persona dispone de unos 7 días para realizar la serie de 27 fotos (antes de la discusión grupal sobre las mismas).

Una vez finalizada la fase de toma de fotos y de revelado de las mismas, se da paso a la parte grupal del ejercicio, que se extenderá a lo largo de una o de varias sesiones de clase.

El ejercicio grupal consta de las siguientes fases:

1. Exposición de las fotos. Cada participante extiende las suyas sobre la mesa o bien sobre el suelo (dependiendo del entorno de la reunión).

2. Explicación de las fotos. Cada persona cuenta lo que estima pertinente sobre sus fotos (justificación, circunstancias, razones de tomarlas, reflexiones en torno a las mismas, etc.).

3. Diálogo grupal sobre las fotos, problematizando aspectos de la realidad señalados por las mismas. (En este punto, la persona facilitadora del grupo gestiona la discusión grupal, procurando la toma en consideración de aspectos sociales, culturales, personales, etc.).

4. Transcurrido un tiempo de discusión, se pide a cada una de las personas participantes que elija las fotos que para ella sean más relevantes (de 10 a 12 fotos).

5. A partir de esta selección individual, el grupo selecciona a su vez un conjunto final

de unas 10-12 fotos y las ordena de acuerdo con cierta secuencia lógica.

6. Teniendo en cuenta estas fotos seleccionadas, el grupo construye un relato sobre la temática tratada por las fotos.

7. Una de las personas del grupo relata la historia construida a partir de las fotos y el grupo inicia una discusión sobre ello (en torno a creencias, valores y discursos sobre el tema en cuestión).

8. Al término de la discusión, se plantea la siguiente pregunta: Ante esto, ¿qué se puede hacer? El grupo trata de responderla en un debate breve.

9. Finalmente, cada persona debe realizar una reflexión escrita de su vivencia en el grupo y un relato descriptivo de lo que ha ocurrido en el mismo.

10. Todo ello constituye el material de una posterior reflexión y discusión.

Traducción y seguimiento de la reflexión en propuestas de acción.

En función de los objetivos de la asignatura donde se aplique la técnica, ésta puede dar respuesta a una de las siguientes acciones finales:

- Desarrollo de pauta grupal en un trabajo reflexivo, sensibilizador y de acción/intervención.
- Observatorio del momento en el que determinado grupo o equipo de trabajo se encuentra, respecto a la temática específica.
- Autoevaluación de los procesos de grupo (toma de decisiones, dinámica interna, relaciones de poder, etc.).
- Creación de proyectos de intervención.
- Creación de grupos de discusión. En los casos en los que, mediante la técnica, se detecten necesidades específicas de la mayoría de las personas participantes en la fotointervención, se diseñarán grupos de discusión específicos para trabajar las temáticas surgidas.
- Acciones comunitarias.

La técnica permite generar en las personas participantes una actitud de participación y acción involucrada en todo el proceso, que permitirá dar una respuesta a sus propias necesidades como grupo social. Así, en algunos casos, la técnica podrá ser utilizada con el objetivo final de elaborar un proyecto de intervención diseñado y conducido por las personas participantes en la fotointervención y dirigido a la temática trabajada.

3 | RESULTADOS DE LA EXPERIENCIA.

La experiencia acumulada en el uso de la técnica de la fotointervención facilita en las personas participantes la toma de conciencia de diversos aspectos del proceso:

(a) El protagonismo corresponde no tanto al objeto real fotografiado cuanto a la persona agente fotografiante.

(b) Lo relevante no es el producto fotográfico, sino el proceso de fotografiar, el acto reflexivo de hacer una foto como medio de toma de conciencia crítica de una realidad problemática que por ello mismo exige una intervención transformadora.

(c) El sujeto fotointerventor no es un simple agente individual, sino un grupo de personas (la clase en su totalidad) que intervienen conjuntamente, compartiendo experiencias, reflexiones y propuestas estratégicas de acción sobre aquello que está siendo mirado, cuestionado y fotografiado.

REFERENCIAS

CANTERA, L. **La fotointervención como herramienta docente.** Revista de Enseñanza de la Psicología: Teoría y Experiencia, 5 (1). Recuperado el 02 de octubre de 2020, de https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3055479

CANTERA, L., RODRIGUES, C. **El uso de la imagen en el trabajo comunitario.** Revista Comunnity Psychology Practice, 3. Recuperado el 02 de octubre de 2020, de www.jgcpp.org/index.php?issue=9

DE ALENCAR - RODRIGUES, R., CANTERA, L. (2016). **La Fotointervención como Instrumento de Reflexión sobre la Violencia de Género e Inmigración.** Temas em Psicologia, 24 (3). Recuperado el 03 de octubre de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2016000300009&script=sci_abstract&tlng=es

GARCÍA, M., SPIRA, G. **Voces fotográficas: el uso de la imagen en proyectos de comunicación y desarrollo del sur de Bolivia.** Revista Hallazgos, 9. Recuperado el 04 de octubre de 2020, de http://revistas.usta.edu.co/index.php/hallazgos/article/viewFile/1707/1856

GUTIÉRREZ, G. **El taller reflexivo.** Medellín: Universidad Pontificia Bolivariana.

ORELLANA, D., SÁNCHEZ, M. **Técnicas de recolección de datos en entornos virtuales más usadas en la investigación cualitativa.** Revista de Investigación Educativa, 24 (1). Recuperado el 02 de octubre de 2020, de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=283321886011

TORRES, L., NAVARRO, A. **Técnicas prácticas de intervención psicosocial - Caja de herramientas.** Recuperado el 02 de octubre de 2020, de http://virtual.funlam.edu.co/repositorio/sites/default/files/CajadeHerramientas.pdf

SOBRE A ORGANIZADORA

THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestra em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: políticas sociais, políticas públicas, direitos sociais, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acreditación 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Adolescentes 9, 12, 69, 107, 108, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196

Assistência Social 9, 11, 12, 12, 34, 35, 36, 40, 41, 47, 67, 72, 77, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 182, 185, 186, 198, 240

Ato infracional 12, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

C

Calidad 209, 210, 212, 215, 217, 218, 219, 226

Cidadania 27, 31, 32, 40, 55, 107, 117, 123, 140, 144, 157, 158, 162, 176, 182, 195, 196, 200, 201, 206

Comunicação 11, 35, 36, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

Conselhos 11, 9, 22, 130, 131, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 162, 165, 181, 187, 196

Controle Social 24, 55, 69, 71, 73, 74, 77, 106, 116, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 156, 162, 163, 165, 181, 187, 192

Cuidado 23, 26, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 63, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 89, 93, 94, 98, 100, 101, 102, 127, 184, 240

D

Desafios 10, 11, 5, 6, 7, 10, 14, 16, 18, 29, 36, 39, 41, 42, 78, 88, 97, 100, 101, 104, 106, 109, 112, 113, 118, 121, 128, 137, 140, 148, 153, 166, 177, 185, 206

Direitos 9, 10, 1, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 15, 17, 18, 21, 25, 27, 28, 34, 36, 40, 42, 45, 46, 47, 49, 54, 58, 60, 61, 64, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 159, 162, 163, 166, 171, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 240

E

Educação 9, 12, 4, 7, 9, 10, 13, 17, 18, 26, 28, 34, 36, 41, 47, 50, 54, 57, 58, 69, 82, 84, 93, 101, 102, 103, 105, 112, 123, 125, 135, 136, 148, 150, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 188, 189, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Estado 9, 12, 2, 3, 4, 7, 9, 11, 13, 14, 17, 21, 25, 26, 29, 34, 35, 36, 37, 39, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 68, 69, 73, 74, 77, 82, 84, 89, 90, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 198, 200, 203, 209, 211, 214, 218, 222, 225, 226, 227, 230

F

Formación 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 227, 229, 230, 234

G

Gênero 3, 8, 10, 11, 12, 17, 21, 23, 25, 26, 29, 30, 37, 70, 74, 76, 79, 87, 88, 142, 143, 151, 152, 155

Grupo 9, 20, 23, 31, 32, 40, 47, 53, 57, 71, 75, 76, 77, 78, 83, 105, 111, 133, 134, 138, 148, 149, 150, 151, 153, 156, 159, 161, 187, 221, 223, 232, 234, 237, 238, 239

I

Investigación Social 13, 214, 216, 232, 233, 234, 235

L

Lei 5, 12, 34, 40, 43, 56, 57, 58, 62, 80, 81, 87, 90, 95, 98, 99, 102, 103, 107, 112, 118, 119, 123, 128, 137, 145, 155, 157, 161, 162, 163, 165, 176, 177, 180, 181, 182, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 207

M

Mulheres 9, 11, 12, 7, 22, 23, 26, 35, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 240

N

Neoconservadorismo 12, 13, 19, 21, 22, 28, 29, 30

P

Pesquisa 9, 10, 11, 5, 7, 13, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 50, 52, 53, 58, 61, 63, 66, 67, 69, 75, 76, 77, 78, 82, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 101, 104, 105, 110, 115, 117, 120, 122, 129, 130, 131, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 176, 179, 183, 192, 207, 240

Pobreza 35, 36, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 120, 123, 126, 127, 129, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 166, 180, 221

Política 9, 10, 12, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40,

41, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 74, 76, 84, 87, 88, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 181, 184, 187, 189, 190, 192, 195, 197, 203, 205, 207, 222, 224, 225, 226, 228, 230, 240

Políticas Sociais 2, 4, 31, 32, 40, 41, 49, 117, 119, 132, 136, 141, 144, 240

Privado 9, 12, 29, 59, 85, 126, 135, 143, 156, 157, 160, 161, 162, 164, 166, 175, 177, 196, 228

Projeto Ético Político 3, 9, 15

Proteção Social 34, 35, 41, 58, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 118, 131, 132, 142, 143, 144, 148, 153, 156, 157, 159

Público 9, 12, 4, 26, 29, 32, 33, 34, 35, 50, 57, 59, 66, 69, 92, 97, 100, 109, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 135, 137, 147, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 174, 175, 177, 186, 189, 190, 192, 195, 196, 206, 220

R

Religião 19, 20, 21, 23, 25, 26, 29, 30

Rio de Janeiro 8, 26, 30, 41, 49, 50, 56, 62, 63, 64, 74, 75, 87, 88, 96, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 113, 118, 119, 128, 129, 141, 162, 165, 166, 167, 177, 178, 192, 194, 240

S

Saúde 9, 10, 11, 4, 12, 20, 30, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 77, 82, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 120, 122, 125, 126, 127, 135, 136, 141, 144, 148, 150, 151, 163, 182, 186, 188, 198, 240

Serviço Social 2, 9, 10, 11, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 88, 104, 105, 117, 118, 119, 128, 129, 140, 141, 155, 156, 162, 165, 166, 177, 178, 207, 240

Sistema Prisional 9, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Suas 9, 11, 4, 6, 7, 8, 11, 15, 16, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46, 48, 57, 58, 66, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 90, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169, 172, 173, 175, 186, 187, 188, 189, 197, 199, 200, 201, 206

T

Trabajo Social 12, 220

Trabalho 9, 10, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 60, 61, 64, 66, 67, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 176, 177, 178, 180, 183, 192, 194, 195, 196, 199, 200, 204, 205

Transplante 10, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2020

O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2020